



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**



**UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL, BÁSICA E
METODOLOGIA
PROGRAMA DE DOUTORADO EM PROCESSOS
PSICOLÓGICOS E COMPORTAMENTO SOCIAL**

O JULGAMENTO MORAL E A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA

Pollyana de Lucena Moreira

João Pessoa – PB, Brasil

2017

O Julgamento Moral e a Construção da Ação Política

Pollyana de Lucena Moreira

Tese elaborada em regime de cotutela, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, e ao Programa de Doutorado em Processos Psicológicos e Comportamento Social, da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Orientador: **Prof. Dr. Júlio Rique Neto**
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

Orientador Estrangeiro: **Prof. Dr. José Manuel Sabucedo Cameselle**
Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha

Coorientadora: **Prof.^a Dr.^a Cleonice Pereira dos Santos Camino**
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

João Pessoa, 2017



M838j Moreira, Pollyana de Lucena.
 O julgamento moral e a construção da ação política /
Pollyana de Lucena Moreira.- João Pessoa, 2017.
 250 f. : il.-

Orientador: Prof. Dr. Júlio Rique Neto.
Orientador Estrangeiro: Prof. Dr. José Manuel Sabucedo
Cameselle. Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Cleonice Pereira dos
Santos Camino. Tese (Doutorado) – UFPB/CCHL

1. Psicologia Social do Desenvolvimento Moral.
2. Julgamento Moral. 3. Ação Política. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 316.6(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: **Pollyana de Lucena Moreira**

Título: **O Julgamento Moral e a Construção da Ação Política**

Tese elaborada em regime de cotutela, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, e ao Programa de Doutorado em Processos Psicológicos e Comportamento Social, da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Aprovada em: 20 de abril de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Manuel Sabucedo Cameselle
Instituição: Universidade de Santiago de Compostela
Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Lilíán Kelly de Sousa Galvão
Instituição: Universidade Federal de Campina Grande
Assinatura: _____

Prof. Dr. Leôncio Francisco Camino Rodrigues Larrain
Instituição: Universidade Federal da Paraíba
Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Cleonice Pereira dos Santos Camino
Instituição: Universidade Federal da Paraíba
Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres
Instituição: Universidade Federal da Paraíba
Assinatura: _____



“[...] mas é preciso ter manha
É preciso ter graça,
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida”

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese consiste em um processo de amadurecimento acadêmico e pessoal. Envolve renúncias, ausências, reclusões, comprometimento e sobretudo, vontade. Um sentimento, que nos motiva a agir, que nos guia em direção a nossos objetivos, que nos ajuda a superar as dificuldades, que nos diz que vale a pena seguir, e que nos faz querer sempre. E foi essa vontade que me direcionou, me impulsionou e me motivou a idealizar, e a concretizar esse trabalho. No entanto, penso que apenas a vontade não teria sido suficiente para gerar toda a motivação e a dedicação necessárias ao trabalho, se ela não tivesse atuado paralelamente com o apoio de algumas pessoas, uma particularmente especial, a qual chamo carinhosamente de “meu orientador”.

Ao longo dos últimos dez anos, tive a sorte de ter Júlio Rique como professor, como orientador e como amigo. Ao longo desses anos, pude perceber, ao compartilhar minhas experiências acadêmicas, o quanto fui agraciada por sua presença, o quanto ele é especial e o quanto ele merece ser chamado de orientador. No dicionário essa palavra aparece definida como “aquele que orienta”, mas para mim, essa palavra se transformou em “aquele que cuida, aquele que se importa, que se dedica”. A verdade é que me faltam palavras para descrever a importância de Júlio em minha vida, e dizer apenas “obrigada por tudo” não representaria tudo que sinto.

Ao iniciar minha participação no Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Moral, ainda como voluntária e apaixonada pelo estudo da moralidade, não imaginei que iria ganhar do Professor Júlio um presente com um valor imensurável, chamado Cleonice Camino. E que sorte! Estar sob a orientação e sob os cuidados de Cleonice é, sem dúvida, uma honra. Cleo, obrigada por tudo! Por sua paciência em ensinar, por sua dedicação, por seus cuidados e por seus cafés!

Ressalto também, meu profundo agradecimento ao Professor José Manuel Sabucedo, por todo aprendizado que ele me proporcionou ao longo do ano em que estive em Santiago de Compostela, e principalmente por sua acolhida que, tornou minha estadia mais tranquila e mais leve. Ao professor Leôncio Camino, pelas contribuições feitas à dissertação e que ajudaram na construção dessa tese. Às professoras Ana Raquel Torres e Lílían Galvão agradeço pelo tempo dedicado e pelas contribuições ao trabalho.

À CAPES pelo financiamento que tornou possível a realização desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da desta universidade, pela contribuição com a construção do conhecimento e pela qualidade dos ensinamentos que me proporcionaram a oportunidade de ser Doutora em Psicologia Social.

À Universidade de Santiago de Compostela e ao Programa de Doutorado em Processos Psicológicos e Comportamento Social dessa universidade, que tornaram possível a realização do doutorado sanduíche. Aos colegas da Cristina Gómez, Xiana Vilas e Júlio Quintela, pelo apoio acadêmico e pessoal durante minha estadia em Santiago de Compostela.

A todos os amigos, além de agradecer pela companhia e pelo carinho, peço desculpas por todas as ausências necessárias para a concretização desse sonho. À Vivi e a Denyse, estendo esse pedido à Maria Clara e à Neto, e agradeço pela oportunidade de poder compartilhar minha vida com vocês ao longo desses 17 anos! A Bruno Marinho, agradeço a companhia, o carinho, o apoio inigualável, o respeito imensurável e principalmente por ter me deixado fazer parte de sua família. A Manu e a Rachel, agradeço também pela liberdade de nossa amizade. A Manuela Gilsanz, o melhor presente que Santiago de Compostela poderia ter me dado, agradeço por ter sido além de amiga, irmã. À Maria Luisa, à Daniele Bitto e à Simona Lischio, os italianos que carrego no

coração, agradeço pela vida compartilhada, por todos os abraços e sorrisos. A Eloá Losano, agradeço pelo carinho de sempre.

À minha família, pelo amor, pelo cuidado, pela paciência e pela compreensão.



RESUMO

O presente trabalho defende a tese de que a ação política pode ser compreendida a partir da psicologia social do desenvolvimento moral. Acredita-se que a integração entre essas duas áreas da psicologia possa ajudar a compreender melhor os fenômenos sociais pois, as ações das pessoas na sociedade envolvem tanto elementos relacionados ao desenvolvimento psicossocial quanto elementos construídos a partir das suas ações e interações na sociedade, enquanto membros de um grupo. Para o presente trabalho, considerou-se o julgamento moral como um dos fatores relacionados ao desenvolvimento psicossocial que podem afetar a forma como as pessoas constroem as reflexões que as levam a decidir pelo engajamento em ações políticas. Adotou-se a concepção de ação política enquanto as ações de indivíduos ou grupos que têm a finalidade de promover mudanças sociais que acarretem alterações na forma como as instituições podem melhor atender as demandas da sociedade. A partir dessas considerações, o presente trabalho de tese teve como objetivo construir um modelo de ação política como base o julgamento moral. Para a construção desse modelo considerou-se a associação entre variáveis relacionadas ao desenvolvimento psicossocial (ideologia política, percepção de justiça e identidade social) e variáveis construídas a partir da interação das pessoas na sociedade enquanto membros de um grupo (identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal e percepção de eficácia). Considerou-se ainda que o propósito de vida afetaria e sofreria o efeito da ação política, nas formas de ativismo e/ou radicalismo. Para a construção desse modelo considerou-se que diferenças na qualidade do julgamento moral proporcionariam diferenças na força da associação entre essas variáveis para a promoção da intenção de engajamento em ações políticas. Foram hipotetizados dois modelos de ação política: um com base no julgamento moral convencional e outro com base no julgamento moral pós-convencional. Esses modelos foram testados em jovens universitários brasileiros ($n = 251$) e espanhóis ($n = 201$), com as idades dos jovens brasileiros variando de 18 a 30 anos ($M = 23,06$; $dp = 3,76$) e com as idades dos jovens espanhóis variando de 18 a 27 anos ($M = 19,52$; $dp = 1,81$). Como instrumentos foram utilizados o DIT, adaptado por Camino et al. (1998) para investigar o julgamento moral; a escala de ideologia política de Evans, Heath e Lalljee (1996); a escala de identidade social, de Zomerén, Postmes e Spears (2012); a escala de percepção de justiça social de Klandermans, van der Toorn e van Stekelenburg (2008), uma adaptação da escala de saliência política pessoal, de Duncan e Stewart (2007), a escala de ativismo/radicalismo de Moskalenko e McCauley (2009), a escala de identidade ativista e comprometimento de Klar e Kasser (2009), a escala de percepção de eficácia de Hornsey et al. (2006), a escala de propósito de vida, de Peterson, Park e Seligman (2005) e um questionário biodemográfico. Para a testagem dos modelos foram realizadas análises de correlação, análises de regressão hierárquicas e simples e modelagens de equações estruturais. Os resultados indicaram que as diferenças na qualidade do julgamento moral foram responsáveis pelas diferenças no modo como os jovens organizam as reflexões e atitudes envolvidas com o engajamento em ações políticas. Para os jovens espanhóis, não foi possível construir o modelo com base no julgamento moral convencional dominante devido ao número de participantes. A partir dos resultados encontrados pode-se afirmar a validade da psicologia social do desenvolvimento moral para a explicação da ação política.

Palavras-chave: psicologia social do desenvolvimento moral; julgamento moral; ação política.

ABSTRACT

The present work defends the thesis that the political action can be understood from the social psychology of moral development. It is believed that the integration between these two areas of the psychology can help to better understand social phenomenon because the actions people take in society involves both elements related to psychosocial development, and elements built from the actions and interactions of people in society, while members of a group. For the present study, moral judgment was considered as one of the factors related to psychosocial development that can affect the way people construct the reflections that lead them to decide by engaging in political actions. The conception of political action was adopted as the actions of individuals or groups that have the purpose of promoting social changes, that entail changes in the way institutions can better meet the demands of society. From these considerations, the present work had the purpose to construct a model of political action which had as bases the moral judgment. This model was hypothesized from the association between variables related to psychosocial development (political ideology, perception of justice and social identity) and variables constructed from the interaction of people in society, as members of a group (activist identity and commitment, personal political salience, and perceived effectiveness). It was also considered the purpose of life as a variable that would affect and that would suffer the effect of political action, in the forms of activism and/or radicalism. For the construction of this model it was considered that differences in the quality of moral judgment would provide differences in the strength of the association among these variables for the promotion of the intention to engage in political actions. Two models of political action were hypothesized: one based on conventional moral judgment and the other based on the post-conventional moral judgment. These models were tested in brazilian undergraduate students ($n = 251$) and spanish undergraduate ($n = 201$), with ages ranging from 18 to 30 years for the brazilian students ($M = 23.06$, $SD = 3.76$) and ages ranging from 18 to 27 years ($M = 19.52$; $SD = 1.81$) for the spanish students. As instruments were used the DIT, to investigate the moral judgment, adapted by Camino et al.(1998); the political ideology scale, by Evans, Heath, and Laljee (1996); the scale of social identity, by Zomeran, Postmes, and Spears (2012); the scale of social justice perception, by Klandermans, van der Toorn, and van Stekelenburg (2008); na adaptation of the the personal political salience scale, by Duncan and Stewart (2007); the activism/radicalism scale, by Moskalenko and McCauley (2009); the activist identity and commitment scale, by Klar and Kasser, 2009); the perceived efficacy scale, by Hornsey et al. (2006), the life-purpose scale, by Peterson, Park, and Seligman (2005) and a biodemographic questionnaire. For testing the models were performed correlation analyzes, hierarchical and simple regression analyzes, and structural equations modeling. The results indicated that differences in the quality of moral judgment were responsible for differences in the way young people organize their reflections and attitudes involved with engaging in political action. For the young spanish, it was not possible to construct the model based on the conventional moral Judgment, as a dominant level, because of the small sample. From the results found, it is possible to say that the social psychology of moral development is valid for explain the political action.

Keywords: social psychology of moral development; moral judgment; political action.

RESUMÉN

En este trabajo se defiende la tesis de que se puede comprender la acción política desde la psicología social del desarrollo moral. Se defiende que la integración entre estas dos áreas de la psicología puede ayudar a comprender mejor los fenómenos sociales pues, las acciones de las personas en la sociedad están basadas tanto en los elementos relacionados con el desarrollo psicosocial como en los elementos contruidos a partir de sus acciones e interacciones en la sociedad, mientras miembros de un grupo. Para este trabajo, se consideró el juicio moral como uno de los factores relacionados con el desarrollo psicosocial que pueden afectar la forma cómo las personas construyen los pensamientos que les llevan a decidir sobre la participación en la acción política. Se adoptó el concepto de acción política como las acciones de los individuos o grupos que tienen el propósito de promover cambios sociales que conllevan cambios en cómo las instituciones pueden satisfacer mejor las demandas de la sociedad. A partir de estas consideraciones, esta tesis tuvo como objetivo construir un modelo de acción política basado en el juicio moral. Este modelo fue planteado a partir de la asociación entre las variables relacionadas con el desarrollo psicosocial (la ideología política, la percepción de justicia y la identidad social) y las variables que se construyen a partir de la interacción de las personas en la sociedad, cómo miembros de un grupo (la identidad activista y el compromiso, el resalte político personal y la percepción de eficacia). También se consideró el propósito de vida como una variable que afectaría y que sufrirían el efecto de la acción política, en las formas de activismo y/o del radicalismo. Para la construcción de este modelo se consideró que las diferencias en la calidad del juicio moral proporcionarían diferencias en la fuerza de asociación entre estas variables para promover el compromiso en acciones políticas. Así puesto, fueran planteados dos modelos de acción política: uno basado en el juicio moral convencional y otro basado en el juicio moral post-convencional. Estos modelos han sido probados en estudiantes universitarios de Brasil ($n = 251$) y de España ($n = 201$) con edades que iban de 18 a 30 años para los brasileños ($M = 6,23$; $SD = 3,76$) y con edades que iban 18 a 27 años para los españoles ($M = 19,52$, $SD = 1,81$). Como medidas de evaluación, se utilizaron el DIT, adaptada por el Camino et al. (1998) para investigar el juicio moral; la escala de ideología política de Evans, Lalljee y Heath (1996); la escala de la identidad social de Zomerén, Postmes, y Spears (2012); la escala de percepción de la justicia social, de Klandermans, van der Toorn y Van Stekelenburg (2008); una adaptación de la escala de resalte político personal de, Duncan y Stewart (2007); la escala de activismo/radicalismo, de Moskalenko y McCauley (2009); la escala de identidad activista y compromiso, de Klar y Kasser (2009); la escala de percepción de eficacia, de Hornsey y col. (2006), la escala de propósito de la vida, de Peterson, Park y Seligman (2005); y un cuestionario biodemográfico. Para la prueba de los modelos se llevaron a cabo análisis de correlación, análisis de regresión jerárquica y simples, y modelos de ecuaciones estructurales. Los resultados indicaron que las diferencias en la calidad del juicio moral fueron las responsables por las diferencias en cómo los jóvenes organizan los pensamientos y las actitudes que intervienen en la participación en acciones políticas. Para los jóvenes españoles, no fue posible construir el modelo de acción basado en el juicio moral convencional dominante por el pequeño número de personas en esta muestra. A partir de los resultados encontrados se puede afirmar la validez de la psicología social del desarrollo moral para la explicación de la acción política.

Palabras-clave: psicología social del desarrollo moral; juicio moral; acción política.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional.....	129
FIGURA 2. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional.....	130
FIGURA 3. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional para os Jovens Brasileiros (modelo reespecificado)	142
FIGURA 4. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Brasileiros (Modelo reespecificado)	144
FIGURA 5. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Espanhóis.....	165
FIGURA 6. Modelo de ação política para os Jovens Espanhóis com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Espanhóis (Modelo Reespecificado)	166

LISTA DE TABELAS

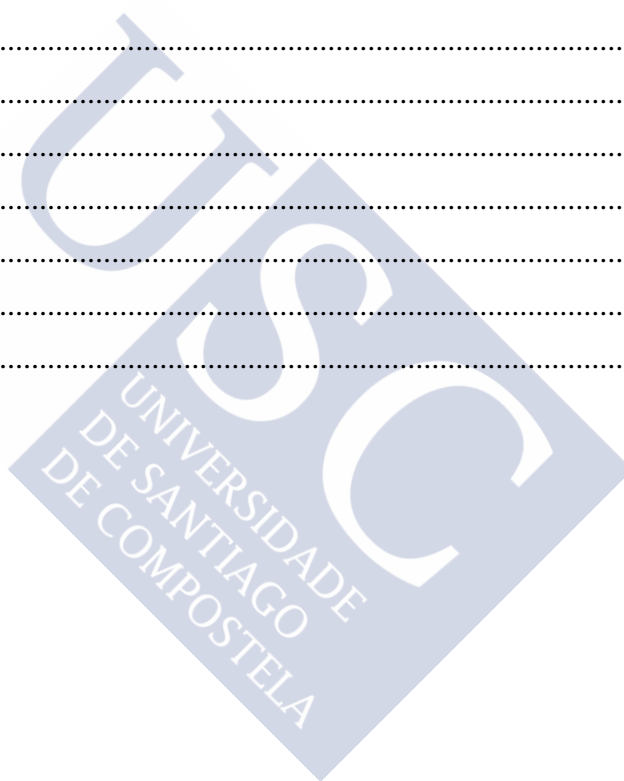
TABELA 1 – Índices de Confiabilidade das Escalas para os Jovens Brasileiros.....	139
TABELA 2 – Coeficientes de Regressão para o Modelo de Ação Política com base no Julgamento moral Convencional para os Jovens Brasileiros.....	141
TABELA 3 – Pesos das Regressões para as Relações entre as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Brasileiros.....	145
TABELA 4- Índice de Confiabilidade das Escalas para os Jovens Espanhóis.....	163
TABELA 5 – Pesos das Regressões para as Relações entre as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no julgamento moral pós-convencional para os Jovens Espanhóis.....	167

SUMÁRIO

EPÍGRAFE.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
RESUMÉN.....	x
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS.....	x
INTRODUÇÃO.....	15
1. UMA TEORIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO MORAL	22
1.1. A Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg	24
1.1.2. Moral como princípios de justiça.....	25
1.1.3. Modelo estrutural de desenvolvimento moral.....	27
1.1.3.1. Níveis e estágios de julgamento moral.....	28
1.2. Mensuração do Julgamento Moral e Uso da Teoria de Kohlberg	34
2. DO PENSAMENTO INDIVIDUAL À AÇÃO POLÍTICA	43
2.1. A Epistemologia Genética e o Estudo do Conhecimento Social	48
2.1.1. Construção e compreensão das regras e o desenvolvimento do sentimento de respeito	49
2.1.2. Os valores e a construção do pensamento social.....	53
2.1.3. Valores, regras e pensamento social.....	56
2.2. Ideologia: Pensamento Político e Ação Social.....	59
3. AÇÃO POLÍTICA E MUDANÇA SOCIAL	79
3.1. Psicologia do Desenvolvimento Moral e Psicologia Social: Duas Formas de Compreensão da Ação	80
3.1.1. Psicologia do desenvolvimento e ação moral	80
3.1.2. Psicologia social e ação política.....	88
3.2. Antecedentes da Ação Política	92
3.2.1. Identidade social.....	92
3.2.1.1. A abordagem da identidade social.....	94
3.2.2. Percepção de justiça/injustiça.....	100
3.2.3. Percepção de eficácia.....	103
3.2.4. Saliência política pessoal.....	108

3.2.5. Propósito de vida.....	111
3.3. Modelos de Ação Política	116
4. UM MODELO DE AÇÃO POLÍTICA NA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DO DESENVOLVIMENTO MORAL	122
4.1. Estudo 1: Um Modelo de Ação Política para Jovens Brasileiros	131
4.1.1. Método	131
4.1.1.1. Participantes	131
4.1.1.2. Instrumentos	131
4.1.1.2.1. Questionário de Opiniões Sociais (Defining Issues Test- DIT).....	132
4.1.1.2.2. Escala de Ideologia Política	132
4.1.1.2.3. Escala de Identidade Social.....	133
4.1.1.2.4. Escala de Percepção de Justiça Social.....	133
4.1.1.2.5. Adaptação da Escala de Saliência Política Pessoal.....	134
4.1.1.2.6. Escala de Identidade Ativista e Comprometimento	135
4.1.1.2.7. Escala de Ativismo-Radicalismo.	135
4.1.1.2.8. Escala de Percepção de Eficácia	135
4.1.1.2.9. Escala de Propósito de Vida.....	136
4.1.1.2.10. Questionário Biodemográfico	136
4.1.1.3. Procedimentos	136
4.1.1.3.1. Procedimentos éticos.....	136
4.1.1.3.2. Procedimentos de tradução e adaptação das escalas	137
4.1.1.3.3. Procedimentos de coleta de dados.....	137
4.1.1.3.4. Procedimentos de Análises dos dados.....	137
4.1.2. Resultados	139
4.1.2.1. Análise de Confiabilidade	139
4.1.2.2. Análise do Julgamento Moral	139
4.1.2.3. Construção do Modelo de Ação Política.....	140
4.1.2.3.1. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional.....	140
4.1.2.3.2. Modelo de ação política com base no julgamento moral pós-convencional...	143
4.1.3. Discussão.....	145
4.2. Estudo 2: Um Modelo de Ação Política para Jovens Espanhóis	160
4.2.1. Método	160
4.2.1.1. Participantes	160
4.2.1.2. Instrumentos	160

4.2.1.3. Procedimentos	161
4.2.2.3.1. Procedimentos éticos.....	161
4.2.2.3.2. Procedimentos de tradução e adaptação das escalas	161
4.2.2.3.3. Procedimentos de coleta e análises dos dados	162
4.2.2. Resultados	163
4.2.2.1. Análise de confiabilidade	163
4.2.2.2. Análise do Julgamento Moral	164
4.2.2.3. Construção do modelo de ação política.....	164
4.2.2.3.1. Modelo de ação política com base no julgamento moral pós-convencional...	164
4.2.2.3. Discussão.....	167
CONCLUSÕES	173
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICE A	221
APÊNDICE B.....	228
APÊNDICE C.....	234
APÊNDICE D	239
APÊNDICE E.....	246





INTRODUÇÃO

O presente trabalho defende a tese de que a ação política pode ser compreendida a partir de um modelo psicossocial do desenvolvimento moral, que tem como base o julgamento moral. A psicologia social do desenvolvimento consiste em uma área da psicologia construída a partir da integração entre a psicologia do desenvolvimento e a psicologia social. Essa integração proporciona, segundo Doise (1980,1989), a compreensão de fatores sociais a partir de diferenças no desenvolvimento psicossocial. Doise (1980) verificou que a articulação entre variáveis com diferentes níveis de análises já vinha sendo utilizada por psicólogos sociais ao longo da segunda metade do século XX. Essas variáveis foram classificadas por ele considerando quatro níveis de análises: processos intraindividuais, envolvendo os mecanismos que capacitam o indivíduo a organizar suas experiências; processos interindividuais, envolvendo as dinâmicas das relações entre os indivíduos; processos relacionados à diferenças situacionais, envolvendo como a posição social afeta as relações entre os indivíduos; e processos relacionados aos sistemas de crenças e representações, envolvendo como o sistema de crenças, normas e valores afetam as experiências sociais.

Nesse sentido, Doise (1989) defendeu que a compreensão das dinâmicas sociais não pode envolver uma separação entre o estudo de fatores cognitivos e o estudo de fatores sociais, pois a ação das pessoas na sociedade envolve, necessariamente, a forma como elas se desenvolvem individualmente. Doise defendeu ainda que uma das articulações mais válidas entre fatores cognitivos e sociais eram aquelas que utilizam a epistemologia genética de Jean Piaget (1932, 1954), a exemplo dos estudos de Kohlberg (1984) sobre a justiça, que apresentaram uma associação entre elementos relacionados ao desenvolvimento cognitivo e as reflexões sobre conflitos nas relações interpessoais e/ou sociais.

Ao considerar válida a concepção de Doise (1989) sobre a articulação entre elementos cognitivos e sociais defende-se que as diferenças no desenvolvimento psicossocial podem ajudar a compreender a tomada de decisão das pessoas sobre a intenção de engajamento em

ações políticas. Ainda com base na concepção desse autor, propõe-se a investigação da ação política a partir da articulação de variáveis de diferentes níveis. Considera-se, para tanto que a operacionalização de variáveis tradicionalmente estudadas a partir dos pressupostos da psicologia social, a partir de um viés construtivista, pode favorecer as reinterpretações que proporcionem uma compreensão da ação política a partir de outra perspectiva. E, é nesse sentido que se justifica o presente trabalho de tese.

Dentre os fatores relacionados com o desenvolvimento psicossocial, que afetam as relações e as ações dos indivíduos na sociedade, tem-se o julgamento moral. De acordo com Kohlberg (1984), o julgamento moral consiste em reflexões sobre concepções de justiça, construídas a partir da interação entre elementos do desenvolvimento cognitivo (Piaget, 1964) e do desenvolvimento social (Selman, 1976), que afetam a forma como as pessoas refletem sobre questões sociais. Para essa perspectiva, os julgamentos morais têm como principal função regular o modo como as pessoas percebem e avaliam situações sociais como moralmente certas ou moralmente erradas (Kohlberg, 1981, 1984; Snarey, Reimer, & Kohlberg, 1985). Alguns autores indicaram que reflexões dessa natureza podem funcionar como o gatilho ou a motivação para o engajamento em ações que podem ter um caráter social e/ou político (Blasi, 1980; Kohlberg & Candee, 1984; Thoma, Rest, & Barentt, 1986; Turiel, 2002). No entanto, esses mesmos autores defenderam também que o julgamento moral sozinho não possuía a força necessária para a promoção da ação, e que outras variáveis poderiam atuar de forma conjunta nessa direção.

Estudos em psicologia social, realizados sobretudo dentro de sua vertente sociológica, apresentaram a ação social e/ou política como um produto da associação entre variáveis de diferentes naturezas. Essas variáveis foram estudadas considerando o modo como elas afetavam as relações intergrupais, no caso de ações sociais, ou como elas afetavam a relação de grupos específicos com a sociedade, considerando a qualidade das relações que as pessoas estabelecem

com as instituições sociais, no caso das ações políticas. Por exemplo, Gamson (1992) apresentou as ações coletivas como ações voltadas para a promoção de uma mudança social, motivada pela percepção de uma injustiça sofrida por um grupo. Para ele estas ações envolveriam, além da percepção de injustiça, a crença sobre o sucesso ou sobre a efetividade das ações. Duncan (1999) defendeu a concepção de que a associação entre variáveis interpessoais (e.g. personalidade e experiências de vida – saliência política pessoal) e variáveis psicossociológicas (identidade social) seria responsável pelo engajamento das pessoas em ações sociais. Van Zomeren, Postmes e Spears (2008) defenderam que a associação entre a identidade social, a percepção de eficácia e a percepção de injustiça explicaria melhor a ação social. Ainda sobre a proposta de van Zomeren et al. alguns autores (Bauman & Skitka, 2009; Skitka & Bauman, 2008; van Zomeren et al., 2011; van Zomeren et al., 2012) defenderam que a inclusão da convicção moral nas associações propostas por eles, poderia proporcionar uma melhor compreensão sobre a ação social. Outros autores defenderam ainda que a ação social e/ou política envolveria a concepção de propósito de vida, que poderia ser considerado tanto como um aspecto motivador da ação (Ballard, Malin, Porter, Colby, & Damon, 2015; Ballard, Pavlova, Silbereisen, & Damon, 2015; Damon & Colby, 2015; Damon, Menon, & Bronk, 2003; Malin, Ballard, & Damon, 2015), como uma consequência dela (Peterson, Park, & Seligman, 2005; Peterson, Ruch, Beermann, Park, & Seligman, 2007).

No entanto, ainda que essas variáveis tenham sido estudadas pela psicologia social, não se deve descartar a possibilidade de que uma análise do desenvolvimento psicossocial, a partir de uma articulação entre essas abordagens, possa ser válida para uma compreensão mais complexa sobre os fatores que implicam em ações políticas (Doise, 1980). Nesse sentido, o presente trabalho de tese considerou que a análise das variáveis ideologia política, identidade social e percepção de justiça social poderia ser feita a partir de uma concepção construtivista. Acredita-se que essas variáveis, a partir de uma construção psicossocial, possam atingir a esfera

das relações sociais, se tornando importantes para as ações políticas. Considerou-se ainda que essas variáveis, associadas a outras relacionadas com uma dimensão atitudinal, como a identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal e percepção de eficácia, poderiam ajudar a compreender a relação entre as reflexões sobre as situações sociais e a motivação para o ativismo e/ou o radicalismo político, enquanto formas de ação política. Considerou-se ainda que a variável propósito de vida tanto afetaria quanto sofreria o efeito da ação política nessas duas formas mencionadas.

Nesse sentido, o objeto geral do trabalho é construir um modelo de ação política dentro da psicologia do desenvolvimento psicossocial, para verificar em que medida o julgamento moral afeta a relação entre variáveis cognitivo-ideológicas (ideologia política, percepção de justiça social e identidade social) e variáveis cognitivo-atitudinais (identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal e percepção de eficácia) para a promoção da ação política. Buscou-se verificar também, a validade do modelo de ação política proposto em outra cultura. Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Uma Teoria sobre o Desenvolvimento Moral” apresentará o julgamento moral como um fator do desenvolvimento psicossocial que pode proporcionar às pessoas as estruturas necessárias para a construção de reflexões sobre a sociedade. O julgamento moral será abordado a partir da teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1984). Apresentar-se-á também uma articulação da construção das concepções de justiça, base da moralidade defendida por Kohlberg, com a formação da identidade (Habermas, 1989).

O segundo capítulo, intitulado “Do Pensamento Individual à Ação Política” apresentará como a ideologia, enquanto uma construção ontogenética, pode ajudar a compreender o comportamento social e como ela afeta as relações sociais. A ideologia será apresentada a partir da epistemologia genética de Jean Piaget (1965). O terceiro capítulo, intitulado “Ação Política e Mudança Social” apresentará como a psicologia do desenvolvimento psicossocial e a

psicologia social concebem a ação social e/ou política e, quais elementos estão associados a estes dois tipos de ação. O quarto capítulo, intitulado “Um Modelo de Ação Política na Perspectiva Psicossocial do Desenvolvimento Moral” apresentará a proposta de um modelo de ação política de base moral. Nesse capítulo serão apresentados dois estudos: um estudo realizado com jovens brasileiros e outro estudo realizado com jovens espanhóis. Por meio desses estudos pretende-se verificar se as diferenças na qualidade do julgamento moral afetam a força da associação entre diferentes variáveis para a promoção da intenção do engajamento em ações políticas. Por fim, serão apresentadas em uma sessão final, as conclusões e considerações finais, ressaltando os avanços do estudo para a psicologia do desenvolvimento sociomoral, as limitações dos dois estudos realizados e as indicações para estudos futuros.

Defende-se, portanto, a relevância científica desse trabalho pela possibilidade de se compreender, a partir de um outro olhar, a ação política. Acredita-se que a perspectiva psicossocial do desenvolvimento moral pode fornecer os elementos necessários para essa compreensão por integrar variáveis importantes de duas áreas da psicologia. Socialmente, o presente trabalho torna-se relevantes pois, o conhecimento sobre a estrutura da ação política pode ser a base para a formulação de programas de intervenção voltados para a promoção do desenvolvimento moral e de uma consciência política.



CAPÍTULO I

1. UMA TEORIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO MORAL

O Brasil presenciou nos últimos anos, especialmente no período de 2013 a 2016, episódios de mobilização da população a favor de mudanças sociais. Essas mudanças foram aclamadas inicialmente nos setores da educação, saúde e transporte coletivo, e questionaram também a ausência de uma postura ética por parte dos governantes. De acordo com Martins (2014) as mobilizações iniciadas em 2013 geraram três grandes consequências para a população: a percepção de que as ações das pessoas podem ser eficazes, a capacidade de engajamento das pessoas por meio das redes sociais e a disseminação da ideia de “*Black Bloc*”¹, enquanto uma inspiração para a ação política. Martins indicou ainda que os protestos originados em 2013 favoreceram a uma maior visibilidade e conhecimento da população sobre as políticas públicas e sobre a luta de grupos específicos por seus direitos, a exemplo do MST e dos professores universitários, que aproveitaram o período de visibilidade para expressar a insatisfação sobre a forma como vinham sendo tratados pelo governo.

De acordo com Doise (2002) as relações que as pessoas estabelecem com a sociedade são mediadas pelas instituições e organizações sociais, que são responsáveis por garantir que cada cidadão tenha acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres. Dessa forma, o modo como cada pessoa percebe sua relação com a sociedade, assim como as ações das quais elas participam no sentido de garantir a manutenção de seus direitos, relaciona-se com a percepção que elas têm de si enquanto cidadãos.

Autores como Habermas (1989) e Vilas e Sabucedo (2012) consideraram esse tipo de autopercepção como uma questão de construção da identidade coletiva. Esses autores mencionaram que para a construção de uma identidade coletiva seria preciso haver uma

¹ O Movimento dos *Black Bloc* surgiu na década de 1970 e defende a justiça social a partir de questionamentos sobre a viabilidade da ordem capitalista e da globalização para o desenvolvimento social (Dupuis-Déri, 2010). Os integrantes desse movimento, que podem ter pautas distintas (defesa do feminismo, do ambientalismo, da homossexualidade) comumente se expressam por meio de ações radicais como a depredação dos patrimônios privados que são símbolos dessa política econômica.

abstração sobre as ações individuais, de modo que o interesse para agir, e as consequências da ação, saíssem da esfera individual e atingissem a esfera coletiva. Nesse sentido, quando as pessoas constroem uma identidade coletiva elas se encontram dispostas a agir em nome do grupo, deixando interesses individuais em segundo plano, ou até mesmo fazendo dos interesses coletivos uma meta individual.

Para Vilas e Sabucedo (2012), a participação na sociedade na forma de ação política envolve aspectos cognitivos, como a percepção de injustiças, a identidade coletiva e a percepção da eficácia da ação, e afetivos, como o sentimento de raiva ou de resignação diante da percepção de injustiças sociais. Além destes fatores, os autores consideraram também que o engajamento nesse tipo de ação seria uma decisão individual, guiada por uma reflexão deontológica sobre “o que deve ser feito” diante de uma situação de injustiça, podendo essa reflexão ser qualificada como moral. Nesse sentido, a moralidade seria um dos elementos responsáveis pela motivação das pessoas para ações na sociedade.

A literatura sobre psicologia do desenvolvimento moral indica a existência de uma relação bidirecional entre desenvolvimento do julgamento moral e contexto social (Colby, Kohlberg, & Kauffman, 1987). Em um primeiro momento, o contexto social consiste em um fator relevante para o desenvolvimento do julgamento moral, devido aos estímulos que ele oferece, e que são necessários para o desenvolvimento cognitivo (Piaget, 1964) e para o desenvolvimento da habilidade de tomada de perspectiva social (Selman, 1976). Em um segundo momento, o contexto social passa a ser afetado pelo tipo de julgamento moral mantido pelas pessoas. Nesse sentido, tendo como base o julgamento moral, defende-se que as reflexões que as pessoas têm sobre a sociedade, considerando suas concepções de justiça, podem ser relevantes para compreender o engajamento em ações que possam promover melhorias sociais. Ou seja, considera-se que o julgamento moral pode ser o ponto de partida para o engajamento das pessoas em ações políticas.

1.1. A Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg

Uma das teorias sociocognitivas sobre o domínio moral de maior representatividade foi elaborada por Lawrence Kohlberg (Kohlberg, 1976, 1981, 1984; Power, Higgins, & Kohlberg, 1989). A teoria do desenvolvimento do julgamento moral desse autor representa uma expansão da teoria proposta por Piaget (1932), que apresentou a moral em duas formas: heterônoma e autônoma. A primeira forma caracterizava-se pela coação do adulto ou de uma figura de autoridade sobre a criança, e pela imposição de regras que deveriam ser estritamente obedecidas. A segunda forma caracterizava-se pela cooperação entre adulto e criança, e posteriormente entre crianças, e pela construção, por meio da cooperação, das regras de convivência e de conduta. Fala-se em expansão da teoria de Piaget, pois Kohlberg verificou em estudos longitudinais (Snarey, Reimer, & Kohlberg, 1985; Turiel, Edwards & Kohlberg, como citado em Kohlberg, 1984) que o desenvolvimento moral não termina na adolescência, última etapa do desenvolvimento estudado por aquele autor. A moralidade teria a possibilidade, segundo os resultados desses estudos, de se desenvolver também na idade adulta, momento em que seria capaz de atingir seus níveis mais avançados.

Kohlberg (1984) apresentou em sua teoria a justiça como o elemento central da moralidade. Ao apresentar a justiça dessa forma, Kohlberg considerou pressupostos filosóficos, como o uso de prescrições universais, e também pressupostos cognitivos, como a igualdade, a reciprocidade (Piaget, 1964) e a tomada de perspectiva social (Selman, 1976). Os pressupostos da teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg, bem como os níveis e estágios correspondentes ao seu modelo estrutural serão apresentados nos tópicos que compõem este capítulo.

1.1.2. Moral como princípios de justiça

A moral foi definida por Kohlberg como princípios de justiça que regulam as relações das pessoas na sociedade (Kohlberg, 1984; 1981). Ao apresentá-la dessa forma, Kohlberg a caracterizou a partir de três elementos centrais: a prescritividade, a universalidade e a igualdade.

A prescritividade diz respeito ao “dever agir”. Consiste na elaboração de normas de conduta que devem ser adotadas pelo indivíduo, considerando critérios específicos, como por exemplo, os direitos e os deveres dos demais indivíduos envolvidos numa relação. Um exemplo de uma norma prescritiva seria o imperativo categórico elaborado por Kant (1785/2007) “age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na sua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim, e nunca e simplesmente como um meio” (p. 69). Para esse filósofo, as ações de todos os indivíduos deveriam estar pautadas nesse princípio, que preza pelos direitos fundamentais, pela proteção da vida e pela dignidade do ser humano.

Para que julgamentos ou ações sejam consideradas morais, não basta que as normas que os regulam sejam prescritivas. É preciso que elas sejam também universais. Ou seja, a mesma norma ou princípio, deve poder ser aplicada para todas as pessoas, em diferentes situações, e ainda assim conservar seu ideal primário, que nesse exemplo consiste na preservação dos direitos e na valorização da vida e da dignidade humana. Entretanto, para que um princípio possa ser considerado universal, é preciso que ele seja construído com base em um elemento que também possa ser caracterizado da mesma forma. E, de acordo com Kohlberg (1981; 1984), os únicos princípios universais são os de justiça.

Pode-se dizer que existem princípios de justiça, ou que os julgamentos morais são construídos com base em princípios de justiça, quando estes consideram a igualdade para a resolução de conflitos morais. Assim, um julgamento pode ser caracterizado como moral quando ele é construído com base em princípios prescritivos, ou seja, com base em princípios que indicam qual seria melhor forma de lidar com uma determinada situação de conflito, de

modo que todos os envolvidos sejam considerados em suas necessidades e tenham seus direitos respeitados. Ao se julgar uma situação como certa ou errada, são utilizadas reflexões sobre igualdade ou equidade, considerando o que é justo para cada um dos envolvidos na situação, ou sobre qual seria a forma mais justa de lidar com a situação. Dessa forma, a prescritividade, a universalidade e a igualdade caracterizam os julgamentos morais pautados em princípios de justiça.

A justiça representa, portanto, um modo de resolução de conflito cujo principal objetivo é restaurar o equilíbrio entre as relações. O desequilíbrio se faz presente nas relações quando as pessoas percebem uma situação de injustiça, como por exemplo a violação de direitos individuais ou coletivos (Colby et al., 1987; Kohlberg, 1984). Essas reivindicações, que se configuram como conflitos morais, podem ser resolvidas a partir de três principais tipos de justiça: distributiva, comutativa e corretiva. A justiça distributiva consiste em um modo de resolução de conflitos no qual se considera principalmente o estabelecimento da igualdade como forma de equilibrar as relações. A justiça comutativa consiste em um modo de resolução de conflitos que envolve o uso de acordos para que as relações voltem a ter o equilíbrio anteriormente quebrado. E a justiça corretiva consiste em um modo de resolução de conflitos que envolve uso de punições como forma de restabelecer o equilíbrio das relações.

A construção desses tipos de justiça, que se diferenciam quanto o modo como a igualdade e a reciprocidade são utilizadas ao longo do avanço na sequência de estágios morais, relaciona-se também com o desenvolvimento progressivo da tomada de perspectiva social em cada etapa do desenvolvimento moral (Colby et al., 1987). Essas etapas, bem como o desenvolvimento progressivo das noções de igualdade e de reciprocidades serão apresentadas a seguir.

1.1.3. Modelo estrutural de desenvolvimento moral

Ao apresentar seu modelo estrutural sobre o desenvolvimento moral, dentro de uma perspectiva sociocognitiva, Kohlberg (1984) assumiu os pressupostos apresentados por Piaget em sua obra datada de 1964 sobre o desenvolvimento cognitivo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento foi apresentado como “um processo de equilibrações sucessivas, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior” (Piaget, 1964; p.13). As operações de igualdade e reciprocidade, que são centrais para o desenvolvimento do pensamento lógico, e também para a concepção da moral como princípios de justiça, são construídas ao longo do desenvolvimento ontogenético. O desenvolvimento progressivo dessas operações no domínio moral pode ser verificado a partir do modelo de níveis e estágios morais elaborado por Kohlberg.

Os estágios morais representam estruturas de raciocínio que se modificam progressivamente com o avanço da idade, e que se diferenciam qualitativamente a partir do nível de desenvolvimento cognitivo (Piaget, 1964) e social (Selman, 1976). Em seu modelo de estágios de desenvolvimento moral, Kohlberg (1984) apresentou como a noção de justiça é progressivamente construída na medida em que a pessoa passa de um estágio para o outro. A transição hierárquica na sequência de estágios, de acordo com Kohlberg, ocorreria a partir da presença do conflito cognitivo, que é produto das interações das pessoas com o meio social.

A ideia de conflito cognitivo foi apresentada por Piaget (1964), e representa, segundo este autor, uma perturbação momentânea de um estado de equilíbrio. Um conflito cognitivo existe quando um raciocínio de um estágio posterior ao estágio em que o indivíduo se encontra é apresentado a ele como uma forma alternativa de lidar com uma determinada situação social. As reflexões sobre esse novo raciocínio que lhe foi apresentado faz com que o indivíduo duvide da validade do seu próprio raciocínio e, por meio de reflexões sucessivas, o indivíduo chega à

conclusão de que o novo raciocínio representa uma forma mais adequada de lidar com o conflito e, portanto, o acomoda em seus esquemas de ação.

Devido a sua natureza cognitiva, a sequência de estágios de desenvolvimento moral possui uma ordem invariante e universal. Ou seja, todas as pessoas, em qualquer cultura, passam pela mesma ordem sequencial de estágios morais. As diferenças que podem ser encontradas com relação ao tipo de estágio moral utilizado por pessoas da mesma idade podem ser atribuídas às diferenças culturais, que podem favorecer um avanço mais rápido ou mais lento na sequência de estágios (Snarey, Reimer, & Kohlberg, 1985; Turiel, Edwards, & Kohlberg; 1978, como citado em Kohlberg, 1984). Para Kohlberg (1984) tão importante quanto a cognição é a habilidade de tomada de perspectiva social (Selman, 1976) para o desenvolvimento de julgamentos morais, pois essa habilidade fornece a estrutura sociocognitiva que sustenta a construção das estruturas do julgamento moral. A tomada de perspectiva social consiste também, no elemento que diferencia o modo como os julgamentos morais serão construídos em cada nível e em cada estágio moral.

Em seu modelo, Kohlberg (1984) apresentou três níveis de julgamento moral (pré-convencional, convencional e pós-convencional), sendo cada nível composto por dois estágios. Estes estágios foram descritos por Kohlberg (1984; 1981) e por Colby et al. (1987) considerando ideia de moral correspondente a cada um, suas perspectivas sociomorais e a forma em que as operações de igualdade e de reciprocidade se apresentam. Os estágios e níveis morais, como descritos por estes autores, são apresentados a seguir.

1.1.3.1. Níveis e estágios de julgamento moral

No nível pré-convencional as ações e julgamentos consideram uma heteronomia moral, como apresentada por Piaget (1932). Devido a coação do adulto, as normas são obedecidas e respeitadas como forma de evitar punições (Estágio 1), ou como um meio para que uma

necessidade individual seja atendida (Estágio 2). As noções de igualdade e de reciprocidade nesse nível aparecem em suas formas mais primitivas, ou seja, de forma concreta.

O Estágio 1 – Orientação para a punição – é caracterizado pelo uso de uma perspectiva individual. A criança não consegue identificar outra perspectiva sobre a situação que não a sua, mas já consegue se diferenciar do meio externo. Nesse estágio, as ações são avaliadas de modo imparcial e concreto. As ações são consideradas como “sempre certas”, quando não implicam em punição, ou como “sempre erradas” quando implicam em punição. A aplicação de sanções ocorre por meio do uso da igualdade concreta, que representa uma “distribuição por equalização estrita para aqueles que são classificados em uma mesma categoria” (Kohlberg, 1984; p.625). Ou seja, todas as crianças de um determinado grupo devem receber o mesmo tratamento com relação às punições ou recompensas, independente de intenções ou de fatores situacionais. A reciprocidade é estrita, e se apresenta na forma de troca concreta, por exemplo, uma boa ação ocorre mediante outra boa ação.

Uma das diferenças mais marcantes entre o Estágio 1 e o Estágio 2 – Hedonismo Instrumental – consiste no avanço da tomada de perspectiva social. Nesse momento, a criança já é capaz de perceber que as outras pessoas podem ter perspectivas diferentes sobre uma mesma situação. No entanto, por ainda não ser capaz de utilizar a descentração, a criança não consegue coordenar a perspectiva do outro com a sua, que sempre prevalece. Esse estágio é caracterizado também pela necessidade de atender aos desejos individuais, sendo as ações consideradas como corretas aquelas que levam a criança nessa direção. No entanto, as ações classificadas como moralmente corretas tendem também, a maximizar a satisfação das necessidades e minimizar as punições ou consequências negativas. A ideia de igualdade, assim como a de reciprocidade, é compreendida a partir das necessidades individuais, de modo que uma distribuição igual e uma troca serão justas quando atenderem às expectativas e necessidades da criança. Observa-

se ainda nesse estágio a possibilidade de realização de acordos entre as crianças, mas desde que beneficiem a ambas.

A entrada no nível convencional é caracterizada pela evolução na habilidade de tomada de perspectiva social, com a coordenação, inicialmente da perspectiva de uma terceira pessoa, e posteriormente com coordenação de várias perspectivas, o que permite a adoção de um ponto de vista generalizado da situação. Essa evolução na tomada de perspectiva social permite que a criança ou o adolescente se perceba não apenas como um indivíduo isolado, mas como membro de grupos. Nesse nível, Colby et al. (1987) explicam que a ideia de moral está estritamente relacionada com a ideia de convenção social. Ou seja, a moralidade consiste num sistema de normas compartilhadas que regulam o comportamento das pessoas nos grupos dos quais fazem parte. Inicialmente as considerações sobre as normas são feitas com relação aos grupos primários, como a família e a escola. Posteriormente essas considerações se estendem à sociedade a partir de suas leis.

Este nível é marcado ainda pela construção da identidade coletiva, que segundo Habermas (1983), consiste no processo de identificação do indivíduo com as características de um grupo. Esse processo é iniciado com a formação da identidade de papéis, que se caracteriza pela identificação da criança ou do adolescente com os papéis relacionados com sexo e idade, que são formados a partir das relações familiares. E posteriormente pela identificação destes com as normas sociais. As normas sociais representam o fator que permite a coesão dos indivíduos, possibilitando que eles se percebam não apenas como membros de grupos isolados, mas como cidadãos.

O nível convencional de pensamento moral é composto pelo Estágio 3 – Moralidade do bom-garoto, e pelo Estágio 4 – Orientação para a lei e para a ordem. No Estágio 3, a possibilidade de coordenar a perspectiva individual com a de uma terceira pessoa permite que a criança ou adolescente se perceba como membro de grupos, inicialmente na família e

posteriormente na escola, por exemplo. As relações nos grupos são mantidas por laços de amizade, de lealdade e de confiança, e as crianças ou adolescentes entendem que as normas são necessárias para manter o bom funcionamento do grupo. As ações consideradas como moralmente corretas são, portanto, aquelas que atendem às expectativas do grupo, e para realizar estes julgamentos sobre as ações, as crianças ou adolescentes começam a utilizar avaliações sobre intencionalidade.

No Estágio 3 é possível observar também o uso das noções de universalidade e de igualdade de forma mais avançada. No entanto, a aplicabilidade dessas operações se mantém restrita às relações com os grupos, e podem ser observadas no uso da Regra de Ouro, que consiste em uma das principais características desse Estágio: “faça com os outros o que gostaria que fizessem com você” (Kohlberg, 1981; p. 149). A ideia de pertença a um grupo faz com que a criança ou adolescente tenha um primeiro contato com a relação entre direitos e deveres, e é nessa relação que se pode observar o uso da reciprocidade (Kohlberg, 1984). Ao perceber que o grupo possui deveres para com ela, como cuidar de sua saúde e alimentação, no caso da família, a criança ou adolescente percebe que esses cuidados devem ser retribuídos. E o são, geralmente, na forma de bom comportamento.

A passagem do Estágio 3 para o Estágio 4 é marcada por uma generalização da habilidade de tomada de perspectiva social. Com a aquisição do pensamento formal há uma modificação dessa habilidade de tal modo que o adolescente se torna hábil a adotar uma perspectiva mais generalizada, agora como membro da sociedade. Essa nova perspectiva dá suporte para que os julgamentos sobre o que é certo ou errado sejam feitos com base no uso das leis da sociedade e com base nas normas impostas por suas instituições. A moral adquire, portanto, um caráter legalista. E, é a partir desse caráter que as ações passam a ser julgadas.

No Estágio 4 as noções de igualdade, universalidade e reciprocidade são observadas nas relações que os adolescentes estabelecem com a sociedade, por meio de suas instituições,

normas e leis. As leis representam nesse estágio a norma principal que rege o comportamento de todos os membros da sociedade, que deve ser obedecida e respeitada por todos, de forma universal e imparcial. As leis representam também ferramentas que garantem os direitos de todos os cidadãos. E, é por meio do respeito e da obediência às normas e leis, que os cidadãos podem retribuir os benefícios que a sociedade lhes oferece. O Estágio 4 se caracteriza, portanto, pela entrada do adolescente na vida social a partir do conhecimento que este adquire sobre o funcionamento da sociedade. As leis e normas sociais passam a ser o fator que promove a identificação do adolescente com as demais pessoas, e que favorece, por sua vez, a afirmação de sua identidade social.

A passagem do nível convencional para o pós-convencional é marcada por uma evolução da identidade social, que ocorre por meio do processo de racionalização. Ou seja, ocorre uma mudança na percepção que a pessoa tem de si mesma: ela deixa de se perceber apenas como um cidadão, e passar a se considerar, também, como um agente moral que é responsável pela preservação dos direitos fundamentais de todos os membros da sociedade.

Este processo, segundo Habermas (1983), é determinante para a evolução social, pois é por meio dele que as pessoas passam a questionar a validade das normas sociais, quando estas não são percebidas como justas. E, esta possibilidade de questionamento das leis e normas é uma característica marcante dos Estágios do nível pós-convencional. Devido ao processo de racionalização, a moral deixa de ser pautada apenas nas leis e normas sociais e passa a ser guiada inicialmente por um contrato social subjetivo e, posteriormente, por princípios éticos. Esse nível é composto pelo Estágio 5 – Orientação pelo contrato social, e pelo Estágio 6 – Orientação por princípios éticos universais.

De acordo com Colby et al., (1987), as perspectivas sociais desses Estágios são bastante semelhantes. Com relação à organização estrutural dos princípios de justiça, a igualdade aparece em sua forma mais complexa, ou seja, como equidade. O uso da equidade se torna

possível nesse nível, pois as pessoas, ao realizarem seus julgamentos, não utilizam apenas as leis. Elas avaliam as necessidades, os motivos e as intenções de cada pessoa envolvida na situação de conflito, para poder tratá-las de forma justa. Nessa etapa do desenvolvimento moral as leis deixam de ser compreendidas como convenções sociais necessárias apenas para a manutenção da ordem social e passam a ser compreendidas a partir dos elementos que as constituem. Ou seja, as pessoas percebem as leis como considerações sobre Direitos Humanos e sobre princípios éticos universais.

No Estágio 5 a moral está presente em ações que valorizam os Direitos Humanos, a vida e a dignidade do ser humano. As leis ainda representam a base das relações das pessoas com as demais, mas o respeito pelas leis ocorre não mais pela imposição de uma autoridade, mas pela compreensão sobre a necessidade delas para a regulação do comportamento social, e pelo fato das pessoas entenderem que as leis existem para garantir os direitos fundamentais de todos os membros da sociedade. No entanto, mesmo considerando a necessidade e importância das leis, as pessoas se sentem livres para questioná-las quando percebem que elas não estão sendo justas, ou quando percebem que elas ferem algum direito fundamental. A possibilidade de questionamento das leis surge como consequência do estabelecimento de um contrato social subjetivo. Esse contrato é estabelecido a partir do comprometimento de cada pessoa para com as demais, no sentido de respeitar seus direitos e de garantir que todos tenham acesso aos mesmos. Esse sentimento de responsabilidade para com o outro, que é produto do contrato social, caracteriza a ideia de obrigação moral presente nesse Estágio.

No Estágio 6 a construção dos julgamentos morais é feita a partir de uma “perspectiva moral”. Ou seja, as pessoas percebem a si mesmas como agentes morais, antes de se perceberem como cidadãos. Essa perspectiva moral, característica do Estágio 6, é atingida quando a pessoa é capaz de se colocar no lugar de todos os envolvidos em uma determinada situação de conflito, entendendo suas perspectivas e analisando suas necessidades. Ao utilizar essa perspectiva de

agente moral, os julgamentos passam a ter como base princípios éticos prescritivos como a igualdade e a justiça, que são aplicados de modo universal. As leis e as normas sociais não perdem sua validade nesse Estágio, mas passam a ser secundárias na regulação dos comportamentos individuais, pois as pessoas entendem que elas são construídas com base nesses princípios éticos fundamentais.

O nível pós-convencional marca, de acordo com Habermas (1983) uma evolução na identidade social, considerando a passagem de uma identidade pautada na identificação com as normas sociais, para a afirmação de uma identidade que tem por base a identificação das pessoas com a humanidade. Neste tipo de identidade as ações são guiadas por uma consciência moral, na qual as pessoas são consideradas como fins das ações individuais devido às suas características naturais e não mais sociais. Ou seja, o respeito pela dignidade, pela vida e pela liberdade de cada pessoa é o princípio que rege as ações pós-convencionais.

1.2. Mensuração do Julgamento Moral e Uso da Teoria de Kohlberg

O *Moral Judgment Interview* – MJJ, foi o instrumento elaborado por Kohlberg (Colby et al., 1987; Kohlberg, 1984) para a mensuração do julgamento moral. O instrumento possui três versões (A, B e C) sendo cada versão composta por três dilemas morais. Um dilema consiste em uma situação que apresenta um conflito, cuja resolução envolve opções mutuamente excludentes. Um dilema pode ser caracterizado como moral, quando o conflito apresentado envolve a escolha de valores que possuem importância para a pessoa envolvida. A resolução do conflito em um dilema moral ocorre por meio de reflexões morais sobre o bônus e ônus de cada opção, e sobre como essa escolha afeta a vida das pessoas envolvidas. Em um dilema, a escolha por um determinado curso de ação em detrimento de outro envolve, portanto, uma escolha moral e não indica necessariamente aquilo que é certo ou errado. Envolve uma escolha deontológica que representa aquilo que para a pessoa parece ser moralmente adequado para lidar com a situação em questão.

As situações apresentadas nos dilemas do MJJ envolvem conflitos entre (1) a manutenção da vida a partir da violação da lei vs. a necessidade de obediência à lei; (2) o atendimento da própria consciência vs. atendimento às considerações da justiça e da lei; (3) a manutenção de um contrato social vs. a aceitação das imposições da autoridade (Kohlberg, 1984). Para a avaliação do julgamento moral inicialmente os dilemas são apresentados aos participantes e após a apresentação de cada dilema é realizada uma entrevista semiestruturada. As perguntas dessa entrevista foram construídas com o objetivo de eliciar respostas coerentes com os diferentes estágios de julgamento moral. As respostas são classificadas em categorias estabelecidas a priori e que consideram os principais elementos de cada estágio moral (e.g. obediência, consequências utilitárias, priorização dos direitos individuais, coordenação de diferentes perspectivas, uso da reciprocidade, uso da igualdade).

A validade dos estágios de julgamento moral de Kohlberg foi confirmada em dois estudos longitudinais realizado por Kohlberg e colaboradores, com uso do MJJ. Um deles foi realizado na Turquia (Turiel, Edwards & Kohlberg, 1978, como citado em Kohlberg, 1984) e outro realizado com moradores de um *Kibbutz*, uma comunidade israelita (Snarey, Reimer, & Kohlberg, 1985). Além da universalidade dos estágios, estes estudos verificaram o avanço na sequência de estágios com o avanço da idade e verificaram ainda que diferenças culturais podem proporcionar diferenças no ritmo de desenvolvimento na sequência de estágios, por exemplo, Turiel et al. verificaram que os moradores de uma cidade se desenvolveram em um ritmo mais rápido que os moradores de uma vila. Apesar de sua validade, o MJJ sofreu diversas críticas, principalmente no que diz respeito ao tempo necessário para a realização da entrevista e para a categorização das respostas (Rest, Cooper, Coder, Masanz, & Anderson, 1974; Rest, 1975). Rest (1975) indicou ainda o fato de que o MJJ, por ser uma medida de elaboração de raciocínios, possibilita apenas a verificação do estágio moral consolidado, não permitindo a verificação do processo de transição de estágios. Outro problema apresentado por Rest

envolveu a dificuldade da identificação de respostas falsas por meio de entrevistas, o que para ele, pode ocasionar falhas na avaliação do julgamento moral.

Rest et al. (1974), partido das críticas direcionadas ao MJJ, elaboraram o *Defining Issues Test* – DIT, uma medida objetiva para a avaliação do julgamento moral. O DIT apresenta seis, dos nove dilemas morais elaborados por Kohlberg, e a avaliação do julgamento moral é feita a partir da concordância do participante com um conjunto de itens que segue cada dilema. Os itens apresentam raciocínios de cinco estágios morais (do Estágio 2 ao Estágio 6) e, pelo fato de apresentar os raciocínios de cada estágio, permite ao pesquisador verificar tanto os estágios morais consolidados como aqueles em processo de consolidação.

Os estudos realizados com o DIT promoveram um avanço no estudo da moralidade por facilitar a verificação dos estágios morais (Rest, 1975; Rest, Narvaez, Thoma, & Bebeau, 1999; Rest, Thoma, & Edwards, 1997; Thoma, Barnett, Rest, & Narvaez, 1999) e por possibilitar a articulação do julgamento moral com outras variáveis como a ação moral (Thoma, Rest, & Barentt, 1986; Thoma, Rest, & Davison, 1991) e a ideologia política (Narvaez, Getz, Rest, & Thoma, 1999; Rest, Cooper, Coder, Masanz, & Anderson, 1974; Rest, Thoma, Narvaez, & Bebeau, 1997). Sobre o primeiro tipo de articulação, os estudos indicam uma associação positiva entre essas duas variáveis. No entanto, os índices de correlação moderados não permitem afirmar que o julgamento moral seja um responsável direto pela ação moral (Thoma et al., 1986; Thoma et al., 1991). Sobre a relação entre julgamento moral e ideologia política, os estudos realizados por Rest e seus colaboradores foram elaborados a partir das críticas feitas por Emler, Renwick e Malone (1983) sobre o fato de que os itens apresentados no DIT para avaliar o julgamento moral representavam, na verdade, raciocínios sobre orientações políticas e não raciocínios morais, e que, nesse sentido, o julgamentos morais convencionais e pós-convencionais poderiam ser reduzidos à orientações políticas conservadora e liberal. No entanto, Narvaez et al. (1999) e Rest et al. (1997) defendem que os posicionamentos

conservadores estão associados aos julgamentos morais convencionais, pois esse tipo de julgamento enfatiza o respeito à autoridade e à necessidade de manutenção da ordem social por meio da obediência às normas e leis impostas por ela. Já os posicionamentos liberais seguem associados a julgamentos morais pós-convencionais, pois enfatizam a ideia de justiça, de igualdade, de liberdade e de respeito aos direitos individuais.

Ainda no que diz respeito ao DIT, mais recentemente, Thoma e Dong (2014) apresentaram uma reavaliação desse instrumento reafirmando sua validade e confiabilidade para a mensuração dos estágios de julgamento moral, e também para a verificação dos avanços no desenvolvimento ao longo do tempo. Esses autores defenderam ainda a validade do DIT para a identificação dos esquemas morais propostos por Rest, Narvaez, Bebeau e Thoma (1999) que consistem em uma reinterpretação dos níveis de julgamento moral propostos por Kohlberg (1984).

Outros estudos sobre o desenvolvimento moral, com base na teoria de Kohlberg (1984), e considerando críticas sobre ela, proporcionaram uma expansão do estudo da moralidade para a investigação de aspectos não abarcados por Kohlberg. Tem-se como exemplo os estudos realizados por Gilligan (1982) e Turiel (1997). Gilligan (1982), diferente de Kohlberg, enfatizou a existência de diferenças de gênero no desenvolvimento moral. Para essa autora, meninos e meninas (homens e mulheres) se diferenciam com relação à ênfase dada em seus julgamentos morais: os meninos tenderiam a enfatizar em seus julgamentos raciocínios de justiça e as meninas tenderiam a enfatizar em seus julgamentos o cuidado pelo outro. Nesse sentido, Gilligan indicou a existência de uma ética do cuidado, que funcionaria como guia do desenvolvimento moral de meninas. Turiel (1997) criticou a concepção universal atribuída por Kohlberg aos estágios morais e passou a defender um relativismo moral e uma influência da cultural na construção dos julgamentos morais. Turiel defendeu que as diferenças contextuais e culturais proporcionariam diferenças na forma como as pessoas construiriam suas reflexões

morais e convencionais, que afetariam o modo como elas interpretariam situações sociais específicas. Nesse sentido, o julgamento moral compreenderia a parte cognitiva dos julgamentos sociais, por serem construídos com base em considerações sobre bem-estar e justiça. Ainda de acordo com Turiel, esse tipo de julgamento deveria ser diferenciado dos julgamentos sobre as convenções sociais, que são baseados, por sua vez, em considerações sobre as tradições, os costumes e a organização social.

Por meio de um levantamento dos estudos publicados sobre o desenvolvimento moral, entre os anos de 2010 e 2017 observa-se um declínio do uso da perspectiva teórica de Kohlberg. Esse levantamento foi feito por meio do portal de periódicos da Capes nas bases de dados APA PsycNet – base de dados da *American Psychology Association* e *Scientific Electronic Library Online* – Scielo Brasil, utilizando os termos “Kohlberg” ou “*Moral Development*” ou “*Moral Judgment*” ou “*Morality*”. Foram encontradas 537 publicações, entre artigos e capítulos de livro. A partir da leitura do resumo e da introdução destes artigos, verificou-se que 107 trabalhos internacionais e 16 trabalhos nacionais, entre artigos teóricos, empíricos e capítulos de livros, citavam a teoria de Kohlberg. Desse total, 72 publicações foram encontradas na APA PsycNet, e 67 delas ressaltaram a importância da teoria do desenvolvimento do julgamento moral de Kohlberg para o estudo do domínio moral com base cognitiva, mas não a utilizaram como base de suas investigações. Apenas cinco publicações encontradas nessa base utilizaram a teoria de Kohlberg em suas investigações. Dos 67 trabalhos que apenas referenciaram os estudos de Kohlberg foram encontrados 26 trabalhos teóricos (artigos e capítulos de livros) e 41 trabalhos empíricos. Estes investigaram fenômenos não abarcados nos estudos de Kohlberg como as emoções e o comportamento moral, ou investigaram questões que foram alvo de críticas como a influência dos aspectos culturais.

Os trabalhos teóricos que seguiram essa linha investigaram os seguintes temas: emoções morais (Decety & Howard, 2014; Ditto & Liu, 2012; Farnsworth, Drescher, Nieuwsma, Walser,

& Currier, 2014; Malti & Keller, 2010; Olatunji, Bunmi & Puncochar, 2014; Thompson & Newton, 2010), instrumentos de mensuração (Skoe, 2014), ambivalência moral (Navarick, 2013), significado moral (Janoff-Bulman, 2013), filosofia moral e virtudes (Kristjánsson, 2012; Kalis, 2010; Holyoak & Powell, 2016), autonomia moral e motivação (Assor, 2012), avaliação do julgamento moral com distância psicológica do fato (Eyal & Liberman 2012), regulação moral (Janoff-Bulman, 2012), psicoterapia (Pearlman, 2012), convicção moral (Skitka, 2012), heroísmo moral (Walker, Frimer, & Dunlop, 2012), genocídio (Staub, 2012), aspectos culturais da moralidade (Sverdlik, Roccas, & Sagiv, 2012), ética profissional (Jennings & Hannah, 2011; Ponton, 2015), motivos morais (Rai & Fiske, 2011), mídia (Tamborini, 2011) e educação (Berkowitz, 2012; Cushman & Greene, 2012).

Já os trabalhos empíricos que citaram a teoria de Kohlberg, mas não a utilizaram, investigaram os seguintes temas: instrumentos de mensuração do desenvolvimento moral (Li et al., 2014), ação moral (Gray, Schein, & Ward, 2014; Gray & Wegner, 2009; Shulman, Cauffman, Piquero, & Fagan, 2011), identidade moral (Aquino, Freeman, Reed, Felps, & Lim, 2009; Aquino, McFerran, & Laven, 2011; Frimer & Walker, 2009; Swann, Gómez, Buhrmester, López-Rodríguez, Jiménez, & Vázquez, 2014; Winterich, Aquino, Mittal, & Swartz, 2013), teoria das bases morais – *Moral Foundation Theory* (Davies, Sibley, & Liu, 2014; Frimer, Biesanz, & Walker, 2013; Graham et al., 2011; Graham, Haidt, & Nosek, 2009), pensamento moral pró-social (Eisenberg, Hofer, Sulik, & Liew, 2014), internalização moral (Sheikh & Janoff-Bulman, 2013), comportamento moral (Cohn, Bucolo, Rebellon, & Van Gundy, 2010; Gu, Zhong, & Page-Gould, 2013; Kish-Gephart, Harrison, & Treviño, 2010; Reynolds, Leavitt, & DeCelles, 2010), tomada de decisão (Conway & Gawronski, 2013; Seiler, Fischer, & Ooi, 2010), avaliação do julgamento moral com distância psicológica do fato (Agerström, Björklund, & Carlsson, 2013), psicopatologia/psicanálise (Naso, 2012; Young, Koenigs, Kruepke, & Newman, 2012), teoria da mente (Smetana, Jambon, Conry-Murray, &

Sturge-Apple, 2012), relevância de aspectos situacionais para o julgamento moral (DeCelles, DeRue, Margolis, & Ceranic, 2012; Shu & Gino, 2012), esportes (Mouratidou, Barkoukis, & Rizos, 2012), religião e cultura (Skitka, Bauman, & Lytle, 2009; Van Oudenhoven, de Raad, Carmona, Helbig, & Van der Linden, 2012), emoções morais (Horberg, Oveis, Keltner, & Cohen, 2009; Koven, 2011; Russell & Giner-Sorolla, 2011; Tybur, Lieberman, & Griskevicius, 2009), personalidade moral (Frimer, Walker, Dunlop, Lee, & Riches, 2011; Krick et al., 2016), força moral (Hannah & Avolio, 2010), influência de aspectos culturais na moral (Narvaez & Hill, 2010), poder social (Lammers & Stapel, 2009), regulação moral (Janoff-Bulman, Ronnie Sheikh & Hepp, 2009) e equidade (Baumard, Mascaro, & Chevallier, 2012).

Dos cinco trabalhos que utilizaram a teoria de Kohlberg, selecionados na APAPsycNet, dois foram trabalhos teóricos. Um deles realizou a revisão de trabalhos que utilizaram o *Defining Issues Test*, instrumento de mensuração do julgamento moral (Thoma & Dong, 2014), elaborado com base na teoria de Kohlberg e outro mencionava o processo de evolução da área da psicologia do desenvolvimento moral a partir teoria de Kohlberg (Lapsley & Carlo, 2014). Os três trabalhos empíricos encontrados nesta base de dados versavam sobre identidade moral (McFarland, Webb, & Brown, 2012), a relação entre moral e aspectos culturais (Passini & Villano, 2013) e uma comparação entre instrumentos de mensuração do julgamento moral (Tuladhar & Commons, 2014).

Dos 16 trabalhos selecionados a partir da busca feita no Scielo Brasil, dez citavam a importância da teoria do desenvolvimento do julgamento moral de Kohlberg para o estudo do domínio moral com base cognitiva e seis usaram esta teoria como base de suas investigações. Dos trabalhos que apenas citaram a teoria, cinco foram trabalhos empíricos e cinco foram trabalhos teóricos. Os trabalhos empíricos abordaram os seguintes temas: comportamento ambiental (Raymundo, Felipe, & Kuhnen, 2014), educação para a cidadania (Barbosa, 2013), autonomia moral (Velho, Quintana, & Rossi, 2014), ação moral (Souza & Vasconcelos, 2009),

instrumentos de mensuração do julgamento moral (Bataglia, Morais, & Lepre, 2010) e percepção do futuro (Iamanishi, Passarelli, & La Taille, 2011). Já os trabalhos empíricos que ressaltaram a importância da teoria de Kohlberg abordaram os seguintes temas: teoria da mente (Loureiro & Souza, 2013), atos infracionais (Monte, Sampaio, Rosa Filho, & Barbosa, 2011), tomada de decisão (Wittmann-Vieira & Goldim, 2012), educação (Alencar, Marchi, Couto, Romaneli, & Lima, 2014) e educação moral (Müller & Alencar, 2012).

Dos seis trabalhos que usaram a teoria do desenvolvimento do julgamento moral de Kohlberg como base de suas investigações, um deles foi teórico e abordou o tema da educação (Razera, 2011) e cinco foram empíricos e abordaram os seguintes temas: anomia social (Noriega, Camino, Formiga, Quijada, & Bautista, 2013), comportamento no trânsito (Polli, Thielen, Hartmann, & Soares, 2010), pena de morte e redução da maioria penal (Galvão & Camino, 2011), uso abusivo de álcool (Lepre & Martins, 2009) e atos infracionais (Monte & Sampaio, 2012).

Por meio desse levantamento verificou-se que de 537 trabalhos indexados com os termos “Kohlberg” ou “*Moral Development*” ou “*Moral Judgment*” ou “*Morality*”, nas duas bases de dados citadas, apenas 11 trabalhos utilizaram a teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1984). De acordo com Lapsley e Carlo (2014) esse declínio é produto da superação da revolução cognitiva do final do século XX, e principalmente, produto da diminuição do uso dos pressupostos cognitivos de Piaget. No entanto, esses autores defendem que esse declínio não implicou, necessariamente, na perda do interesse dos pesquisadores pelo estudo da moralidade. Muito menos implicou na perda da validade da teoria de Kohlberg. A prova disso é que trabalhos desenvolvidos no início do século XXI ainda que não tenham utilizado a teoria de Kohlberg, citam sua importância para a evolução do estudo da moralidade, e algumas vezes a utilizam como ponto de partida para novas construções teóricas.

Por meio desse levantamento verificou-se também que os pesquisadores estão associando o estudo da moralidade com o estudo de temas da psicologia social, como a influência de contextos educacionais, da cultura e o papel da identidade. Ainda que os autores não façam menção, pode-se considerar esse direcionamento como uma confirmação das considerações de Doise (1989, 2010) sobre a importância da articulação entre variáveis de diferentes níveis de análise para a compreensão das dinâmicas sociais.

Nesse sentido, defende-se o uso da teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg, no presente trabalho de tese, pela possibilidade que ela oferece de se verificar diferenças individuais sobre concepções de justiça em uma mesma etapa do desenvolvimento ontogenético. E por considerar também, que estas concepções são responsáveis pelo modo como as pessoas avaliam situações sociais e como interagem na e com a sociedade.





CAPÍTULO II

2. DO PENSAMENTO INDIVIDUAL À AÇÃO POLÍTICA

O estudo do conhecimento social foi abordado por diferentes perspectivas das ciências humanas. Especificamente no âmbito da psicologia social, o estudo deste tema se faz presente em duas vertentes: psicológica e sociológica. Para a Psicologia Social Psicológica, a compreensão do conhecimento social ocorre a partir de processos mentais básicos, como a percepção, a memória e a cognição, e da influência desses processos na construção do conhecimento social. Já para a Psicologia Social Sociológica, o conhecimento social se dá a partir das experiências sociais do indivíduo enquanto um ser em constante interação (Ferreira, 2011).

Ferreira (2011) realizou um levantamento sobre o desenvolvimento da psicologia social e apresentou os fatores que contribuíram tanto para o desenvolvimento da vertente psicológica como da vertente sociológica referente à construção do conhecimento social. Esses fatores não serão discutidos neste capítulo, mas podem ser aprofundados em manuais de Psicologia Social (Álvaro & Garrido, 2006; Rodrigues, 1991; Torres & Neiva, 2011). O que é interessante ressaltar sobre a Psicologia Social Sociológica, é que o auge do seu desenvolvimento na Europa ocorreu na década de 1960, momento em que houve um grande interesse dos psicólogos sociais dessa região em compreender a estrutura social (Ferreira, 2011). Foi nessa mesma década, em 1965, que Jean Piaget, epistemólogo genético, publicou na França, a obra intitulada “*Études Sociologiques*”. Piaget, que vinha de uma tradição de estudo sobre o desenvolvimento intelectual individual, começou a apresentar e discutir a importância do contexto social e das interações dos indivíduos uns com outros, e também com o meio social, para o desenvolvimento ontogenético do conhecimento social. Nesta direção, apresentou como fatores do desenvolvimento psicossocial, a exemplo da formação das regras e dos valores, atuam na construção das relações sociais, através de uma relação de interdependência entre o desenvolvimento individual e o desenvolvimento social. Piaget, que não foi considerado um

psicólogo social, apresentou não apenas nesta obra, mas em outras anteriores como em o “*Le jugement moral chez l’enfant*” (O julgamento moral da criança), publicada em 1932, a necessidade do estudo das interações sociais para o desenvolvimento cognitivo individual. Essas duas obras de Piaget apresentam os elementos essenciais para a compreensão não apenas do desenvolvimento moral individual, a partir das interações do indivíduo, mas também do desenvolvimento intelectual e para a construção das relações na sociedade. Nesse sentido, pode-se, portanto, pensar em Jean Piaget como um interlocutor das duas vertentes da Psicologia Social, no que diz respeito à compreensão do conhecimento social.

Piaget (1965) define a sociedade como “um sistema de atividades na qual as interações elementares consistem, literalmente, em ações que reciprocamente modificam umas às outras de acordo com certas leis de organização ou equilíbrio (...) em suma, construções coletivas e coordenação de operações” (Piaget, 1965; p. 41). Nesta definição, Piaget apresenta as interações sociais como uma característica essencial da sociedade. A ênfase dada por ele às interações sociais pode ser observada em sua teoria sobre o desenvolvimento cognitivo, sendo este o elemento central não apenas para a construção da sociedade, mas sobretudo, para o desenvolvimento intelectual. Ao colocar as interações como um elemento essencial tanto para a sociedade como para o indivíduo, Piaget apresentou uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade, de tal modo que um não poderia ser pensado sem o outro. Essa noção de interdependência entre indivíduo e sociedade foi apresentada também pelos psicólogos sociais Willem Doise e Serge Moscovici.

Doise (1980; 2002) a partir de uma revisão de estudos realizados na área da psicologia social, verificou a existência de quatro níveis de análises a partir dos quais diversos autores buscavam explicar e compreender as relações e interações sociais. O primeiro nível de análise se referia aos processos intraindividuais, no que diz respeito ao modo como as pessoas, a partir de seus processos cognitivos, organizam suas experiências na sociedade. O segundo nível de

análise enfatizava os processos interindividuais e situacionais considerando que, por meio das interações das pessoas na sociedade, e dos contextos em que essas interações ocorriam, era possível compreender os princípios da relação entre homem e sociedade. O terceiro nível de análise considerava o papel das pessoas na sociedade, envolvendo sua participação em grupos, como uma forma de compreender as dinâmicas sociais a partir da posição dos atores sociais. Por fim, o quarto nível de análise, caracterizado como mais societal por Doise (1980; 2002), buscava explicar e compreender as dinâmicas sociais a partir dos sistemas de crenças e normas sociais, partindo do princípio de que são as características culturais e ideológicas que dão significado ao comportamento individual ou grupal e os diferencia de outros.

A partir da verificação desses quatro níveis de análise, Doise (2002) defendeu a ideia de que uma compreensão profunda sobre a sociedade e sobre a forma como as pessoas interagem nela, poderia ser atingida a partir da articulação desses diferentes níveis de análises. Ao articular aspectos individuais e sociais o psicólogo social possuiria as ferramentas essenciais para a compreensão do funcionamento da sociedade ou dos jogos sociais. A visão de Doise contribuiu para a realização de trabalhos empíricos que ampliaram a proposta de Moscovici (1988) para a compreensão da sociedade considerando a articulações de aspectos individuais e sociais. Moscovici (1988), a partir de uma análise das concepções de sociedade de sociólogos como Durkheim, Weber e Simmel, conclui que teorias sociológicas não são suficientes para a explicação do funcionamento social e que esses fenômenos poderiam ser melhor explicados pela Psicologia. De acordo com Moscovici (1988), não é possível compreender a sociedade sem compreender antes como os indivíduos se associam e como eles se tornam um grupo. Nesse sentido, o autor defende que a compreensão do pensamento individual é essencial para a compreensão dos fenômenos sociais.

Ainda de acordo com a perspectiva de Moscovici (1988), o que mantém os indivíduos unidos em grupo é uma espécie de “coerção social”, que consiste num sentimento de obrigação

de cada indivíduo para com os demais, e que é imposta implicitamente pelo meio e por cada pessoa a si própria. Ela representa tudo aquilo que precisa e que deve ser feito pelo indivíduo, pelo grupo e para o grupo. Essa coerção, que pode ser entendida também como as regras que são criadas durante as interações sociais, são responsáveis pelo estabelecimento de um contrato social que permite a associação harmoniosa dos indivíduos enquanto uma coletividade, ou grupo. Portanto, de acordo com Moscovici (1988), é a conformidade com as regras de conduta, criadas e estabelecidas nas interações sociais, que possibilita a coesão do grupo e consequentemente a construção da sociedade.

Concordar com Moscovici, quando ele afirma que o que possibilita a união de indivíduos em uma sociedade é a coerção social, e considerar que as regras são dela derivadas, é uma atitude plausível, mas que não deve permanecer isenta de questionamentos. As reflexões apresentadas por Moscovici (1988) eliciam a seguinte questão: se as regras de conduta são criadas nas interações sociais, e a partir da coerção social, como essa coerção é desenvolvida e como os indivíduos desenvolvem a consciência dessas regras que permitirão sua associação com outras pessoas e, consequentemente, o estabelecimento de uma harmonia no grupo?

Moscovici apresenta um raciocínio que parece responder essa questão. Para ele, a coerção e as regras surgem das ideias que as pessoas constroem sobre assuntos específicos. Essas ideias, também chamadas por este autor de ideologias, representam a base para a associação dos indivíduos. Ou seja, de acordo com a análise de Moscovici sobre a construção da sociedade, são as ideologias, ou as ideias comuns e compartilhadas entre os indivíduos, que permitem que estes se associem e consequentemente formem uma sociedade. Nesse sentido, para Moscovici (1988), é o indivíduo, em sua singularidade, que tem o poder de construir a sociedade. É o indivíduo, enquanto entidade intelectual, e enquanto membro de um grupo, que fornece a força necessária para que suas ideias se tornem o elemento central da associação entre pessoas, da coerção do grupo e de suas regras, e consequentemente, da sociedade. Portanto,

resta agora procurar compreender como essas ideias são desenvolvidas de modo a se tornarem a força que impulsiona a sociedade.

A partir da importância da compreensão das crenças e valores para o entendimento das sociedades e de seu funcionamento como mencionado por Moscovici (1988), apresenta-se neste trabalho de tese um modelo de desenvolvimento das ideologias a partir das considerações de Jean Piaget sobre a construção dos valores ao longo do desenvolvimento ontogenético. Piaget (1965), a partir de uma articulação entre elementos cognitivos e fatores de influência social, explica como os valores e crenças se desenvolvem. Para Piaget, os valores e as crenças que motivam as interações sociais podem ser definidos como ideologias.

A articulação proposta por Piaget (1965) sobre a compreensão da ideologia a partir de uma perspectiva cognitiva individual, para depois atingir a esfera social, mostrou-se necessária pois se verifica que, mesmo diante da importância dada por psicólogos sociais ao estudo do conhecimento social (Doise, 1980, 2002; Moscovici, 1988), não se verifica em manuais de psicologia social uma ênfase sobre o estudo da ideologia enquanto um elemento norteador das ações e das interações das pessoas na sociedade acerca de seu papel na sociedade (Álvaro & Garrido, 2006; Rodrigues, 1991; Torres & Neiva, 2011). Portanto, com base nas reflexões de Piaget (1965) considera-se para esta tese a ideologia como um elemento essencial para a construção do conhecimento social e para a compreensão das ações das pessoas na sociedade.

2.1. A Epistemologia Genética e o Estudo do Conhecimento Social

A epistemologia genética de Jean Piaget discute aspectos da origem do conhecimento individual e também social. Para Piaget (1965), o estudo do conhecimento social deve ser feito de forma paralela ao estudo do conhecimento individual, pois ambos se desenvolvem de forma simultânea e interdependente (Piaget, 1965). O estudo do conhecimento social, e consequentemente do pensamento social, segundo essa perspectiva, só é possível quando se compreendem as dinâmicas das relações sociais, que são observadas em dois tipos de relação:

morais e legais. Piaget, em sua obra “*Estudos Sociológicos*”, indica os caminhos da construção desses dois tipos de relações sociais, apresentando suas similaridades e diferenças. Nessa obra Piaget apresenta também seu ponto de vista sobre como o pensamento passa de um nível mais individual para atingir um nível mais social, a partir dos fatores que levam à construção desses dois tipos de relações. Com base na perspectiva piagetiana, pretende-se compreender como as relações sociais, sejam elas legais ou morais, são estabelecidas entre os indivíduos e o que essas relações proporcionam aos indivíduos enquanto membros de uma sociedade.

2.1.1. Construção e compreensão das regras e o desenvolvimento do sentimento de respeito

O estudo do conhecimento social para a epistemologia genética tem como ponto de partida o estudo dos fatos sociais, que foram definidos por Piaget (1965) como “interações ou comportamentos que são verificados entre indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social” (p.31). Os fatos sociais constituem tudo aquilo que é produto das interações do indivíduo com o meio e que modificam o comportamento individual. São, de acordo com Piaget (1965), essas interações, e as possíveis modificações no comportamento individual, a partir dos fatos sociais, que constituem a sociedade. Nesse sentido, para se entender o processo de construção do conhecimento social e a construção do pensamento social é preciso entender, sobretudo, a origem e a natureza das interações sociais e como essas interações se estabelecem no meio social.

Dois principais fatores são indicados por Piaget (1965) como diretamente relacionados com o estabelecimento das interações sociais e, conseqüentemente, com a manutenção de relações sociais, que são: as regras e os valores. As regras consistem em um elemento regulador da conduta individual e são construídas nas interações sociais a partir do desenvolvimento do sentimento de respeito, que por sua vez é construído a partir das simpatias e medos que uma criança desenvolve por uma figura de autoridade, geralmente um adulto (Piaget, 1965). Com o

avanço do desenvolvimento, esses sentimentos evoluem e é por meio deles que se atribuem valores às pessoas que fazem parte das interações sociais. Ainda de acordo com a perspectiva piagetiana, as regras podem adquirir um caráter moral ou legal dependendo do modo como o sentimento de respeito é aplicado nas interações. Pode-se falar em “regras morais” quando nas relações/interações sociais o respeito está direcionado a pessoas específicas. Fala-se em “regras legais” quando nas relações/interações sociais o respeito está direcionado às funções, serviços ou papéis que as pessoas desempenham em seu cotidiano.

Esses dois tipos de relações sociais indicadas por Piaget (1965) são caracterizados pela presença do sentimento de respeito em suas duas formas essenciais – o respeito unilateral e o respeito mútuo – e envolvem também a construção da noção de normas. O respeito unilateral, consiste no tipo mais primitivo desse sentimento (Piaget, 1932) e encontra-se direcionado às figuras de autoridade que estão presentes no cotidiano da criança (pais, professores, outros adultos e crianças mais velhas). Esse tipo de respeito está presente, portanto em relações heterônomas, ou seja, onde uma pessoa possui uma influência ou autoridade sobre outra, que por sua vez se encontra submissa à primeira. Nesse caso, as regras são ditadas a partir desta figura de autoridade e são obedecidas de forma irrestrita pela segunda pessoa em questão, devido ao respeito que esta segunda pessoa tem por aquela detentora da autoridade. Como exemplo de uma relação heterônoma, tem-se a relação estabelecida entre pais e filhos, onde o respeito que o filho tem por seus pais gera a obrigação de obedecer às normas por eles impostas.

Por outro lado, o respeito mútuo é observado em relações pautadas na cooperação e na autonomia, ou seja, onde todas as pessoas envolvidas na interação são responsáveis pela construção das normas e, por construí-las, entendem sua necessidade e função e sentem-se assim, obrigados a obedecê-las. Como exemplo de relações desse tipo tem-se as relações entre crianças da mesma idade, que compartilham das mesmas experiências e que constroem juntas, por exemplo, as regras de um jogo que devem ser adotadas pelo grupo. As relações de

autonomia podem ser observadas entre pais e filhos, quando os pais utilizam do respeito mútuo e da cooperação para ensinar aos seus filhos a validade e a necessidade das regras.

Nas relações estabelecidas com base nas regras legais, a compreensão das normas e o desenvolvimento do sentimento de respeito ocorrem a partir da percepção de que uma mesma pessoa pode exercer diferentes papéis sociais, e adquirem, portanto, o que Piaget (1965) denominou de “caráter social”. Por exemplo, na escola, a criança pode respeitar as normas ditadas por uma pessoa, que pode ser o diretor ou o professor, mas esse respeito não está necessariamente direcionado à pessoa em si. É possível que o adolescente não nutra nenhum tipo de afeto por aquele que dá as ordens, mas mesmo assim obedece e acata o que aquele diz devido à função que ele exerce nesse contexto específico. Observa-se nesse exemplo a atuação do respeito unilateral.

Na medida em que as crianças ou os adolescentes começam a ter consciência de sua participação em diferentes grupos sociais como na escola, na família e com os amigos do bairro, por exemplo, eles começam a ter a percepção de que uma mesma pessoa pode exercer diferentes funções sociais; começam a construir uma ideia de si não apenas como indivíduos, mas como membros de um grupo mais amplo que é a sociedade. E, a entrada na vida em sociedade, e a permanência do adolescente nesse novo grupo, implicam necessariamente, no respeito às regras previamente estabelecidas por esse grupo. A princípio, essas regras podem ser pensadas como possuidoras de um caráter heterônomo, pois mais uma vez são regras que, mesmo tendo sido construídas por uma coletividade, são impostas às demais pessoas que não participaram de sua construção. Entretanto, segundo Piaget (1965), essas regras possuem também um caráter legal por terem sido construídas por autoridades e por serem codificadas pelo Estado. Ou seja, a participação dos adolescentes na sociedade e o consequente aumento do número de interações sociais proporcionam a compreensão sobre a necessidade e a função das normas que regulam o funcionamento do grupo. Ao adquirirem essa compreensão os adolescentes se sentem

responsáveis pela manutenção do bem-estar do grupo, que só pode ser atingido a partir do respeito às suas regras. E é nesse momento que se observa a presença do sentimento de cooperação, característico do respeito mútuo.

Os dois tipos de respeito apresentados por Piaget (1965) são abordados por ele como elementos essenciais para o desenvolvimento de um pensamento social, pois além de possibilitarem a construção das relações morais e legais, possibilitam também o reconhecimento dos direitos e deveres que permeiam essas relações. Nas relações morais, de início, o reconhecimento da existência de direitos e deveres possui um caráter unidirecional: envolve o reconhecimento do outro como uma figura de autoridade, e que devido a esse caráter intrínseco, é visto como possuidor de direitos sobre outras pessoas, no caso as crianças; essas, por sua vez, possuem apenas deveres para com a autoridade. Em uma etapa mais avançada do desenvolvimento social, o reconhecimento de direitos e deveres possui um caráter bidirecional: envolve, por um lado, o reconhecimento do outro como uma pessoa e não apenas como uma autoridade e, devido a este caráter geral, possui direitos que devem ser garantidos e respeitados; e, por outro lado, envolve o reconhecimento de que o indivíduo tem deveres e responsabilidades para com as outras pessoas, independente do grupo ao qual pertença.

Assim como ocorre nas relações morais, nas relações legais o reconhecimento de direitos e deveres envolve inicialmente o reconhecimento dos direitos inerentes a uma figura de autoridade e dos deveres inerentes às pessoas que lhe são submissas (crianças ou adolescentes). No entanto, nas relações legais, consideram-se para este reconhecimento, os papéis que cada pessoa executa no meio social. Com o avanço no desenvolvimento cognitivo e social, os adolescentes começam a refletir sobre a validade das normas que regulam as relações sociais. E, a partir do reconhecimento dessas normas e de sua validade, os adolescentes passam a compreender as noções de direitos e deveres que são subjacentes a cada norma presente no ambiente social e que são necessárias para a manutenção do equilíbrio do grupo. Assim,

percebe-se cada pessoa como detentora tanto de deveres quanto de direitos e que estes consistem numa representação das normas do grupo, estando além da esfera das relações interpessoais.

A evolução qualitativa e progressiva das noções de respeito, das relações sociais (morais e legais) e do reconhecimento de direitos e deveres estão, de acordo com a perspectiva piagetiana, entrelaçados com a passagem do pensamento individual para o pensamento social. Essa transição é marcada pela entrada dos adolescentes na vida em sociedade, com sua participação em relações legais e com o entendimento das normas referentes à essas relações. Entretanto, é preciso considerar que o pensamento social não consiste apenas na compreensão comum que várias pessoas têm, enquanto indivíduos, sobre regras específicas que servem para organizar as relações dentro de um grupo. Para Piaget (1965) o pensamento social envolve, em um nível mais abstrato, a concordância com uma escala de valores comum. E, é a partir dessa escala de valores que as pessoas se relacionam na e com a sociedade.

2.1.2. Os valores e a construção do pensamento social

Os valores, assim como as regras, são construídos a partir das interações sociais e consistem em avaliações que as pessoas fazem sobre outras pessoas ou sobre situações sociais. Um conjunto de avaliações, ou de esquemas de avaliações, forma o que Piaget (1965) chamou de escalas de valores², que são utilizadas para embasar as avaliações ou julgamentos de uma pessoa durante suas trocas nas interações sociais.

² As ações dos indivíduos com base em uma escala de valores, ou até mesmo de grupos, envolvem, segundo Piaget (1965), quatro elementos essenciais, que são: 1 - a ação de um indivíduo ou grupo (A) em direção a outro indivíduo ou grupo (B); 2 - a satisfação (ou a insatisfação) que a ação de (A) provoca em (B); 3 - o surgimento de um sentimento de débito de (B) com relação a (A), diante da necessidade sentida por (B) de retribuir a ação de (A); e 4 - o sentimento de valorização (ou de depreciação) que (A) sente por perceber o reconhecimento (ou não reconhecimento) de sua ação por (B). Os elementos apresentados acima podem se organizar nas trocas de valores, nas relações interpessoais, de tal modo que podem ter como resultado a obtenção de um equilíbrio, de um desequilíbrio ou de estados de equilíbrio.

As trocas de valores podem resultar em situações de equilíbrio, desequilíbrio ou em estados de equilíbrio. Quando há o uso de uma mesma escala de valores entre os indivíduos envolvidos nas interações, pode-se dizer que o equilíbrio social foi atingido. Quando não há o uso de uma mesma escala de valores as trocas se tornam inviáveis, e pode-se dizer que há uma situação de desequilíbrio social. No entanto, Piaget (1965) apresenta a possibilidade de haver um equilíbrio em algumas situações onde não há o uso de uma mesma escala de valores. Por exemplo, quando, mesmo diante de escalas de valores diferentes, as trocas resultam em ganhos para ambas as partes (nessa situação as duas partes da relação se sacrificam, mas em contrapartida ambas obtêm resultados satisfatórios), ou quando há desvalorizações recíprocas com relações a algum vínculo social, ou seja, quando diante de uma desvalorização das escalas de valores as pessoas mantêm uma relação amigável em prol do bem-estar coletivo (nesse caso o que mantém o grupo coeso são as obrigações sociais impostas por uma convenção ou norma social).

Nas relações intergrupais o equilíbrio na troca de valores é atingido da mesma forma como ocorre nas relações interpessoais. No entanto, diferente do que ocorre nesse tipo de relações, Piaget (1965) apresenta para as relações intergrupais diferentes tipos de desequilíbrios ou de crises sociais. No primeiro tipo de crise social não existiria uma alteração propriamente dita da escala de valores usada por dois grupos, no entanto, o serviço prestado por um grupo não satisfaz mais o outro, como anteriormente ocorria. Por exemplo, quando os cidadãos votaram nos representantes de um partido político devido às suas propostas de governo, mas em um determinado momento, as ações desses políticos não mais satisfazem ou representam suas demandas. Nessa situação observa-se um “estado de desequilíbrio”, pois não há um balanço entre a ação de um grupo e a satisfação do outro grupo.

No segundo tipo de “crise” uma ação ou um serviço que foi anteriormente valorizado por um grupo perde gradativamente seu valor devido a uma acomodação do grupo que possui

o crédito pela ação. Por exemplo, um partido político que foi valorizado no passado pela qualidade das suas ações e que muda, de alguma maneira sua forma de ação, passa a ser desvalorizado pelos cidadãos. Nesse caso, Piaget ainda não considerou a presença de uma ruptura das escalas de valores, mas defendeu que a desvalorização de uma ação pode ser consequência da presença de novos valores.

Apenas no terceiro tipo de crise social Piaget mencionou a ruptura da escala de valores comum. Nessa crise, os dois grupos em questão não se sentiriam mais satisfeitos um com o outro. Por exemplo, o partido político muda os valores que defende e acredita que as demandas dos cidadãos são inviáveis; os cidadãos, em contrapartida, percebem que a mudança de valores do partido em questão não atende de forma satisfatória os interesses do grupo. Essa insatisfação é, segundo Piaget, fruto do uso de escalas de valores distintas e, portanto, pode-se falar em um desequilíbrio propriamente dito, pois a troca de valores, nesta última situação, se tornaria inviável.

Verifica-se, com base nestes três tipos de crise, como uma escala de valores pode ser alterada a partir de um descompasso entre uma ação e a satisfação que ela causa. Inicialmente uma ação é valorizada e gera uma satisfação da parte de quem a recebe. Se esta ação passa a ser constantemente executada, existe uma probabilidade de que a satisfação possa diminuir, assim como o valor atribuído a ela (crises 1 e 2). Para que haja uma desvalorização completa da ação (crise 3), é preciso que ela seja avaliada com base em outros valores ou com base em uma modificação nas escalas de valores existentes. Nesse sentido, torna-se plausível acreditar que o desequilíbrio entre uma ação e a satisfação que ela proporciona pode ser o ponto de partida para a construção de uma nova escala de valores.

As trocas de valores, no âmbito das relações interpessoais, independente de atingirem um equilíbrio ou um desequilíbrio, são responsáveis pela construção de ideologias, que representam uma forma de pensamento social. Segundo Piaget (1965) “uma ideologia consiste

em uma expressão conceituada de valores em que um grupo de indivíduos acredita” (p.79). Nesse sentido, para entender como as ideologias são construídas, e consequentemente como um pensamento deixa de ser apenas individual para se tornar também social, é preciso compreender, num primeiro momento, como os valores individuais são construídos, como eles são compartilhados no grupo e como tais valores se tornam a expressão de uma coletividade.

2.1.3. Valores, regras e pensamento social

Valores são, sobretudo, afetos direcionados a um objeto, que são construídos durante as interações sociais e que dizem respeito ao modo como as pessoas percebem e compreendem as normas ou regras sociais (Piaget, 1965). Existe, segundo Piaget, uma relação estrita entre valores e regras de tal modo que não é possível conceber a existência de uma regra sem que haja um valor que lhe seja correspondente. Esta relação entre regras e valores encontra-se apresentada em detalhes na obra “O Juízo moral da criança”, de Piaget, publicada em 1932, a partir de dois tipos centrais de relações sociais: relações pautadas na heteronomia e relações pautadas na autonomia³.

Relações heterônomas caracterizam-se, com relação às trocas de valores, pelo constante desequilíbrio (Piaget, 1965). Essas relações envolvem uma supervalorização do adulto ou de uma figura de autoridade, que pode ser até mesmo uma criança mais velha. Nelas ocorre a adoção da escala de valores dessa autoridade e o reconhecimento, por parte da criança, do direito que essa autoridade tem sobre ela. Como exemplo de uma relação heterônoma, pode-se imaginar a existência de uma regra imposta a uma criança e que diz que “não se deve jogar lixo no chão”. Essa regra, que envolve um valor ambiental, será internalizada pela criança que irá obedecê-la pelo fato dela ter vindo de uma autoridade. O valor a ela ligado será adotado pela criança como um valor válido devido também ao caráter coercitivo dessa relação.

³ Esses dois tipos de relação já foram mencionados anteriormente com relação à noção de respeito. Aqui essas relações serão abordadas considerando os valores e as regras.

Relações autônomas caracterizam-se, com relação às trocas de valores, por uma valorização recíproca das pessoas envolvidas. Nesse tipo de relação, que se pauta na cooperação, existe o reconhecimento e o respeito pela escala de valores do outro. Como exemplo desse tipo de relação, pode-se pensar na construção das regras de um jogo, como apresentada por Piaget (1932). As crianças envolvidas numa situação desse tipo constroem as regras que viabilizarão a brincadeira com base na mesma escala de valores. Havendo discordâncias entre os valores utilizados, o grupo as reavalia e, após a reavaliação, poderia considerá-los como válidas ou não.

Como mencionado no tópico anterior, a compreensão das regras ocorre de forma gradual ao longo do desenvolvimento ontogenético. As regras que inicialmente eram impostas e obedecidas, devido ao seu caráter heterônomo, passam a ser compreendidas quando o adolescente atinge o nível de pensamento operacional formal. A partir dessa compreensão, o adolescente passa a acreditar ou não na validade das regras em questão e uma vez acreditando, as regras se tornam um elemento regulador do comportamento individual. Quando, em um grupo, todos os indivíduos acreditam na validade das mesmas regras, ou seja, quando a crença em uma norma ou princípio é compartilhada nas interações sociais, existe uma troca de valores que, por representarem o pensamento de um grupo, pode ser chamada de ideologia.

Portanto, as ideologias representam em um primeiro momento, e segundo Piaget (1965), crenças individuais que, ao serem compartilhadas em um grupo, através das interações e trocas sociais, passam por um processo de compreensão e de reelaboração e, após serem compreendidas, tornam-se válidas para representar o pensamento social. Nesse sentido, como mencionado no tópico anterior, a passagem das relações heterônomas para as relações autônomas, que pode ser definida também pela passagem do respeito unilateral para o respeito mútuo, representa também a porta de entrada para a vida em sociedade. E, é a partir dessa etapa

do desenvolvimento que se pode observar o início da transição do pensamento individual, ou egocêntrico, para o pensamento coletivo, ou sociocêntrico.

Observa-se, nesse processo de construção de ideologias, a relação de interdependência do desenvolvimento cognitivo, no momento de compreensão das regras, e do desenvolvimento social, no momento do estabelecimento de interações que possibilitam aos indivíduos compartilharem seus pensamentos, validando-os a partir da concordância com o grupo de pertença. Portanto, de acordo com a perspectiva da epistemologia genética apresentada por Piaget (1965), pode-se conceber o processo de construção de ideologias, e de um pensamento social, como um fenômeno de natureza individual e social, não estando esse processo de construção limitado apenas a um fator ou a outro. É por esta razão que se considera, para este trabalho de tese, que o modo como as pessoas concebem a sociedade, a partir de suas ideologias, consiste em um fenômeno psicossocial e não em um fenômeno puramente individual ou puramente social.

Deste modo, ao considerar o desenvolvimento das relações morais e legais a partir das interações sociais, e considerando também o processo de construção de ideologias, a partir das trocas de valores, considera-se que o pensamento social é construído de forma progressiva ao longo do desenvolvimento ontogenético. Nesse sentido, de acordo com a epistemologia genética de Piaget (1965) são os pensamentos sociais, na forma de ideologias que possibilitam a construção da sociedade. São, portanto, as ideias que as pessoas têm sobre assuntos específicos que têm o poder de uni-las a outras pessoas, ou de afastá-las.

Ainda, o pensamento social, na forma de ideologias, pode envolver tanto a esfera das relações morais, a partir do uso de julgamentos morais comuns, como a esfera das relações legais, a partir da concordância com as leis que regulam o comportamento de um determinado grupo social. Entretanto, quando se pensa na existência de uma relação recíproca entre indivíduo e sociedade, de tal modo que tanto os indivíduos são modificados em suas interações

com o meio, como o meio social é alterado devido à presença dos indivíduos, surgem algumas questões: como, diante dessas interações, os julgamentos morais e as ideologias podem favorecer a ação das pessoas na sociedade no sentido de promover mudanças sociais? Que elementos, além dos julgamentos morais e das ideologias podem estar envolvidos como motivadores da ação social?

2.2. Ideologia: Pensamento Político e Ação Social

A concepção de ideologia apresentada por Piaget, enquanto um conjunto de valores e crenças, é semelhante a de vários teóricos da psicologia social, da sociologia e das ciências políticas (Choma, Ashton, & Hafer, 2010; Conolly, 1967; Conover & Feldman, 1981; Converse, 2006; Cornwell & Higgins, 2013; Devine, 2015; van Dijk, 1998; Eagleton, 1991; Eccleshall, Kenny, & Wilford, 1994; Evans, Heath, & Lalljee, 1996; Feldman, 1988; Feldman & Johnston, 2014; Freeden, 1994; Harrison & Boyd, 2003; Heiphetz, Spelke, Harris, & Banaji, 2012; Jost & Amodio, 2012; Jost, Federico, & Napier, 2009; Jost, Nosek, & Gosling, 2008; Jost & Krochik, 2014; Lakoff, 1996; Malka & Lelkes, 2010; Onraet, van Hiel, & Cornelis, 2013; Raaijmakers & Hoof, 2006; Rosenberg, 1988; Saeri, Iyer, & Louis, 2015; Selinger, 1976; Swedlow, 2008; van Stekelenburg, 2006).

Alguns desses autores, e também outros, atribuem à ideologia um caráter político e defendem que ela possui como principal função a organização e a orientação das ações das pessoas na sociedade (Conolly, 1967; Devine, 2015; DiGrazia, 2014; Eccleshall et al., 1994; Feldman & Johnston, 2014; Jost et al., 2009, 2008; Martin, 2015; Selinger, 1976; van Stekelenburg, 2006). Ao atribuir à ideologia um caráter político esses autores ressaltam a interdependência desse caráter com suas funções de organizar e orientar as ações das pessoas na sociedade, de tal modo que esses dois elementos não podem ser pensados de forma isolada em sua constituição. Essa concepção sobre a ideologia corrobora o posicionamento de Piaget (1965) sobre esse tema quando ele menciona que a ideologia só adquire um caráter político na

medida em que passa a ser utilizada como um instrumento necessário para a compreensão da realidade social e como elemento regulador das ações e interações das pessoas na sociedade, enquanto indivíduos ou enquanto membros de um grupo. A importância da função social da ideologia foi tema de estudo de autores como Rosenberg (1988), Freedman (1994) e Lakoff (1996).

Rosenberg (1988) explica como a ideologia, enquanto um constructo cognitivo adquire uma função social por meio de uma teoria estruturalista que tem como base as considerações de Piaget (1964) sobre o desenvolvimento cognitivo. De acordo com Rosenberg, assim como o raciocínio lógico, a ideologia representa um raciocínio coerente que está estruturado e organizado nas ações do indivíduo sobre o meio e possui, portanto, um caráter individual. Entretanto, como as ações do indivíduo não ocorrem de forma isolada, mas pelo contrário, sofrem a influência do ambiente social no qual ele está inserido, pode-se dizer que a ideologia possui também um caráter social. Assim, na medida em que as ações e as interações do indivíduo no seu ambiente social se tornam mais complexas, considerando para tanto os avanços no desenvolvimento cognitivo, pode-se observar um aumento na complexidade das reflexões sobre a realidade social. E esse aumento progressivo da complexidade do pensamento do indivíduo ao longo do desenvolvimento ontogenético, confere a ele um caráter desenvolvimentista.

Ainda de acordo com Rosenberg (1988), o processo de reflexão que favorece a construção de significados sociais ocorre em duas etapas. Inicialmente há uma elaboração individual dos significados sobre a realidade social. Nesse momento o indivíduo constrói, com base em suas ações e reflexões, as explicações para os eventos sociais que presencia. No entanto, nesse momento, não se pode falar na construção de uma ideologia propriamente dita, pois os significados sociais ainda possuem um caráter individual. Posteriormente, com os avanços no desenvolvimento cognitivo, as interações do indivíduo se tornam mais complexas

e passam a envolver a coordenação dos diversos significados individuais. E é esse processo de coordenação de várias perspectivas que favorece à construção de reflexões mais complexas sobre a realidade social. Portanto, de acordo com Rosenberg, é a partir da articulação e da compreensão dos diferentes significados individuais sobre a sociedade ou sobre questões sociais específicas, que se observa a construção de uma ideologia. Desse modo, ainda segundo Rosenberg, uma ideologia consiste em uma crença compartilhada sobre a realidade social que é construída ao longo do desenvolvimento e por meio das interações sociais. E, por se tratar de uma reflexão sobre a realidade social, a ideologia pode ser compreendida como uma forma de pensamento político. Desse modo, pode-se dizer que a ideologia possui um caráter político.

Sobre essa definição de ideologia dois aspectos precisam ser considerados. Em primeiro lugar, Rosenberg (1998) apresenta a ideia de “política” como uma forma de organização do ambiente social, que não implica, necessariamente, numa forma de governo regido por instituições com representantes específicos. Em segundo lugar, ele ressalta que a ideia de compartilhar uma crença não significa dizer que os membros de um grupo simplesmente acreditam nas mesmas ideias. Significa dizer que cada indivíduo passou por um processo similar de elaboração, construção e reconstruções de ideias e valores, chegando a um mesmo produto, ou seja, todos partilharam da construção, ao longo do seu desenvolvimento, de uma mesma ideia sobre um determinado aspecto da realidade social. Construíram um pensamento sobre a sociedade com base nos mesmos valores.

Rosenberg (1988) apresenta em sua teoria estrutural da ideologia três tipos de pensamento político, ou seja, três formas de se pensar sobre a realidade social, que são: Pensamento Sequencial; Pensamento Linear e Pensamento Sistemático. Esses tipos de pensamento possuem uma sequência invariante e se caracterizam por um aumento gradativo da complexidade das reflexões construídas sobre a realidade social.

O *pensamento sequencial* está estruturado nas ações do presente e, nessa etapa do pensamento político, as análises sobre a realidade social são bastante limitadas, pois estão pautadas em aspectos concretos da realidade (Rosenberg, 1998). O pensamento é chamado de sequencial, pois a interpretação da realidade ocorre mediante a ordem temporal de acontecimentos dos eventos que o indivíduo presencia. Nesse momento ainda não é possível falar em pensamento político propriamente dito, pois a pessoa não possui a habilidade de diferenciar aquilo que é individual daquilo que é social ou político. Também não possui a habilidade de construir reflexões pormenorizadas sobre as relações de causalidade entre os eventos que presencia em seu ambiente social. As limitações sobre a interpretação da realidade nesse tipo de pensamento envolvem não apenas a qualidade das reflexões do indivíduo, mas também a impossibilidade de construção e de compreensão de categorias abstratas, como a de coletividade ou de instituições. Essas limitações, de acordo com Rosenberg (1998), existem pelo fato do pensamento, nessa etapa do desenvolvimento cognitivo, ser essencialmente concreto.

Quando o indivíduo começa a refletir sobre a realidade social, pode-se dizer que ele atingiu a etapa do *pensamento linear*. Esse tipo de pensamento é assim classificado por Rosenberg (1998) porque as reflexões que começam a ser construídas sobre o ambiente social têm como base as relações causais que o indivíduo observa. A qualidade de “linear” diz respeito, portanto, à ideia de que uma ação sempre traz consigo uma consequência. Duas características desse tipo de pensamento podem ser consideradas como sinais de avanço com relação ao pensamento sequencial, que são: (1) a possibilidade de generalização do produto das reflexões do indivíduo e (2) a construção de categorias abstratas.

Com o avanço no desenvolvimento cognitivo, as relações causais que eram anteriormente estabelecidas de acordo com a ordem temporal de ocorrência dos eventos, agora passam por um processo de reflexão. Ou seja, o indivíduo começa a analisar as ações e suas

consequências e começa a fazer inferências sobre as consequências de ações futuras com base em sua experiência passada. E esse processo de reflexão favorece à generalização das relações causais. É também nessa etapa do pensamento que, de acordo com Rosenberg (1988), é possível mencionar o início da construção do pensamento político, visto que o indivíduo já é capaz não apenas de refletir sobre o ambiente em que está inserido, mas também de reconstruir seu pensamento a partir dos eventos observados.

A qualidade das reflexões que caracterizam o pensamento linear, segundo Rosenberg (1998), favorece a construção de categorias abstratas, como as de grupo e de identidade que ainda possuem uma compreensão limitada. Por exemplo, um grupo é nesse momento definido a partir daquilo que seus membros possuem em comum. E, é a partir do momento que o indivíduo consegue classificar pessoas como pertencentes a um grupo ou a outro, que ele começa a perceber a si próprio também como parte de um grupo. E essa percepção de imersão em um grupo social, que é possível devido a existência de características compartilhadas com outras pessoas desse grupo, favorece a construção da noção de identidade.

Porém, nessa fase, ainda que seja possível a construção de categorias abstratas e a inferência de causalidade entre as ações observadas no meio social, o pensamento linear se mantém pautado nas experiências concretas do indivíduo, não sendo possível pensar além daquilo que é observado na realidade e nem coordenar simultaneamente eventos passados e futuros. Assim, devido à ausência da habilidade de coordenar os diferentes aspectos da realidade social, o indivíduo ainda não consegue construir uma visão de sociedade complexa, onde as diferentes categorias abstratas formam um todo coerente e organizado. Esse tipo de compreensão da realidade social só é atingido quando o indivíduo chega na etapa do *pensamento sistemático*.

Pode-se dizer que o indivíduo pensa de forma sistemática quando suas análises sobre a realidade social são feitas com base em uma sobreposição de eventos, o que torna a análise mais

complexa do que a estabelecida a partir de simples relações de causa e efeito presentes no pensamento linear. Esse tipo de análise é realizado a partir da formação de um sistema integrado de relações de tal modo que as ações ou categorias que antes eram compreendidas de forma isolada, agora encontram-se agrupadas em um sistema coerente de “sobreposições de relações”. A percepção de um evento a partir de sua relação com outros permite que o indivíduo pense além do que lhe é perceptível e além da sua experiência, o que lhe permite realizar não apenas uma análise mais detalhada dos eventos, mas lhe permite também construir hipóteses sobre as relações entre eles.

Desse modo, e de acordo com Rosenberg (1988), a interpretação da realidade social pode ocorrer de duas formas: (1) com base nas regras estabelecidas pelo meio social, e que regem o comportamento do indivíduo enquanto membro de um grupo e (2) por meio da rede de relações causais, construída a partir da análise da sobreposição de eventos passados e presentes. Em suma, Para Rosenberg, os avanços na compreensão da realidade social ocorrem mediante os avanços no desenvolvimento cognitivo. Ou seja, com a exposição do indivíduo a um ambiente social desafiador, que favoreça o estabelecimento de conflitos cognitivos e que proporcione as ferramentas para resolver tais conflitos. Desse modo, são as interações sociais e principalmente, a qualidade das interações que o indivíduo estabelece, que atuam como fonte de motivação para a compreensão cada vez mais complexa da realidade social.

Para embasar empiricamente sua teoria estrutural sobre a construção das ideologias, Rosenberg (1988) realizou três estudos, dos quais participaram 91 adultos, com idades de 18 a 75 anos e que responderam a entrevistas semi-estruturadas que seguiram o método de entrevista clínica de Piaget. A diferença entre esses três estudos consistiu no tema abordado em cada entrevista. No primeiro estudo, foi abordada a compreensão do processo de tomada de decisão do governo, no segundo estudo foi abordada a compreensão sobre a política americana e o terceiro estudo abordou a compreensão da noção de relações internacionais. Os resultados

desses estudos indicaram que as pessoas podem pensar sobre um mesmo tema de formas diferentes, e que essas formas de se pensar podem ser delimitadas de acordo com a tipologia do pensamento político proposta pelo autor. Rosenberg (1988) considerou, assim como outros autores que trabalharam com teorias estruturais, como Piaget e Kohlberg, que a qualidade das interações que as pessoas estabelecem com o meio ambiente é um fator que influencia o avanço no desenvolvimento. Ou seja, existe uma estrutura da ideologia, ou de pensamento político, que está ligada à estrutura do desenvolvimento cognitivo, no entanto, o conteúdo que preenche essa estrutura será determinado, inicialmente pelos temas que são relevantes para o indivíduo, e para as demais pessoas que compartilham de um mesmo ambiente social, e posteriormente pelo interesse do indivíduo por temas específicos que podem ou não ser relevantes para os demais membros que fazem parte do seu meio social.

Ainda de acordo com Rosenberg (1988), a sociedade delimita o nível de compreensão da realidade que os indivíduos atingem. Essa delimitação ocorre a partir das regras de conduta que são estabelecidas pelas autoridades sociais e que são necessárias para que o indivíduo possa agir, de modo a ser entendido e aceito nesse grupo. A compreensão da realidade social se expande quando o indivíduo consegue se colocar além dos limites das regras sociais, o que os leva a refletir sobre a validade e necessidade delas. Nesse sentido, na medida em que o indivíduo passa a questionar as imposições sociais, ocorre uma reconstrução da compreensão da realidade social que o leva a elaborar novas formas de ação em seu meio social, que serão nesse momento coerentes com seu pensamento político, ou seja, com sua ideologia.

Outra concepção desenvolvida na área das ciências políticas, coerente com as questões apresentadas por Piaget (1965) sobre esse tema é a de Michael Freedon (1994). Freedon defende, assim como Rosenberg (1988), a ideia de que a política não diz respeito apenas à ideia de organização partidária. Ele a define como “qualquer interação humana que envolva transações de poder, atribuição de bens, mobilização de apoio, organização de estabilidade ou

instabilidade social, e tomada de decisão pela coletividade” (p.19). Freedon acrescenta à ideia de Rosenberg (1988) a concepção de que a ideologia não pode ser definida ou limitada à ideia de ideologia política. Para este autor a ideologia política representa, sobretudo, uma dimensão do pensamento político por ter uma finalidade social. O que caracteriza as ideologias como políticas, de acordo com Freedon, é o modo como as pessoas se apropriam, interpretam e aplicam os conceitos políticos na sociedade.

Freedon (1994) define a ideologia como um sistema de crenças e ideias sobre a realidade social, que é construído a partir das interpretações das pessoas sobre essa realidade. Essas interpretações, que são construídas com base em valores ou, como o autor define, como conceitos políticos, possuem a função de guiar a ação social ou política das pessoas. Deste modo, as diferentes interpretações sobre os conceitos políticos podem proporcionar o desenvolvimento de ideologias distintas. Por exemplo, a igualdade, enquanto um valor, possui sua legitimidade para as pessoas que o defendem, pois, estas pessoas possuem reflexões e julgamentos que fazem com que esse valor tenha sentido e que seja importante em suas vidas. Quando essas pessoas transferem esse valor da esfera pessoal para a esfera social, a igualdade passa a ser classificada como conceito político, pois servirá de guia para as ações desta pessoa na sociedade. E, desse modo, é pelo fato desse valor ser expresso e ter adquirido validade no ambiente social, que ele pode ser considerado um conceito político. Nesse sentido, Freedon defende que a ideologia possui um caráter político pois tem como base valores que, por serem interpretados e aplicados no ambiente social podem ser caracterizados como conceitos políticos.

Freedon (1994) ressalta assim como Choma et al. (2010), Jost e Amodio (2012), e Leone, Livi e Chirumbolo (2016) a importância de diferenciar a ideologia dos contínuos Direita-Esquerda e Liberalismo-Autoritarismo/Conservadorismo. Para Freedon, esses contínuos representam dimensões da ideologia política e não ideologias propriamente ditas.

Representam dimensões porque consistem em formas de interpretar, organizar e associar diferentes conceitos políticos que estão relacionados com a ação social.

Para compreender a concepção de Freedman (1994) sobre a construção dessas dimensões, tomemos como exemplo os valores de liberdade e igualdade enquanto conceitos políticos. Liberalistas e socialistas defendem esses conceitos e acreditam que eles são fundamentais para a sociedade. No entanto, o que faz com que essas teorias (políticas e/ou econômicas) se diferenciem entre si é o modo como cada uma delas avalia, interpreta e aplica esses conceitos como uma forma de alterar ou manter uma determinada ordem social. Por exemplo, o liberalismo, enquanto teoria política e econômica, defende a liberdade individual e a não intervenção do estado na vida social e econômica das pessoas. Os liberalistas acreditam que todas as pessoas são iguais e que possuem as mesmas capacidades de desenvolvimento individual e econômico, e que a intervenção do estado na esfera da vida individual, representa um empecilho para que as pessoas desenvolvam suas potencialidades. Para ele, seria a competição individual, proveniente da liberdade oferecida pelo Estado, o elemento responsável por promover o crescimento econômico e intelectual da sociedade. Entretanto, os liberalistas desconsideram que as desigualdades sociais não permitem que a competição, por eles proposta, seja justa, o que gera uma certa contradição sobre a defesa desse ideal. Já as teorias socialistas, que também têm a igualdade e a liberdade como ideais fundamentais, defendem que o desenvolvimento econômico e intelectual da sociedade só pode ser atingido mediante um estado de igualdade social. E para os socialistas, cabe ao Estado o papel de desenvolver políticas direcionadas a essa finalidade. Seria, portanto, apenas com a obtenção de um estado de igualdade social que as pessoas poderiam usufruir plenamente do seu direito à liberdade.

Pode-se observar, a partir das reflexões de Freedman (1994) sobre as diferenças na interpretação dos mesmos conceitos políticos que, considerar os contínuos como ideologias distintas, seria um equívoco e que o mais coerente seria tentar compreendê-los como dimensões

políticas da ideologia. Essa reflexão pode ser aplicada também às concepções de feminismo, comunismo e nacionalismo, por exemplo, que são considerados por alguns autores como ideologias específicas (Schwarzmantel, 2008).

O aspecto mais importante da concepção de Freeden (1994) sobre a ideologia é pensar nela enquanto um conjunto de valores e crenças sobre a realidade social, que pode ser compreendido como um conjunto de conceitos políticos, que são construídos individualmente com a função de orientar e organizar a ação política. George Lakoff (1996), assim como Rosenberg (1988) e Freeden (1994), defende a ideia de que as ideologias são construídas a partir dos valores individuais e que funcionam como um elemento norteador das ações das pessoas na sociedade. Lakoff centra-se nos processos de socialização para explicar como as ideologias se desenvolvem e como são aplicadas pelos indivíduos na sociedade.

George Lakoff (1996), assim como Piaget (1964; 1965) e Kohlberg (1984), defende que o modo como as pessoas se relacionam com a sociedade envolve os valores e as crenças que elas mantêm, de modo que as ações sociais ou políticas das pessoas são guiadas por aquilo que elas acreditam que é correto e que as levariam a um estado de bem-estar social. Deste modo, observa-se a defesa da ideologia enquanto um elemento responsável por guiar as ações das pessoas na sociedade.

As considerações de Lakoff (1996) apresentam-se bastante semelhantes às contribuições de Piaget (1932; 1964) sobre o desenvolvimento do sentimento de respeito e de sua evolução ao longo do desenvolvimento ontogenético. De acordo com Lakoff, é a partir de dois tipos de respeito, um pautado na obediência e outro na cooperação, que se observa o desenvolvimento de dois principais tipos de ideologia: uma ideologia conservadora ou autoritária, voltada para a obediência à autoridade, leis e regras, e uma ideologia liberal ou igualitária, que enfatiza a cooperação e a igualdade entre as pessoas.

Para explicar como esses tipos de pensamento político se desenvolvem, Lakoff (1996) faz uso de metáforas que comparam a organização da família e os estilos de socialização parental com o modo como o Estado e suas instituições atuam na sociedade. Na associação entre a organização da família e a organização social, como apresentada por este autor, o pai representa o Estado ou o governo, a mãe representa as instituições sociais e os filhos representam os cidadãos. A partir de dois tipos de estilos parentais, semelhantes aos estilos autoritários e autoritativos apresentados por Baumrind (1971), e considerando os tipos de respeito que são utilizados em cada estilo de socialização, Lakoff apresenta como o liberalismo e o conservadorismo se desenvolvem, enquanto tipos de pensamento político. Para este autor, as diferenças entre esses dois tipos de pensamento político podem ser observadas no modo como as pessoas interpretam e aplicam, em suas relações sociais, as ideias que constroem sobre a autoridade, as regras, o respeito, a punição, a compaixão, a hierarquia e as metas das ações sociais.

O pensamento conservador, de acordo com Lakoff (1996), se desenvolve quando a criança ou adolescente está envolto em um ambiente social regido pela imposição de regras (de forma heterônoma), pelo uso irrestrito da autoridade e pelo uso da punição como forma de correção de um comportamento desviante. Neste tipo de pensamento político há, portanto, uma valorização do respeito à autoridade, da disciplina e do autocontrole necessários para o respeito às regras. De acordo com o autor, uma autoridade se torna legítima diante da crença de que uma pessoa específica (o pai ou o estado) detém determinado tipo de poder por possuir uma melhor compreensão sobre aquilo que é necessário e adequado para as pessoas que não têm a maturidade necessária para saber o que é melhor para elas (mãe e filhos ou instituições e cidadãos).

Outra característica marcante do pensamento conservador, como apresentado por Lakoff (1996), é o entrelaçamento das ideias de punição e de compaixão, sendo essa última

definida pelo autor como sinônimo de um comportamento de ajuda. Para esse autor, a punição é uma ação necessária para a manutenção da ordem social e deve ser aplicada de forma imparcial e irrestrita. A importância da punição se dá, segundo Lakoff, devido à crença de que os comportamentos desviantes representam não apenas uma violação das regras estabelecidas pela autoridade, e que servem como reguladoras do comportamento social, mas representam também uma violação e uma negação dos valores mantidos pela sociedade. No pensamento conservador é por meio da punição que as pessoas aprendem a respeitar as regras e à autoridade e têm a possibilidade de se tornarem bons cidadãos. Por outro lado, a compaixão é aplicada de forma parcial e restrita na sociedade. Para os conservadores, apenas aquelas pessoas que compartilham dos mesmos valores são dignas de receber ajuda do governo por meio de suas instituições e, apenas quando essas são vítimas de desastres naturais, como enchentes, terremotos, incêndios etc.

As justificativas para a aplicação da punição, e do uso daquilo que se define como compaixão, se justifica a partir da crença na independência e na liberdade que as pessoas têm para escolher o que fazer de suas vidas, e na ideia de que o governo cumpre seu papel estabelecendo e mantendo os direitos de todos os cidadãos (Lakoff, 1996). Deste modo, se uma pessoa conhece as regras sociais e escolhe agir contra elas, a punição é sem dúvidas, a medida mais cabível. E, pelo fato de conhecerem as regras, não merecem receber a compreensão ou o auxílio de instituições de modo a diminuir ou amenizar a punição, visto que os outros membros da sociedade, “sob as mesmas condições sociais”, se mantêm em conformidade com as regras. Ou seja, para os conservadores não seria justo que em uma mesma sociedade algumas pessoas fossem beneficiadas diante da violação das regras enquanto outras não o fossem.

Justifica-se a ideia de punição também com base na ideia de moral defendida pelos conservadores. Lakoff (1996) apresenta a regra de ouro (faça com os outros aquilo que você gostaria que fosse feito com você) como princípio guia das relações sociais e morais. Partindo

deste princípio, as pessoas, que se consideram como defensoras dos valores de uma “boa sociedade” só farão para os outros aquilo que elas mesmas fariam para si. Ou seja, a ajuda e a compreensão entre iguais, entre aqueles que defendem os mesmos valores. Observa-se, portanto, que para os conservadores a moral é sinônimo de respeito às leis e à autoridade. Pode-se dizer, deste modo, que a moral conservadora consiste em uma moral heterônoma, como apresentado por Piaget (1932) e em uma moral convencional, como apresentado por Kohlberg (1984).

A ideia de uma sociedade hierárquica, construída com base no mérito, é também uma ideia marcante para este tipo de pensamento político. A hierarquia representa, sobretudo, uma ordem moral, construída socialmente. E, é a partir desta legitimação de uma hierarquia moral que se defende a soberania do homem sobre a mulher, dos brancos sobre os negros, dos heterossexuais sobre os homossexuais. A hierarquia moral é utilizada como uma ferramenta para a defesa dos direitos e da conservação da legitimação do poder. E, de acordo com Lakoff (1996), é com base neste raciocínio que os conservadores rechaçam as lutas de grupos feministas, de negros e de homossexuais por direitos sociais e civis, considerando estas como lutas amorais ou imorais, já que contradizem a hierarquia os valores sociais que os conservadores defendem. Deste modo, para os conservadores, os limites da ação social e moral encontram-se estabelecidos no sistema legal da sociedade.

No que diz respeito ao pensamento político liberal as ideias de obediência, de respeito à autoridade e às regras, de punição, de hierarquia e de compaixão, bem como as metas relacionadas com as ações sociais possuem uma compreensão e um significado distintos daqueles verificados para o pensamento conservador. A ideia de autoridade continua sendo importante para os liberais. No entanto sua importância não se relaciona com o poder que lhe é intrínseco, mas com o símbolo de cuidado e de amor que elas representam. A obediência à autoridade e às suas regras é produto da consciência que as pessoas constroem sobre a

necessidade delas e sobre seu significado. O respeito direcionado à autoridade, de acordo com Lakoff (1996) é construído diante da consciência que as pessoas têm de suas ações como uma forma de cuidado. E este respeito ocorre em uma via de mão dupla: ao se considerar a metáfora utilizada pelo autor, as crianças (cidadãos) respeitam seus pais (governo e instituições) porque percebem que são respeitadas por eles. Essa noção de respeito mútuo e pautado na cooperação promove nas pessoas a responsabilidade de cuidar e de ser cuidado tanto nas relações interpessoais quanto nas relações sociais, e representa também a base para o desenvolvimento da responsabilidade social.

Ainda de acordo com a perspectiva de Lakoff (1996) os liberais, diferentemente dos conservadores, não valorizam a punição, pois essa forma de lidar com a violação das regras é considerada um ato de violência e não uma ferramenta para a aprendizagem sobre a validade e a necessidade das regras e dos valores que devem ser seguidos. As crianças aprendem sobre as regras conhecendo seu significado e sua necessidade, e por meio do comportamento de seus pais. Assim como ocorre com os conservadores, a ideia de punição está entrelaçada com a de compaixão. Como não se acredita que a punição, por si só, funcione como uma forma de aprendizagem, os liberais defendem a existência de programas sociais que ajudem as pessoas a compreenderem a necessidade do cumprimento das regras e a importância da responsabilidade social para o bom funcionamento da sociedade. No entanto, Lakoff salienta que isso não exclui a necessidade da punição diante da violação das regras. O que ele defende nesse tipo de pensamento político é que a punição esteja envolta em um ambiente de cuidado e de preocupação com o desenvolvimento pessoal e com a boa integração do indivíduo na sociedade.

As ideias de compaixão e de responsabilidade social apresentadas por Lakoff (1996) para os liberais envolvem também a ideia de empatia e, a união desses três conceitos forma a base para as ações morais defendidas pelos liberais. A compaixão e a responsabilidade social envolvem a empatia na medida em que as pessoas sentem a necessidade de se colocar no lugar

do outro como uma forma de compreender suas necessidades e, em alguns casos, compreender os motivos que os levaram a adotar ações contrárias às leis. É por meio da empatia que as pessoas desenvolvem a necessidade de ajudar e a responsabilidade social para com todos os membros da sociedade, independente dos valores que defendem. Deste modo, de acordo com Lakoff, é por meio da empatia, da compaixão e da responsabilidade social, que se constrói uma ideia de ação moral que está além da regra de ouro defendida pelos conservadores, pois envolve não apenas aquelas pessoas que possuem os mesmos valores que o ator da ação, mas também aqueles que não os conhece. Assim, observa-se nos liberais a defesa de uma moralidade autônoma, como apresentada por Piaget (1932) e de uma moralidade pós-convencional, como apresentada por Kohlberg (1984). Nesse sentido, e de acordo com Lakoff, os limites impostos para a ação moral são definidos com base nos direitos humanos, de tal modo que apenas aquelas ações que se aproximam de uma violação desses direitos, e que possam causar algum tipo de dano às pessoas, são proibidas.

Verifica-se, portanto, a partir da perspectiva defendida por Lakoff (1996), a caracterização desses dois tipos de pensamento político com base nas mesmas crenças e valores, que se diferenciam no modo como as pessoas os interpretam e os aplicam nas suas relações sociais. O liberalismo e o conservadorismo são apresentados como dimensões da ideologia, que, por serem construídos a partir de crenças e valores relacionadas ao âmbito social, podem caracterizá-la como política. Entretanto, apesar de haver um grupo de autores que defende uma concepção de ideologia diferente da ideia de orientação política, esse tipo de relação é bastante defendido na literatura. E, por vezes, a orientação política expressa através dos contínuos Direita-Esquerda e Liberalismo-Autoritarismo/Conservadorismo, é apresentada como sinônimos de ideologia política (Amable et al., 1999; Crawford, Brandt, Inbar, & Mallinas, 2015; Crawford & Pilanski, 2014; Crowson, 2009; Dallago, Cima, Roccato, Ricolfi, & Mirisola, 2008; Graham, Haidt, & Nosek, 2009; Kroh, 2007; Onraet et al., 2013; Raaijmakers

& Hoof, 2006; Tagar, Morgan, Halperin, & Skitka, 2013; Saeri et al., 2015; Schwarzmantel, 2008).

No entanto, autores como Converse (2006), Schwarzmantel (2008), e Martin (2015), por exemplo ressaltam a importância de dissociar esses dois conceitos, ainda que eles estejam entrelaçados. Para Converse (2006) uma ideologia só pode ser caracterizada como política quando é composta por um conjunto de crenças e valores que estão centralizados em objetos políticos e que são utilizados para compreender a realidade social e agir nela. Martin (2015) defende que a ideologia pode ser chamada de política quando os valores que lhes dão suporte possuem um conteúdo político. Para Schwarzmantel (2008a) as ideologias políticas podem ser compreendidas como um conjunto de ideias que formam a visão do que seria uma boa sociedade. Essas ideias envolvem concepções sobre a forma de organização política e motivam as pessoas a agirem na sociedade no sentido de atingir essa sociedade ideal. Para esse autor, na atualidade, seria ingenuidade defender os contínuos de direita-esquerda ou conservadorismo liberalismo enquanto ideologias políticas. Schwarzmantel (2008a) ressalta que essa concepção de ideologia fazia sentido no início século XX, sobretudo nas sociedades europeias que vivenciaram diretamente o auge de teorias econômicas e políticas que ditavam os modelos de organização social. No entanto, ao longo do desenvolvimento dessas sociedades, essas concepções precisaram ser abandonadas por não representarem as demandas da população, que começou a se organizar em grupos sociais com identidades bem definidas, como os grupos relacionados com gênero e etnias, por exemplo, e que lutavam pela defesa de seus valores e pela aquisição e garantia de direitos civis e sociais. Alguns autores indicam que a luta de grupos sociais pela defesa de seus valores foi a principal razão que levou alguns teóricos a defenderem a existência de um período de crise das ideologias (Bobbio, 1995; Jost et al., 2008).

Em suma, o que Converse (2006), Schwarzmantel (2008) e Martin (2015) defendem é a concepção da ideologia política enquanto uma dimensão da ideologia, pensamento que é

compartilhado por Selinger (1976) e por Evans et al. (1996). Para Selinger a ideologia política representa “um conjunto de ideias por meio das quais os homens se posicionam, explicam e justificam os fins e os meios da organização das ações sociais e, especificamente, da ação política, independente se esta ação tem o objetivo de preservar, corrigir, sustentar ou reconstruir uma determinada ordem social” (p.14). Para Evans et al. as crenças políticas que estão na base das ideologias políticas são construídas a partir de um conjunto de valores que pode ser dividido em duas dimensões: uma dimensão formada pela igualdade e outra dimensão formada pelo conservadorismo. Esses dois valores, por sua vez, seriam responsáveis por formar as duas principais dimensões do pensamento político (direita-esquerda e liberalismo/libertarianismo-autoritarismo/conservadorismo). Evans et al. (1996) defendem a ideia de que a igualdade e o conservadorismo são valores ortogonais, ou seja, são independentes um do outro. E, por esta razão, podem estar presentes simultaneamente em ideologias políticas distintas.

Van Dijk (1998) defende um posicionamento semelhante ao destes autores (Converse, 2006; Martin, 2015; Schwarzmantel, 2008; Selinger, 1976) sobre a ideologia política, considerando-a como um conjunto de crenças políticas construídas com base em valores e que são compartilhadas por um grupo de pessoas. Esse autor defende a ação social ou política como principal função da ideologia, corroborando a ideia de função social da ideologia como apresentada por Rosenberg (1988), Freedman (1994) e Lakoff (1996). Entretanto van Dijk acrescenta que esta relação entre ideologia e ação social ou política ocorre a partir da construção de uma identidade social.

Para van Dijk (1998) a ideologia possui um caráter multidisciplinar, por representar um constructo que é tanto cognitivo como social. Estes dois aspectos da ideologia são indissociáveis de tal modo que um necessariamente implica no outro. Nesse sentido, enquanto um fenômeno cognitivo, construído a partir de reflexões do indivíduo e de suas interações sociais, a ideologia possui a estabilidade como uma de suas características essenciais. Essa

estabilidade permite que ela tenha as funções sociais que lhes são correspondentes, como por exemplo a cooperação entre os membros do grupo e as práticas sociais que caracterizam um grupo. Enquanto um fenômeno social, a ideologia é responsável por guiar as ações das pessoas na sociedade, representando uma forma de afirmação dos valores e das crenças dos grupos sociais. Nesse sentido, e de acordo com van Dijk, seria a interação entre essas duas características da ideologia o elemento responsável pela construção da identidade social das pessoas, ou seja, a identidade das pessoas enquanto membros de um grupo.

Com base nas reflexões apresentadas (Converse, 2006; van Dijk, 1998; Freedman, 1994; Lakoff, 1996; Piaget, 1965; Rosenberg, 1988) defende-se que a ideologia política representa uma dimensão da ideologia e que pode ser caracterizada dessa forma porque os valores e crenças que a compõem adquirem um caráter político. Desse modo, os diferentes valores e crenças políticas podem ser concebidos como organizados em dimensões ou em contínuos distintos, como liberalismo-conservadorismo ou direita-esquerda. Nesse sentido, as dimensões políticas da ideologia englobam as preferências das pessoas sobre o modo como a sociedade deve se organizar, considerando para tanto, os valores que elas defendem. E que além de motivarem a organização de uma concepção de sociedade ideal, as ideologias funcionam como o gatilho para a ação política. Para Kohlberg e Candee (1984)⁴, Duncan (1976) e Turiel (2002) as motivações para a participação política estão relacionadas com as diferentes formas de perceber, interpretar e avaliar as situações sociais. Essas diferenças têm como base as diferentes experiências de cada indivíduo, os diferentes esquemas cognitivos que cada um possui, e os julgamentos morais que são construídos ao longo do desenvolvimento ontogenético. A literatura indica ainda que a decisão em participar de uma ação política envolve não apenas o desejo de promover uma mudança social, mas também um compromisso com aquilo que a

⁴ Estes autores não falam especificamente sobre participação política, mas sobre ações individuais que possuem consequências ou que podem ser avaliadas a partir de um ponto de vista social, e que por envolver uma esfera social, podem ser consideradas políticas.

pessoa julga como sendo “a coisa certa a se fazer” o que, de acordo com Kohlberg e Candee (1984), consiste em um julgamento deontológico sobre as ações, sejam elas sociais ou políticas.

De acordo com Sabucedo (1996) e Sabucedo e Arce (1991) a ação política pode ser definida como ações intencionais (legais ou não) realizadas por indivíduos ou por grupos com o objetivo de apoiar ou questionar o ambiente político promovendo assim, mudança social. A participação em eleições (e.g. voto, trabalho para partidos políticos etc.), em protestos e em movimentos sociais, a assinatura de petições, a publicação de opiniões sobre um determinado contexto social ou político, o bloqueio de ruas, a ocupação de edifícios, o boicote a produtos ou serviços e as ações voluntárias na comunidade estão entre as formas de ação política mais estudadas na literatura (Blackstone, 2004; Bolzendahl & Coffè, 2013; Klandermans, Sabucedo, Rodriguez, & Weerd, 2013; Neufeind, Jiranek, & Wehner, 2014; Rajulton, Ravanera, & Beajout, 2007; Roets, Cornelis, & Van Hiel, 2014; Sabucedo & Arce, 1991; Talo & Mannarini, 2015; van Goethem et al., 2012; Vilas & Sabucedo, 2012).

Os estudos sobre a ação política têm sido realizados, sobretudo, com o interesse de conhecer os elementos envolvidos nas diferentes formas ação que caracterizam a participação política e as motivações envolvidas com o engajamento em tais ações. A literatura apresenta como alguns desses elementos a identidade social ou coletiva (Gamson, 1992; Gómez et al., 2011; Khan et al., 2015; Klandermans et al., 2013; Klandermans, 2014; Sabucedo, Durán, & Alzate, 2010; Simon & Klandermans, 2001; van Zomeren, Postmes, Spears, & Bettache, 2011) a percepção de injustiça (Gamson, 1992; Klandermans, van der Toorn, & van Stekelenburg, 2008; Simon & Klandermans, 2001; van Zomeren et al., 2011) a percepção de eficácia (Bandura, 1991; Eckstein, Noack, & Gniewosz, 2013; Gamson, 1992; Klandermans et al., 2008; van Stekelenburg, Klandermans, & van Dijk, 2009) e a moralidade, que aparece sob as formas de raciocínio ou julgamento moral, convicção moral e obrigação moral (Blasi, 1980; Hart & Carlo, 2005; Haste & Hogan, 2006; Kohlberg & Candee, 1984; Lapsley & Carlo, 2014; Maeda,

Thoma, & Bebeau, 2009; Maxwell-Smith & Esses, 2012; Porter, 2013; Tagar et al., 2013; Rest & Narvaez, 1991; Rest, Narvaez, Bebeau, & Thoma, 1999; Skitka & Bauman, 2008; van Zomeren, Postmes, & Spears, 2012; Vilas & Sabucedo, 2012). Nesse sentido, considerando que a literatura apresenta a atuação de variáveis de diferentes níveis favorecendo o engajamento em ações políticas, resta compreender como essas variáveis se associam e favorecem, consequentemente, uma ação política.





3. AÇÃO POLÍTICA E MUDANÇA SOCIAL

O que leva as pessoas a agirem na sociedade em busca de mudança social? Essa pergunta tem sido feita por psicólogos do desenvolvimento, em particular por aqueles que se dedicaram ao estudo da moralidade (e.g. Kohlberg, 1984; Thoma, Rest, & Barentt, 1986; Turiel, 2002) e por psicólogos sociais que se dedicaram ao estudo das relações intergrupais (e.g. Tajfel, 1979; Tajfel & Turner, 1986). Na psicologia do desenvolvimento moral, o estudo das motivações individuais para intervir na sociedade fundamentou-se na teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1971, 1976, 1984) e procurou aprofundar o estudo da moralidade considerando os princípios morais e sua relação com a ação ou com o comportamento⁵ (Blasi, 1980; Thoma, Rest & Barentt, 1986). Na psicologia social, o estudo da ação social, não baseados no behaviorismo, tiveram maior difusão a partir dos estudos de Tajfel sobre o identidade social e relações intergrupais. E, é considerando as propostas de investigação da ação com base nessas duas vertentes da psicologia que se busca compreender os elementos que favorecem às ações das pessoas na sociedade no sentido de promover mudança social.

3.1. Psicologia do Desenvolvimento Moral e Psicologia Social: Duas Formas de Compreensão da Ação

3.1.1. Psicologia do desenvolvimento e ação moral

Alguns anos antes da publicação da teoria de Kohlberg (1971, 1984), Piaget, em sua obra “Inteligência e Afetividade”, publicada em 1981, não considerando especificamente o pensamento moral, apresentou como se dá a relação entre pensamento e ação. Para Piaget

⁵ Estudos realizados com base nos princípios da epistemologia genética utilizam o termo ação ao invés de comportamento, por este primeiro termo envolver “o papel ativo do sujeito pensante no ato do conhecimento em sua relação com diferentes objetos” (Piaget, 2014; p. 24). Ou seja, o termo ação é preferível ao termo comportamento pois envolve a atividade da pessoa sobre o objeto. O termo comportamento, mais utilizado em teorias da aprendizagem social e behavioristas, está mais relacionado com a reação das pessoas a estímulos ambientais. Tendo em vista que este trabalho de tese adota uma perspectiva construtivista para o estudo da moralidade, será utilizado o termo ação, em detrimento do termo comportamento. Este último será citado quando for mencionado pelos autores referenciados.

(1981), o pensamento motiva a ação quando atuam elementos afetivos que indicam a intenção para seguir um determinado curso de ação, ou seja, quando o sentimento da “vontade” atua. A vontade de agir é uma motivação para a ação. Essa vontade, é uma expressão de uma necessidade de coerência entre os valores individuais e as ações sociais. Kohlberg (1971, 1984), com base nas considerações de Piaget, defendeu a existência de uma associação entre pensamento, em particular o julgamento moral, e ação, mas salientou que o pensamento era necessário, mas não suficiente para promover a ação, e vice-versa.

Krebs e Rosenwald (1977) ao defenderem o modelo apresentado por Kohlberg (1971) julgaram que as únicas ações que poderiam ser consideradas morais eram aquelas originadas de raciocínios que possuíam a natureza dos questionamentos sociais como colocados por Kohlberg. Para testar a hipótese de relação entre raciocínio e ação, Krebs e Rosenwald realizaram um estudo com adultos. Os pesquisadores ofereceram um pagamento simbólico aos participantes e, usando de engodo, disseram que se tratava de um estudo sobre aspectos da personalidade. No dia acordado para a realização do estudo, os participantes, ao chegarem no local combinado, foram informados que a sala que estava reservada para a realização da pesquisa não poderia ficar disponível pelo tempo necessário para responder a todos os instrumentos. Os pesquisadores disseram que iriam então administrar apenas o instrumento com um processo de pontuação mais difícil (*Moral Judgment Interview*, de Kohlberg), e decidiram entregar os demais instrumentos aos participantes para que eles respondessem em casa e devolvessem pelos correios no prazo de uma semana. O pagamento foi efetuado como combinado, mesmo sem que todos os instrumentos tivessem sido administrados.

Krebs e Rosenwald (1977) verificaram que 83% dos participantes apresentaram julgamento moral convencional (estágio 3 ou 4) e deste total, 61% devolveram os demais questionários como combinado. Com base nesse resultado os autores concluíram que o julgamento moral poderia ser considerado um preditor da ação, e que a relação entre essas duas

variáveis era mais forte do que Kohlberg (1971) havia hipotetizado. Além de ter sido verificada uma correlação significativa entre essas duas variáveis, Krebs e Rosenwald verificaram que as respostas dos participantes aos dilemas revelaram posicionamentos que indicavam uma intenção de comportamento relacionado com a devolução dos questionários.

Blasi (1980), assim como Krebs e Rosenwald (1977), defendeu que as cognições morais eram responsáveis pelas ações morais. As ações morais foram definidas por Blasi como uma resposta aos valores, enquanto um tipo de cognição moral, que eram compreendidos e aceitos por uma pessoa. Ou seja, as ações morais representavam uma forma de externalização dos valores morais defendidos por uma pessoa. Com o objetivo de provar a existência de uma relação entre julgamento moral e ação, Blasi realizou uma revisão de estudos que buscaram compreender essa relação. Os estudos incluídos nessa revisão apresentavam uma medida de julgamento moral, geralmente as elaboradas por Piaget ou por Kohlberg ou variações delas, e alguma medida de avaliação do comportamento (e.g. delinquência, honestidade, altruísmo). Além disso, os estudos incluídos na revisão não se restringiram a materiais publicados, sendo utilizados também teses de doutorado e relatórios de pesquisa, por exemplo. Blasi chegou à conclusão de que existia uma consistência entre julgamento e ação, porém ele acreditava que essa relação não era direta, e que outras variáveis, ainda que não fossem dotadas de uma natureza moral, poderiam estar envolvidas nessa relação.

Thoma et al. (1986), assim como Blasi (1980), acreditavam que era preciso ter cautela ao se afirmar a existência de uma relação de predição entre julgamento moral e comportamento⁶. Para esses autores, o mais prudente era dizer que existia uma associação entre essas variáveis. Essa concepção apresentada por Thoma et al. tinha como base o fato de que as correlações encontradas entre o julgamento moral e diferentes formas de comportamento (e.g.

⁶ Nesse estudo, ação e comportamento são utilizados como sinônimos, considerando a perspectiva construtivista.

comportamento cooperativo, trapaça, voto, delinquência etc.), eram moderadas. E essas correlações moderadas poderiam ser um indício de que outras variáveis poderiam estar associadas ao julgamento moral para a determinação do comportamento.

Ainda considerando o modo como moral e ação se associavam, Bandura (1991) apresentou esta última variável como um resultado da qualidade dos julgamentos morais de uma pessoa. Em sua teoria do desenvolvimento moral Kohlberg (1984) já havia expressado uma preocupação em explicar a forma mais que o conteúdo dos tipos de julgamentos morais, e foi centrado neste elemento que sua teoria foi construída. E de fato, a relação entre julgamento e ação foi pouco explorada em seus estudos. No entanto, Kohlberg defendeu que esse tipo de relação poderia ser esperada e observada quando se tratava de julgamentos morais mais elevados. Entretanto, ele ressaltou que o julgamento moral representava um elemento necessário, mas não suficiente para explicar a ação moral. Bandura concordou com Kohlberg no que concerne à qualidade da relação entre julgamento e ação, e afirmou que o nível de desenvolvimento moral de uma pessoa indicava os tipos de raciocínios que ela possuía e que tinha a maior probabilidade de serem utilizados como motivadores para a ação em uma determinada situação social, mas que eles não prediziam exatamente o tipo de ação que poderia ser adotada.

Bandura (1991), para aprofundar a relação entre pensamento e ação, desenvolveu um modelo de ação moral composto por três elementos: as reflexões (ou julgamentos morais), as sanções e os afetos. Seria a partir da ação conjunta destes três elementos que se observava, segundo esse autor, a passagem do pensamento para a ação. De acordo com Bandura, o tipo de julgamento moral indicava o modo como as pessoas compreendiam as situações sociais e, a escolha por um determinado curso de ação, como resposta ao modo como essa situação era interpretada, poderia ser orientada por dois mecanismos reguladores: as sanções sociais ou as sanções pessoais internalizadas. Quando orientadas por sanções sociais as pessoas evitavam

adotar ações que estivessem contra os padrões sociais, pois seriam alvo de censura por parte de pessoas significativas. Quando orientadas por sanções pessoais internalizadas, as pessoas evitavam adotar ações que estivessem contra os próprios padrões morais para não sofrer com uma autodepreciação. Desse modo, as pessoas escolhiam cursos de ação as levariam a sentir orgulho, satisfação e respeito por si mesmas.

Observa-se com essa proposta de Bandura (1991) que, independente do tipo de sanção por meio do qual a pessoa se guia, a motivação para a ação continua sendo as reflexões individuais sobre os padrões morais, ou seja: o tipo de julgamento moral dominante de uma pessoa. A partir dessas reflexões, ocorre o que Bandura chama de “autoregulação da conduta moral”, que consiste numa antecipação das autossanções e das consequências negativas que uma conduta fora do padrão moral poderia causar.

Além das reflexões morais, Bandura (1991) indicou que as reações afetivas, como o autorespeito e a autocensura, eram igualmente importantes para a adoção de uma ação moral. Seriam esses afetos, construídos ao redor dos padrões morais, que ajudariam a pessoa a não se distanciarem daquilo que foi construído como um padrão a ser seguido e que era mantido como adequado, evitando assim o desenvolvimento de avaliações negativas de si mesmo. Para Bandura (1991), assim como para Piaget (1981), os afetos funcionavam como mecanismos reguladores da ação, da mesma forma que o raciocínio moral. No entanto, de acordo com Bandura esses dois elementos não seriam suficientes para manter uma estrutura de ação. Seria preciso que a pessoa se sentisse capaz de controlar suas ações, de modo a evitar as sanções, fossem elas sociais ou pessoais, para que assim ela pudesse se manter congruente com seu padrão moral.

Também considerando os valores morais como associados à ação, Rawls (1995) defendeu a ideia de que a identidade social era importante para o que ele definiu como ação política. De acordo com esse autor, para que uma ação pudesse ser considerada política, era

preciso que a pessoa que a executasse atendesse a dois critérios: que ela percebesse a si mesmo como cidadão, ou seja, possuísse uma identidade social consolidada, e que ela tivesse uma concepção política sobre a sociedade. Para Rawls, uma pessoa se perceberia como cidadã na medida em que ela se percebesse como possuidora de uma legitimidade para questionar e requerer algo do sistema político, representado pelas instituições sociais. Essa legitimidade seria construída a partir das responsabilidades sociais que as pessoas assumiriam e da prática da cooperação, que tem a função de manter a sociedade organizada. Os valores morais atuariam, de acordo com Rawls, na construção da concepção política sobre a sociedade, definida por ele como um conjunto de reflexões sobre a sociedade que estão direcionadas para a sua estrutura básica, ou seja instituições políticas, sociais e econômicas. A concepção política seria responsável, portanto, por guiar as ações políticas das pessoas direcionadas a essas instituições.

Muhlberger (2000), ao realizar um estudo para verificar o efeito do julgamento moral na participação política, verificou uma diferença no modo como as pessoas se motivavam para agir na sociedade dependendo do nível de sofisticação de seus julgamentos morais. Para Muhlberger a relação entre julgamento moral e ação envolvia a noção de responsabilidade social, o interesse pessoal pelas consequências da ação, e uma análise dos custos e benefícios da ação. A relação entre estas variáveis foi hipotetizada por este autor da seguinte forma: a tomada de decisão no que diz respeito à ação política seria iniciada com uma reflexão moral sobre as metas do grupo e sobre a relevância dessas metas para o indivíduo. Quando as metas fossem consideradas moralmente relevantes, tanto para o grupo como para o indivíduo, esse sentiria uma responsabilidade de agir no sentido de atingi-la. Essa responsabilidade social, por sua vez, possuiria um efeito direto na motivação para a ação e também um efeito indireto, por meio do sentimento de bem-estar diante da ação direcionada ao grupo. A motivação para agir envolveria ainda uma avaliação dos benefícios que a ação traria para o indivíduo. Por fim a

motivação, e uma análise dos custos da ação, levariam o indivíduo a decidir a favor ou contra a ação.

Em seu estudo, Muhlberger (2000) verificou que o nível de sofisticação dos julgamentos morais afetava a participação política. Para aquelas pessoas com um baixo nível de sofisticação moral a motivação para agir esteve relacionada com a análise sobre os custos e benefícios da ação. A qualidade dos valores morais apresentou um efeito apenas no modo como a meta do grupo era considerada pessoalmente relevante e não houve um efeito da responsabilidade social na intenção de agir em nome do grupo. Para aquelas pessoas com valores morais mais sofisticados o autor verificou um efeito indireto destes valores na motivação para a ação em nome do grupo, por meio da responsabilidade social. Ou seja, Muhlberger verificou que a qualidade do julgamento moral (Kohlberg, 1984) possuía um efeito significativo na motivação para agir em nome de um grupo, independente das consequências pessoais que a ação social pudesse acarretar, quando se consideravam os julgamentos morais mais elevados.

Para Turiel (2002), a relação entre julgamentos morais e ação social era melhor explicada por meio da identidade social. Esse autor defendia que:

“(...) as pessoas constroem um senso de self que inclui a moralidade como o componente central. Quanto mais central a moralidade for para a identidade social, maior será a probabilidade de a pessoa agir de modo consistente com seus julgamentos morais. Nesse sentido, a moralidade faz parte do processo de ação social, mas nem sempre as pessoas agirão de acordo com seus julgamentos morais. O nível de consistência entre pensamento e ação depende das definições do self, ou seja, se uma definição de self que envolva a moralidade, então haverá motivação para agir moralmente” (p. 126).

De acordo com essa citação de Turiel (2002) observa-se a defesa da concepção de que a relação entre julgamento moral e ação envolve a construção de uma identidade moral. Ou seja, para que as pessoas possam agir na sociedade, é preciso que os seus padrões e valores

morais estejam envolvidos na formação de sua identidade, pois é uma identidade consolidada que possibilita a manutenção de uma consistência entre julgamentos e ações.

Seguindo a concepção de Kohlberg e Candee (1984), de que a motivação para a ação estaria relacionada com as diferentes formas de perceber, interpretar e avaliar as situações sociais, Damon e Colby (2015) apresentaram o comprometimento moral como um fator essencial para a ação política, principalmente para aquelas ações desenvolvidas na forma de ativismo. Para Damon e Colby as ações que se caracterizavam pela defesa de valores ou de causas sociais ligadas a estes valores, que possuíam a finalidade de promover uma mudança social, sem necessariamente envolver um benefício pessoal, poderiam ser definidas como ativismo. Ou seja, o ativismo pode ser compreendido como uma forte convicção sobre os princípios morais, que envolve um senso de responsabilidade individual para agir em concordância com tais princípios. De acordo com esses autores, essa noção de responsabilidade favoreceria o desenvolvimento do comprometimento moral.

Damon e Colby (2015) defenderam que pessoas moralmente comprometidas possuíam suas metas e preocupações morais no centro daquilo que elas são, de tal modo que as metas morais e os interesses pessoais se confundiriam. E, nesse sentido, a ação apresentava-se coerente com o pensamento. De acordo com esses autores, o comprometimento moral seria construído a partir da consciência sobre princípios e valores considerados adequados e que guiariam os julgamentos e as ações das pessoas na sociedade. A crença na validade desses valores levaria as pessoas a estabelecerem consigo mesmas o compromisso de agir de forma coerente com aquilo em que acreditam, ainda que essa consistência entre julgamento e ação resultasse em prejuízos ou perdas para o agente.

A partir das histórias de vida de ativistas como Nelson Mandela, Damon e Colby (2015) ilustraram como o comprometimento moral poderia resultar no ativismo. Mandela foi o principal representante do movimento *Antiapartheid* na África do Sul. Ele lutou desde sua

juventude contra a opressão do regime discriminatório e racista desse país. Suas ações políticas o transformaram em líder do movimento libertário e foram utilizadas tanto como exemplo para a mobilização dos demais sul-africanos negros, que sofriam com o regime discriminatório, quanto como motivo para o acusarem de traição ao governo sul-africano. Mandela passou 27 anos da sua vida preso sob essa acusação e ainda assim, manteve-se comprometido com sua luta contra o racismo e contra a discriminação, sendo guiado por seus princípios de justiça, igualdade e liberdade (Mandela, 2010).

Ou seja, Damon e Colby (2015), defenderam o posicionamento desenvolvimentista de que o comprometimento com a defesa de causas sociais, que não estão diretamente relacionadas com as necessidades individuais, envolveria o modo como as pessoas construiriam e compreenderiam conceitos centrais sobre a moralidade⁷, como a justiça e responsabilidade social. E, segundo esses autores, seria a compreensão sobre esses elementos que levaria as pessoas a se comprometerem consigo mesmas em agir na sociedade de acordo com seus princípios e valores.

3.1.2. Psicologia social e ação política

Na psicologia social os estudos sobre as ações desenvolvidas na sociedade, com o objetivo de promover uma mudança social, têm sido apresentados por meio dos termos ação social, participação política, ação política e ação coletiva. A ação social consiste em uma ação realizada por indivíduos ou grupos que têm o objetivo de alterar algum aspecto das relações intergrupais, não implicando, necessariamente em uma alteração na organização institucional (Omoto, Snyder, & Hackett, 2010; van Zomeren, 2015). Van Zomeren (2015) esclarece que a ação social poderia ser praticada não apenas por pessoas em situação de desvantagem e que desejassem mudar sua situação, mas também por pessoas que se encontrassem em situação de

⁷A moral é definida por Damon e Colby (2015) como um conjunto de “ações, intenções, emoções e julgamentos que objetivam promover o benefício – e prevenir danos – às pessoas, sociedade e ao mundo além do self” (p.11)

vantagem social e que apoiassem aqueles em situação de desvantagem, com o objetivo de promover um arranjo social mais justo.

A ação política ou participação política têm sido definida como aquelas ações executadas por indivíduos ou grupos em nome de uma coletividade (Velasquez & LaRose, 2015), que refletem o interesse pela vida política (Talo & Mannarini, 2015) e que envolve a preservação, a correção ou a reconstrução de uma ordem social por meio de modificações nas instituições (Eagleton, 1991). Ou seja, a ação política ou a participação política consiste em uma ação que possui o objetivo de promover uma mudança institucional diante da percepção de uma situação de injustiça social (Duncan & Stewart, 2007; Inglehart & Catterberg, 2002; Sabucedo, Durán, Alzate, & Barreto, 2011; Sukhov, 2007). As ações coletivas possuem a mesma finalidade das ações políticas, entretanto se diferenciam destas quanto ao agente da ação. As ações políticas podem ser realizadas por grupos ou indivíduos e as ações coletivas são necessariamente realizadas por grupos (Ameen, 2012; Duncan & Stewart, 2007; Hornsey et al., 2006; Kelly & Breinlinger, 1995; Klandermans, 2002; Peterson & Duncan, 1999; Saeri, Iyer, & Louis, 2015; Sturmer & Simon, 2009; Stürmer & Simon, 2004; Thomas & Louis, 2013; van Stekelenburg, 2006; van Zomeren, 2015; van Zomeren, Postmes, Spears, & Bettache, 2011; van Zomeren, Postmes, & Spears, 2008; van Zomeren, Spears, Fischer, & Leach, 2004).

Alguns autores apresentaram ainda a ação política ou participação política como sinônimos de ação coletiva, e indicaram que essas ações poderiam ser desenvolvidas nas formas de participação em protestos e movimentos, participação eleitoral (voto, trabalho em campanhas políticas), doação de dinheiro para organizações, participação em boicotes etc. (Baron, 2010; Curtin, Stewart, & Duncan, 2010; DiGrazia, 2014; Duncan & Stewart, 2007b; P. G. Klandermans, 2014; Moskalenko & McCauley, 2009; Opp, 2001; Sabucedo, Durán, & Alzate, 2010; Trujillo & Moyano, 2016; Vecchione et al., 2015). Esses diferentes tipos de ação ou participação apareceram relacionados também com a ideia de participação cívica. Ballard,

Pavlova, Silbereisen e Damon (2015) definiram a ação cívica como atividades que visam beneficiar ou mudar as condições da comunidade, que são adotadas de forma voluntária e que não envolvem uma compensação monetária. As ações cívicas, de acordo como Ballard, Pavlova et al. (2015), poderiam ocorrer na forma de ações políticas⁸ como trabalhar em campanhas, participar de protestos ou manifestações etc., ou poderiam ocorrer de forma não-política, como o trabalho voluntário em abrigos. Ballard, Malin, Porter, Colby e Damon (2015) apresentaram esse tipo de ação como resultado de um desenvolvimento adaptativo, pois o objetivo de provocar uma mudança social na comunidade ou na sociedade promoveria o amadurecimento intelectual das pessoas que participariam pelo fato de haver uma integração entre os valores pessoais, as questões sociais e a identidade.

Martin (2015) defendeu que a ação política e ação coletiva poderiam ser considerados sinônimos pois os termos “política” e “coletiva” representariam a finalidade da ação, e não as características de seus agentes. Ou seja, uma participação política, uma ação política ou uma ação coletiva envolveria aquelas ações direcionadas para a coletividade e que não necessariamente são executadas por uma coletividade. Entretanto, independente da forma na qual ocorram, essas ações requerem que as pessoas estejam engajadas e comprometidas em alcançar uma mudança social. Esse engajamento seria necessário pois nem sempre as ações ocasionais conseguiriam ter a força e o impacto necessários para atingir o objetivo pretendido, que seria algumas vezes alcançando diante de alterações políticas e/ou institucionais. E, nesse sentido, a mudança social muitas vezes só pode ser conseguida diante de um esforço contínuo das pessoas em persistirem na ação da qual se dispõem a participar.

Bash (2015) definiu o ativismo como o engajamento ativo em uma ação com o intuito de alcançar uma mudança social. Para Bash “um ativista é aquela pessoa que trabalha

⁸ O termo política é apresentado pelos autores a partir de uma perspectiva institucional. Ou seja, as atividades políticas seriam aquelas que envolvem a participação das pessoas em instituições como partidos políticos e movimentos sociais ligados a organizações políticas.

ativamente para proporcionar uma mudança social, geralmente desafiando ou resistindo a políticas institucionais, procedimentos, e decisões que a pessoa acredita que, de alguma forma, perpetuam a desigualdade, a injustiça ou a intolerância entre grupos” (pp. 12-13). O ativismo envolveria ainda, de acordo com van Zomeren (2015), ações direcionadas a quebras de tabus relacionadas a grupos específicos que reivindicam mudanças nas relações intergrupais, não envolvendo necessariamente uma mudança institucional.

Nesse sentido, as ações ativistas têm como objetivo promover a mudança social a partir da reparação das injustiças sofridas por um grupo e possuem um foco na justiça social, na defesa de uma causa específica ou dos direitos de grupos (Boehnke & Wong, 2011; Corning & Myers, 2013; Curtin, Stewart, & Cole, 2015; Curtin et al., 2010; Duncan, 1999; Dutt & Grabe, 2014; Klar & Kasser, 2009; Moskalenko & McCauley, 2009; Omoto et al., 2010; Peterson & Duncan, 1999; Trujillo & Moyano, 2016), envolvendo também o comprometimento pessoal com a obtenção da mudança social pretendida (Damon & Colby, 2015; Dutt & Grabe, 2014; Klandermans, 2002; Klar & Kasser, 2009).

Corning e Myers (2002), Moskalenko e McCauley (2009) e Trujillo e Moyano (2016) acrescentaram que as ações ativistas poderiam ser qualitativamente distintas, variando desde ações de baixo-risco ocorrendo dentro da legalidade e não utilizando de estratégias violentas, até ações de alto-risco, que quebram alguma norma social ou legal, podendo fazer uso de estratégias violentas. Esses autores defenderam ainda que uma mesma causa pode ser defendida por estes dois tipos de ações, como acontece, por exemplo na defesa de questões religiosas no oriente médio por grupos terroristas. Moskalenko e Moyano apresentaram como exemplo os grupos islâmicos *Hibz ut-Tahrir* e *Al-Quaeda*. Ambos defendem o estabelecimento de um Estado Islâmico e a manutenção de valores mulçumanos. No entanto, o primeiro grupo defende que essas metas sejam alcançadas com base em um trabalho intelectual e político, sem uso da

violência, e o segundo grupo tem a violência como principal meio para atingir o fim ao qual ambos almejam.

3.2. Antecedentes da Ação Política

Estudos dentro da psicologia social apresentam a associação entre diferentes variáveis como um fator responsável pelo engajamento em ações políticas. Dentre estas variáveis estão: a *identidade social* (Alberici & Milesi, 2015; van Dijk, 1998; Khan et al., 2015; Klandermans et al., 2008; Klandermans, Sabucedo, Rodriguez, & Weerd, 2013; Simon & Grabow, 2010; van Goethem et al., 2012; van Stekelenburg, Klandermans, & van Dijk, 2009); a *percepção de justiça/injustiça social* (Corcoran, Pettinicchio, & Young, 2015; Curtin, Stewart, & Cole, 2015; Krista, 2012; Turner-Zwinkels, Postmes, & van Zomeren, 2015; van Stekelenburg, 2013; van Zomeren, Spears, Fischer, & Leach, 2004); a *percepção de eficácia* (Bandura, 1990; Corcoran et al., 2015; Corning & Myers, 2002; Eckstein, Noack, & Gniewosz, 2013; Gamson, 1992; Hornsey et al., 2006; Klandermans et al., 2008; P. G. Klandermans, 2014; Krista, 2012; Saeri, Iyer, & Louis, 2015; Thomas et al., 2009; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; van Stekelenburg et al., 2009; van Zomeren, Postmes, & Spears, 2012; van Zomeren et al., 2004; Vilas & Sabucedo, 2012), a *saliência política pessoal* (Curtin, Stewart, & Duncan, 2010; Duncan, 1999; Duncan, 2010; Duncan & Stewart, 2007; Duncan, 2005) e o *propósito de vida* (Ballard, Malin, Porter, Colby & Damon, 2015; Ballard, Pavlova, Sibereisen & Damon, 2015; Damon, Menon, & Bronk, 2003; Malin, Ballard, & Damon, 2015). Os tópicos a seguir apresentam como essas variáveis afetam o engajamento em ações políticas, considerando tanto o efeito direto quanto o efeito indireto de cada uma delas, por meio de outras variáveis.

3.2.1. Identidade social

A identidade social é considerada por diversos autores como um dos constructos mais importantes da psicologia social (Álvaro & Garrido, 2006; Camino, Torres, Lima, & Pereira, 2011; Rodrigues, 1991; Torres & Neiva, 2011), sendo fundamental para a compreensão das

relações interpessoais, intergrupais (Tajfel & Turner, 1986) e das ações sociais e políticas (B. Klandermans, 2002). Camino e Torres (2011) apresentaram a identidade como um conceito que envolve as características fundamentais de uma pessoa, podendo envolver aspectos da personalidade ou aspectos relacionados ao processo sócio-histórico por meio do qual o indivíduo se constrói enquanto entidade singular. Esses autores defenderam ainda que a identidade social afeta não apenas a maneira como indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, mas também o modo como eles atuam nela, tentando modifica-la para a obtenção de interesses sociais.

Ao longo dos anos, e principalmente com a difusão da abordagem da identidade social de Tajfel e Turner (1986), os pesquisadores estiveram interessados não apenas em compreender de forma mais profunda o papel da identidade social nas relações interpessoais e intergrupais, mas também estiveram empenhados em compreender as possíveis nuances ou ramificações desse conceito. Na literatura, é inegável a importância atribuída ao estudo da identidade social (Alberici & Milesi, 2015; Curtin et al., 2015; Curtin et al., 2010; Duncan, 1999; Duncan, 2005, 2010; Duncan & Stewart, 2007; Fu, Exeter, & Anderson, 2015; Gamson, 1992; Jordan, 2007; Khan et al., 2015; B. Klandermans et al., 2008; B. Klandermans et al., 2013; Krista, 2012; McFarland, Webb, & Brown, 2012; Sabucedo et al., 2010; Simon & Grabow, 2010; Stürmer & Simon, 2004; Sturmer, Simon, Loewy, & Jorger, 2003; Thomas et al., 2009; Turner-Zwinkels et al., 2015; van Dijk, 1998; van Goethem et al., 2012; van Stekelenburg et al., 2009; van Zomeren, 2015; van Zomeren et al., 2004). No entanto, observa-se também a difusão de outros conceitos derivados da identidade social que se apresentam relevantes para a compreensão das relações interpessoais e intergrupais, como os conceitos de identidade pessoal, identidade coletiva, identidade coletiva politizada, identidade coletiva mobilizada e identidade ativista (Alberici & Milesi, 2015; Blackwood & Louis, 2012; Duncan & Stewart, 2007b; Kelly & Breinlinger, 1995; Klandermans et al., 2013; P. G. Klandermans, 2014; Klar & Kasser, 2009;

Louis, Amiot, Thomas, & Blackwood, 2016; Opp, 2012; Sabucedo et al., 2010; Simi, Futrell, & Bubolz, 2016; Simon & Grabow, 2010; Simon & Klandermans, 2001; Stürmer & Simon, 2004). Os significados dos diferentes conceitos referentes à identidade serão abordados a seguir.

3.2.1.1. A abordagem da identidade social

Dentre as teorias psicológicas sobre o papel da identidade nas relações sociais destaca-se a Abordagem da Identidade Social de Tajfel e Turner (Tajfel, 1979, 1982; Tajfel, Billig, Bundy, & Flament, 1971; Tajfel & Turner, 1986; Turner, Brown, & Tajfel, 1979). Essa abordagem foi desenvolvida para o estudo das relações intergrupais, principalmente no que diz respeito ao conflito intergrupal e ao preconceito, e tem os processos de comparação social e de diferenciação social como essenciais para se compreender como a identidade social se forma e como as relações entre grupos se desenvolvem no sentido de promover uma mudança social.

O processo de categorização social, de acordo com Turner (1975) e Tajfel e Turner (1986), consiste numa sistematização e numa organização do ambiente social, que orienta o indivíduo em suas ações, definindo seu papel e seu lugar na sociedade. A categorização envolve a atribuição de semelhanças e diferenças entre objetos sociais, de tal modo que os objetos sociais considerados semelhantes entre si e diferentes de outros são agrupados em categorias criadas com base nesses critérios. Nesse sentido, seria com base nas categorias sociais que os indivíduos criariam uma definição de si mesmos e dos outros, ou seja, seria a partir do processo de categorização e de diferenciação social que o indivíduo criaria sua identidade social. Portanto, a identidade social consiste na identificação do indivíduo com categorias sociais específicas, permitindo que eles se percebam como semelhantes ou diferentes de outras pessoas. Ou seja, a identidade social diz respeito à imagem que o indivíduo tem de si e que é derivada das categorias ou grupos sociais aos quais ele se reconhece como pertencente.

Tajfel e Turner (1986) definiram o grupo como um conjunto de indivíduos que se percebem como membros de uma mesma categoria social, sobre a qual compartilham um afeto

e um consenso sobre suas características. De acordo com esses autores a ação intergrupar teria como base a necessidade de manter, de atingir ou de recuperar uma avaliação positiva de si e do grupo. Essa avaliação seria feita por meio do processo de comparação social. Ou seja, em um determinado contexto social, um grupo se compara com outros grupos semelhantes. Se o grupo, ao se comparar com outro, verifica que se encontra na mesma posição social, a avaliação positiva é mantida. Se por outro lado, o grupo observa uma situação de desvantagem quando compara sua condição com a de outro grupo, essa situação de desvantagem motiva os membros do grupo que se compara a agir no sentido de mudar sua condição, garantindo assim a manutenção de uma identidade social positiva. Desse modo, a ação do grupo seria motivada pela existência de um conflito intergrupar.

De acordo com Turner (1975), as duas principais formas de conflito intergrupar envolvem a necessidade de obtenção de uma meta, que só pode ser alcançada por um grupo, e a necessidade de afirmação dos valores do grupo em situações sociais específicas. A ação coletiva, ou o comportamento de grupo, foi estudada por Tajfel et al. (1971) considerando as concepções de conflito, de competição, de cooperação e considerou ainda a natureza das relações interpessoais e intergrupais. De acordo com Turner (1975) para que haja uma relação interpessoal ou intergrupar organizada com o objetivo de atingir uma meta, seria preciso que as pessoas organizassem os elementos do meio social em categorias. A categorização, que ocorre por meio do agrupamento dos elementos do meio social, considerando as semelhanças e diferenças entre eles, ajudaria o indivíduo a organizar as percepções que têm da sociedade, favorecendo-lhe uma melhor compreensão dela.

Observa-se na literatura que os estudos sobre identidade social consideram, por um lado a integração entre a identidade social e a identidade pessoal (Deschamps & Devos, 1998; Galinkin & Zauli, 2011; Korostelina, 2007) e, por outro lado consideram uma diferenciação entre a identidade social e outras concepções de identidade (Simon & Klandermans, 2001;

Sabucedo et al., 2010). Por exemplo, no que diz respeito aos estudos que apresentam uma integração da identidade social com a identidade pessoal, Galinkin e Zauli (2011) defenderam, com base na definição de identidade social apresentada por Tajfel e Turner (1986), que a identidade consiste em uma oposição entre aquilo que a pessoa é e aquilo que ela não é. Para esses autores essa diferenciação, que é responsável por formar a identidade pessoal, seria construída a partir da participação das pessoas em grupos sociais (igreja, trabalho, escola etc.). Nesse sentido, seria a partir das características dos grupos que as pessoas construiriam uma imagem de si, ou uma identidade pessoal. Ou seja, seria a partir da interação com os grupos sociais, e em diversos contextos sociais, que as pessoas construiriam suas identidades.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Deschamps e Davos (1998) defenderam que a identidade seria ao mesmo tempo pessoal e social. Pessoal por ser parte daquilo que caracteriza o indivíduo em sua singularidade, e social porque os processos que levariam a formação da identidade ocorrem e são definidos no meio social. Desse modo, os conceitos de identidade pessoal e social estariam pautados na ideia de que o indivíduo cria uma imagem de si por meio de elementos sociais que indicam seu papel na sociedade e sua participação em um ou mais grupos. Ainda de acordo com esses dois autores a formação da identidade social envolveria a percepção do indivíduo como semelhante aos outros membros do próprio grupo e como diferente dos membros de outros grupos. Esse processo ocorreria de tal modo que a diferenciação com os membros de outros grupos fortaleceria a similaridade com os membros do próprio grupo fortalecendo, consequentemente, a identidade pessoal.

Simon e Klandermans (2001) e P. G. Klandermans (2014) também concordam com a ideia de integração entre identidade social e identidade pessoal. Nesse sentido eles propuseram uma mudança na qualificação da identidade social enquanto um fenômeno que consiste na participação do indivíduo em um grupo social. Para esses autores, qualificar a identidade como coletiva, ao invés de social, seria preferível pois outras formas de identidade, como a pessoal,

também são sociais, pois se estabelecem a partir dos processos de diferenciação e categorização social que são originadas nas relações do indivíduo com o meio social. Ou seja, ainda que a identidade pessoal não envolva a participação do indivíduo em grupos sociais, ela é construída com base nas reflexões sobre a existência de grupos ou de categorias sociais. E, com base nessa reflexão, Simon e Klandermans (2001) definiram a identidade coletiva como uma autodefinição inclusiva do indivíduo, que é compartilhada com outras pessoas, que envolve a pertença a um grupo específico e que tem como principal função contribuir com a construção de uma existência social significativa. Ou seja, enquanto a identidade social envolveria as características do indivíduo com relação a sua participação em um ou mais grupos, a identidade coletiva envolveria as características do indivíduo enquanto membro de um único grupo (P. G. Klandermans, 2014).

Simon e Klandermans (2001) apresentaram a ideia de identidade coletiva politizada como uma forma de identidade que estaria por trás da participação das pessoas em ações políticas. A identidade coletiva se tornaria politizada na medida em que os membros de um grupo se engajassem conscientemente em ações relacionados com o status do grupo. De acordo com esses autores, o processo de politização da identidade coletiva seria iniciado com a consciência de uma injustiça sofrida pelo grupo. A partir dessa percepção, os membros do grupo procurariam um culpado pela situação de injustiça, ao qual seria reivindicada a alteração da situação do grupo. Essa luta de poder entre os membros do grupo e aquele que considerado como responsável por tal situação do grupo se manteria até que houvesse uma reparação na condição do grupo. A politização da identidade envolve, portanto, a transformação das relações do grupo no contexto social, considerando as relações do grupo com outros e implicando numa reestruturação cognitiva do ambiente social (P. G. Klandermans, 2014).

Sabucedo et al. (2010) também defenderam o uso do termo identidade coletiva, conforme Simon e Klandermans (2001) ou seja, referindo-se ao sentimento de pertença a um

grupo e considerando o significado que ele tem para o indivíduo, quando comparado com outros grupos. Além da identidade coletiva politizada, Sabucedo et al. defenderam a existência da identidade coletiva mobilizada. De acordo com esses autores, para que as pessoas possam agir na sociedade seria preciso não apenas que elas tivessem uma consciência política sobre a situação do seu grupo e de outros em um determinado contexto social, mas também que elas se sentissem motivadas a agir na sociedade e que se organizassem, enquanto um grupo, para a ação. Ainda de acordo com Sabucedo et al. a identidade coletiva politizada representaria uma condição necessária para formação da identidade coletiva mobilizada, mas que poderia haver politização da identidade sem a mobilização. Ou seja, as pessoas poderiam desenvolver uma consciência política sobre a situação de seu grupo e não se sentirem motivadas a agir no sentido de mudar o seu status.

Ainda considerando os estudos que diferenciaram a identidade social de outras formas de identidade, Korostelina (2007) apresentou a identidade social pessoal e a identidade social grupal. O primeiro tipo de identidade diz respeito ao nível de saliência do grupo no autoconceito do indivíduo. Já o segundo tipo de identidade diz respeito à percepção do indivíduo enquanto parte de um grupo social. Esta autora enfatizou também a importância da identidade social para a compreensão das relações entre indivíduo e sociedade, considerando para tanto, o processo de identificação social. De acordo com Korostelina (2007) estes dois termos são geralmente utilizados como sinônimos, mas algumas diferenças precisam ser destacadas entre eles. Por um lado, a identificação consiste no processo que leva a formação da identidade social, e envolve um elemento afetivo (sentimento positivo pelos membros do grupo) e um elemento cognitivo (a concordância com os valores e crenças do grupo). Por outro lado, a identidade social deve ser pensada como o produto da identificação, envolvendo o modo como as pessoas se percebem nas relações sociais. De acordo com Korostelina, a identidade social seria responsável pelas

ações das pessoas na sociedade pois é a partir dela que as pessoas têm consciência dos seus papéis na sociedade.

Por fim, a identidade ativista tem sido estudada como um tipo de identidade associada à identidade social e à ação política. Este tipo de identidade pode ser compreendida como a autoidentificação da pessoa como um agente político ativo, ou seja, a percepção que a pessoa tem de si como alguém comprometido com uma causa (Blackwood & Louis, 2012; Kelly & Breinlinger, 1995; Klar & Kasser, 2009; Louis et al., 2016; Simi et al., 2016). Estudos apresentaram uma associação da identidade ativista com a ação política passada, com a intenção de engajamento em ações futuras (Blackwood & Louis, 2012; Louis et al., 2016) e com o comprometimento com o ativismo (Klar & Kasser, 2009). De acordo com Kelly e Breinlinger (1995) a ideia de comprometimento associada à identidade ativista estaria ligada aos valores que a pessoa defende e que deseja manter na sociedade.

Ao longo dos anos, os estudos sobre identidade social dentro da psicologia social estiveram preocupados, de um modo geral, com a investigação da identidade considerando sua associação com outras variáveis psicossociais para a explicação da ação social ou política (Alberici & Milesi, 2015; Duncan, 1999; Duncan, 2010; Jordan, 2007; Khan et al., 2015; Klandermans et al., 2008; Klandermans, Sabucedo, Rodriguez, & Weerd, 2013; Simon & Grabow, 2010; Stürmer & Simon, 2004; Sturmer et al., 2003; Thomas et al., 2009; van Goethem et al., 2012; van Stekelenburg et al., 2009; van Zomeren et al., 2004). Esses estudos apresentaram a identidade social como uma variável que afeta a participação social e política de forma direta e indireta. O efeito direto consistiria na identidade social influenciando, sem nenhum tipo de mediação ou moderação, as ações sociais. No que diz respeito ao efeito indireto, observou-se a relação da identidade social com outras variáveis que favoreceriam a ação social, como: a percepção de injustiça social (Curtin et al., 2015; Duncan, 2010; Gamson, 1992; Turner-Zwinkels et al., 2015), a percepção de eficácia (Duncan, 2010; Gamson, 1992;

Krista, 2012; Thomas et al., 2009), a saliência política pessoal (Curtin et al., 2010; Duncan, 1999; Duncan, 2005; Duncan & Stewart, 2007) e o propósito de vida (Ballard et al., 2015; Damon & Colby, 2015; Damon et al., 2003; Malin et al., 2015). Essas variáveis, bem como a relação que elas possuem com a identidade social e com a ação social e/ou política, serão apresentadas a seguir.

3.2.2. Percepção de justiça/injustiça

A percepção de injustiça é uma das variáveis mais presentes nos modelos de participação política e aparece como uma condição essencial para a ação direcionada à mudança social em nome de um grupo (Klandermans et al., 2008; P. G. Klandermans, 2014; Moskalenko & McCauley, 2009; Simon & Klandermans, 2001; Swank, 2012; van Stekelenburg, 2006; van Stekelenburg & Klandermans, 2013). No âmbito das relações intergrupais, a percepção de injustiça tem sido definida como um senso de indignação sobre o modo como as autoridades lidam com problemas políticos e sociais (Klandermans et al., 2008) principalmente no que diz respeito a questões que envolvem a concepção de igualdade (van Zomeren et al., 2008). A percepção de injustiça é considerada também um dos elementos necessários para a formação da identidade coletiva (Simon & Grabow, 2010; van Stekelenburg, 2006).

Alguns autores indicaram que a percepção de injustiça pode ser identificada a partir do sentimento de privação relativa, por meio do modo como se percebe o uso da justiça distributiva e processual por parte do governo e de suas instituições, e por meio da percepção de violação de valores ou princípios morais (Klandermans, 2002; Simon & Klandermans, 2001; van Zomeren, 2015). Os autores que abordaram a percepção de injustiça considerando a concepção de privação relativa, mencionaram as definições de Folger (1986) ou de Townsend (1987) (ver Fu et al., 2015; Stockemer, 2014; van Stekelenburg, 2013; van Zomeren et al., 2004). Esses autores conceberam a privação relativa como o sentimento que resulta da comparação da situação de uma pessoa (ou grupo) com um certo padrão. Quando o resultado da comparação

indica que uma pessoa (ou grupo) tem recebido menos do que ela (ou o grupo) acredita merecer, ela experimenta a privação relativa.

A privação relativa envolveria ainda a associação entre concepções de justiça distributiva e processual durante o processo de comparação social. De acordo com Klandermans et al. (2008) a justiça distributiva diz respeito ao modo como os recursos são distribuídos na sociedade, e a justiça processual diz respeito ao modo como os processos de tomada de decisão política são efetuados por parte do governo ou de suas instituições sociais. Durante a avaliação do modo como os recursos são distribuídos na sociedade e do modo como o governo toma suas decisões sobre essa distribuição, as pessoas, enquanto membros de um grupo, comparam aquilo que elas têm com aquilo que outros grupos têm, considerando ainda aquilo que elas acreditam que merecem ter. Se nesse processo de comparação os membros de um grupo percebem que há uma distribuição desigual de recursos, o sentimento de privação relativa é ativado. E, se essa percepção de injustiça é compartilhada pelo grupo, há uma grande probabilidade de que haja uma mobilização no sentido de mudar a situação de desvantagem na qual o grupo se encontra.

No que diz respeito à percepção de injustiça com relação à violação de princípios e valores, van Stekelenburg, Klandermans e van Dijk (2009) defenderam a concepção de que o sistema de valores de uma pessoa influenciaria o modo como ela perceberia as situações sociais ou políticas como injustas ou ilegítimas. Para van Stekelenburg (2013), van Stekelenburg e Klandermans (2013), van Zomeren (2015) e Skitka (2002), a percepção de injustiça, com base na verificação de uma violação de valores e princípios morais, envolveria o sentimento de indignação ou ofensa moral. Por exemplo, para Skitka as ações das pessoas na sociedade, seja em suas relações interpessoais ou intergrupais, são reguladas pelos valores e princípios morais que essas pessoas defendem. Seria a partir desses valores que as pessoas avaliariam as situações sociais, bem como as ações dos membros do grupo de pertença, de outros grupos, do governo e das instituições como justas ou injustas. Ao perceber que essas ações não estariam de acordo

com tais valores, as pessoas experimentariam um sentimento de violação ou de indignação moral. Esse sentimento motivaria as pessoas a agirem de modo a manter as relações, ou contextos sociais, coerentes com os valores defendidos.

Nesse sentido, as pessoas sentiriam uma obrigação de agir na sociedade de modo a defender seus valores, pois a percepção da violação representaria uma ameaça para a identidade social dessas pessoas. Portanto, a percepção de injustiça, a partir da violação de um valor moral, proporcionaria a motivação necessária para o engajamento em ações sociais e/ou políticas destinadas a mudar o contexto social, deixando-o dentro de um padrão moral considerado justo. Ou seja, a percepção de uma violação de valores ou princípios morais forneceria a motivação necessária para a ação na sociedade, devido a necessidade de manutenção de uma consistência entre pensamento e ação (P. G. Klandermans, 2014; Skitka, 2002; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; van Stekelenburg, 2013; van Stekelenburg et al., 2009; van Zomeren, 2015; van Zomeren et al., 2012).

De uma maneira geral, independente do modo como a percepção de injustiça é ativada, seja por meio da privação relativa ou por meio da violação de valores e princípios morais, os modelos de ação política apresentados na literatura indicam que quanto maior a percepção de injustiça relacionada com o grupo, maior é a probabilidade das pessoas se engajarem em ações que visam reparar o dano causado ao grupo (Klandermans et al., 2008; Moskalenko & McCauley, 2009; Opp, 2012; Simon & Klandermans, 2001; Stockemer, 2014; Sturmer & Simon, 2009; van Stekelenburg, 2006; van Zomeren et al., 2004; Wenzel, 2000).

Para van Stekelenburg (2006) a percepção de uma pessoa sobre a existência de uma injustiça no meio social tem um efeito positivo no desenvolvimento social dessa pessoa, pois a consciência sobre a existência de uma situação de injustiça compartilhada por uma coletividade e a consciência sobre os responsáveis por tal situação, proporcionaria à pessoa as oportunidades para a elaboração de reflexões sofisticadas sobre a realidade social, favorecendo assim uma

visão mais crítica do mundo. No entanto, para van Zomeren et al. (2004), a percepção de injustiça por si só não seria suficiente para favorecer a ação. Alguns autores defenderam também a necessidade de que essa tipo de percepção seja compartilhada por todo o grupo para que ela funcione com um elemento motivador, relacionado com o modo como as pessoas julgam a efetividade de suas ações para atingir a mudança social desejada (Corcoran et al., 2015; Klandermans et al., 2008; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; van Stekelenburg, 2013; van Zomeren et al., 2012). Ou seja, ainda que uma situação pareça injusta ou ilegítima para algumas pessoas, é preciso haver uma concordância dos membros do grupo sobre esse tipo de percepção e sobre a crença na eficácia das ações que podem ser desenvolvidas no sentido de reparar a injustiça sofrida pelo grupo para que ela funcione como um elemento motivador para a ação.

3.2.3. Percepção de eficácia

A percepção de eficácia é apresentada na literatura em psicologia social, assim como a percepção de injustiça, como um dos principais preditores da intenção de participar de ações sociais e/ou políticas (Gamson, 1992; Klandermans et al., 2008; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; van Stekelenburg, 2013; van Zomeren et al., 2008, 2012) e, um dos autores mais representativos relacionado ao estudo desta variável é Bandura (1997, 2012). De acordo com a teoria sociocognitiva desenvolvida por Bandura (1977), a crença na autoeficácia é responsável por determinar a quantidade de esforço que uma pessoa pode investir em uma atividade ao se deparar com obstáculos que possam dificultar a obtenção do resultado desejado e o tempo que ela pode manter este esforço. Nesse sentido, quando mais forte é a crença na autoeficácia, maior será o esforço investido na atividade em questão.

Bandura (1977) propõe quatro fontes para o desenvolvimento das crenças na autoeficácia, são elas: o desempenho em atividades, a experiência vicária, a persuasão verbal e os estados emocionais. O desempenho das pessoas em atividades anteriores pode proporcionar

uma forte crença na autoeficácia, quando essas atividades forem bem-sucedidas. A crença na eficácia por meio das experiências anteriores tende a se generalizar para atividades semelhantes facilitando ou dificultando o desempenho da pessoa que a executa, de tal modo que as experiências de fracasso diminuem a crença na autoeficácia e as experiências de sucesso aumentam essa crença.

A experiência vicária, por sua vez, favorece uma forte crença na autoeficácia quando as pessoas parecidas com o observador desempenham atividades difíceis e logram atingir o objetivo pretendido (Bandura, 1977). Nesse sentido, por haver uma semelhança entre a pessoa observada e o observador, este último elaborará uma crença de que ele também pode ter sucesso ao realizar a mesma atividade ou uma atividade semelhante.

No que diz respeito à persuasão verbal, de acordo com Bandura (1977), quando as pessoas são induzidas a acreditar que possuem grandes chances de ter sucesso, elas sentirão que suas ações podem ter o efeito pretendido. Ou seja, se as pessoas são persuadidas a acreditar nelas mesmas, e se tornam mais perseverantes ao enfrentar as dificuldades, as chances de obter sucesso podem ser maiores (Bandura, 2012). Por fim, o estado emocional pode proporcionar uma crença na autoeficácia dependendo de sua valência. De acordo com Bandura (1977) os estados emocionais forneceriam informações sobre o nível de dificuldade da atividade: tarefas com alto nível de dificuldade geram estados emocionais negativos, como medo e ansiedade; atividades percebidas com um baixo nível de dificuldade tendem a despertar emoções positivas, como a confiança. Desse modo, estados emocionais negativos poderiam levar a uma baixa crença na autoeficácia e estados emocionais positivos tenderiam a proporcionar uma elevada crença na autoeficácia.

De um modo geral, Bandura (2012) defendeu que a crença na autoeficácia influenciaria o nível de motivação das pessoas para agir com o intuito de atingir os resultados pretendidos, mesmo diante de situações que poderiam ser vistas como difíceis. Nesse sentido, um amplo

conjunto de fatores poderia atuar como reguladores ou motivadores da ação, como a relação de custo-benefício das ações, a obtenção de resultados materiais, o sentimento de bem-estar por meio da avaliação positiva do comportamento etc.

Os estudos sobre participação ou ação política, que incluem a percepção de eficácia como uma das variáveis dos modelos explicativos, utilizaram a definição de autoeficácia apresentada por Bandura (1977). Ou seja, consideraram a autoeficácia como uma crença ou convicção de que uma pessoa pode executar um determinado comportamento de modo a atingir um resultado desejado. Observa-se em alguns estudos a inclusão de outras formas de eficácia, também apresentadas por Bandura como a eficácia coletiva e a eficácia política. A eficácia coletiva, também chamada de grupal, diz respeito à crença de um grupo de que os problemas relacionados a ele podem ser resolvidos por meio do comprometimento de cada membro com ações coletivas que possuam custos aceitáveis (Braun-Lewensohn, 2016; Corcoran et al., 2015; Krista, 2012; Swank, 2012; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; van Zomeren et al., 2011; van Zomeren et al., 2004). Já a eficácia política consiste na crença que os indivíduos têm com relação às habilidades que possuem para compreender o contexto político e agir sobre ele (Bolzendahl & Coffè, 2013; Braun-Lewensohn, 2016; Corning & Myers, 2002; Zúñiga, Molyneux, & Zheng, 2014; Krista, 2012; Manganelli, Lucidi, & Alivernini, 2014; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; Velasquez & LaRose, 2015; Yamamoto, Kushin, & Dalisay, 2015). Velasquez e LaRose (2015) apresentaram ainda uma diferenciação entre a eficácia política interna e externa. O primeiro tipo de eficácia consiste na crença individual relacionada com a concepção de que as ações políticas individuais podem ter um impacto no contexto político e afetar seus processos; o segundo tipo consiste na crença dos indivíduos sobre a responsabilidade do governo e de suas instituições sobre os processos políticos relacionados com as demandas dos cidadãos.

Estudos sobre a participação política ressaltaram a importância da crença na eficácia, seja ela pessoal, coletiva ou política, nas ações políticas. Essa variável é apresentada também como essencial para a compreensão das ações sociais de forma direta, ou de forma indireta, por meio de variáveis como as emoções (Saeri et al., 2015; Thomas et al., 2009; van Stekelenburg & Klandermans, 2013; van Zomerem et al., 2004), a percepção de injustiça (Corcoran et al., 2015; Gamson, 1992; van Zomerem, 2015; van Zomerem et al., 2012, 2004), o conhecimento cívico (Manganelli et al., 2014;) e os valores (van Zomerem, 2015; Brawn-Lewensohn, 2016; van Zomerem, et al., 2011).

De acordo com van Zomerem et al. (2012) e Corcoran et al. (2015), a associação entre a percepção de eficácia e a percepção de injustiça é uma das associações que possuem um grande poder preditivo sobre as ações sociais. Alguns dos estudos que utilizaram essas duas variáveis geralmente incluem uma variável emocional, como a raiva, para contribuir com o aumento do poder explicativo do modelo (van Zomerem et al., 2004; van Zomerem et al., 2011). Gamson (1992) já havia considerado a importância da relação entre essas duas variáveis, considerando também a identidade social, como preditores das ações sociais.

Van Zomerem e colaboradores (van Zomerem et al., 2004; van Zomerem et al., 2008; van Zomerem et al., 2011; van Zomerem et al., 2012; van Zomerem, 2015) verificaram que as ações coletivas são melhor explicadas quando, além da identidade social são analisadas a percepção de eficácia e a percepção de injustiça. Por meio do SIMCA (*Social Identification Model of Collective Action*), van Zomerem (2015) verificou que o engajamento em ações coletivas é melhor explicado a partir da associação entre as variáveis percepção de eficácia, percepção de injustiça, convicção moral e identidade social, sendo esta última variável a que possui maior poder preditivo das ações coletivas. Van Zomerem (2015) verificou que o elemento moral incluído no SIMCA age como um gatilho para a motivação no engajamento em ações sociais, de tal modo que esse tipo de motivação afeta o modo como a percepção de injustiça, a

identidade social e os motivos instrumentais (dentre eles a eficácia) levariam a pessoa a se engajar em ações coletivas.

Na mesma direção van Stekelenburg e Klandermans (2013) verificaram que a percepção de eficácia atua de forma conjunta com as variáveis identidade social e percepção de injustiça para predizer as ações sociais, mas que o enraizamento social e a raiva também ajudavam no poder preditivo destas ações. Para Krista (2012) a percepção de eficácia afeta a intenção de participar em ações coletivas quando, diante de uma identidade social forte, as pessoas sentem raiva sobre uma situação de injustiça sofrida pelo grupo, considerando a violação de valores e/ou princípios do grupo. Para Klandermans et al. (2008) as pessoas se mobilizam quando acreditam que suas ações podem ajudar a reparar uma situação de injustiça de tal modo que quanto maior é a percepção de eficácia, maior é a probabilidade de engajamento em ações sociais.

No entanto, outros estudos, como o de Stürmer e Simon (2004) e o de Stürmer et al. (2003) indicaram que a percepção de eficácia não possui um poder preditivo significativo sobre a intenção de engajamento em ações sociais. Bandura (2012) e Hornsey et al. (2006) indicaram que os resultados apresentados na literatura sobre a relação entre a percepção de eficácia e as ações coletivas eram, de fato, contraditórios. Hornsey et al. e Bandura indicaram ainda que a contradição sobre esta relação poderia ser produto de falhas na definição da eficácia e, conseqüentemente, na sua mensuração, principalmente quando se considerava a eficácia como o poder que as pessoas têm de influenciar as ações sociais e a crença de que as metas materiais dos grupos podem ser atingidas.

Hornsey et al. (2006), defenderam a relação de predição das ações coletivas por meio da percepção de eficácia, e consideram que essa relação poderia ser analisada a partir da perspectiva do grupo ou do indivíduo. Ao considerar a perspectiva do grupo, essa análise poderia ocorrer por meio da influência de uma ação coletiva sobre um exogrupo relevante; por

meio da influência de uma ação coletiva sobre outras pessoas ou grupos; e por meio do modo como a eficácia possibilita a construção de um movimento de oposição a partir de uma ação coletiva. Ao considerar a perspectiva do indivíduo, a eficácia poderia ser analisada também, a partir do modo como possibilita a expressão dos valores pessoais. Nesse sentido, a percepção de eficácia é compreendida por Hornsey et al. (2006) como o modo como indivíduos e grupos percebem, diante da necessidade de promoção de uma mudança social, que suas ações podem ser eficazes para influenciar outras pessoas e grupos, construir um movimento de oposição e expressar os próprios valores. Ao analisar a intenção de pessoas em participar de ações coletivas, Hornsey et al. verificaram que quanto mais forte era a intenção de participar, mais forte era a identidade ativista e mais as pessoas sentiam que suas ações poderiam ser eficazes para a construção de um movimento de oposição. Os autores verificaram também a validade de utilizar uma definição mais ampla de eficácia, considerando aspectos relacionados tanto ao grupo quanto ao indivíduo.

3.2.4. Saliência política pessoal

A saliência política pessoal consiste em um esquema cognitivo relacionado com o modo como as pessoas organizam e processam informações relacionadas à vida política, afetando a formação de atitudes e refletindo os interesses das pessoas por assuntos políticos (Duncan, 2005). A ideia inicial sobre a saliência política pessoal foi apresentada por Stewart e Healy (1989) a partir de uma investigação sobre o impacto de eventos sociais e políticos na vida das pessoas. Estes autores estiveram interessados em investigar como eventos políticos e sociais afetavam a vida das pessoas, suas atitudes e seus comportamentos e verificaram, por meio da análise de um estudo realizado por Ginzebrg sobre a vida laboral e familiar de mulheres no período pós- II Guerra Mundial (1963, como citado em Stewart & Healy, 1989), que eventos sociais ou políticos afetaram, de maneiras diferentes, a vida das pessoas dependendo da etapa do desenvolvimento ontogenético em que eles ocorriam.

Stewart e Healy (1989) verificaram que a interação entre experiências sociais e desenvolvimento individual possuía consequências para a construção da visão de mundo, para a formação da identidade e para o comportamento das pessoas, de tal modo que: eventos sociais e políticos que ocorreram durante a infância produziram um efeito na construção da visão de mundo das pessoas; eventos sociais ou políticos que ocorreram durante o período que envolveu a adolescência e a transição para a fase adulta afetaram a formação da identidade; e eventos que ocorreram durante a fase adulta produziram um efeito no comportamento das pessoas, não havendo alteração nem nas visões de mundo e nem na identidade destas pessoas. Estes autores verificaram ainda que os eventos que ocorreram durante a transição para a fase adulta, e que compreende o processo de formação da identidade, tiveram um impacto mais significativo. Duncan e Agronick (1995) confirmaram os resultados encontrados por Stewart e Healy (1989) sobre o efeito de eventos políticos e sociais na vida das pessoas e verificaram ainda que esses eventos favoreceram o desenvolvimento de uma consciência política, que passava a ser parte integral da identidade pessoal. Com base nesses resultados, e considerando as diferenças geracionais sobre a percepção de um mesmo evento social e político, pode-se dizer que as pessoas avaliam e respondem a um mesmo evento social ou político de modos distintos, pois as respostas a eles são construídas a partir de estruturas cognitivas e experiências de vida qualitativamente distintas.

De um modo geral, a saliência política pessoal pode ser compreendida como uma tendência a atribuir um significado pessoal a eventos sociais e políticos (Duncan, 2005; Duncan & Stewart, 2007) que não necessariamente estão relacionados de forma direta com o indivíduo (Curtin et al., 2010). Os estudos realizados com o intuito de verificar o efeito da saliência política pessoal na vida das pessoas consideraram, sobretudo, o impacto desta variável nas ações sociais, havendo uma ênfase no ativismo como a forma de ação social (Duncan, 1999; Duncan & Stewart, 2007). Os estudos consideraram ainda a relação da saliência política pessoal

com a consciência de grupo (Duncan, 2010), com a abertura a experiência (Curtin et al., 2010), com a identidade social (Duncan & Stewart, 2007) e com a consciência interseccional (Curtin & Stewart, 2015).

Duncan (1999) verificou que as experiências de vida, que se relacionavam com essa ideia de consciência política, possuíam um impacto no engajamento das pessoas de forma direta e também indireta por meio da consciência de grupo. Nesse estudo Duncan apresentou a ideia de consciência política como saliência política pessoal, definindo esta variável como um mecanismo psicológico que possui um papel relevante para a transformação das experiências pessoais em ações, principalmente na forma de ativismo. Duncan apresentou o ativismo como uma forma de ação coletiva que poderia ser desenvolvida em nome de um grupo com o qual a pessoa se identificava. Duncan e Stewart (2007) e Duncan (2010) confirmaram os resultados encontrados por Duncan (1999), e verificaram que a saliência política pessoal afetava diretamente a participação social na forma de ativismo, havendo também um efeito indireto por meio da identidade coletiva politizada (Duncan & Stewart, 2007) e por meio da consciência de grupo (Duncan, 2010).

Ao aprofundar o estudo sobre o tema e, considerando seu processo de formação, Duncan (2005) defendeu que a saliência política pessoal refletia os interesses das pessoas por conteúdos políticos, mas que ela deveria ser compreendida como um conceito distinto da habilidade política e do posicionamento ideológico, tendo em vista que a autora não encontrou correlações significativas entre a saliência política pessoal e esses dois constructos.

Curtin, Stewart e Duncan (2010) verificaram que a relação entre a saliência política pessoal e a abertura a experiência poderia explicar o comportamento ativista. Estes autores definiram o ativismo como qualquer comportamento executado com a intenção de promover mudanças sociais, podendo envolver estratégias coletivas ou individuais e que não necessariamente eram praticadas em nome do próprio grupo. A abertura a experiência foi

definida como uma disposição para mudar de crenças e atitudes a partir de reflexões sobre novas informações sobre um tema. Os resultados desse estudo indicaram que a abertura a experiência afetava o ativismo direta e indiretamente por meio da saliência política pessoal. Em um estudo mais recente, Curtin e Stewart (2015) investigaram a relação entre a saliência política pessoal e o ativismo político considerando a mediação da consciência interseccional. Esta última variável foi definida como uma consciência mais ampla de grupo, diante da percepção do indivíduo de que ele faz parte de um sistema social composto por diferentes grupos e com diferentes níveis de hierarquia. Os autores confirmaram mais uma vez o efeito da saliência política pessoal no ativismo de forma direta, e de forma indireta por meio da consciência interseccional. Em suma, os estudos realizados por este grupo de autores ressaltam a relevância da saliência política pessoal nos modelos de ação coletiva, considerando diferentes facetas da identidade social.

3.2.5. Propósito de vida

Outro conceito que tem recebido destaque no estudo da ação social é a ideia de propósito. Esta variável tem sido apresentada por Damon e colaboradores (Ballard, Malin, et al., 2015; Ballard, Pavlova, et al., 2015; Bronk, 2012; Bronk, Finch, & Talib, 2010; Bronk, Hill, Lapsley, Talib, & Finch, 2009; Damon & Colby, 2015; Damon et al., 2003; Malin et al., 2015) como um elemento chave para a compreensão da participação cívica. O propósito foi definido por Damon, Menon e Bronk (2003) como uma meta de ordem superior, motivada pelo desejo de contribuir com algo maior e além do self. Essa meta levaria a pessoa a buscar um significado para sua vida e a organizar, direcionar e planejar o comportamento individual, impulsionando o desenvolvimento.

Observa-se na literatura o estudo do propósito considerando três perspectivas: como um elemento presente numa vida de significado (Peterson, Park, & Seligman, 2005; Peterson, Ruch, Beermann, Park, & Seligman, 2007; Ruch, Harzer, Proyer, Park, & Peterson, 2010),

como uma forma de comprometimento (Ballard, Malin, et al., 2015; Ballard, Pavlova, et al., 2015; Bronk, 2012; Bronk et al., 2010; Bronk et al., 2009; Damon & Colby, 2015; Damon et al., 2003; Malin et al., 2015) e como uma virtude (Han, 2015). E estas três perspectivas se assemelham por considerar, em alguma medida, o propósito como um elemento motivador da ação.

A ideia de propósito enquanto um sinônimo de uma vida de significado foi apresentado por Peterson et al. (2005), Peterson et al. (2007) e Ruch et al. (2010), e aparece associada à concepção de orientações para a felicidade. A ideia de felicidade defendida por esses autores diz respeito ao senso de conexão que uma pessoa sente com relação a algo que está além dela mesma. Nesse sentido, a felicidade poderia ser compreendida a partir da interação entre três componentes: uma vida de significado, que consiste numa vida com propósitos relacionados a responsabilidade social e preocupação com o bem-estar das demais pessoas na sociedade; uma vida de engajamento, que envolve o comprometimento com ações que desafiam as próprias habilidades e que levam a pessoa a sentir que ela está imersa em uma atividade significativa para sua vida; e *uma vida de prazer*, que envolve a satisfação que a pessoa sente com o comprometimento e com a responsabilidade social. Peterson e seus colaboradores verificaram em seus estudos a existência de uma associação positiva entre esses três componentes da felicidade (Peterson et al., 2005; Peterson et al., 2007) destacando-se a associação entre a ideia de vida de significado e vida de engajamento. A partir dessa associação, pode-se dizer que o propósito que as pessoas têm em suas vidas relaciona-se com aquilo que elas fazem de suas vidas.

A ideia de propósito enquanto uma forma de comprometimento apresentada por Bronk, Finch e Talib (2010) é composta por três elementos: a intenção de avançar em direção a uma meta significativa para a pessoa; o engajamento ativo, que consiste na expressão comportamental da intenção; e contribuição com o mundo além da própria pessoa. Bronk et al.

(2009) e Bronk et al. (2010) apresentaram uma revisão de estudos que indicaram que o propósito estava relacionado com a ação moral prossocial, com o engajamento cívico e com a promoção do bem-estar subjetivo, apresentando ainda uma associação positiva com a satisfação com a vida e com a esperança. Bronk (2012) verificou, por meio de um estudo longitudinal, realizado ao longo de cinco anos, que o comprometimento representa a estrutura central do propósito e que ele se desenvolve ao longo da adolescência e da idade adulta em quatro etapas. São elas: iniciação ao comprometimento; sustentação do comprometimento; elevação do comprometimento e evolução do comprometimento.

A fase de iniciação do comprometimento, como mencionado por Bronk (2012), ocorre por meio de atividades pontuais realizadas por uma pessoa, e indicam uma preocupação desta com uma causa social. A sustentação do comprometimento ocorre por meio do desenvolvimento de um afeto relacionado ao objeto de interesse e com o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das dificuldades que possam impedir a realização da meta pretendida. De acordo com Bronk, quanto há um afeto envolvido e quanto mais ativa a pessoa se torna, maior é a disposição que ela desenvolve para superar os obstáculos e problemas relacionados com o engajamento. As duas últimas etapas do desenvolvimento do comprometimento (comprometimento escalonado e evolução do comprometimento) envolvem a ideia de desenvolver as metas no sentido de deixá-las mais amplas, envolvendo um campo de ação maior, que abarque todos os elementos envolvidos com a meta.

Para Bronk (2012) o processo de desenvolvimento do propósito, enquanto uma forma de comprometimento, é consolidado a partir das experiências de vida, sendo elemento essencial para a formação da identidade (Malin et al., 2015). Sobre a relação entre comprometimento e formação da identidade, Malin et al. (2015) defenderam que ao longo do desenvolvimento social, as pessoas se questionam sobre os diversos papéis que precisam desempenhar na sociedade e sobre a importância de cada um deles em suas vidas. Esses questionamentos, teriam

como base a relação entre os valores pessoais e as ações vinculadas aos papéis sociais, e serviriam como estrutura central para a formação da identidade. De acordo com esses autores, uma identidade construída com base na integração entre valores pessoais e metas sociais poderia contribuir para a manutenção do comprometimento com comportamentos pró-sociais. No âmbito social, os comportamentos pró-sociais poderiam ser desenvolvidos com a participação dos jovens em ações cívicas. Ou seja, as ações cívicas representariam um meio para a externalização dos propósitos que favoreceria a contribuição das pessoas para a promoção de mudanças sociais.

Ainda considerado a relação entre identidade social e propósito para o desenvolvimento de ações cívicas, Malin et al. (2015) defenderam a relação bidirecional mencionada na literatura no que diz respeito à identidade e a participação política. Para os autores, tanto a identidade social é responsável por favorecer a participação cívica, como ela é fortalecida pela participação das pessoas neste tipo de ação. Malin et al. afirmaram ainda que a participação em ações cívicas, como forma de atingir uma meta social, pode ser classificada como pertencente ao domínio dos propósitos cívicos. Ou seja, a intenção de contribuir com o mundo além do self a partir de ações cívicas ou políticas.

Para Malin et al. (2015) o propósito cívico se desenvolveria por meio da noção de responsabilidade social, que é construída com base na identidade social e na qualidade do julgamento moral de cada pessoa. De acordo com a perspectiva desses autores, a responsabilidade social envolve a concepção de que todas as pessoas na sociedade estão conectadas de tal modo que cada uma é afetada e afeta as demais e, por isso, cada membro da sociedade pode ser considerado como responsável por aquilo que acontece com os demais. O propósito cívico envolveria, portanto, (1) a intenção de participar da vida cívica, seja no âmbito das instituições ou em ações voluntárias; (2) a motivação ou o desejo de contribuir para melhorar a vida social; e (3) o engajamento em atividades sociais, como a participação em

campanhas políticas ou trabalho voluntário na comunidade, e que visam essa mudança social pretendida. Sobre a relação do propósito com o engajamento Malin et al. indicaram que esta relação representa uma resposta às questões que causam impacto na identidade social das pessoas representando, portanto, uma forma de fortalecer essa identidade. Malin et al. indicaram ainda que as pessoas com propósito cívico valorizavam a liberdade e a igualdade e adotavam ações sociais não apenas para defender aquilo em que acreditavam, mas também para dar expressividade à identidade social.

A ideia de propósito enquanto comprometimento com uma meta apresentada por Bronk (2012), foi defendida também por Damon e Colby (2015). Esses autores apresentam o comprometimento com referência à moralidade e a sua interação com a identidade. Para Damon e Colby uma pessoa moralmente comprometida possuiria metas e preocupações morais como um elemento central de suas identidades de tal modo que elas não experimentariam quase nenhum conflito entre as metas consideradas por elas como morais e seus próprios interesses.

Han (2015) abordou o propósito de forma semelhante à abordada por Damon e seus colaboradores, considerando-o como uma motivação para uma meta que estaria além do self. No entanto Han acrescentou ao propósito o caráter de virtude moral. De acordo com este autor, o propósito consistiria em uma virtude de segunda ordem, ou seja, uma virtude que acrescenta excelência às virtudes de primeira ordem. E, enquanto uma virtude de segunda ordem, teria como uma de suas funções capacitar a pessoa a decidir que ações adotar e que virtudes exercitar em momentos específicos (diante de conflitos entre virtudes, por exemplo) para se atingir uma meta a longo prazo. Ou seja, o propósito seria responsável por moderar a performance de outras virtudes. Considerando essa característica do propósito, e de acordo com Han, sem o propósito as virtudes perderiam seu valor e diminuiriam a contribuição que podem dar para o amadurecimento individual.

Outra função do propósito apresentada por Han (2015) envolve seu papel enquanto um elemento motivador das ações sociais. Pois o propósito orienta as pessoas a depositarem suas energias na meta que se pretende alcançar levando-as refletir sobre a melhor forma de atingi-la. No entanto, para motivar a ação e guiar as pessoas no sentido de alcançar suas metas, é preciso que o propósito esteja dotado do que Han chamou de sabedoria prática, que consiste em uma habilidade para identificar o ponto crítico de um dilema, a partir do qual torna-se necessário a execução de ações com base em uma virtude. De acordo com Han a sabedoria prática é adquirida a partir da experiência e possui a função de orientar as ações das pessoas de modo a promover o amadurecimento pessoal, necessário para o desenvolvimento de habilidades e estratégias para se atingir uma meta específica.

Assim, pode-se concluir, por meio dos estudos apresentados (Ballard, Malin, et al., 2015; Ballard, Pavlova, et al., 2015; Bronk, 2012; Bronk et al., 2010; Bronk et al., 2009; Damon & Colby, 2015; Damon et al., 2003; Han, 2015; Malin et al., 2015; Peterson et al., 2005, 2007; Ruch et al., 2010), que o propósito de vida pode atuar tanto como um elemento motivador da ação, considerando sobretudo sua relação com valores e princípios morais (Damon & Colby, 2015; Malin et al., 2015) quanto como uma possível consequência das ações sociais (Peterson et al., 2005), quando se considera a ideia de propósito como um sentimento que se desenvolve a partir dos resultados das ações das pessoas, favorecendo à atribuição de um significado à vida.

3.3. Modelos de Ação Política

A partir da revisão apresentada verificou-se que as ações, sejam elas sociais ou políticas, consistem em um produto da associação das variáveis identidade social, percepção de injustiça, percepção de eficácia, saliência política pessoal e propósito de vida, podendo-se destacar nesses estudos o papel central da identidade social para a promoção da ação. Essa variável aparece em vários modelos de participação política e de ação coletiva, atuando como mediadora da relação de outras variáveis com diferentes formas de ação.

Por exemplo, Gamson (1992) defendeu que a ação coletiva consiste em uma ação voltada para a mudança social que envolve a identificação ou percepção de uma injustiça sofrida por um grupo, a identificação das pessoas com o grupo que sofre a injustiça e a crença na eficácia das ações. Apesar de ter apresentado estes três elementos como essenciais para a realização de uma ação coletiva, Gamson depositou maior importância na ideia de consciência política, e apresentou esse conceito como subjacente aos outros três. Como apresentado por esse autor, a consciência política pode ser considerada como o gatilho da ação coletiva pois, seria ela a responsável por ativar a identidade social e seria também por meio dela que as pessoas poderiam avaliar uma situação social como justa ou injusta. De acordo com Gamson, ao ter consciência sobre uma situação de injustiça sofrida pelo grupo, as pessoas sentiriam raiva pela condição do grupo e se motivariam a agir no sentido de mudar essa situação, considerando, para tanto, a crença de que suas ações poderiam ser eficazes para atingir o objetivo pretendido, ou seja, a mudança social.

Duncan (1999) apresentou um modelo de ação coletiva formado a partir da associação de variáveis interpessoais, como a personalidade e experiências de vida, tendo a identidade social como uma variável central para essa associação. Duncan verificou que a associação entre variáveis interpessoais e as experiências de vida contribuiu para tornar a identidade social relevante, sendo esta última variável responsável por maior parte da motivação para a ação coletiva. Ou seja, a identidade social foi responsável por mediar a relação das variáveis interpessoais com a participação em ações coletivas, tendo sido verificado também um efeito direto de variáveis interpessoais na ação coletiva.

Duncan e Stewart (2007) ampliaram o modelo proposto por Duncan (1999) e consideraram a saliência política pessoal como uma das variáveis interpessoais que melhor predizem a participação em ações coletivas. Essa variável foi definida por Duncan (2005) como “uma tendência a internalizar, como uma autodefinição central, o engajamento em situações

sociais, questões ou ideologias políticas” (p. 966). Duncan e Stewart verificaram que a saliência política pessoal afetou a participação política de forma direta, e de forma indireta por meio da identidade social.

Outro modelo bastante difundido nos estudos sobre ação coletiva foi o *Social Identification Model of Collective Action* – SIMCA, proposto por van Zomeren et al. (2008). O SIMCA consiste em um modelo de ação coletiva onde a identidade social, atua como principal motivador da ação, possuindo um efeito direto nessa variável. No entanto, como a identidade social envolve o modo como as pessoas avaliam e se sente com relação às situações enfrentadas pelo grupo, os autores defenderam também a existência de um efeito indireto da identidade social nas ações por meio da percepção de injustiça e da percepção de eficácia. Van Zomeren et al. verificaram que a identidade atuou por meio da percepção de eficácia e da percepção e injustiça, de tal modo que quanto mais sofisticadas foram as reflexões dos membros do grupo sobre a situação que eles enfrentavam e, quanto mais forte era a identidade social, maior era a crença deles no poder que eles tinham para mudar essa situação específica.

Utilizando as mesmas variáveis investigadas por van Zomeren et al. (2008), Thomas et al. (2009) sugerem que a identidade social seria responsável por mediar a relação entre a crença na percepção de eficácia do grupo e as reações afetivas sobre uma injustiça com a ações sociais ou políticas. Ou seja, estes autores propuseram um modelo de ação política (*Encapsulation Model on social identity in Action* - EMSICA) em que as reações afetivas que uma pessoa sente sobre a situação de injustiça de um grupo, somadas a crença na percepção de eficácia das ações, possuem um efeito na identidade social. E seria essa variável a responsável por promover a ação social. Thomas et al. realizaram um estudo comparando o SIMCA, proposto por van Zomeren et al. com o EMSICA, e verificaram que os dois modelos eram válidos para a explicação da ação social. Thomas et al. justificaram esse resultado considerando a relação dinâmica entre as variáveis presentes nos modelos. Para eles a organização das variáveis possui um caráter

temporal, e contextual. Por exemplo, é possível que uma situação específica, como um desastre natural, elicie fortes reações afetivas e uma forte crença na eficácia do grupo, antes mesmo que haja uma identificação das pessoas com um grupo. Nesse caso, as reações afetivas e a crença na eficácia seriam mediadas pela identidade social, que favoreceria o engajamento em ações políticas.

Ao considerar o caráter moral das ações políticas, e com base na verificação de uma associação significativa entre a convicção moral e ação social presente na literatura Bauman e Skitka (2009), Skitka e Bauman (2008), van Zomeren et al. (2011) e van Zomeren et al. (2012) propusera a integração da convicção moral ao SIMCA. Esses autores conceberam a convicção moral como um posicionamento consistente e fundamentado sobre questões morais pautado em princípios. Van Zomeren et al. (2011) defenderam que a violação de uma convicção moral seria capaz de promover a ação coletiva contra uma situação de desvantagem vivenciada por um grupo. Van Zomeren et al. (2011) e van Zomeren et al. (2012) defenderam ainda que para se chegar na ação coletiva, a convicção moral precisaria atuar por meio da identidade social, do sentimento de raiva relacionada com a situação do grupo e por meio da crença na eficácia do grupo. De acordo com estes autores a convicção moral poderia funcionar como motivador da ação coletiva pois, a violação de uma convicção favoreceria o surgimento de um sentimento de raiva contra a situação que causa a violação e, consequentemente, geraria a necessidade de defender os princípios que foram violados. Nesse sentido, uma das formas que a pessoa teria de defender seus princípios seria por meio da ação. Van Zomeren et al. (2012) verificaram que a convicção moral explicou a identidade coletiva politizada, mas não a identidade coletiva não-politizada. A identidade, por sua vez, foi responsável por prever a raiva baseada no grupo, a eficácia e as tendências à ação coletiva. A raiva e a eficácia também predisseram, de forma direta, as tendências à ação coletiva.

Van Zomeren (2015) confirmou a importância da convicção moral para a ação coletiva, verificada em estudos anteriores (van Zomeren et al., 2011; van Zomeren et al., 2012) e propôs uma extensão do SIMCA, na qual a motivação moral foi apresentada como uma variável necessária para esse tipo de ação. Este autor caracterizou as variáveis presentes no SIMCA como tipos motivadores para a ação coletiva. Nesse modelo estão presentes, além da identidade social e das motivações morais, motivações de injustiça e motivações instrumentais. Van Zomeren apresentou dois tipos de motivações de injustiça: a injustiça enquanto uma avaliação de uma situação ou evento do grupo; e a injustiça enquanto violação de um princípio. No que diz respeito aos motivadores instrumentais, ele apresentou a crença na eficácia do grupo e o sentimento de raiva pautado na situação do grupo. Nesse novo modelo a violação das motivações morais reforçaria as outras motivações (de injustiça e instrumentais) porque elas estariam pautadas na violação de padrões subjetivos do indivíduo. Em suma, o modelo de ação social proposto por van Zomeren (2015) defende que a violação de uma convicção moral torna a identidade social saliente e que, a relevância dada a essa identidade social prediz a ação social de forma direta, e de forma indireta por meio da percepção de que o grupo sofre com alguma situação de injustiça, pelo aumento da raiva baseada nessa situação de injustiça e por meio da crença na eficácia do grupo.

Verifica-se ainda na literatura o modelo de ação social apresentado por Damon e seus colaboradores (Ballard, Malin, et al., 2015; Ballard, Pavlova, et al., 2015; Damon & Colby, 2015; Damon et al., 2003; Malin et al., 2015). Esses autores defenderam que as ações políticas, dentre elas o ativismo político, são ocasionadas pela relação entre o propósito de vida e as concepções de identidade e de responsabilidade social.

Os modelos de ação social, coletiva e política apresentados (Ballard, Malin, et al., 2015; Ballard, Pavlova, et al., 2015; Bronk, 2012; Bronk et al., 2010; Bronk et al., 2009; Damon et al., 2003; Duncan, 1999; Duncan & Stewart, 2007; Duncan, 2005; Gamson, 1992; Malin et al.,

2015; van Zomeren, 2015; van Zomeren et al., 2012) defendem a relevância da identidade social para a compreensão desses tipos de ação, considerando a necessidade da associação dessa variável com outras para a compreensão do engajamento em ações na busca de mudança social. Dentre os modelos encontrados na literatura, não foram identificados modelos que unissem todas estas variáveis que vêm sendo consideradas relevantes para a compreensão da ação política como a identidade social, a percepção de justiça/injustiça, a saliência política pessoal, a percepção de eficácia e o propósito de vida. E, é considerando a relevância de cada uma dessas variáveis para a promoção de ações direcionadas à mudança social, independente das formas em que elas possam se desenvolver (e.g. protesto, voto, assinatura de petições, etc.), que se propõe, nesse trabalho de tese, a construção de um modelo de ação política que abarque um conjunto mais amplo de variáveis, considerando ainda o papel do julgamento moral e da ideologia política nesse processo.





CAPÍTULO IV

4. UM MODELO DE AÇÃO POLÍTICA NA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DO DESENVOLVIMENTO MORAL

A partir da revisão apresentada observa-se que tanto a psicologia do desenvolvimento moral como a psicologia social estiveram envolvidas na busca dos fatores que motivam a ação social e a ação política. A ação social é definida como ações dos indivíduos ou grupos que interferem nas relações intergrupais com vistas a uma mudança na estrutura destas relações. Essas ações compreendem atitudes e comportamentos. A ação política é definida como ações dos indivíduos ou grupos que têm como finalidade a promoção de mudanças institucionais que acarretem em alterações na estrutura social de forma que possa afetar o modo como as instituições atendem as demandas da sociedade. Essas ações também compreendem atitudes e comportamentos. O que diferencia as ações sociais das ações políticas é, portanto, a finalidade para a qual cada uma está direcionada.

Para melhor compreender esses dois tipos de ação, consideremos como exemplo relação entre professores e alunos. Os alunos, enquanto indivíduos isolados ou enquanto um grupo, podem considerar alguma atitude de um professor inadequada e verificar que esta atitude específica é comum entre o grupo de professores. Os alunos podem agir, conversando com o professor a respeito de sua atitude, no sentido de mudar a qualidade da relação entre eles. Essa ação do aluno (ou do grupo de alunos) se caracteriza como social pois as mudanças ocasionadas por ela interferem na qualidade da relação entre ele e os professores. Outros alunos, por exemplos podem considerar a atitude de um professor inadequada e, sabendo que essa atitude se pauta em uma norma da universidade, eles podem verificar se ela é comum à todas as instituições de ensino superior e, se sim, eles podem requerer uma alteração nas normas internas das universidades. Essa ação dos alunos se caracteriza como política pois acarreta uma alteração na forma como as universidades, enquanto instituições, se relaciona com os alunos, atendendo ou não às suas demandas.

Nesse sentido, considerando que é por meio de ações políticas que se pode atingir uma sociedade mais justa e igualitária, propõe-se, nesse trabalho de tese, a construção de um modelo de ação política dentro de uma perspectiva que pode ser chamada de psicossocial do desenvolvimento moral. A revisão dos estudos apresentadas nos capítulos anteriores indicou que estudos na psicologia do desenvolvimento moral e na psicologia social diferem com relação às variáveis que utilizam como base de suas investigações empíricas para explicar a ação social e/ou a ação política. Por exemplo, estudos na psicologia do desenvolvimento moral investigaram a delinquência (ver revisão de Blasi, 1980) com relação ao julgamento moral considerando variáveis cognitivas como a tomada de perspectiva social, a empatia e os estágios de julgamento moral. Nesses estudos o julgamento moral foi considerado como um elemento individual, ou seja, reflexões de cada pessoa sobre questões sociais, que as impulsionam para a ação. Já os estudos realizados na psicologia social enfatizaram o papel de variáveis psicossociológicas para a ação social ou política, como no caso da percepção de injustiça (Duncan & Stewart, 2007; Gamson, 1992; van Zomeren, Postmes, & Spears, 2012), tendo como variável central a identidade social.

A partir da verificação de uma diferença no foco dado por pesquisadores da psicologia do desenvolvimento moral e da psicologia social, no que diz respeito as ações das pessoas na sociedade, questiona-se sobre a possibilidade de que a ação política possa ser melhor compreendida a partir da adoção da perspectiva psicossocial do desenvolvimento moral. Considera-se, para tanto, que variáveis mais relacionadas ao desenvolvimento psicossocial, como o julgamento moral, e variáveis mais atitudinais, como a percepção de eficácia, não são mutuamente excludentes, e que a análise da interação entre variáveis com essas diferentes naturezas poderia fornecer informações mais profundas sobre como se dá o processo que leva ao engajamento em ações políticas.

Desse modo, para a construção do modelo proposto, considerou-se a possibilidade de que as pessoas tenham reflexões e julgamentos coerentes sobre situações sociais específicas, e que, a partir dessas reflexões, elas percebam a necessidade de agir. Entretanto, acredita-se que apenas essas reflexões e julgamentos sobre a sociedade, e a percepção sobre a necessidade da ação, não sejam suficientes para promover o engajamento em uma ação política direcionada a um determinado objetivo social. Nesse caso, seria preciso que as pessoas tivessem também uma “vontade” de agir, caso contrário, a ação não ocorrerá. Utiliza-se aqui a concepção de vontade como apresentada por Piaget (1981), que apresentou esse elemento como a força de conservação dos valores. A vontade, de acordo com Piaget, tem o papel de regular os valores das pessoas quando estas se encontram em situações de conflito. Seria, portanto, a vontade, o sentimento que motivaria a pessoa a agir de acordo com seus valores morais. Nesse sentido, admite-se que, por um lado, variáveis mais relacionadas com o desenvolvimento cognitivo psicossocial forneceriam a base estrutural e o conteúdo que juntos dariam suporte às reflexões sobre a sociedade. Por outro lado, acredita-se que variáveis mais atitudinais, relacionados à vontade de agir, estariam mais próximos da ação e funcionariam, portanto, como um gatilho para a ação política, ou seja, atuariam associados às reflexões das pessoas, dado a elas a consciência de que elas estariam aptas para agir.

O modelo de ação política que será proposto foi elaborado a partir da revisão de modelos de ação política e/ou social apresentados na literatura (Ballard, Pavlova, Silbereisen, & Damon, 2015; Duncan, 1999; Duncan & Stewart, 2007; Gamson, 1992; Malin, Ballard, & Damon, 2013; van Zomeren, Postmes, Spears, & Bettache, 2011; van Zomeren, 2015). Para esse modelo, considerou-se que o julgamento moral, enquanto uma variável relacionada ao desenvolvimento psicossocial, poderia favorecer à intenção de engajamento em diferentes tipos de ação política, por envolver diferentes tipos de reflexões sobre a sociedade. Desse modo, o julgamento moral afetaria a qualidade das associações entre diferentes variáveis como: ideologia política,

identidade social; identidade ativista e comprometimento; percepção de justiça social, percepção de eficácia; saliência política pessoal e propósito de vida. Entretanto, embora a ideologia política, a identidade social e a percepção de justiça tenham sido apresentadas nos estudos revisados como variáveis psicossociológicas, elas podem ser concebidas também como variáveis relacionadas ao desenvolvimento psicossocial, pois se referem à reflexões internas que aumentam de complexidade com o avanço da idade e com a maturidade do julgamento moral. Ou seja, considerou-se para o modelo hipotetizado novas operacionalizações para essas variáveis e novas associações entre elas, visando explicar melhor o engajamento em ações políticas. Para esse modelo considerou-se ainda a reflexão de van Zomeren (2015), que defende que uma compreensão adequada sobre ações sociais deve envolver não apenas seus aspectos motivadores, mas também suas consequências. Coerentemente, considerou-se também a ideia de Peterson et al. (2015) de que manutenção ou atendimento de um propósito de vida pode ser uma consequência da ação política devido ao sentimento de bem-estar proporcionado pela coerência entre pensamento e ação.

Portanto, para a construção do modelo de ação política, dentro de uma perspectiva psicossocial do desenvolvimento moral, estipulou-se que a força da associação entre variáveis mais cognitivas relacionadas ao desenvolvimento psicossocial, que se caracterizam por sua natureza reflexiva, e variáveis mais atitudinais⁹, que se caracterizam pelo fato de estarem mais próximas ao comportamento, seria responsável por indicar o caminho percorrido desde a reflexão sobre uma situação social até a intenção de agir sobre ela. As variáveis relacionadas ao desenvolvimento psicossocial foram denominadas de “variáveis cognitivo-ideológicas” e as variáveis relacionadas ao posicionamento e disposição das pessoas a agir frente a uma situação social, foram denominadas de “variáveis cognitivo-atitudinais”.

⁹ Diz-se variáveis cognitivo-atitudinais devido à dimensão cognitiva das atitudes, como mencionado por Álvaro e Garrido (2006).

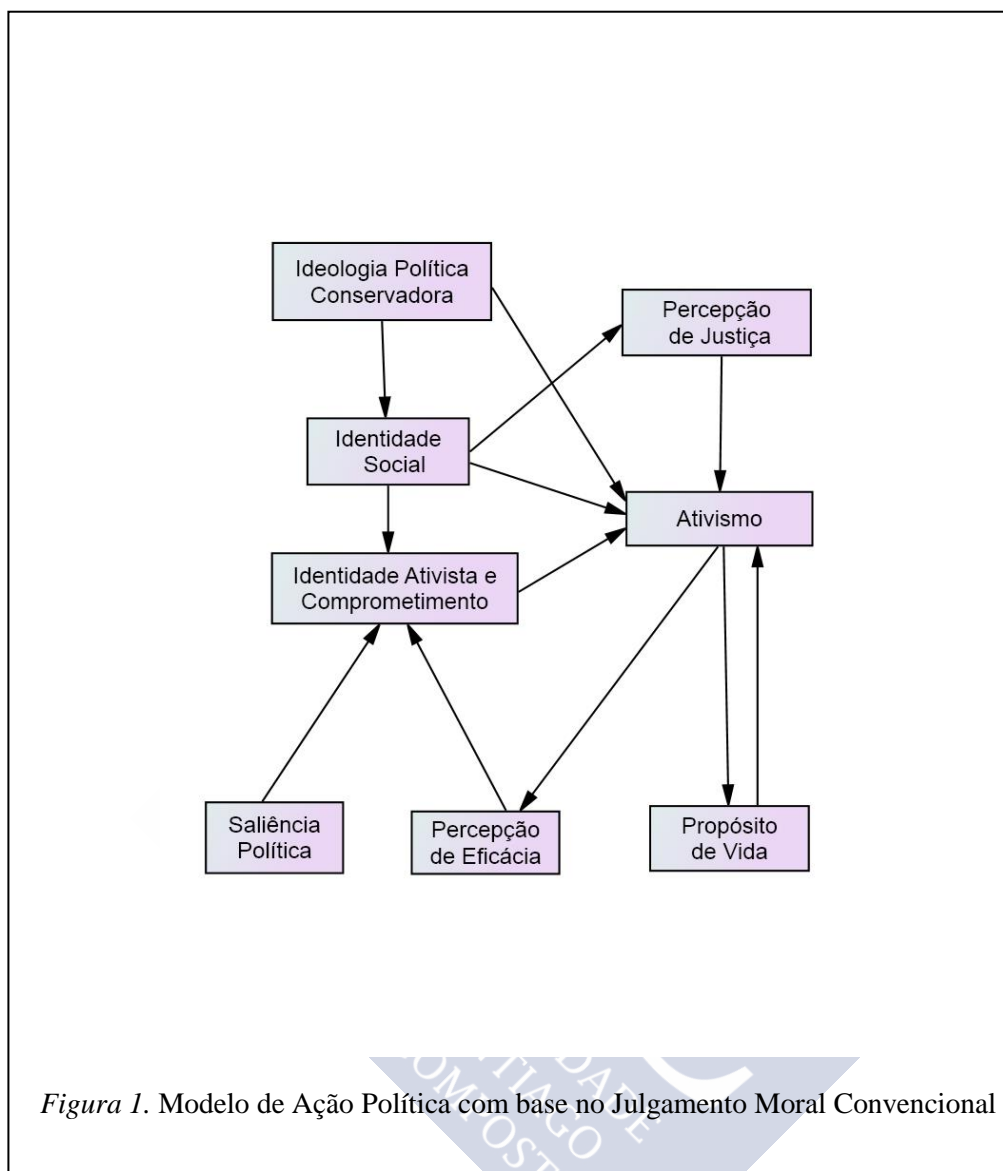
No entanto, julga-se que a associação entre variáveis desse tipo não ocorreria ao acaso. Ao considerar o julgamento moral como uma variável importante para a construção das reflexões das pessoas sobre a sociedade e sobre as relações sociais (Blasi, 1980; Kohlberg, 1984), e que existe uma coerência entre julgamento moral e ação (Blasi, 1980; Thoma et al., 1986), pode-se admitir que a maturidade do julgamento moral altera as relações entre as variáveis estipuladas nesse modelo. Ou seja, a qualidade do julgamento moral seria responsável pela força da associação entre variáveis cognitivas relacionadas ao desenvolvimento psicossocial, e variáveis mais atitudinais, relacionadas ao posicionamento e disposição para agir na sociedade, e seria desse modo, indiretamente responsável pelas ações políticas.

Nesse sentido, as pessoas com julgamento moral convencional dominante apresentariam maior disposição para o engajamento em ações políticas que ocorrem dentro da legalidade, e que podem ser classificadas como ativismo (e.g. votar, participar de manifestações autorizadas, assinar petições, etc.), enquanto que as pessoas com julgamento moral pós-convencional dominante apresentariam maior disposição para participar tanto de ações que ocorrem dentro da legalidade (ativismo), como de ações que se opõem às normas e às leis, e que podem ser classificadas como radicalismo (e.g. participar de movimentos que podem se tornar violentos). Ainda, ao considerar as associações apresentadas na literatura entre julgamento moral e ideologia política, pode-se esperar que as pessoas com julgamento moral convencional dominante defendam uma ideologia política relacionada com valores conservadores e que as pessoas com julgamento moral pós-convencional dominante defendam uma ideologia política relacionada com a igualdade social. Portanto, com base nas revisões apresentadas nos capítulos anteriores sobre as variáveis psicossociológicas associadas à ação política (identidade social, identidade ativista e comprometimento; percepção de justiça/injustiça, percepção de eficácia, saliência política pessoal e propósito de vida) e considerando as diferenças qualitativas no julgamento moral e na ideologia política, foram elaborados dois modelos de ação política: um

modelo pautado no julgamento moral convencional e outro modelo pautado no julgamento moral pós-convencional.

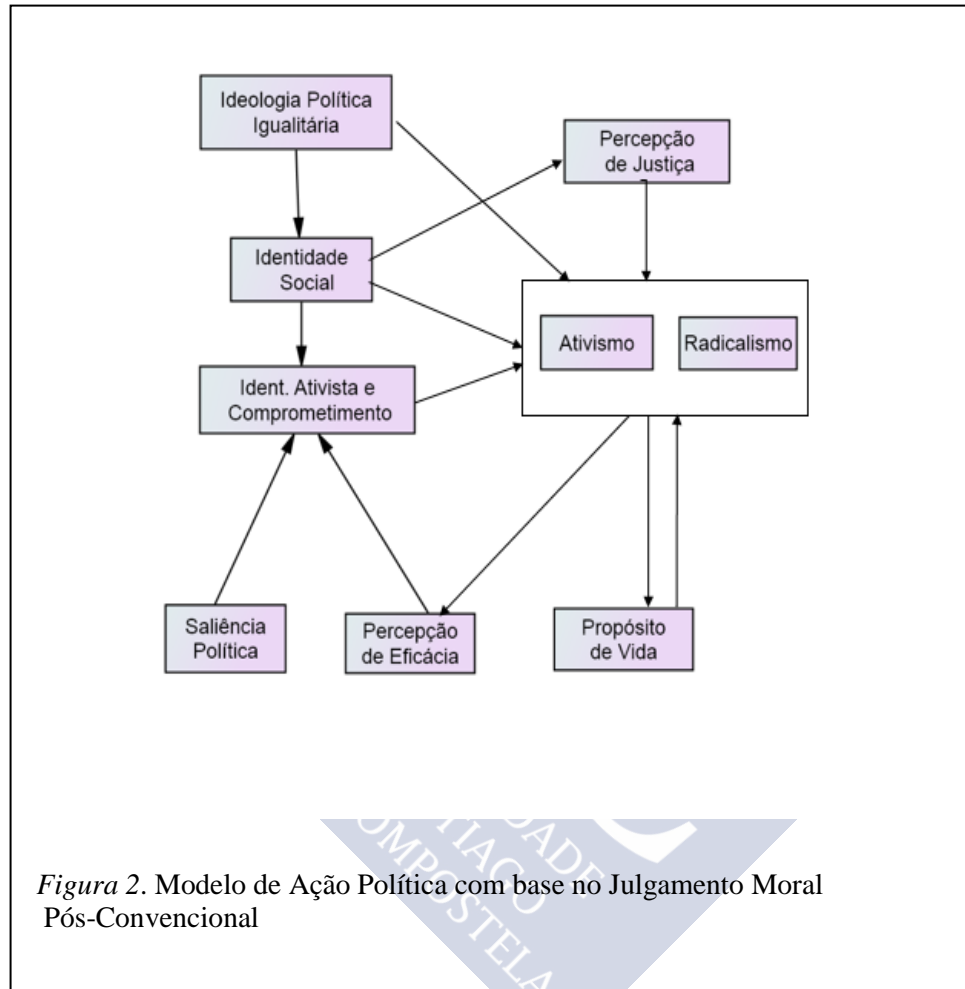
Para o modelo de ação política com base no julgamento moral convencional, conforme apresentado na Figura 1, defende-se que as associações entre as variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais ocorreriam da seguinte forma: (1) as variáveis ideologia política conservadora, percepção de justiça social, identidade social e identidade ativista e comprometimento com o ativismo explicariam o ativismo político enquanto uma forma de ação política; (2) a ideologia política conservadora, por sua vez, explicaria a formação da identidade social; (3) a identidade social explicaria as variáveis identidade ativista e comprometimento, e percepção de justiça social; (4) a saliência política pessoal e a percepção de eficácia explicariam a identidade ativista e comprometimento e (4) o ativismo, enquanto uma forma de ação política explicaria a percepção de eficácia e o propósito de vida, e (5) o propósito de vida explicaria o ativismo político.





Para o modelo com base no julgamento moral pós-convencional, como apresentado na Figura 2, estipula-se que as associações entre as variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais ocorrem da seguinte forma: (1) as variáveis ideologia política igualitária, percepção de justiça social, identidade social e identidade ativista e comprometimento, explicariam de forma direta a ação política por meio do ativismo e/ou do radicalismo político; (2) a ideologia política igualitária, por sua vez, explicaria a formação da identidade social; (3) a identidade social explicaria as variáveis identidade ativista e comprometimento, e percepção de justiça social; (4) a saliência política pessoal e a percepção de eficácia explicariam a identidade ativista

e comprometimento, (4) a ação política nas forma de ativismo e/ou radicalismo político, explicaria a percepção de eficácia e o propósito de vida, e (5) o propósito de vida explicaria o ativismo e o radicalismo político.



4.1. Estudo 1: Um Modelo de Ação Política para Jovens Brasileiros

Este estudo foi elaborado com um delineamento correlacional e teve como objetivo geral construir um modelo de ação política dentro da perspectiva psicossocial do desenvolvimento moral, considerando para tanto a associação de variáveis relacionadas ao desenvolvimento psicossocial: julgamento moral, ideologia política, percepção de justiça social e identidade social, com variáveis mais atitudinais: identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal e percepção de eficácia. Considerou-se ainda que a participação das pessoas em ações políticas, nas formas de ativismo e/ou radicalismo poderia favorecer ao estabelecimento ou manutenção de um propósito de vida, e que o propósito de vida também poderia promover diretamente a ação política.

4.1.1. Método

4.1.1.1. Participantes

Participaram deste estudo um total de 251 jovens brasileiros universitários, alunos de curso de graduação (77,7%) e de pós-graduação (22,3%) com idade de 18 a 30 anos ($M = 23.06$; $dp = 3.76$). Deste total, 40,6% eram homens e 59,4% mulheres

4.1.1.2. Instrumentos

Para investigar as variáveis que compõem o modelo de ação política que se pretende construir foram utilizados os seguintes instrumentos: dois dilemas morais do DIT - Questionários de Opiniões Sociais, adaptado por Camino, Rique, Ribeiro e Araújo (1998), utilizado para investigar o julgamento moral; a escala de ideologia política de Evans, Heath e Lalljee (1996); uma adaptação da escala de identidade social (van Zomeren, Postmes, & Spears, 2012); a escala de percepção de justiça social de Klandermans, van der Toorn e van Stekelenburg (2008), uma adaptação da escala de saliência política pessoal, de Duncan e Stewart (2007), a escala de ativismo/radicalismo de Moskalenko e McCauley (2009), a escala de Identidade ativista e comprometimento de Klar e Kasser (2009), a escala de percepção de

eficácia de Hornsey et al. (2006), a escala de propósito de vida, de Peterson, Park e Seligman (2005) e um Questionário Biodemográfico. Todos esses instrumentos encontram-se no Apêndice A.

4.1.1.2.1. Questionário de Opiniões Sociais (*Defining Issues Test- DIT*)

Consiste em uma adaptação do *Defining Issues Test* para o contexto brasileiro, elaborada por Camino e colaboradores (Camino & Luna, 1989; Camino, Rique, Ribeiro, & Araújo, 1998). O DIT é uma medida objetiva do Julgamento Moral e foi originalmente elaborada por Rest et al. (1974), com base no *Moral Judgment Interview*, instrumento elaborado por Kohlberg (1987) para a mensuração do julgamento moral. O DIT foca no valor da justiça e, em sua versão original, é composto por seis dilemas morais que apresentam possibilidades de resolução de problemas sociais. Em seus procedimentos de administração, após ler cada dilema, o participante é convidado a responder uma questão que tem por objetivo verificar o que o protagonista do dilema deveria fazer diante da situação de conflito. Para essa questão são dadas as opções de resposta “sim”, “não”, ou “não sei”. Em seguida, há uma lista com 12 afirmativas sobre o conflito apresentado em cada dilema que representam raciocínios dos Estágios morais como definidos por Kohlberg (1984). Para cada afirmativa apresentada, solicita-se que o participante atribua um grau de importância numa escala *Likert* que vai de “1 – nenhuma importância” a “5 – máxima importância”. Por fim, solicita-se que o participante escolha, dentre as 12 afirmativas listadas, quatro que ele considera como sendo as mais importantes. Para esse estudo, foram utilizados o Dilemas de João e o Remédio, e o Dilema do Prisioneiro Foragido.

4.1.1.2.2. Escala de Ideologia Política

Para avaliar a ideologia política utilizou-se o questionário elaborado por Evans et al. (1996) que possui 12 itens divididos em duas subescalas: Direita-Esquerda ($\alpha = .82$) e Libertarianismo-Autoritarismo ($\alpha = .77$). A primeira subescala apresenta itens relacionados com a ideia de igualdade (e.g. “O governo deve distribuir renda para o bem daquelas pessoas

que mais necessitam” e “Há uma lei para os ricos e outra para os pobres”) e a segunda subescala apresenta itens relacionados com a ideia de liberdade pessoal (e.g. “Os jovens não têm o devido respeito pelos valores tradicionais” e “A censura dos filmes e revistas é necessária para manter os padrões morais”). Para as duas subescalas solicita-se que participantes indiquem a concordância que possuem com cada item em uma escala de cinco pontos (1- Discordo completamente a 5 – Concordo completamente).

4.1.1.2.3. Escala de Identidade Social

Para mensurar a identidade social foram utilizados quatro itens, adaptados de van Zomeren et al. (2012). Os itens utilizados por estes autores referem-se a um contexto de mobilização de estudantes contra o aumento das taxas da universidade (e.g. Eu me identifico como um membro de um grêmio estudantil; Eu tenho fortes laços com o grêmio estudantil; $\alpha = .91$). No entanto, como o presente estudo não tem o objetivo de analisar um grupo específico, esses itens foram modificados de modo a apresentar uma situação de injustiça social mais ampla, não limitando assim as respostas dos participantes a um contexto específico. Portanto, como exemplo dos novos itens tem-se: “Eu me identifico com pessoas que sofrem injustiças na sociedade” e “Eu me vejo como uma pessoa que sofre injustiças na sociedade”. Para cada item solicita-se que o participante indique, em uma escala de sete pontos (1- Discordo completamente a 7- Concordo completamente) o quanto ele concorda ou discorda de cada item.

4.1.1.2.4. Escala de Percepção de Justiça Social

Esta escala tem o objetivo de verificar como as pessoas percebem o uso da justiça distributiva e processual por parte do governo, a nível individual e a nível grupal. Elaborada por Klandermans et al. (2008) esta medida é composta por 18 itens distribuídos em quatro subescalas: *justiça distributiva para o indivíduo* (e.g. “O governo garante que eu tenha aquilo que eu mereço”); *justiça distributiva para o grupo* (e.g. “O governo garante que as pessoas do meu grupo, que estão vivendo uma situação de injustiça, tenham aquilo que merecem”); *justiça*

processual para o indivíduo (e.g. “Os resultados das decisões do governo são justos para mim”) e *justiça processual para o grupo* (e.g. “Os resultados das decisões do governo geralmente são justos com as pessoas do meu grupo, e que estão vivendo uma situação de injustiça”). Para este conjunto de itens solicita-se aos participantes que indiquem, em uma escala de cinco pontos (1- discordo completamente a 5- concordo completamente) o quanto eles concordam ou discordam de cada um deles. Os índices de confiabilidade dessas subescalas variaram de $\alpha = .72$ (Justiça Distributiva para o indivíduo) a $\alpha = .87$ (Justiça Processual para o indivíduo).

4.1.1.2.5. Adaptação da Escala de Saliência Política Pessoal

A Escala de Saliência Política Pessoal foi elaborada por Duncan e Stewart (2007) e avalia a atribuição de um significado pessoal a eventos políticos que podem não estar diretamente relacionados com o indivíduo ou com seu contexto social. Esses autores avaliaram a saliência política pessoal por meio de nove eventos sociais e políticos (Guerra do Vietnã, Hiroshima, o assassinato de Kennedy, a Grande Depressão de 1929, McCarthyism, Revolução Sexual, Movimento Feminista, II Guerra Mundial). Os índices de confiabilidade verificados em diferentes amostras variaram de .60 a .85. Para cada evento solicita-se aos participantes que indiquem, em uma escala de três pontos o quanto eles acreditam que cada evento possui algum significado em suas vidas (1- nenhum significado pessoal; 2- pouco significado pessoal; 3- muito significado pessoal).

Optou-se por construir uma escala com base na proposta de Duncan e Stewart (2007), pois, ainda que os eventos apresentados por esses autores sejam social e historicamente relevantes, relacionam-se diretamente com o contexto estadunidense onde a escala foi construída. Para o presente trabalho, decidiu-se apresentar eventos mais atuais, que não estivessem diretamente relacionados com o contexto dos participantes e que fossem relevantes para qualquer sociedade. Os eventos selecionados para essa medida foram: os atentados terroristas, o preconceito racial, a desigualdade de gênero, a situação dos imigrantes, a pobreza,

os problemas ambientais e a violência. Para os novos eventos, consideraram-se as mesmas possibilidades de respostas, como elaboradas por Duncan e Stewart.

4.1.1.2.6. Escala de Identidade Ativista e Comprometimento

Esta escala foi elaborada por Klar e Kasses (2009) e é composta por oito itens que avaliam a identidade ativista e o comprometimento com o ativismo, verificados por esses autores como representando uma única variável ($\alpha = .96$). Na administração dessa medida solicita-se aos participantes que indiquem, em uma escala de sete pontos, o quanto concordam ou discordam de cada item (1- discordo completamente a 7- concordo completamente). Como exemplo de itens dessa medida tem-se: “Ser um ativista é central para a definição que tenho de mim mesmo” e “Deixo de fazer outras coisas para dedicar meu tempo ao ativismo”.

4.1.1.2.7. Escala de Ativismo-Radicalismo

Este instrumento foi elaborado por Moskalenko & McCauley (2009), e é composto por duas subescalas que avaliam a intenção das pessoas em participarem de ações políticas classificadas como Ativismo ($\alpha = .86$) e de ações políticas classificadas como Radicalismo ($\alpha = .83$). Cada subescala é composta por quatro itens para os quais deve ser atribuído um grau de importância, com base em uma escala de sete pontos (1- Discordo completamente a 7- Concorde completamente).

4.1.1.2.8. Escala de Percepção de Eficácia

Para a avaliação do modo como as pessoas percebem o efeito de suas ações na sociedade utilizou-se a escala de eficácia de Horsney et al. (2006). Este instrumento é composto por quatro itens que apresentam reflexões sobre o impacto de ações individuais na sociedade (e.g. “Minhas ações são úteis para expressar meus valores”; “Minhas ações na sociedade são úteis para influenciar a opinião pública”). Para cada item os participantes devem indicar, em uma escala de sete pontos (- 3 – Minhas ações não são eficazes a + 3 – minhas ações são eficazes) o

quanto eles acreditam que suas ações são eficazes. Havia ainda a possibilidade de se marcar a opção 0 (zero) que correspondia a ideia de que as ações não possuíam impacto.

4.1.1.2.9. Escala de Propósito de Vida

Esta medida refere-se a uma subescala composta por seis itens ($\alpha = .82$), elaborada por Peterson et al. (2005) e que faz parte de um instrumento que avalia a ideia de bem-estar relacionada como a felicidade. A ideia de propósito de vida presente nessa subescala envolve noções de significado pessoal da vida (“Minha vida serve a um propósito elevado”; “Minha vida tem um significado duradouro”) e de responsabilidade social (“O que eu faço importa para a sociedade”; “Quando escolho o que tenho que fazer, penso si minha ação ajudará a outras pessoas”). As respostas aos itens devem ser indicadas em uma escala do tipo Likert de cinco pontos, cujas opções de respostas variam de 1 – Discordo Completamente a 5 - Concordo Completamente.

4.1.1.2.10. Questionário Biodemográfico

Esta medida foi utilizada com o objetivo de coletar as informações necessárias para caracterizar as amostras. Foram solicitadas aos participantes informações referentes à idade, ao gênero, à escolaridade e à nacionalidade.

4.1.1.3. Procedimentos

4.1.1.3.1. Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa do referido trabalho de tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (Protocolo Nº 0527/14), e atendeu aos requisitos da resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes declararam seu consentimento em participar da pesquisa e autorizaram a utilização dos dados para fins científicos por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.1.1.3.2. Procedimentos de tradução e adaptação das escalas

As escalas de Ideologia Política, de Identidade Social, de Percepção de Justiça Social, de Identidade Ativista e Comprometimento, Ativismo e Radicalismo Político, de Percepção de Eficácia e de Propósito de Vida foram traduzidas do inglês para o português, pelo método de *back translation*. Após a tradução, os instrumentos foram respondidos por quatro estudantes universitários (dois estudantes de graduação e dois estudantes de pós-graduação) que avaliaram o nível de dificuldade de compreensão dos itens e das instruções sobre o modo de respondê-los. Após algumas modificações, outros três estudantes universitários responderam aos mesmos instrumentos, não relatando dificuldades de compreensão. Após essa verificação, seguiu-se com a divulgação do *link* com os instrumentos para a população alvo.

4.1.1.3.3. Procedimentos de coleta de dados

Os dados referentes à amostra brasileira foram coletados de forma eletrônica, por meio de um *link* divulgado para estudantes universitários por e-mail e em redes sociais. Antes da apresentação dos questionários, os participantes deveriam indicar o consentimento em participar da pesquisa, autorizar a utilização dos dados para fins científicos e indicar ser maiores de 18 anos. Após esta etapa inicial, foram fornecidas informações sobre os objetivos da pesquisa e sobre o tempo de duração da mesma. Cada questionário foi antecedido por uma breve introdução sobre o seu objetivo e sobre como as respostas referentes a cada questão deveriam ser indicadas. Ao final do conjunto de questionários foi disponibilizado um e-mail para que os participantes pudessem entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo, caso tivessem alguma dúvida ou caso quisessem obter informações mais detalhadas sobre a pesquisa.

4.1.1.3.4. Procedimentos de Análises dos dados

Os dados coletados foram analisados por meio do *software* IBM SPSS *Statistics* Versão 20 e por meio do *software* IBM SPSS *Amos* Versão 20. Para todas as escalas foram realizados teste de confiabilidade (Alfa de Cronbach). Para a verificação da qualidade do julgamento moral

foram realizadas análises de estatísticas descritivas e teste de comparação de médias. Não se realizou, para o DIT, a análise do “índice p”, que indica o índice de pensamento pós-convencional, pois esse tipo de análise não forneceria as informações sobre julgamentos moral convencional necessárias para a construção dos modelos de ação política propostos. As médias dos níveis de julgamento moral foram utilizadas para a divisão da amostra quanto ao tipo de julgamento moral dominante, ou seja, aquele tipo de julgamento moral que é mais utilizado por uma pessoa.

A construção dos modelos de ação políticas propostos ocorreu em duas etapas: em um primeiro momento foram realizadas análises de regressão linear hierárquicas e simples, e em um segundo momento realizou-se uma modelagem de equações estruturais. As análises de regressão hierárquica consideraram a divisão das variáveis estipuladas para compor o modelo de ação política em dois blocos de variáveis independentes: um bloco formado pelas variáveis classificadas como cognitivo-ideológicas (ideologia política conservadora, percepção de justiça social e identidade social); o outro bloco formado pelas variáveis classificadas como cognitivo-atitudinais (identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal e percepção de eficácia). O ativismo e o radicalismo foram considerados como variáveis dependentes. Para as análises de regressão linear, o ativismo e o radicalismo político foram considerados como variáveis independentes e o propósito de vida e a percepção de eficácia como variáveis dependentes. Foram realizadas duas análises de modelagem de equações estruturais: uma tendo como base os dados dos jovens com julgamento moral convencional dominante e outra tendo como base os dados dos jovens com julgamento moral pós-convencional dominante.

4.1.2. Resultados

4.1.2.1. Análise de Confiabilidade

Por meio de uma análise do Alfa de Cronbach, verificou-se que todas as escalas utilizadas nesse estudo apresentaram confiabilidade satisfatória, apresentando índices semelhantes aos índices encontrados na literatura (ver Tabela 1).

Tabela 1

Índices de confiabilidade das escalas para os Jovens Brasileiros

Instrumentos	Alfa de Cronbach	
	Estudos anteriores	Estudo Atual
DIT - <i>Defining Issues Test</i> (Camino et al., 1998)	Variou de $\alpha = .76$ a $\alpha = .49$	$\alpha = .56$
Escala de Ideologia Política (Evans et al., 1996)	Direita-Esquerda: $\alpha = .82$ Libertarianismo- Autoritarismo: $\alpha = .77$	Direita-Esquerda: $\alpha = .74$ Libertarianismo- Autoritarismo: $\alpha = .72$
Escala de Identidade Social (van Zomeren et al., 2012)	$\alpha = .91$	$\alpha = .72$
Escala de Percepção de Justiça Social (Klandermans et al., 2008)	Variou de $\alpha = .72$ a $\alpha = .87$	$\alpha = .92$
Escala de Saliência Política Pessoal (Duncan & Stewart, 2007)	Variou de $\alpha = .60$ a $\alpha = .85$	$\alpha = .92$
Escala de Identidade ativista e Comprometimento (Klar & Kasses, 2009)	$\alpha = .96$	$\alpha = .97$
Escala de Ativismo-Radicalismo (Moskalenko & McCauley, 2009)	Ativismo: $\alpha = .86$ Radicalismo: $\alpha = .83$	Ativismo: $\alpha = .88$ Radicalismo: $\alpha = .85$
Escala de Percepção de Eficácia (Hornsey et al., 2006)	Índice não reportado	$\alpha = .79$
Escala de Propósito de Vida (Peterson et al., 2005)	$\alpha = .82$	$\alpha = .76$

4.1.2.2. Análise do Julgamento Moral

A partir da análise das médias dos níveis de julgamento moral verificou-se para os jovens brasileiros uma média do nível pós-convencional superior ($M = 3,38$; $dp = 0,56$) e significativamente diferente ($t_{(250)} = -3.32$; $p = .001$; $d = 0.27$) da média do nível convencional ($M = 3,24$; $dp = 0,46$). A análise do julgamento moral dominante foi realizada considerando a maior média de cada participante para cada nível de julgamento moral. Os resultados dessa

análise indicaram que 158 jovens apresentaram julgamento moral pós-convencional dominante (39,9% homens e 60,1% mulheres; $M_{(idade)} = 22,96$; $dp = 3,64$) e 93 jovens apresentaram julgamento moral convencional dominante (41,9% homens e 58,1% mulheres; $M_{(idade)} = 23,23$; $dp = 3,97$).

4.1.2.3. Construção do Modelo de Ação Política

4.1.2.3.1. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional

Análises de regressão hierárquicas (ver Apêndice C) indicaram que o conjunto das variáveis cognitivo-ideológicas e das variáveis cognitivo-atitudinais explicaram, de forma significativa, o ativismo e o radicalismo político para os jovens com julgamento moral convencional. Verificou-se ainda que o poder de explicação para o ativismo foi superior ao verificado para o radicalismo. Com o objetivo de se verificar como esses dois conjuntos de variáveis explicam o ativismo e o radicalismo político, realizou-se uma modelagem de equações estruturais.

Para o modelo proposto na Figura 1 (p.128), considerando o julgamento moral convencional como critério de agrupamento das variáveis, não se verificou uma adequação aos dados. Ou seja, não foi possível obter uma estimativa mínima para a verificação das relações entre as variáveis. A não adequação do modelo foi verificada por meio do resultado significativo do teste de *Qui-quadrado*, por meio dos índices de ajuste, que apresentaram valores acima do estipulado pela literatura (Byrne, 2009; Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005; Pilati & Laros, 2007), e pela indicação do pacote estatístico sobre a necessidade de ajustar o modelo devido às relações não-significativas entre as variáveis. Assim, como sugerido em manuais de estatística multivariada (Byrne, 2009; Hair et al., 2005; Pilati & Laros, 2007), realizou-se uma reespecificação do modelo. De acordo com estes manuais, a reespecificação do modelo pode ser feita com a modificação das associações entre as variáveis e com a retirada ou da inclusão de variáveis. Para este estudo optou-se pela retirada das variáveis saliência

política pessoal e radicalismo político. A saliência política pessoal foi retirada com base nos coeficientes de determinação e de regressão verificados nas análises de regressão hierárquicas apresentados nas Tabelas C6, C7, C8 e C9 do Apêndice C. Já o radicalismo político foi retirado das análises devido ao baixo poder de explicação pelas variáveis independentes, quando comparado com o ativismo político. Para a análise do novo modelo os requisitos de normalidade, linearidade, ausência de multicolinearidade e singularidade foram atendidos. Utilizou-se o método de Quadrados Mínimos Ponderados (GLS) para a estimação do modelo. Esse método indicado por Ullman (2007) para análises com amostras compostas por menos de 500 participantes. O modelo de ação política com base no julgamento moral convencional reespecificado está apresentado na Figura 3. Para esse modelo, os índices de adequação aos dados ($\chi^2_{(12)} = 13.244$; $p = .352$) e os índices de ajustes (CMIN/DF = 1.104; GFI= .959; CFI= .965; RMSEA= .034) foram satisfatórios. Os coeficientes de regressão para as relações entre as variáveis foram todos significativos, exceto para a relação de explicação do ativismo político pelo propósito de vida (ver Tabela 2).

Tabela 2

Coefficientes de Regressão para o Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional para os Jovens Brasileiros

VI		VD	Valor Estimado da Regressão	Erro Padrão	C.R.	<i>p</i>
IPC	→	IS	-0.780	0.223	-3.493	.001
IS	→	IAC	0.513	0.089	5.733	.001
IS	→	AP	0.396	0.103	3.861	.001
IAC	→	AP	0.515	0.100	5.135	.001
IPC	→	AP	-0.387	0.197	-1.959	.050
AP	→	PV	0.166	0.058	2.836	.005
PV	→	AP	-0.004	0.247	-0.017	.986
IAC	→	PE	0.358	0.087	4.132	.001
IPC	→	PJS	0.238	0.125	1.905	.057

JMC – Julgamento Moral Convencional; IPC – Ideologia Política Conservadora; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social; IAC – Identidade Ativista e Comprometimento; PE – Percepção de Eficácia; AP – Ativismo Político; PV – Propósito de Vida.

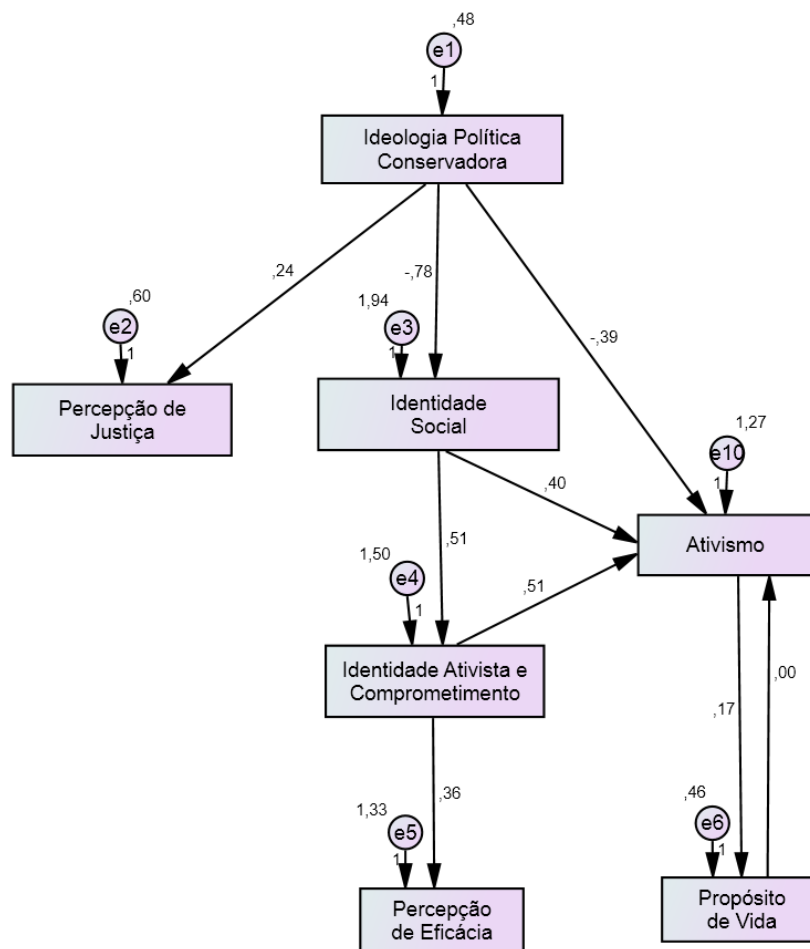


Figura 3. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional para os Jovens Brasileiros (modelo reespecificado)

4.1.2.3.2. Modelo de ação política com base no julgamento moral pós-convencional

Análises de regressão hierárquica (ver Apêndice D) indicaram que as variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais explicaram de forma significativa as duas formas de ação política analisadas nesse estudo: ativismo e radicalismo político. Com o objetivo de verificar como essas variáveis se organizavam para explicar a ação política, realizou-se uma modelagem de equações estruturais. Por meio dessa análise, verificou-se que o modelo hipotetizado com base no julgamento moral pós-convencional, como apresentado anteriormente na Figura 2 (p. 129), não se adequou de forma satisfatória aos dados. Por esta razão, como sugerido em manuais de estatísticas (Byrne, 2009; Hair et al., 2005; Pilati & Laros, 2007), procedeu-se com a reespecificação do modelo alterando algumas das relações entre as variáveis e retirando a variável percepção de eficácia. Esta variável foi retirada considerando os pressupostos teóricos que embasam este trabalho, no que diz respeito ao julgamento moral pós-convencional. De acordo com Kohlberg (1984) as ações guiadas por este tipo de julgamento moral têm como base os valores e os princípios que as pessoas defendem, de tal modo que as ações destas pessoas não seriam afetadas pela eficácia que obtém. Ou seja, de acordo com essa perspectiva, as pessoas agem na sociedade de acordo com seus princípios independente de alcançarem os objetivos pretendidos (Damon & Colby, 2015). Ressalta-se que essa variável havia sido incluída no modelo inicial, devido à importância dada a ela nos modelos de ação política apresentados na literatura. Com a retirada dela, o modelo reespecificado, que pode ser observado na Figura 4, mostrou-se adequado ($\chi^2_{(16)} = 20.152$; $p = .213$). Os índices de ajuste desse modelo foram satisfatórios (CMIN/DF = 1.259; GFI = .968; CFI = .952; RMSEA = .041) e não se verificou a necessidade de modificação. Os coeficientes de regressões encontrados para as relações de predição entre as variáveis presentes no modelo podem ser observados na Tabela 3. Foram verificados índices de regressão significativos para todas as relações estipuladas,

exceto para a relação de predição da percepção de justiça social pela identidade social ($p = .881$).

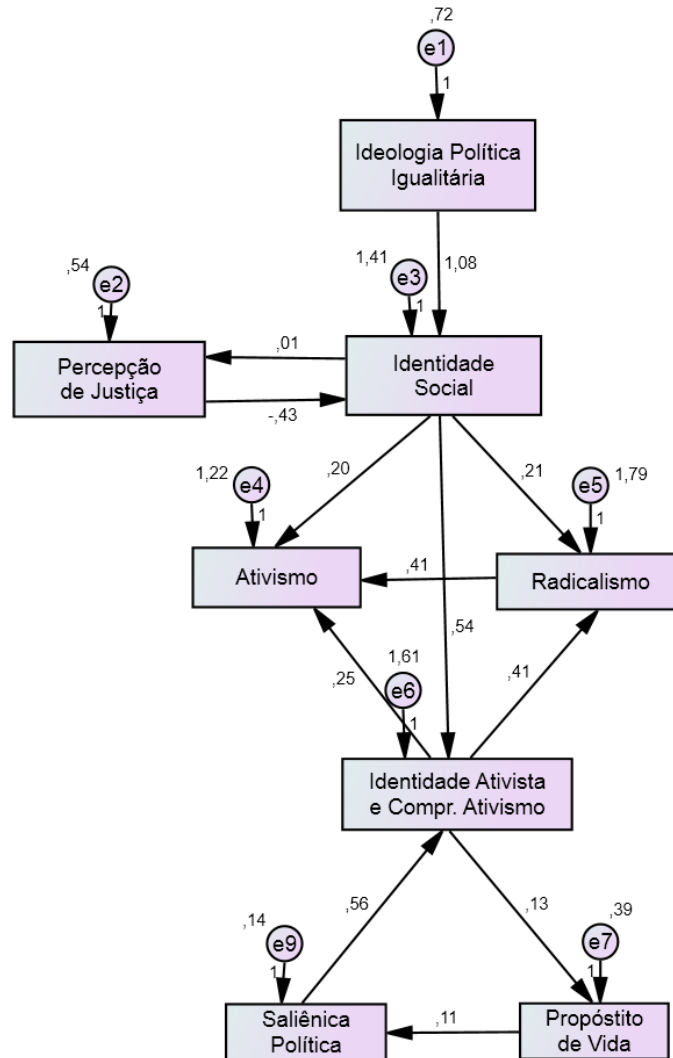


Figura 4. Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Brasileiros (Modelo reespecificado)

Tabela 3

Pesos das Regressões para as Relações entre as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Brasileiros

VD	VI	Valor Estimado da Regressão	Erro Padrão	C.R.	<i>p</i>
IPI	→ IS	1.080	0.116	9.344	.001
IS	→ IAC	0.535	0.068	7.861	.001
IS	→ RP	0.209	0.086	2.437	.015
IAC	→ RP	0.408	0.085	4.783	.001
RP	→ AP	0.411	0.068	6.004	.001
IS	→ AP	0.203	0.071	2.845	.004
IAC	→ AP	0.250	0.075	3.328	.001
IS	→ PJS	0.010	0.066	0.150	.881
PJS	→ IS	-0.434	0.219	-1.981	.048
IAC	→ PV	0.134	0.036	3.771	.001
SPP	→ IAC	0.561	0.284	1.977	.048
PV	→ SPP	0.114	0.050	2.296	.022

IS – Identidade Social; IAC – Identidade ativista e comprometimento; PJS – Percepção de Justiça Social; AP – Ativismo Político; RP – Radicalismo Político; SPP – Saliência Política Pessoal; PV – Propósito de Vida.

4.1.3. Discussão

Os resultados encontrados nesse estudo indicam que a ação política de jovens pode ser compreendida a partir de um modelo psicossocial do desenvolvimento moral. Por meio das análises realizadas verificou-se que ocorreram associações válidas entre variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais. Nesse sentido, confirmou-se a expectativa de que a força e a qualidade da associação entre variáveis desses dois tipos apresentam diferenças no modo como explicam a ação política quando se consideram dois níveis de julgamento moral: convencional e pós-convencional. A verificação desses modelos de ação política representa, portanto, um aprofundamento na compreensão da relação entre pensamento e ação, podendo-se afirmar que os julgamentos morais das pessoas não estão dissociados de suas ações e que o julgamento moral é necessário, mas não suficiente para promover a ação (Kohlberg, 1984; Thomas et al., 1986; Turiel, 2002).

Os dois modelos de ação política verificados neste estudo indicam como a orientação moral afeta a ação política. Os jovens com julgamento moral convencional dominante (JMC) apresentam uma intenção de engajamento em ações políticas que ocorrem dentro da legalidade e os jovens com julgamento moral pós-convencional dominante (JMPC) apresentam uma intenção de engajamento tanto em ações que ocorrem dentro da legalidade, quanto em ações que, de alguma forma, subvertem as normas e leis sociais. A relação entre a qualidade do julgamento moral e as formas de ação política pode ser compreendida a partir das características de cada nível de julgamento moral, conforme Kohlberg (1984), e também a partir da abordagem de Bandura (1991) sobre a relação entre pensamento e ação.

A ideia de moralidade presente nos JMC envolve a necessidade de respeito às tradições, à autoridade e às normas e leis da sociedade. Nesse sentido, as ações pautadas nesse tipo de julgamento moral têm como finalidade a manutenção das expectativas sociais. A concepção de respeito a esses elementos reguladores também está presente no JMPC, mas não de forma incondicional. De acordo com Kohlberg (1984), esse respeito se mantém apenas quando as normas e leis da sociedade não violam direitos individuais universais e, em situações como essas, as pessoas se sentem livres para agir na sociedade com a finalidade de promover uma mudança social, ainda que para isso seja necessário violar algumas normas. Por essa razão, verificou-se para os jovens com JMPC a intenção de participar tanto em ações que ocorrem dentro da legalidade (ativismo) como de ações que ultrapassam, de alguma forma essa barreira (radicalismo). A associação verificada do JMPC, nesse estudo, com as duas formas de ação política analisadas pode ser compreendida como um produto da qualidade das relações que esses jovens estabelecem com a sociedade.

Para Bandura (1991), o julgamento moral indica os tipos de raciocínios que possuem uma maior probabilidade de serem utilizados como motivadores da ação, mas não indica os tipos de ações que as pessoas poderiam adotar. Entretanto, Bandura considerou que as pessoas tendem

a manter uma consistência entre pensamento e ação, e que a escolha por um determinado curso de ação seria orientada pelo desejo de evitar sanções. Essas sanções poderiam ser de dois tipos: sociais e pessoais. As sanções sociais consistiriam em sanções originadas pelo não cumprimento de uma norma ou lei social, e as sanções pessoais consistiriam em uma autodepreciação do indivíduo diante da verificação de uma inconsistência entre seus valores e suas ações. De acordo com Bandura, o desejo de evitar sanções seria mais forte que os raciocínios das pessoas sobre a situação social e, nesse sentido, as pessoas, ao se guiarem pelo desejo de evitar sanções legais tenderiam a agir em conformidade com as leis e normas sociais, visto que condutas desse tipo favoreceriam a uma aprovação social e permitiriam a permanência das pessoas nos grupos dos quais elas são membros. Já as pessoas que se guiam pelo desejo de evitar sanções pessoais, agiriam de acordo com padrões próprios de conduta, ou seja, se guiariam por seus próprios valores e princípios.

Esses dois tipos de sanções possuem motivações distintas e algumas similaridades com as definições dos níveis de julgamento moral convencional e pós-convencional como apresentado por Kohlberg (1984). Pode-se considerar, portanto, uma possível associação do JMC com sanções sociais e do JMPC com sanções pessoais. Nesse sentido, seria provável que as pessoas com JMC, que defendem valores ligados ao grupo e a legalidade, se apresentassem motivadas para agir na sociedade com base nessas questões por não desejarem sofrer com as consequências das sanções sociais. Já as pessoas com JMPC, mesmo tendo consciência da necessidade das normas e das leis para a manutenção da ordem social, poderiam pautar suas ações nos princípios e nos valores que defendem, pois a inconsistência entre pensamento e ação acarretaria em uma autodepreciação e uma frustração por não agir de acordo com aquilo que elas acreditam que deve ser feito.

Kohlberg (1984), Thomas et al. (1986) e Turiel (2002), ao considerarem a insuficiência do julgamento moral para a explicação da ação, defenderam a possibilidade de que outras

variáveis pudessem estar presentes nesta relação. Para Turiel (2002) os julgamentos morais afetariam as ações pois eles estruturam o modo como as pessoas interpretam, avaliam e compreendem situações sociais. Para Turiel, essa estruturação do raciocínio poderia sofrer um efeito dos diferentes contextos e arranjos sociais nos quais as pessoas se encontram inseridas e, por essa razão, não seria possível considerar um efeito direto do julgamento moral na ação. Foi com base nessa reflexão que Turiel (2002) defendeu a necessidade de se conhecer outras variáveis que, associadas ao julgamento moral, pudessem explicar, de forma mais complexa, como os julgamentos afetam as ações.

Os modelos de ação política construídos neste estudo apresentam algumas das variáveis que afetam a relação entre julgamento e ação, confirmando as considerações de Turiel (2002) sobre esse aspecto. Para os jovens com JMC, verificou-se que a defesa de uma ideologia política conservadora afetou diretamente o engajamento em ações políticas na forma de ativismo. Esse efeito apareceu também de forma indireta, por meio da identidade social. Para esses jovens a ideologia política foi responsável também pelo modo como eles perceberam a justiça social. Ainda para os jovens com JMC, observou-se que a identidade social foi responsável pela formação da identidade ativista e do comprometimento, e que essas duas variáveis explicaram o ativismo político. A identidade ativista e o comprometimento, por sua vez, foi responsável pela percepção de eficácia. Por fim, a ideia de propósito de vida apareceu, para os jovens com JMC como uma consequência do ativismo político.

Para os jovens com JMPC a ideologia política igualitária foi responsável pela formação da identidade social. Essa variável, por sua vez, apresentou uma relação bidirecional com a percepção de justiça social, explicando e ao mesmo tempo sendo explicada por ela. Observou-se a partir dessas relações um efeito indireto da ideologia política igualitária na ação política por meio da identidade social. A identidade social foi responsável também, por explicar o ativismo político, o radicalismo político e a identidade ativista e o comprometimento. A

identidade ativista e comprometimento foi responsável por explicar a ação política nas formas de ativismo e radicalismo. Esse tipo de identidade foi responsável também por explicar o propósito de vida. Por fim, o propósito de vida explicou a saliência política pessoal e esta variável, por sua vez, explicou a identidade ativista e comprometimento.

A ideologia, enquanto um conjunto de valores, foi apresentada por Piaget (1965) como um dos fatores responsáveis pela ação política. De acordo com Piaget, as relações sociais são estabelecidas com base em trocas de valores e têm como base um contrato subjetivo entre indivíduo e sociedade, que é pautado nas relações entre direitos e deveres. A relação entre direitos e deveres é regulada por regras que possuem a finalidade de manter o equilíbrio nas relações sociais, tendo como característica a troca de valores. São esses valores, chamados de normativos, por motivarem as pessoas a obedecerem às normas e regras sociais. Quando há uma concordância dos indivíduos com os valores normativos, ou seja, quando os valores pessoais coincidem com os valores estabelecidos pelas instituições sociais, pode-se dizer que há um equilíbrio social. Em situações desse tipo, as ações das pessoas na sociedade têm a finalidade de manter ou conservar a escala de valores ou as ideologias, e de exigir que as normas e leis que lhes representam sejam respeitadas por todos. Pode-se dizer, portanto, que nessas situações as pessoas guiariam suas ações com base em regras legais.

Por outro lado, pode haver um desequilíbrio social quando a escala de valores, ou a ideologia das pessoas, não é congruente com a escala de valores utilizada pelas instituições sociais. Nesse caso, as pessoas podem respeitar as leis por compreenderem sua importância para a organização social, mas em situações específicas poderiam se posicionar ou agir de forma contrária a elas por não acreditar na validade dos valores que as sustentam. Assim, em situações como essas, pode-se supor que as pessoas guiariam suas ações a partir de normas morais.

As associações entre as variáveis cognitivo-ideológicas e as formas de ação política corroboram as considerações de Piaget (1965) sobre a relação entre ideologias, regras e ações.

Com relação aos jovens com JMC verificou-se por meio do modelo de ação política uma associação positiva desse tipo de julgamento moral com a ideologia política conservadora, que envolve a necessidade de manutenção de valores tradicionais vinculados a esfera legal das relações sociais. Já com relação aos jovens com JMPC verificou-se uma associação positiva deste tipo de julgamento moral com a ideologia política igualitária, que envolve a necessidade de manutenção de valores liberais, vinculados a igualdade e à liberdade individual, referente à esfera das relações morais.

Com base nessas associações pode-se então considerar que as pessoas com JMC orientam suas ações com base em normas legais, que passam a ser morais por serem julgadas como fonte de justiça. Assim, as pessoas convencionais agiriam na sociedade reafirmando as normas legais consideradas como as mais adequadas. Ou seja, as pessoas com JMC possuiriam a necessidade de conservar valores normativos, e suas ações possuiriam um caráter utilitário. Já as pessoas com JMPC guiariam suas ações a partir de normas morais por acreditarem que a relação entre direitos e deveres deve ocorrer considerando uma perspectiva desinteressada. Ou seja, as pessoas com esse tipo de julgamento moral agiriam na sociedade para defender suas concepções de justiça ainda que estas ações não as beneficiem diretamente.

As associações verificadas entre julgamento moral e ideologia política foram verificadas também em outros estudos que utilizaram o DIT como medida de julgamento moral (Narvaez, Getz, Rest, & Thoma, 1999; Rest et al., 1974; Rest, Thoma, Narvaez, & Bebeau, 1997). Esses estudos indicaram que pessoas com JMC estavam mais inclinadas a apresentar um posicionamento conservador, enquanto aquelas pessoas com um JMPC estavam mais inclinadas a apresentar um posicionamento político liberal. Narvaez et al. (1999) indicaram que os posicionamentos conservadores estariam associados aos julgamentos morais convencionais, pois este tipo de julgamento enfatiza o respeito à autoridade e à necessidade de manutenção da ordem social por meio da obediência às normas dos grupos e leis impostas pela sociedade. Já

os posicionamentos liberais seguiriam associados a julgamentos morais pós-convencionais, pois enfatizam a ideia de justiça, de igualdade, de liberdade e de respeito aos direitos individuais universais.

A qualidade das associações entre julgamento moral e ideologia política também foi verificada em estudos que tiveram como um dos objetivos verificar a validade convergente do DIT (Narvaez et al., 1999; Rest, Narvaez, Thoma, & Bebeau, 2000; Rest et al., 1974; Rest et al., 1997; Thoma & Dong, 2014). Thoma e Dong (2014) julgaram que esse tipo de validação era essencial para o DIT porque uma das características desse instrumento é a de que os estágios de julgamento moral que ele avalia acessam o modo como as pessoas compreendem as instituições sociais considerando suas normas e seus papéis na sociedade, e consequentemente a verificação da qualidade do julgamento moral possibilitaria conhecer, por exemplo, o posicionamento das pessoas sobre questões sociais relacionadas aos Direitos Humanos, e identificar as preferências e atitudes políticas. Sendo assim, mesmo que a versão do DIT utilizada neste estudo tenha apresentado um valor moderado para o Alfa de Cronbach ($\alpha = .56$), pode-se inferir sua confiabilidade considerando as correlações encontradas entre a qualidade do julgamento moral e a ideologia política.

Para os dois grupos de jovens, a ideologia política foi responsável por explicar a identidade social de tal modo que: para os jovens com JMC dominante essa variável foi explicada pela ideologia política conservadora, e para os jovens com JMPC dominante essa variável foi explicada pela ideologia política igualitária. Os modelos de ação política construídos neste estudo indicaram o papel essencial da identidade social para a promoção da ação política. Tanto para os jovens com JMC como para os jovens com JMPC, verificou-se que identidade social foi afetada pela qualidade da ideologia política, que afetou, de forma indireta, o ativismo e/ou radicalismo político. Para os jovens com JMC foram verificadas associações negativas da ideologia política conservadora com a identidade social e com o ativismo político.

Por meio de um Teste- t ¹⁰, verificou-se que os jovens com JMC apresentaram diferenças entre si com relação à compreensão sobre a ideologia política conservadora¹¹, e acredita-se que esse tenha sido o motivo para as associações negativas desse tipo de ideologia com as duas variáveis mencionadas, visto que esses jovens não apresentaram diferenças entre si nem com relação à identidade social¹², nem com relação ao ativismo político¹³.

Para os jovens com JMPC verificou-se uma associação positiva da ideologia política igualitária com a identidade social e, entre a identidade social e o ativismo e o radicalismo político. Esse resultado corrobora parte da literatura, que apresentou a identidade social como parte de modelos de ação social ou de participação política (Alberici & Melisi, 2015; Asún & Zúñiga, 2013; Duncan, 2010; Gamson, 1992; Gómez et al., 2011; Hardy, Walker, Olsen, Woodbury, & Hickman, 2014; Hart & Carlo, 2005; Khan et al, 2015; Klandermans et al., 2008; Klandermans, 2014; Klandermans, Sabucedo, Rodrigues & Weerd, 2002; Porter, 2013; Sabucedo, Durán, Alzate, & Barreto, 2011; Simon & Klandermans, 2001; Swann, Jetten, Gómez, Whitehouse, & Bastian, 2012; van Goethen et al, 2012; van Zomeren et al., 2011; van Zomeren et al., 2012; Vilas & Sabucedo, 2012).

A identidade social, de acordo com Tajfel (1979) é construída a partir da identificação que as pessoas têm com um grupo social. Essa identificação tem como base características compartilhadas entre os membros do grupo, como valores e metas (Tajfel & Turner, 1986), e envolve a preocupação que cada membro desenvolve com relação ao bem-estar dos demais (Habermas, 1989). A inserção da pessoa na sociedade, fator necessário para a construção da identidade, envolve, de acordo com Piaget (1965), o reconhecimento de uma relação entre

¹⁰ Esse teste de comparação de médias foi realizado dividindo a amostra em quartis, considerando os escores obtidos para o quartil com pontuações mais altas e mais baixas com relação às variáveis ideologia política, identidade social e ativismo político.

¹¹ Teste de comparação de médias para a Ideologia Política Conservadora: $t_{(92)} = 0.564$; $p = .05$.

¹² Teste de comparação de médias para a Identidade Social: $t_{(92)} = -0.276$; $p = .783$.

¹³ Teste de comparação de médias para o Ativismo Político: $t_{(92)} = -0.281$; $p = .779$.

direitos e deveres que permite que às pessoas se relacionarem com base nas mesmas leis e normas para a manutenção de uma ordem social. Ou seja, as pessoas, ao se perceberem como cidadãos reconhecem a existência de uma relação bidirecional delas com a sociedade. As pessoas reconhecem que, enquanto cidadãos, possuem direitos que devem ser garantidos pela sociedade e deveres com os quais elas devem cumprir. A sociedade, por meio de suas instituições, é responsável por garantir tais direitos e exigir que cada cidadão cumpra com seus deveres, o que configura o estabelecimento de uma relação, classificada por Piaget, como legal. De acordo com Turiel (2002) a identidade social está envolvida na relação entre julgamento moral e ação, sendo considerada por este autor como a variável responsável pela consistência entre pensamento e ação.

No presente estudo verificou-se, para os dois grupos de jovens, que a identidade foi responsável por explicar diretamente as formas de ação política analisadas. No entanto, ao considerar os dois tipos de julgamento moral analisados, pode-se pensar sobre uma diferença qualitativa na identidade social dos participantes da pesquisa. Considera-se inicialmente que tanto os jovens com JMC como os jovens com JMPC tenham desenvolvido uma identidade de si enquanto cidadãos. Ou seja, eles percebem a si mesmo como parte da sociedade e como agentes sociais com direitos e deveres previamente estabelecidos. O fato do julgamento moral convencional estar relacionado com as expectativas do grupo e com a necessidade de cumprimento das normas e leis, pode ter sido um fator responsável pela associação da identidade social com o ativismo político, mas não com o radicalismo político. Devido a maior maturidade de julgamento moral, pode-se inferir que os jovens com JMPC percebiam-se não apenas como cidadãos, mas também como agentes morais havendo, portanto, uma dissociação entre essas duas formas de identidade. Enquanto cidadãos, os jovens se percebem como responsáveis pela manutenção do contrato social que envolve direitos e deveres. Enquanto agentes morais, eles se percebem como possuidores de uma responsabilidade para com o bem-

estar dos demais membros da sociedade. Ou seja, é possível que os jovens com JMPC atribuam para si uma responsabilidade social e moral, e seria essa responsabilidade a fonte de motivação para a participação em ações dentro e fora da legalidade. Assim, esses jovens poderiam quebrar o contrato social, que está pautado em normas legais e passar a agir pelos valores e princípios que acreditam e defendem. Portanto, para os jovens com JMPC, o engajamento em ações políticas ocorreria não apenas devido à responsabilidade legal ou normativa de cada pessoa, mas também devido a responsabilidade moral que cada um tem para com o outro e para com a sociedade, de maneira geral.

O modelo de ação política verificado para os jovens com JMC revelou uma associação positiva entre a percepção de justiça social e a ideologia política conservadora. Para os jovens com JMPC a percepção de justiça apresentou uma associação bidirecional com a identidade social. Ou seja, para os jovens com JMPC verificou-se um efeito indireto da ideologia política igualitária na percepção de justiça social. A percepção de justiça social é uma variável apresentada na literatura como essencial para a explicação da motivação para o engajamento em ações políticas, e em alguns casos, ela aparece associada com a identidade social e com a percepção de eficácia (Gamson, 1992; Klandermans et al., 2008; Klandermans, Sabucedo, Rodriguez, & Weerd, 2013; Sabucedo, Durán, & Alzate, 2010; Simon & Klandermans, 2001; van Stekelenburg, Klandermans, & van Dijk, 2009; Zomerén, Postmes, Spears, & Bettache, 2011; Zomerén, 2015; Tyler, 2000).

Para os jovens com JMC, acredita-se que a associação da percepção de justiça com a ideologia política conservadora tenha sido produto da interação das características de ambas as variáveis. De acordo com Kohlberg (1984) os julgamentos morais convencionais estão relacionados com a manutenção das expectativas do grupo de pertença, com o respeito à legalidade e à autoridade. Por esta razão, ainda que as pessoas com esse tipo de julgamento moral percebam a existência de injustiças sociais, elas não se sentem responsáveis pela

modificação dessa realidade de forma direta. É possível que esses jovens percebam a promoção da justiça social como uma responsabilidade do governo, e desse modo o papel deles, enquanto cidadãos, consistiria em obedecer e respeitar as normas criadas com essa finalidade. Se pensamos que a ideologia política conservadora envolve a defesa de valores tradicionais e a manutenção de uma ordem social específica, é coerente pensar na associação desse tipo de pensamento com as ideias de percepção de justiça processual e distributiva, avaliadas na escala de percepção de justiça utilizada no presente estudo¹⁴. Ou seja, para os jovens com JMC a ideia de justiça social está associada à defesa e à prática de ações conservadoras por parte do governo.

Para os jovens com JMPC a associação entre a percepção de justiça social e a identidade social corrobora resultados encontrados na literatura que apresentam a percepção de justiça como responsável pela formação da identidade social (Simon & Grabow, 2010; van Stekelenburg, 2006). A associação negativa verificada entre essas variáveis, quando se considera a explicação da identidade social pela percepção de justiça, pode indicar que a baixa percepção de justiça social fortalece a identidade social, com a percepção de justiça causando um efeito indireto no ativismo e no radicalismo político.

Portanto, pode-se dizer que a principal diferença entre os dois grupos de jovens, com relação à percepção de justiça social, está no efeito que essa variável possui na ação política. Para os jovens com JMC a percepção de justiça social não se relaciona com a ação política, o que confirma a ideia de que ainda que estes jovens estejam conscientes sobre situações de injustiça social, eles depositam no governo a responsabilidade de agir na sociedade. Por outro lado, os jovens com JMPC atribuem para si uma responsabilidade pela ação diante de situações desse tipo. E, o fato da percepção de justiça aparecer associada negativamente com a identidade social, reforça a concepção que esses jovens podem ter de si não apenas enquanto cidadãos,

¹⁴ Os itens da escala de percepção de justiça social apresentam sentenças relacionadas com a justiça distributiva e processual. Foram verificadas, para os jovens com JMC, maiores médias para os itens relacionados com a justiça processual.

mas como agentes morais, cuja relação de direitos e deveres está além das normas legais e atinge também as normas morais. E que a percepção de justiça não seria influente para a formação da identidade social deles.

Outra forma de identidade analisada nesse estudo, cujos resultados corroboram as suposições apresentadas na literatura, foi a identidade ativista e comprometimento. Esse tipo de identidade diz respeito à identificação das pessoas enquanto agentes políticos ativos e comprometidos com uma causa (Blackwood & Louis, 2012; Kelly & Breinlinger, 1995; Klar & Kasser, 2009; Louis et al., 2016; Simi et al., 2016). A literatura apresenta uma associação positiva deste tipo de identidade com a identidade social e com formas de participação política (Blackwood & Louis, 2012; Louis et al., 2016).

Os modelos de ação política construídos no presente estudo indicaram uma associação entre a identidade ativista e o comprometimento com diferentes variáveis, quando se consideram os dois níveis de julgamento moral analisados. Confirmou-se para os dois grupos de jovens a associação positiva da identidade ativista e comprometimento com a identidade social e com as formas de ação política (ativismo para os jovens com JMC e ativismo e radicalismo para os jovens com JMPC). No entanto, ao considerar as variáveis cognitivo-atitudinais verificou-se, nos jovens com JMC, uma associação positiva da identidade ativista e comprometimento apenas com a percepção de eficácia. Para os jovens com JMPC este tipo de identidade associou-se com a saliência política pessoal e com o propósito de vida.

A qualidade das associações da identidade ativista e comprometimento, verificadas para os dois modelos de ação política, pode ter sido um produto do contexto social brasileiro durante a realização do estudo. Entre os anos de 2015 e 2016 o Brasil passou por uma crise política e econômica que indicava a possibilidade de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, foi no ano de 2016 que este fato se tornou real. Durante os meses que antecederam a votação deste processo no Senado Federal, ocorreram em todo o Brasil inúmeras manifestações sobre esse

tema. Por meio dessas manifestações, percebeu-se a divisão de parte da população brasileira em dois grandes grupos. O grupo que apoiava a saída da presidente caracterizava-se por um pensamento conservador e pela defesa de valores tradicionais, tinha o apoio e era apoiado por partidos intitulados “de direita”. O outro grupo, que apoiava a permanência da presidente, caracterizava-se pela defesa de ideias democráticas e de valores pautados na igualdade, tinha o apoio, e apoiava os partidos intitulados “de esquerda”. Esse último grupo acreditava na articulação de um golpe, liderado pelos representantes dos partidos de “direita” para a saída da presidenta de seu cargo.

Ao considerar que o processo foi aceito, e que culminou com a saída da presidenta, é possível inferir que o grupo de jovens universitários com JMC, que defendia uma ideologia conservadora, tenha se sentido identificado com aquele grupo de pessoas que lutou a favor do impeachment, e que a aceitação do processo pelo Senado Federal tenha lhe proporcionado um sentimento de eficácia de suas ações. Entretanto, essa justificativa sobre a associação entre as variáveis identidade ativista e comprometimento com a percepção de eficácia deve permanecer no campo da inferência, pois não se perguntou aos participantes se eles estavam participando de algum movimento político ou se defendiam algum partido político específico.

Ainda para os jovens com JMC verificou-se a associação do propósito de vida com o ativismo político, sendo a primeira variável explicada pela segunda. Essa associação pode ser compreendida a partir da teoria moral utilizada neste estudo. As pessoas com JMC acreditam na validade e na legitimidade das normas dos grupos e das leis, considerando o caráter utilitário que ambas possuem. Desse modo, é coerente verificar que esses jovens atribuem um significado às suas vidas quando vivem de acordo com essas normas e leis. Ou seja, a vida desses jovens possui ou adquire um significado na medida em que eles se encontram dedicados ao respeito e à prática das normas e leis da sociedade.

Com relação aos jovens com JMPC a associação da identidade ativista e comprometimento com as variáveis saliência política pessoal e propósito de vida apresentam-se também coerentes com a literatura. A saliência política pessoal envolve a preocupação das pessoas com eventos políticos e sociais que possuem uma consequência para diferentes grupos sociais, mas que pode não os afetar diretamente. Ou seja, a saliência política pessoal pode ser compreendida como uma forma de consciência política que envolve a esfera moral das relações sociais. Nesse sentido, a associação da identidade ativista e comprometimento com a saliência política pessoal apresenta-se coerente para os jovens com JMPC pois envolve a identificação desses jovens enquanto agentes políticos ativos, dotados de uma consciência política que está além das relações legais, como apresentadas por Piaget (1965), e atingindo a esfera das relações morais.

Portanto, é possível que a saliência política pessoal não tenha apresentado uma associação significativa para os jovens com JMC porque esses jovens associam sua identidade, enquanto agentes políticos, apenas às relações legais, ou seja, desenvolvem a obediência e o respeito às autoridades e às normas e leis por elas estabelecidas. É possível ainda que a saliência política pessoal não tenha sido relevante para o modelo de ação política para esses jovens devido às características do julgamento moral convencional. As pessoas com JMC apresentam-se envolvidas com grupos específicos e que lhes são mais próximos como a família, os amigos, os colegas de trabalho etc. Desse modo, é possível inferir que esses jovens não se sintam envolvidos com problemas ou com situações vividas por grupos sociais dos quais eles não fazem parte e, por essa razão, a saliência política pessoal não tenha se mostrado relevante para o modelo em questão.

Quanto aos jovens com JMPC, pode-se considerar que a ausência da percepção de eficácia no modelo de ação política, seja um produto de sua forma de julgar moralmente. De acordo com Kohlberg (1984) as pessoas com JMPC não condicionam suas ações à possibilidade

de sucesso em atingir os objetivos pretendidos. Ou seja, as ações das pessoas com esse tipo de julgamento moral possuem um caráter deontológico e as pessoas as realizam devido a necessidade de manter uma consistência entre seus valores e suas ações, independente da eficácia que essas ações possam ter. Deste modo a eficácia das ações anteriores ou a possibilidade de eficácia em ações futuras não representaria um fator relevante para o engajamento político. Esse raciocínio torna-se plausível pois ao considerar o contexto político brasileiro atual, ainda é possível observar a mobilização das pessoas que defendiam a legitimidade da permanência da presidenta Dilma Rousseff em seu cargo, antes da aceitação do processo de impeachment. Considera-se ainda a possibilidade de que a identidade ativista e o comprometimento, para os jovens com JMPC, esteja relacionada com uma identificação com a humanidade (McFarland, Weeb & Brown, 2012), o que torna ainda mais coerente sua associação com a saliência política pessoal para a explicação da ação política.

O propósito de vida, para os jovens com JMC, apresentou-se como uma consequência do ativismo político. Ainda que a relação inversa entre essas duas variáveis tenha sido válida para a construção do modelo, o valor da predição do ativismo político pelo propósito de vida não foi significativo. Acredita-se, que a associação entre essas duas variáveis tenha sido um reflexo do caráter utilitário que os jovens com JMC podem atribuir às suas ações. Para os jovens com JMPC, o propósito de vida apresentou-se como parte do processo necessário para a construção das intenções de engajamento em ações políticas. As associações do propósito de vida com a identidade ativista e comprometimento e com a saliência política pessoal apresentam-se coerentes com os estudos realizados com essa variável. O propósito de vida foi apresentado como parte integrante da identidade das pessoas com julgamento moral elevado, consistindo na vontade de contribuir com o mundo além do self (Ballard, Malin, et al., 2015; Ballard, Pavlova, et al., 2015; Bronk, 2012; Bronk, 2010; Bronk, Hill, Lapsley, Talib, & Finch, 2009; Damon & Colby, 2015; Damon et al., 2003; Malin et al., 2015). E, desse modo, não se

configura como uma característica ou consequência de ações utilitárias. Seria, portanto a vontade de contribuir com a sociedade, o fator responsável pela disposição das pessoas para o engajamento em ações políticas. As associações verificadas para o propósito de vida, para os jovens com JMPC corroboram também as considerações de Peterson et al. (2005) e de Peterson et al. (2007), que defenderam a concepção de que o propósito que as pessoas têm nas vidas, relaciona-se com aquilo que elas fazem dela.

4.2. Estudo 2: Um Modelo de Ação Política para Jovens Espanhóis

Este estudo foi elaborado com um delineamento correlacional. O estudo teve como objetivos construir um modelo de ação política dentro da perspectiva psicossociológica do desenvolvimento moral, considerando a qualidade do julgamento moral de jovens espanhóis, e comparar esse modelo com aqueles verificados para os jovens brasileiros. O modelo de ação política para os jovens espanhóis considerou as mesmas variáveis presentes no modelo verificado para os jovens brasileiros, são elas: ideologia política, identidade social, percepção de justiça social, identidade ativista e comprometimento, percepção de eficácia, saliência política pessoal e propósito de vida. Por meio da comparação entre os modelos de ação política entre os jovens brasileiros e espanhóis busca-se verificar a possibilidade de generalização na forma como os jovens estruturam os raciocínios e as atitudes responsáveis pelo engajamento em ações políticas, tendo como base o julgamento moral.

4.2.1. Método

4.2.1.1. Participantes

Participaram deste estudo 201 jovens universitários espanhóis da região da Galícia, com idades variando de 18 a 27 anos ($M=19,52$; $dp = 1.81$), sendo 26,4% homens e 73,6% mulheres.

4.2.1.2. Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram os mesmos utilizados no Estudo 1, realizado com jovens brasileiros. São eles: o DIT - Questionários de Opiniões Sociais, adaptado

por Camino et al. (1998), utilizado para investigar o julgamento moral; a escala de ideologia política de Evans, Heath e Lalljee (1996); uma adaptação da escala de identidade social (Zomerén, Postmes, & Spears, 2012); a escala de percepção de justiça social de Klandermans, van der Toorn e van Stekelenburg (2008), uma adaptação da escala de saliência política pessoal, de Duncan e Stewart (2007), a escala de ativismo/radicalismo de Moskalenko e McCauley (2009), a escala de identidade ativista e comprometimento de Klar e Kasser (2009), a escala de percepção de eficácia de Hornsey et al. (2006), a escala de propósito de vida, de Peterson, Park e Seligman (2005) e um Questionário Biodemográfico. Como estes instrumentos já foram apresentados na seção de métodos do Estudo 1, não se repetirá uma descrição detalhada dos mesmos, mas todos eles encontram-se no Apêndice D.

4.2.1.3. Procedimentos

4.2.2.3.1. Procedimentos éticos

Esta pesquisa foi aprovada pela Comissão Acadêmica do Programa de Doutorado em Processos Psicológicos e Comportamento Social da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Após a autorização da realização da pesquisa na Universidade de Santiago de Compostela, os alunos foram informados sobre ela em ambiente de sala de aula e convidados a participar da mesma. Durante o convite, os alunos foram informados sobre os objetivos da pesquisa, sobre os processos de administração dos instrumentos, sobre o anonimato das informações coletadas e sobre a possibilidade de desistência da participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de ônus.

4.2.2.3.2. Procedimentos de tradução e adaptação das escalas

As escalas de ideologia política, de percepção de justiça social, de identidade social, de identidade ativista e comprometimento, de ativismo e radicalismo político, de percepção de eficácia e de propósito de vida foram traduzidas do inglês para o espanhol, pelo método de *back translation*. Após a tradução inicial, os instrumentos foram respondidos por quatro estudantes

universitários (dois estudantes de graduação e dois estudantes de pós-graduação). Estes estudantes avaliaram o nível de dificuldade de compreensão dos instrumentos considerando tanto os itens como as instruções sobre o modo de respondê-los. Após algumas modificações, outros três estudantes universitários (dois deles tinham a língua inglesa como língua materna e viviam na Espanha há 5 e 8 anos) responderam aos mesmos instrumentos, não relatando dificuldades em respondê-los. Com a verificação de que os instrumentos estavam compreensíveis, procedeu-se com a administração dos mesmos. Os dois dilemas do DIT e a adaptação da Escala de Saliência Política Pessoal foram traduzidas do português para o espanhol pelo método de *back translation*, por três estudantes de doutorado fluentes nos dois idiomas.

4.2.2.3.3. Procedimentos de coleta e análises dos dados

Os dados foram coletados em ambiente de sala de aula, mas os instrumentos foram respondidos de forma individual, com lápis e papel. Os dados coletados foram analisados com auxílio dos pacotes estatísticos IBM SPSS *Statistics* Versão 20 e do IBM SPSS Amos Versão 20. Com os dados do DIT foram realizadas análises estatísticas descritivas e com os dados dos demais instrumentos foram realizadas análises de regressão linear simples e hierárquicas, e modelagens de equações estruturais.

As análises de regressão hierárquica foram realizadas seguindo o mesmo padrão utilizado para os jovens brasileiros. Ou seja, as variáveis foram divididas em dois blocos. Um bloco foi composto pelas variáveis classificadas como cognitivo-ideológicas: ideologia política, percepção de justiça social e identidade social. O outro bloco foi composto pelas variáveis classificadas como cognitivo-atitudinais: identidade ativista e comprometimento, percepção de eficácia e saliência política pessoal. As variáveis destes dois blocos foram consideradas como variáveis independentes, e o ativismo e o radicalismo político foram consideradas variáveis dependentes. As análises de regressão linear simples foram realizadas considerando as variáveis

ativismo e radicalismo como variáveis independentes e as variáveis propósito de vida e percepção de eficácia como variáveis dependentes. Ressalta-se que os dados desta pesquisa foram coletados durante o mesmo período em que os dados da pesquisa do Estudo 1, realizado com jovens brasileiros, estavam sendo coletados.

4.2.2. Resultados

4.2.2.1. Análise de confiabilidade

A Tabela 4 apresenta os índices de confiabilidade das escalas traduzidas e adaptadas para este estudo, verificados por meio do teste de Alfa de Cronbach. Todos os índices apresentaram-se satisfatórios e foram semelhantes aos índices encontrados em estudos anteriores.

Tabela 4

Índices de Confiabilidade das Escalas para os Jovens Espanhóis

Instrumentos	Alfa de Cronbach	
	Estudos Anteriores	Estudo Atual
DIT - <i>Defining Issues Test</i> (Camino et al., 1998)	Variou de $\alpha = .76$ a $\alpha = .49$	$\alpha = .48$
Escala de Ideologia Política (Evans et al., 1996)	Direita-Esquerda: $\alpha = .82$ Libertarianismo-Autoritarismo: $\alpha = .77$	Direita-Esquerda: $\alpha = .70$ Libertarianismo-Autoritarismo: $\alpha = .59$
Escala de Identidade Social (van Zomeren et al., 2012)	$\alpha = .91$	$\alpha = .70$
Escala de Percepção de Justiça Social (Klandermans et al., 2008)	Variou de $\alpha = .72$ a $\alpha = .87$	$\alpha = .86$
Escala de Saliência Política Pessoal (Duncan & Stewart, 2007)	Variou de $\alpha = .60$ a $\alpha = .85$	$\alpha = .79$
Escala de Identidade ativista e Comprometimento (Klar & Kasses, 2009)	$\alpha = .96$	$\alpha = .97$
Escala de Ativismo-Radicalismo (Moskalenko & McCauley, 2009)	Ativismo: $\alpha = .86$ Radicalismo: $\alpha = .83$	Ativismo: $\alpha = .86$ Radicalismo: $\alpha = .79$
Escala de Percepção de Eficácia (Hornsey et al., 2006)	Índice não reportado	$\alpha = .76$
Escala de Propósito de Vida (Peterson et al., 2005)	$\alpha = .82$	$\alpha = .71$

4.2.2.2. Análise do Julgamento Moral

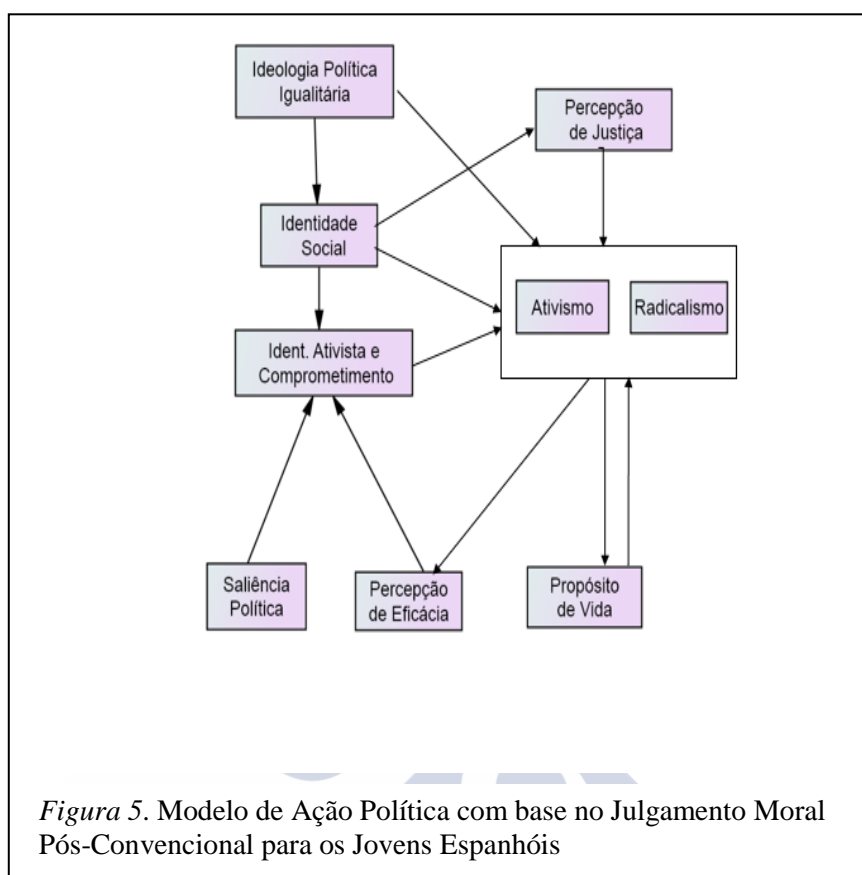
Por meio das análises das médias dos níveis de julgamento moral verificou-se que os jovens espanhóis apresentaram média do julgamento moral pós-convencional superior ($M = 3.80$; $dp = 0.47$) e significativamente diferente ($t_{(200)} = 16.31$; $p = .001$; $d = 1.50$) da média verificada para o julgamento moral convencional ($M = 3.20$; $dp = 0.31$).

Para a construção do modelo de ação política proposto, realizou-se uma divisão da amostra a partir do nível de julgamento moral dominante. Essa divisão foi realizada a partir das médias dos níveis de julgamento moral para cada participante, considerando-se como nível de julgamento moral dominante aquele com maior média. Por meio desse levantamento verificou-se que 181 participantes (90%) apresentaram nível pós-convencional como dominante e que 20 participantes (10%) apresentaram julgamento moral convencional dominante. Deste modo, considerando o baixo número de pessoas com julgamento moral convencional dominante, e tendo em vista que amostras pequenas não são suficientes para a realização das análises multivariadas necessárias para a construção do modelo proposto, decidiu-se utilizar, para a construção do modelo de ação política, apenas a amostra de jovens com julgamento moral pós-convencional dominante.

4.2.2.3. Construção do modelo de ação política

4.2.2.3.1. Modelo de ação política com base no julgamento moral pós-convencional

A partir dos resultados das análises de regressão, como apresento no Apêndice E, pode-se verificar que a associação das variáveis cognitivo-ideológicas e das variáveis cognitivo-atitudinais explicaram de forma significativa o ativismo e radicalismo político. Com base nesses resultados, e para verificar como essas variáveis se organizam para a explicação da ação política, realizou-se uma modelagem de equações estruturais. Esta análise foi realizada com base no mesmo modelo de ação política estipulado para os jovens brasileiros com julgamento moral pós-convencional dominante, como pode ser observado na Figura 5.



A modelagem de equações estruturais indicou que o modelo hipotetizado com base no julgamento moral pós-convencional, conforme apresentado na Figura 5 não se adequou aos dados. Esta não adequação foi verificada por meio dos resultados obtidos para o teste de *Qui-quadrado*, que se apresentou significativo, por meio dos índices de ajuste que apresentaram valores acima do estipulado pela literatura (Byrne, 2009; Hair et al., 2005; Pilati & Laros, 2007) e pela indicação do pacote estatístico sobre a necessidade de ajuste do modelo diante das relações não-significativas entre as variáveis.

Para a reespecificação do modelo, além de terem sido realizadas modificações nas associações entre as variáveis, optou-se também pela retirada da variável percepção de eficácia devido a sua pouca contribuição individual, o que não resultou na adequação do modelo aos dados. Posteriormente, foram retiradas as variáveis saliência política pessoal e propósito de vida, considerando também o baixo poder explicativo de cada uma delas, porém não se atingiu

a adequação pretendida. No entanto, com base nas considerações teóricas sobre a importância da percepção de eficácia para a explicação da ação social, decidiu-se reinserir essa variável no modelo, apesar dela não haver contribuído de forma significativa nem para o ativismo nem para o radicalismo político. Com a reinserção dessa variável atingiu-se a adequação do modelo aos dados ($\chi^2_{(11)} = 17.227$; $p = .101$). Para este novo modelo, apresentado na Figura 6, os índices de ajuste apresentaram valores satisfatórios (CMIN/DF= 1.556; GFI= .973; CFI= .909; RMSEA= .056) e os coeficientes de determinação entre as variáveis foram significativos (ver Tabela 5).

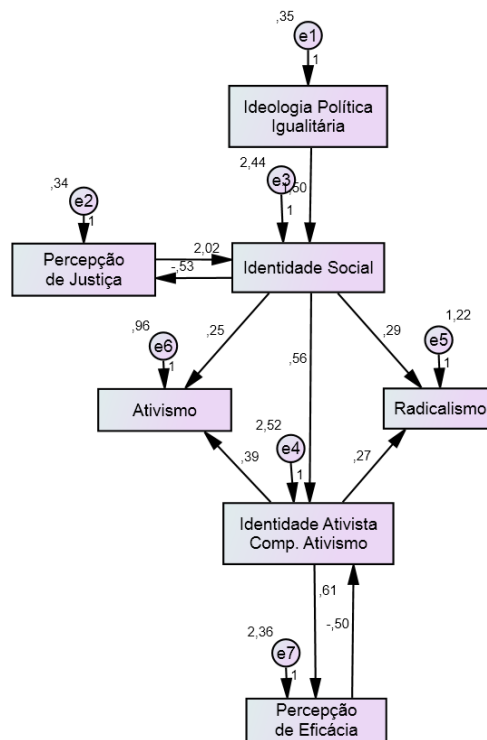


Figura 6. Modelo de ação política para os Jovens Espanhóis com base no Julgamento Moral Pós-Convencional para os Jovens Espanhóis (Modelo Reespecificado)

Tabela 5

Pesos das Regressões para as Relações entre as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no julgamento moral pós-convencional para os Jovens Espanhóis

VI		VD	Valor Estimado	Erro Padrão	C.R.	<i>p</i>
IPI	→	IS	1.501	.386	3.889	.001
IS	→	IAC	0.556	.139	4.012	.001
IS	→	RP	0.291	.088	3.286	.001
IAC	→	RP	0.271	.064	4.246	.001
IS	→	AP	0.247	.080	3.110	.002
IAC	→	AP	0.391	.057	6.839	.001
PJS	→	IS	2.023	.856	2.363	.018
IS	→	PJS	-0.531	.105	-5.085	.001
IAC	→	PE	0.611	.262	2.329	.020
PE	→	IAC	-0.495	.298	-1.663	.096

IPI – Ideologia Política Igualitária; IS – Identidade Social; IAC – Identidade ativista e comprometimento; PJS – Percepção de Justiça Social; PE – Percepção de Eficácia

4.2.2.3. Discussão

Os resultados encontrados nesse estudo indicam a validade do uso de uma perspectiva psicossociológica do desenvolvimento moral para a compreensão do engajamento em ações políticas. Por meio das análises efetuadas, confirmou-se que a compreensão da ação política pode ocorrer por meio da associação entre variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais. As variáveis cognitivo-ideológicas que compuseram o modelo de ação política para os jovens espanhóis foram a ideologia política igualitária, a identidade social e a percepção de justiça social. Com relação às variáveis cognitivo-atitudinais analisadas, compuseram o modelo de ação política para os jovens espanhóis as variáveis identidade ativista e comprometimento e percepção de eficácia.

Verificou-se no modelo de ação política para o grupo de jovens em questão a associação positiva entre o julgamento moral pós-convencional e a ideologia política igualitária, que por sua vez foi responsável por explicar a identidade social. A identidade social apresentou uma relação bidirecional com a percepção de justiça social, explicando e sendo explicada por esta

variável. A identidade social foi responsável também por explicar a identidade ativista e o comprometimento, o ativismo e o radicalismo político. Ou seja, verificou-se por meio deste modelo de ação política que o julgamento moral pode ser considerado um fator que afeta a qualidade das ações políticas e que é responsável pela força das associações entre as variáveis que ajudam a compreender essas ações na forma de ativismo e de radicalismo. Verificou-se ainda um efeito indireto da ideologia política igualitária no ativismo e no radicalismo político por meio da identidade social. Por fim, a identidade ativista e o comprometimento apresentou uma relação bidirecional com a percepção de eficácia, explicando e sendo explicada por esta variável.

As associações entre as variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais presentes no modelo de ação política dos jovens espanhóis, confirmaram algumas das associações presentes na literatura e também algumas das associações encontradas nos modelos verificados para os jovens brasileiros com JMC e com JMPC. Esse estudo, assim como o estudo realizado com jovens brasileiros, corrobora as afirmações de Blasi (1980), Kohlberg (1984), Thoma et al. (1986) e Turiel (2002) sobre a importância do julgamento moral para a compreensão da ação. Verificou-se ainda que a compreensão da ação política se torna mais complexa quando se considera a atuação conjunta do julgamento moral e de variáveis cognitivo-ideológicas e cognitivo-atitudinais. As similaridades entre os modelos construídos com amostras de jovens brasileiros e espanhóis, com realidades contextuais e históricas distintas, permite avançar no sentido de uma generalização da estrutura ideológica e atitudinal relacionada com o engajamento em ações políticas.

Entretanto, ressalta-se que o modelo de ação política verificado para os jovens espanhóis com JMPC apresentou semelhanças com os dois modelos de ação política verificados para os jovens brasileiros. De um lado, as associações entre as variáveis cognitivo-ideológicas (ideologia política, identidade social e percepção de justiça social) para os jovens espanhóis,

foram similares às associações entre essas mesmas variáveis para os jovens brasileiros com JMPC. Por outro lado, as associações entre as variáveis cognitivo-atitudinais (identidade ativista e comprometimento e percepção de eficácia) para os jovens espanhóis foram semelhantes às associações entre essas mesmas variáveis para os jovens brasileiros com JMC.

No que diz respeito às semelhanças entre os modelos para os jovens espanhóis e brasileiros com JMPC, verificou-se, inicialmente o efeito da ideologia política igualitária na construção da identidade social, e o efeito da identidade social no ativismo e no radicalismo político. Além disso observou-se, para esses dois grupos de jovens, uma relação bidirecional entre a identidade social e a percepção de justiça social. Ao considerar as forças das associações entre essas duas variáveis, verificou-se que o poder de explicação da identidade social sobre a percepção de justiça social foi maior para os jovens espanhóis. Para os jovens brasileiros, a percepção de justiça apresentou um maior poder de predição sobre a identidade social.

As associações verificadas entre a ideologia política igualitária e o ativismo e o radicalismo político, por meio da identidade social, para os dois grupos de jovens com JMPC, reforçam a ideia de que os jovens se apresentam dispostos a agir na sociedade com o intuito de promover mudanças sociais direcionadas à obtenção da igualdade social, seja por meio de ações que ocorrem dentro da legalidade, ou por meio de ações que transgredem leis ou normas sociais. Esse resultado reforça a concepção de ativismo e radicalismo político como ações políticas de base moral, que têm como objetivo a defesa de uma causa pautada em princípios relacionados com os direitos individuais e universais, com defendido por Colby e Damon (2015).

Comparando com os resultados encontrados na literatura, a qualidade das associações verificadas neste estudo, para identidade social e as formas de participação política podem ser consideradas como uma contribuição importante para o aprofundamento da compreensão da ação política. Os resultados verificados para os jovens brasileiros e espanhóis, no que concerne às concepções de identidade (identidade social e a identidade ativista e comprometimento)

corroboram os resultados de estudos anteriores sobre a participação política (Alberici & Milesi, 2015; Duncan, 1999; Duncan, 2010; Duncan & Stewart, 2007; Khan et al., 2015; Klandermans et al., 2008; B. Klandermans, 2002; Klandermans et al., 2013; P. G. Klandermans, 2014; Mannarini & Talò, 2012; Porter, 2013; van Goethem et al., 2012; van Zomeren et al., 2012; Vilas & Sabucedo, 2012). Alguns desses estudos verificaram que a identificação com grupos específicos favorece a participação social na forma de ativismo político, no que diz respeito à defesa dos direitos desses grupos (Duncan, 1999; Duncan & Stewart, 2007; Duncan, 2005; Manarini & Taló, 2012; Poster, 2013; Vilas & Sabucedo, 2012; van Zomeren, Postmes & Spears, 2012).

Entretanto, as análises indicaram que uma ideia ampla, ou mais abrangente, de identidade social foi responsável por predizer a intenção de participar em ações políticas, sejam elas na forma de ativismo ou de radicalismo político. Menciona-se uma “ideia ampla de identidade social” pois a avaliação dessa variável não envolveu a identificação dos participantes com grupos específicos. Os estudos citados anteriormente, e que buscaram verificar os aspectos motivadores da participação política o fizeram considerando identidades das pessoas com grupos relacionados com a defesa de questões de raciais, étnicas ou de gênero, por exemplo. Esses estudos consideraram também a defesa de direitos relacionados com cada grupo, o que pode ter aumentado a probabilidade de uma associação significativa entre a identificação das pessoas com esses grupos e a ação política delas.

No presente estudo, a verificação da identidade social, em sua concepção abrangente, como preditora da ação política, pode ter ocorrido, também, devido a qualidade do julgamento moral destes jovens. O julgamento moral pós-convencional envolve preocupações com a igualdade e com a preservação de direitos para todos os cidadãos, e não se refere, necessariamente à defesa de grupos específicos (e.g. negros, mulheres e homossexuais). Esse tipo de defesa pode sim ocorrer, mas envolve o raciocínio de que mulheres, negros e

homossexuais, por exemplo, devem ter seus direitos garantidos e preservados não porque fazem parte de uma “minoria”, mas porque são, acima de tudo, cidadãos e seres humanos.

Entre os jovens brasileiros e espanhóis com JMPC foram encontradas diferenças com relação à associação entre as variáveis cognitivo-atitudinais: os jovens espanhóis apresentaram uma associação da identidade ativista e comprometimento com a percepção de eficácia; os jovens brasileiros apresentaram uma associação da identidade ativista e comprometimento com a saliência política pessoal e com o propósito de vida. Verificou-se também uma diferença com relação à qualidade do JMPC entre os jovens brasileiros e espanhóis: os jovens brasileiros apresentaram uma média significativamente superior à média apresentada pelos jovens espanhóis¹⁵. Considera-se, portanto, que a diferença na qualidade do JMPC entre espanhóis e brasileiros seja um dos fatores responsáveis pelas diferenças verificadas nos modelos de ação política.

De acordo com Kohlberg (1984) o avanço no julgamento moral é favorecido pela inserção das pessoas em um ambiente que promova conflitos cognitivos e que estimulem a reflexão das pessoas sobre situações sociais considerando diferentes perspectivas. Ainda de acordo com Kohlberg, a capacidade de coordenar diferentes perspectivas, sobre uma mesma situação social, favorece o avanço no julgamento moral. Nesse sentido, considerando que durante o momento em que a pesquisa foi realizada, o Brasil passava por um período de instabilidade política e econômica, é possível que este contexto tenha proporcionado as reflexões e os conflitos cognitivos necessários para o amadurecimento ou consolidação do julgamento moral dos jovens brasileiros no nível pós-convencional. A verificação de uma maior média de JMPC para os jovens brasileiros permite supor que esses jovens tenham seus

¹⁵ [JMPC – Brasil: $M = 3.61$; $dp = 0.46$; JMPC – Espanha: $M = 3.18$; $dp = 0.42$; $t_{(337)} = 10.023$; $p = .001$; $d = 0.97$]

juílgamentos morais consolidados nesse nível, enquanto os jovens espanhóis poderiam estar passando pelo processo de consolidação.

Acredita-se, portanto, que as associações entre as variáveis identidade ativista e comprometimento e percepção de eficácia, verificada para os jovens espanhóis com JMPC e para os jovens brasileiros com JMC, seja um produto da menor maturidade de julgamento moral, para os jovens espanhóis. Para os jovens brasileiros, a maior maturidade do julgamento moral pode ter favorecido a uma reflexão sobre as ações a partir de um caráter deontológico, ou seja, relacionado com aquilo que eles acreditam que deve ser feito. E, devido a esse caráter, a ideia de eficácia das ações não atuaria como um elemento motivador para o engajamento em ações políticas. É possível que os jovens espanhóis com JMPC, assim como os jovens brasileiros com JMC, estejam associando suas ações na sociedade com a eficácia que elas possuem, e que eles considerem a ideia de eficácia como um elemento motivador para a ação. É possível que os jovens espanhóis com JMPC, diferente dos jovens brasileiros com esse tipo de julgamento moral, ainda estejam atribuindo às suas ações um caráter utilitário, como acredita-se que ocorre para os jovens brasileiros com JMC. Portanto, julga-se que o efeito da percepção de eficácia nas ações políticas seja responsável pela ausência das variáveis propósito de vida e saliência política pessoal para os jovens espanhóis com JMPC.



CONCLUSÕES

O presente trabalho defendeu como tese que a ação política pode ser compreendida a partir da psicologia social do desenvolvimento moral. Essa perspectiva da psicologia associa variáveis do desenvolvimento psicossocial com variáveis da psicologia social, favorecendo uma compreensão diferente sobre as dinâmicas e fenômenos que ocorrem na sociedade. A partir da construção de um modelo de ação política foi testada a associação entre variáveis com essas diferentes naturezas em amostra de jovens adultos de dois países: Brasil e Espanha. Os resultados dos dois estudos indicaram que o modo como os jovens estruturam suas intenções de engajamento em ações políticas difere com relação à qualidade do julgamento moral e com relação às diferenças contextuais, visto que os modelos de ação política com base no julgamento moral pós-convencional foram distintos para os jovens desses dois países. Ou seja, há indícios válidos de que a qualidade do julgamento moral afeta o modo como as pessoas agem na sociedade em busca de mudanças sociais a partir de alterações institucionais.

Os estudos realizados puderam indicar não apenas a importância do julgamento moral nesse processo, mas também a importância da identidade social enquanto uma variável mediadora da associação entre variáveis relacionadas ao desenvolvimento moral individual e variáveis psicossociais. Pode-se ainda dizer que os estudos realizados proporcionaram um aprofundamento na compreensão da relação entre pensamento e ação. Esse aprofundamento se deu a partir da importância de considerar o julgamento moral para o engajamento das pessoas em ações políticas, e a partir do conhecimento sobre algumas das variáveis que interferem nesse processo.

Um resultado que merece destaque é o papel da identidade social para o engajamento em ações políticas. Ao considerar as associações dessa variável com as demais variáveis presentes no modelo, principalmente com a ideologia política (igualitária ou conservadora) e com a identidade ativista e comprometimento, pode-se dizer que a identidade social funcionou como uma variável mediadora. A identidade social favoreceu a compreensão sobre a intenção

de engajamento em ações políticas a partir da associação entre as variáveis relacionadas com o desenvolvimento psicossocial, ou seja, as variáveis cognitivo-ideológicas, e as variáveis psicossociológicas, ou seja, as variáveis cognitivo-atitudinais. A importância da identidade social para a ação política já vem sendo apresentada na literatura, mas os estudos que apresentam a importância do seu papel não investigaram sua associação com variáveis de diferentes naturezas, como realizado nos estudos que compõem este trabalho de tese.

Apesar desses resultados terem contribuído de forma significativa para a compreensão da relação entre julgamento e ação, algumas limitações precisam ser ressaltadas. Dentre elas, podem ser citadas a ausência de parcimônia do modelo, o tamanho da amostra de jovens espanhóis e algumas variáveis que poderiam ter sido investigadas e não o foram, a exemplo da participação dos jovens em ações políticas no passado e a filiação ou simpatia deles por algum partido político.

Os modelos propostos foram construídos considerando a associação de variáveis importantes para a compreensão da ação política apresentadas na literatura em psicologia social. O uso de muitas variáveis para a compreensão de um fenômeno social tem seus prós e contras. Por um lado, permite a construção de uma visão geral sobre o fenômeno estudado. Por outro lado, corre-se o risco de aumentar a complexidade do fenômeno estudado, dificultando sua compreensão. Desse modo, sugere-se que em estudos futuros o modelo possa ser reduzido, tornando-o parcimonioso.

Não ter sido possível verificar o modelo de ação política para os jovens espanhóis com julgamento moral convencional foi uma consequência do reduzido número de participantes, o que pode ser considerado uma limitação desse trabalho. Os dados referentes aos jovens espanhóis foram coletados em uma universidade espanhola que recomendou a administração dos instrumentos por meio de lápis e papel e, por esse motivo, a pesquisa não pode ser realizada de forma *on-line*, como ocorreu com os jovens brasileiros. Com essa forma de administração

dos instrumentos, e considerando a quantidade de instrumentos utilizada para a construção do modelo, o fator tempo representou um empecilho para se obter um número elevado de participantes. Os alunos espanhóis demoraram em média 40 minutos para responder a todos os instrumentos e nem todos os professores tinham condições de ceder uma aula inteira para a realização da pesquisa. Acredita-se que um maior número de participantes espanhóis, teria tornado possível a realização de uma comparação entre os jovens brasileiros e espanhóis, ainda que qualitativa entre os modelos de ação política, considerando os dois níveis de julgamento moral.

Acredita-se ainda que o aumento do tamanho da amostra de jovens espanhóis possibilitaria a realização de análises sobre a consistência (período em que o estágio moral encontra-se consolidado) e inconsistência (período em que o estágio moral encontra-se em transição) do julgamento moral. Esse tipo de análise seria útil para compreender, por exemplo, a qualidade das associações da variável propósito de vida para os jovens brasileiros e espanhóis com julgamento moral pós-convencional. É possível que a ausência dessa variável no modelo de ação política para os jovens espanhóis tenha sido um efeito do processo de consolidação do julgamento moral. Ou seja, diante da menor média de julgamento moral pós-convencional, quando comparado com os jovens brasileiros, defende-se a possibilidade de que os jovens espanhóis pudessem estar saindo do nível convencional de julgamento moral e entrando no nível pós-convencional do julgamento moral. Devido a esse processo de transição, o modo como os valores poderiam ser utilizados como norteadores da ação ainda não estaria muito claro para os jovens espanhóis, fazendo com que a ideia de propósito de vida não tivesse a relevância necessária para afetar a ação política de forma significativa.

O fato de não ter sido avaliada a participação passada dos jovens em algum tipo de ação política pode ser indicado, também, como uma limitação dos estudos realizados. Ainda que a avaliação direta do comportamento não tenha sido um dos objetivos dos estudos que

compreendem este trabalho de tese, a inclusão dessa variável no modelo de ação política poderia ter fornecido mais informações sobre a relação entre julgamento e ação, visto que a associação entre o comportamento passado e a intenção de comportamento futuro poderia tornar as interpretações sobre essa relação mais confiáveis. O conhecimento sobre a participação anterior dos jovens em ações políticas poderia fornecer, também, informações sobre o modo como eles percebem a eficácia de suas ações. No caso dos jovens brasileiros com julgamento moral pós-convencional dominante, seria possível saber se, a ausência da percepção de eficácia no modelo de ação política foi realmente um efeito da qualidade do julgamento moral, ou se esses jovens, ao lembrarem de experiências passadas que não foram eficazes, diminuíram a crença na eficácia de suas ações. Análises dessa natureza poderiam ter explicado, também, o porquê de a percepção de eficácia ter sido uma variável significativa para o modelo de ação política dos jovens espanhóis com julgamento moral pós-convencional. Pode-se pensar que esse resultado tenha sido também um efeito do processo de transição do nível convencional para o nível pós-convencional para os jovens espanhóis. No entanto, essa inferência só poderia ser confirmada se a construção de um modelo de ação política com base no julgamento moral convencional tivesse sido possível para os jovens espanhóis, e se informações sobre os períodos de consistência e inconsistências do julgamento moral estivessem disponíveis.

Outro fator que poderia ajudar nas explicações dos modelos de ação política tanto para os jovens brasileiros quanto para os jovens espanhóis, seria a coleta de informações sobre a filiação a algum partido político ou sobre a simpatia dos participantes com algum partido político. Esse tipo de informação poderia ser útil para compreender a qualidade da ideologia política desses jovens. A literatura indica a existência de uma associação entre ideologia política conservadora e partidos políticos de direita, e entre uma ideologia política igualitária e partidos políticos de esquerda. No entanto, no caso do contexto político brasileiro, esse tipo de associação está cada vez mais difícil de ser considerada válida pois, partidos de direita e de

esquerda nem sempre têm pautado suas ações nos valores sob os quais eles foram construídos. Essas ações têm sido pautadas em agendas políticas ou programas de governo que envolvem não apenas o atendimento das demandas da sociedade a partir dos valores defendidos por cada partido, mas envolvem também a necessidade de manutenção dos partidos no poder, por meio de arranjos sociais com outros partidos e com a iniciativa privada.

Em suma, a partir dos resultados apresentados no presente trabalho de tese, pode-se construir uma agenda de pesquisa dentro da perspectiva psicossociológica do desenvolvimento moral, partindo da complementação das análises que, diante das limitações apresentadas, não puderam ser realizadas, ajudando a compreender melhor a complexidade da relação entre pensamento e ação.





REFERÊNCIAS

- Agerström, J., Björklund, F., & Carlsson, R. (2013). Look at yourself! Visual perspective influences moral judgment by level of mental construal. *Social Psychology*, 44(1), 42–46. <http://doi.org/10.1027/1864-9335/a000100>
- Alberici, A. I., & Milesi, P. (2015). Online discussion , politicized identity , and collective action. *Group Process & Intergroup Relations*, 1–17. <http://doi.org/10.1177/1368430215581430>
- Alencar, H. M., Marchi, B. F., Couto, L. L. M., Romaneli, M. S., & Lima, M. G. (2014). Educação em valores morais: juízos de profissionais no contexto escolar. *Psicologia Escolar E Educacional*, 18(2).
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. (M. C. Fernandes, Trans.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Amable, B., Aranha, M. L. a., Martins, M. H. P., Bataglia, P. U. R., Rest, J. R., Narvaez, D., ... Co-investigator, N. (1999). Political Socialization and Moral Development. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 11(1), 153–177. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722010000100011>
- Ameen, E. J. (2012). On becoming and being a homeless youth activist, (December).
- Aquino, K., Freeman, D., Reed, A., Felps, W., & Lim, V. K. G. (2009). Testing a social-cognitive model of moral behavior: the interactive influence of situations and moral identity centrality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(1), 123–141. <http://doi.org/10.1037/a0015406>
- Aquino, K., McFerran, B., & Laven, M. (2011). Moral identity and the experience of moral elevation in response to acts of uncommon goodness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(4), 703–718. <http://doi.org/10.1037/a0022540>

- Assor, A. (2012). Autonomous moral motivation: Consequences, socializing antecedents, and the unique role of integrated moral principles. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 239–255). Washington, DC, US: American Psychological Association. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1037/13091-013>
- Asún, R., & Zúñiga, C. (2013). ¿Por qué se participa? Explicando la protesta social regionalista a partir de dos modelos psicosociales. [Why participate? Explaining regionalist social protest from two psychosocial models.]. *Psicoperspectivas*, 12(2), 38–50. <http://doi.org/10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL12-ISSUE2-FULLTEXT-260>
- Ballard, P. J., Malin, H., Porter, T. J., Colby, A., & Damon, W. (2015). Motivations for Civic Participation Among Diverse Youth : More Similarities than Differences. *Research in Human Development*, 12(1–2), 63–83. <http://doi.org/10.1080/15427609.2015.1010348>
- Ballard, P. J., Pavlova, M. K., Silbereisen, R. K., & Damon, W. (2015). Diverse Routes to Civic Participation Across Ages and Cultures: An Introduction. *Research in Human Development*, 12(1–2), 1–9. <http://doi.org/10.1080/15427609.2015.1010341>
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191–215. <http://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>
- Bandura, A. (1990). Selective Activation and Disengagement of Moral Control. *Journal of Social Issues*, 46(1), 27–46. <http://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1990.tb00270.x>
- Bandura, A. (1991). Social Cognitive Theory of Moral Thought and Action. In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of Moral Behavior and Development* (pp. 45–1–4). New Jersey: Laurence Erlbaum Associates.

- Bandura, A. (2012). On the Functional Properties of Perceived Self-Efficacy Revisited. *Journal of Management*, 38(1), 9–44. <http://doi.org/10.1177/0149206311410606>
- Barbosa, A. C. (2013). Educação bilíngue nos Estados Unidos: uma possível transição moral para a cidadania global. *Educação E Pesquisa*, 39(3), 673–688.
- Baron, J. (2010). Cognitive biases in moral judgments that affect political behavior. *Synthese*, 172(1), 7–35. <http://doi.org/10.1007/s11229-009-9478-z>
- Bash, E. (2015). The Path to Activism: a qualitative study of how six undergraduates of color became activist while attending he university of Michigan. *PhD Proposal*, 1. <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Bataglia, P. U. R., Morais, A., & Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 25–32.
- Bauman, C. W., & Skitka, L. J. (2009). Moral disagreement and procedural justice: Moral mandates as constraints to voice effects. *Australian Journal of Psychology*, 61(1), 40–49. <http://doi.org/10.1080/00049530802607647>
- Baumard, N., Mascaro, O., & Chevallier, C. (2012). Preschoolers are able to take merit into account when distributing goods. *Developmental Psychology*, 48(2), 492–498. <http://doi.org/10.1037/a0026598>
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology*, 4(1), 1–103.
- Berkowitz, M. W. (2012). Moral and character education. In K. R. Harris, S. Graham, T. Urdan, S. Graham, J. M. Royer, & M. Zeidner (Eds.), *APA educational psychology*

handbook: Individual differences and cultural and contextual factors (pp. 247–264).

Washington, DC, US: American Psychological Association.

<http://doi.org/10.1037/13274-010>

Blackstone, A. (2004). “Its Just about Being Fair”: Activism and the Politics of Volunteering in the Breast Cancer Movement. *Gender and Society*, 18(3), 350–368.

<http://doi.org/10.1177/0891243204264092>

Blackwood, L. M., & Louis, W. R. (2012). If it matters for the group then it matters to me:

Collective action outcomes for seasoned activists. *British Journal of Social Psychology*,

51(1), 72–92. <http://doi.org/10.1111/j.2044-8309.2010.02001.x>

Blasi, A. (1980). Bridging Moral Cognition and Moral Action: A Critical Review of the Literature. *Psychological Bulletin*, 88(1).

Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política* (2ª edição). São Paulo: Fundação UNESP.

Boehnke, K., & Wong, B. (2011). Adolescent political activism and long-term happiness: a 21-year longitudinal study on the development of micro- and macrosocial worries.

Personality and Social Psychology Bulletin, 37, 435–447.

<http://doi.org/10.1177/0146167210397553>

Bolzendahl, C., & Coffè, H. (2013). Are “Good” Citizens “Good” Participants? Testing

Citizenship Norms and Political Participation across 25 Nations. *Political Studies*,

61(SUPPL.1), 63–83. <http://doi.org/10.1111/1467-9248.12010>

Braun-Lewensohn, O. (2016). Sense of Coherence, Values, Youth Involvement, Civic

Efficacy and Hope: Adolescents During Social Protest. *Social Indicators Research*,

128(2), 661–673. <http://doi.org/10.1007/s11205-015-1049-8>

Bronk, K. C. (2012). A Grounded Theory of the Development of Noble Youth Purpose.

Journal of Adolescent Research, 27(1), 78–109.

<http://doi.org/10.1177/0743558411412958>

Bronk, K. C., Finch, W. H., & Talib, T. L. (2010). Purpose in life among high ability adolescents. *High Ability Studies*, 21(2), 133–145.

<http://doi.org/10.1080/13598139.2010.525339>

Bronk, K. C., Hill, P. L., Lapsley, D. K., Talib, T. L., & Finch, H. (2009). Purpose, hope, and life satisfaction in three age groups. *The Journal of Positive Psychology*, 4(6), 500–510.

<http://doi.org/10.1080/17439760903271439>

Byrne, B. (2009). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Uta.Fi. <http://doi.org/10.4324/9781410600219>

Camino, C. P. dos S., & Luna, V. (1989). Reformulação e Adaptação do Defining Issues Test (DIT) (p. 72). Buenos Aires, Argentina: Anais do XXII Congresso Interamericano de Psicologia.

Camino, C., Rique, J., Ribeiro, J., & Araújo, R. M. (1998). *Construção do conteúdo e validação de uma Medida de Julgamento Moral*. João Pessoa - PB.

Camino, L., & Torres, A. R. R. (2011). Origens e Desenvolvimento da Psicologia Social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 23–100). Brasília, DF: TechnoPolitik Editora.

Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2011). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília, DF: TechnoPolitik Editora.

- Choma, B. L., Ashton, M. C., & Hafer, C. L. (2010). Conceptualizing political orientation in canadian political candidates: A tale of two (Correlated) dimensions. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 42(1), 24–33. <http://doi.org/10.1037/a0015650>
- Cohn, E. S., Bucolo, D., Rebellon, C. J., & Van Gundy, K. (2010). An integrated model of legal and moral reasoning and rule-violating behavior: The role of legal attitudes. *Law and Human Behavior*, 34(4), 295–309. <http://doi.org/10.1007/s10979-009-9185-9>
- Colby, A., Kohlberg, L., & Kauffman, K. (1987). Theoretical Introduction to the Measurement of Moral Judgment. In *The Measurement of Moral Judgment. Theoretical Foundations and Research Validation* (pp. 1–61). New York: Cambridge University.
- Conolly, W. E. (1967). *Political Science and Ideology*. Minnesota: Atherton Press.
- Conover, P. J., & Feldman, S. (1981). The Origins and meaning of liberal/conservative self-identifications. *American Journal of Political Science*, (25), 617–645.
- Converse, P. E. (2006). The Nature of Belief Systems in Mass Publics (1964). *Critical Review*, 18(1–3), 1–74. <http://doi.org/10.1080/08913810608443650>
- Conway, P., & Gawronski, B. (2013). Deontological and utilitarian inclinations in moral decision making: A process dissociation approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(2), 216–235. <http://doi.org/10.1037/a0031021>
- Corcoran, K. E., Pettinicchio, D., & Young, J. T. N. (2015). Perceptions of Structural Injustice and Efficacy: Participation in Low/Moderate/High-Cost Forms of Collective Action. *Sociological Inquiry*, 85(3), 429–461. <http://doi.org/10.1111/soin.12082>
- Corning, A. F., & Myers, D. J. (2002). Individual Orientation Toward Engagement in Social Action. *International Society of Political Psychology*, 23(4), 703–729.

<http://doi.org/10.1111/0162-895X.00304>

Corning, A. F., & Myers, D. J. (2013). Activism Orientation Scale. Retrieved from www.midss.ie

Cornwell, J. F. M., & Higgins, E. T. (2013). Morality and its relation to political ideology: the role of promotion and prevention concerns. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 39(9), 1164–72. <http://doi.org/10.1177/0146167213489036>

Crawford, J. T., Brandt, M. J., Inbar, Y., & Mallinas, S. R. (2015). Right-Wing Authoritarianism Predicts Prejudice Equally Toward “Gay Men and Lesbians” and “Homosexuals.” *Journal of Personality and Social Psychology*, 1–15. <http://doi.org/10.1037/pspp0000070>

Crawford, J. T., & Pilanski, J. M. (2014). Political Intolerance, Right and Left. *Political Psychology*, 35(6), 841–851. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2012.00926.x>

Crowson, H. M. (2009). Right-Wing Authoritarianism and Social Dominance Orientation. *Social Psychology*, 40(2), 93–103. <http://doi.org/10.1027/1864-9335.40.2.93>

Curtin, N., Stewart, A. J., & Cole, E. R. (2015). Challenging the Status Quo: The Role of Intersectional Awareness in Activism for Social Change and Pro-Social Intergroup Attitudes. *Psychology of Women Quarterly*, 39(4), 512–529. <http://doi.org/10.1177/0361684315580439>

Curtin, N., Stewart, A. J., & Duncan, L. E. (2010). What Makes the Political Personal? Openness, Personal Political Salience, and Activism. *Journal of Personality*, 78(3), 943–968. <http://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00638.x>

Cushman, F., & Greene, J. (2012). The philosopher in the theater. In M. Mikulincer & P. R.

Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology*. (pp. 35–50). Washington, D.C.: American Psychological Association. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1037/13091-002m>

Dallago, F., Cima, R., Roccato, M., Ricolfi, L., & Mirisola, A. (2008). The Correlation Between Right-Wing Authoritarianism and Social Dominance Orientation: The Moderating Effects of Political and Religious Identity. *Basic and Applied Social Psychology*, 30(4), 362–368. <http://doi.org/10.1080/01973530802502333>

Damon, W., & Colby, A. (2015). *The Power of ideals: the real story of moral choice*. New York: Oxford University Press.

Damon, W., Menon, J., & Bronk, K. C. (2003). The Development of Purpose During Adolescence. *Applied Developmental Science*, 7(3), 119–128. <http://doi.org/10.1207/S1532480XADS0703>

Davies, C. L., Sibley, C. G., & Liu, J. H. (2014). Confirmatory factor analysis of the Moral Foundations Questionnaire: Independent scale validation in a New Zealand sample. *Social Psychology*, 45(6), 431–436. <http://doi.org/10.1027/1864-9335/a000201>

DeCelles, K. A., DeRue, D. S., Margolis, J. D., & Ceranic, T. L. (2012). Does power corrupt or enable? When and why power facilitates self-interested behavior. *Journal of Applied Psychology*, 97(3), 681–689. <http://doi.org/10.1037/a0026811>

Decety, J., & Howard, L. H. (2014). Emotion, Morality, and the Developing Brain. In *Mechanisms of social connection: From brain to group. The Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 105–122).

- Deschamps, J. C., & Devos, T. (1998). Regarding the relationship between social identity and personal identity. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Paez, & J.-C. Deschamps (Eds.), *Social Psychology: Social Identity: International Perspectives* (pp. 1–12). London: SAGE Publications.
- Devine, C. J. (2015). Ideological Social Identity: Psychological Attachment to Ideological In-Groups as a Political Phenomenon and a Behavioral Influence. *Political Behavior*, 37(3), 509–535. <http://doi.org/10.1007/s11109-014-9280-6>
- DiGrazia, J. (2014). Individual Protest Participation in the United States: Conventional and Unconventional Activism. *Social Science Quarterly*, 95(1), 111–131. <http://doi.org/10.1111/ssqu.12048>
- Ditto, P. H., & Liu, B. (2012). Deontological dissonance and the consequentialist crutch. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 51–70). American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/13091-003>
- Doise, W. (1980). Levels of explanation in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology*, 10, 213–231. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ejsp.2420100302/abstract>
- Doise, W. (1989). Constructivism in social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 19(5), 389–400. <http://doi.org/10.1002/ejsp.2420190507>
- Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal 1 From Social Psychology to Societal Psychology. *Psicologia Teoria E Pesquisa*, 18(1), 27–35. <http://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>

- Duncan, B. L. (1976). Differential Social Perception and Attribution of Intergroup Violence: Testing the Lower Limits of Stereotyping of Blacks. *Journal of Personality and Social Psychology*, 34(4), 590–598. <http://doi.org/10.1037//0022-3514.34.4.590>
- Duncan, L. E. (1999). Motivation for Collective Action: Group Consciousness as Mediator of Personality, Life Experiences, and Women's Rights Activism. *Political Psychology*, 20(3), 611–635. <http://doi.org/10.1111/0162-895X.00159>
- Duncan, L. E. (2005). Personal Political Salience as a Self-Schema : for Political Information Processing Consequences, 26(6), 965–976.
- Duncan, L. E. (2005). Personal political salience as a self-schema: Consequences for political information processing. *Political Psychology*, 26(6), 965–976. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2005.00453.x>
- Duncan, L. E. (2010). Using group consciousness theories to understand political activism: Case studies of Barack Obama, Hillary Clinton, and Ingo Hasselbach. *Journal of Personality*, 78(6), 1601–1636. <http://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00664.x>
- Duncan, L. E., & Agronick, G. S. (1995). The intersection of life stage and social events: personality and life outcomes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(3), 558–568. <http://doi.org/10.1037/0022-3514.69.3.558>
- Duncan, L. E., & Stewart, A. J. (2007). Personal Political Salience : The Role of Personality in and Action Collective Identity. *Political Psychology*, 28(2), 143–164. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2007.00560.x>
- Duncan, L. E., & Stewart, A. J. (2007). Personal political salience: The role of personality in collective identity and action. *Political Psychology*, 28(2), 143–164.

<http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2007.00560.x>

Dupuis-Déri, F. (2010). The Black Bloc Ten Years after Seattle: Anarchism, Direct Action, and Deliberative Practices. *Journal for the Study of Radicalism*, 4(2), 45–82. Retrieved from www.jstor.org/stable/41887658

Dutt, A., & Grabe, S. (2014). Lifetime activism, marginality, and psychology: Narratives of lifelong feminist activists committed to social change. *Qualitative Psychology*, 1(2), 107–122. Retrieved from [10.1037/qup0000010%5Cnhttp://libezproxy.open.ac.uk/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=pdh&AN=2014-36607-003&site=eds-live&scope=site%5Cnadutt@ucsc.edu](http://libezproxy.open.ac.uk/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=pdh&AN=2014-36607-003&site=eds-live&scope=site%5Cnadutt@ucsc.edu)

Eagleton, T. (1991). *Ideology: An introduction*. London: Verso.

Eccleshall, R., Kenny, M., & Wilford, R. (1994). *Political Ideologies: an introduction*. London: Routledge.

Eckstein, K., Noack, P., & Gniewosz, B. (2013). Predictors of intentions to participate in politics and actual political behaviors in young adulthood. *International Journal of Behavioral Development*, 37(5), 428–435. <http://doi.org/10.1177/0165025413486419> <http://jbd.sagepub.com.ezproxy.psz.utm.my/content/37/5/428.full.pdf> [accessed: March 5, 2014]

Eckstein, K., Noack, P., & Gniewosz, B. (2013). Predictors of intentions to participate in politics and actual political behaviors in young adulthood. *International Journal of Behavioral Development*, 37(5), 428–435. <http://doi.org/10.1177/0165025413486419>

Eisenberg, N., Hofer, C., Sulik, M. J., & Liew, J. (2014). The development of prosocial moral

- reasoning and a prosocial orientation in young adulthood: concurrent and longitudinal correlates. *Developmental Psychology*, 50(1), 58–70. <http://doi.org/10.1037/a0032990>
- Emler, N., Renwick, S., & Malone, B. (1983). The relationship between moral reasoning and political orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45(5), 1073–1080. <http://doi.org/10.1037//0022-3514.45.5.1073>
- Evans, G., Heath, A., & Lalljee, M. (1996). Measuring left-right and libertarian authoritarian values in the British electorate. *British Journal of Social Psychology*, 47(1), 93–113.
- Eyal, T., & Liberman, N. (2012). Morality and psychological distance: A construal level theory perspective. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 185–202). American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/13091-010>
- Farnsworth, J. K., Drescher, K. D., Nieuwsma, J. A., Walser, R. B., & Currier, J. M. (n.d.). The role of moral emotions in military trauma: Implications for the study and treatment of moral injury. Retrieved from <http://psycnet.apa.orgjournals/gpr/18/4/249>
- Feldman, S. (1988). Structure and Consistency in Public Opinion : the Role of Core Beliefs and Values. *American Journal Od Political Science*, 32(2), 416–440.
- Feldman, S., & Johnston, C. (2014). Understanding the Determinants of Political Ideology: Implications of Structural Complexity. *Political Psychology*, 35(3), 337–358. <http://doi.org/10.1111/pops.12055>
- Ferreira, M. C. (2011). Breve História da Psicologia Social Moderna. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 13–30). Porto Alegre:

Artmed.

Freeden, M. (1994). Political Concepts and Ideological Morphology. *The Journal of Political Philosophy*, 2(2), 140–164.

Freeden, M. (2006). Ideology and political theory. *Journal of Political Ideologies*, 11(1), 3–22. <http://doi.org/10.1080/13569310500395834>

Frimer, J. A., Biesanz, J. C., & Walker, Lawrence J. MacKinlay, C. W. (2013). Liberals and conservatives rely on common moral foundations when making moral judgments about influential people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(6), 1040–1059. <http://doi.org/10.1037/a0032277>

Frimer, J. A., Walker, L. J., Dunlop, W. L., Lee, B. H., & Riches, A. (2011). The integration of agency and communion in moral personality: Evidence of enlightened self-interest. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(1), 149–163. <http://doi.org/10.1037/a0023780>

Frimer, J. a, & Walker, L. J. (2009). Reconciling the self and morality: an empirical model of moral centrality development. *Developmental Psychology*, 45(6), 1669–81. <http://doi.org/10.1037/a0017418>

Fu, M., Exeter, D. J., & Anderson, A. (2015). The politics of relative deprivation : A transdisciplinary social justice perspective. *Social Science & Medicine*, 133, 223–232. <http://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.12.024>

Galinkin, A. L., & Zauli, A. (2011). Identidade Social e Alteridade. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253–261). Porto Alegre: Artmed.

- Galvão, L. K. de S., & Camino, C. P. dos S. (2011). Julgamento moral sobre pena de morte e redução da maioria penal. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 228–236.
- Gamson, W. a. (1992). *Talking Politics*. New York: Cambridge University Press.
- Gil de Zúñiga, H., Molyneux, L., & Zheng, P. (2014). Social Media, Political Expression, and Political Participation: Panel Analysis of Lagged and Concurrent Relationships. *Journal of Communication*, 64(4), 612–634. <http://doi.org/10.1111/jcom.12103>
- Gilligan, C. (1982). In a different voice: Psychological Theory and Women's Development. *Cambridge, MA: Harvard*, 1–11. Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:In+a+Different+Voice+Psychological+Theory+and+Women+'s+Development#4>
- Gómez, A., Brooks, M. L., Buhrmester, M. D., Vázquez, A., Jetten, J., & Swann, W. B. (2011). On the nature of identity fusion: insights into the construct and a new measure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(5), 918–933. <http://doi.org/10.1037/a0022642>
- Gómez, Á., Brooks, M. L., Buhrmester, M. D., Vázquez, A., Jetten, J., & Swann, W. B. (2011). On the nature of identity fusion: Insights into the construct and a new measure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(5), 918–933. <http://doi.org/10.1037/a0022642>
- Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. a. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(5), 1029–46. <http://doi.org/10.1037/a0015141>
- Graham, J., Nosek, B. a, Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the

moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(2), 366–385.

<http://doi.org/10.1097/00005053-199107000-00016>

Gray, K., Schein, C., & Ward, A. F. (2014). The Myth of Harmless Wrongs in Moral Cognition: Automatic Dyadic Completion From Sin to Suffering. *Journal of Experimental Psychology: General*, 143(4), 1600–1615. <http://doi.org/10.1037/a0036149>

Gray, K., & Wegner, D. M. (2009). Moral typecasting: Divergent perceptions of moral agents and moral patients. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(3), 505–520. <http://doi.org/10.1037/a0013748>

Gu, J., Zhong, C.-B., & Page-Gould, E. (2013). Listen to your heart: When false somatic feedback shapes moral behavior. *Journal of Experimental Psychology: General*, 142(2), 30–312. <http://doi.org/10.1037/a0029549>

Habermas, J. (1983). *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. (C. N. Coutinho, Trans.), 1976. São Paulo: Editora Brasiliense.

Habermas, J. (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. (G. A. Almeida, Trans.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman.

Han, H. (2015). Purpose as a moral virtue for flourishing. *Journal of Moral Education*, 44(3), 291–309. <http://doi.org/10.1080/03057240.2015.1040383>

Hannah, S. T., & Avolio, B. J. (2010). Moral potency: Building the capacity for character-based leadership. *Consulting Psychology Journal: Practice and Research*, 62(4), 291–310. <http://doi.org/10.1037/a0022283>

- Hardy, S. a, Walker, L. J., Olsen, J. a, Woodbury, R. D., & Hickman, J. R. (2014). Moral identity as moral ideal self: links to adolescent outcomes. *Developmental Psychology*, 50(1), 45–57. <http://doi.org/10.1037/a0033598>
- Harrison, K., & Boyd, T. (2003). *Understanding Politics : Understanding Political Ideas and Movements*. Manchester University Press.
- Hart, D., & Carlo, G. (2005). Moral Development in Adolescence. *Journal of Research on Adolescence*, 15(3), 223–233. <http://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2005.00094.x>
- Haste, H., & Hogan, A. (2006). Beyond conventional civic participation, beyond the moral-political divide: young people and contemporary debates about citizenship. *Journal of Moral Education*, 35(4), 473–493. <http://doi.org/10.1080/03057240601012238>
- Heiphetz, L., Spelke, E. S., Harris, P. L., & Banaji, M. R. (2012). The development of reasoning about beliefs: Fact, preference, and ideology. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(3), 559–565. <http://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.09.005>
- Holyoak, K. j., & Powell, D. (2016). Deontological Coherence: A Framework for Commonsense Moral Reasoning. *Psychological Bulletin*, 142(11), 1179–1203. <http://doi.org/https://dx.doi.org/10.1037/bul0000075>
- Horberg, E. J. ., Oveis, C., Keltner, D., & Cohen, A. B. (2009). Disgust and the moralization of purity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(6), 963–976. <http://doi.org/10.1037/a0017423>
- Hornsey, M. J., Blackwood, L., Louis, W., Fielding, K., Morton, T., O'Brien, A., ... White, K. M. (2006). Why Do People Engage in Collective Action ? Revisiting the Role of Perceived Effectiveness. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(7), 1701–1722.

- Iamanishi, H. A., Passarelli, V. L. S., & La Taille, Y. (2011). Moral no mundo adulto: a visão dos jovens sobre os adultos de hoje. *Educação E Pesquisa*, 37(4), 743–762.
- Inglehart, R., & Catterberg, G. (2002). Trends in Political Action : Post-Honeymoon Decline. *International Journal of Comparative Sociology*, 43(3–5), 300–316.
- Janoff-Bulman, Ronnie Sheikh, S., & Hepp, S. (2009). Proscriptive versus prescriptive morality: Two faces of moral regulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(3), 521–537. <http://doi.org/10.1037/a0013779>
- Janoff-Bulman, R. (2013). Meaning and Morality: a natural coupling. In *The Psychology of meaning* (pp. 191–213). Washington, DC, US: American Psychological Association. <http://doi.org/10.3366/cult.2012.0014>
- Janoff-Bulman, R. (2012). Conscience: The dos and don'ts of moral regulation. In *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 131–144). Washington, DC, US: American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/13091-007>
- Jennings, P. L., & Hannah, S. T. (2011). The moralities of obligation and aspiration: Towards a concept of exemplary military ethics and leadership. *Military Psychology*, 23(5), 550–571. <http://doi.org/10.1080/08995605.2011.600158>
- Jordan, J. (2007). Taking the first step toward a moral action: a review of moral sensitivity measurement across domains. *The Journal of Genetic Psychology*, 168(3), 323–359. <http://doi.org/10.3200/GNTP.168.3.323-360>
- Jost, J. T., & Amodio, D. M. (2012). Political ideology as motivated social cognition: Behavioral and neuroscientific evidence. *Motivation and Emotion*, 36(1), 55–64.

<http://doi.org/10.1007/s11031-011-9260-7>

Jost, J. T., Federico, C. M., & Napier, J. L. (2009). Political Ideology: Its Structure, Functions, and Elective Affinities. *Annual Review of Psychology*, 60(1), 307–337.
<http://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163600>

Jost, J. T., & Krochik, M. (2014). *Ideological Differences in Epistemic Motivation : Implications for Attitude Structure , Depth of Information Processing , Susceptibility to Persuasion , and Stereotyping.*

Jost, J. T., Nosek, B. A., & Gosling, S. D. (2008). Ideology: Its Resurgence in Social, Personality, and Political Psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 3(2), 126–136. <http://doi.org/10.1111/j.1745-6916.2008.00070.x>

Kalis, A. (2010). Improving moral judgments: Philosophical considerations. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 30(2), 94–108.
<http://doi.org/10.1037/a0020290>

Kant, I. (2007). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. (P. Quintela, Trans.), 1785.
Retrieved from http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=3996

Kelly, C., & Breinlinger, S. (1995). Identity and injustice: Exploring women's participation in collective action. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 5(1), 41–57.
<http://doi.org/10.1002/casp.2450050104>

Khan, S. S., Hopkins, N., Reicher, S., Tewari, S., Srinivasan, N., & Stevenson, C. (2015). How Collective Participation Impacts Social Identity: A Longitudinal Study from India. *Political Psychology*, 0(0), 1–17. <http://doi.org/10.1111/pops.12260>

Kish-Gephart, J. J., Harrison, D. A., & Treviño, L. K. (2010). Bad apples, bad cases, and bad

- barrels: Meta-analytic evidence about sources of unethical decisions at work. *Journal of Applied Psychology*, 95(1), 1–31. <http://doi.org/10.1037/a0017103>
- Klandermans, B. (2002). How Group Identification Helps to Overcome the Dilemma of Collective Action. *American Behavioral Scientist*, 45(5), 887–900.
- Klandermans, B., Sabucedo, J. M., Rodriguez, M., & Weerd, M. De. (2013a). Identity Process in Collective Action Participation: Farmers' Identity and Farmers' Protest in Netherlands and Spain. *Political Psychology*, 23(2), 235–251.
- Klandermans, B., van der Toorn, J., & van Stekelenburg, J. (2008). Embeddedness and Identity: How Immigrants Turn Grievances into Action. *American Sociological Review*, 73(6), 992–1012. <http://doi.org/10.1177/000312240807300606>
- Klandermans, P. G. (2014). Identity Politics and Politicized Identities: Identity Processes and the Dynamics of Protest. *Political Psychology*, 35(1), 1–22. <http://doi.org/10.1111/pops.12167>
- Klar, M., & Kasser, T. (2009). Some benefits of being an activist: Measuring activism and its role in psychological well-being. *Political Psychology*, 30(5), 755–777. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2009.00724.x>
- Kohlberg, L. (1976). Moral Stages and Moralization. *Moral Development and Behavior: Theory, Research and Social Issues*.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays on Moral Development. The Philosophy of Moral Development*. San Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on Moral Development. The Psychology of Moral Development: The Nature and Validity of Moral Stages*. San Francisco: Harper & Row.

- Kohlberg, L. (1984). *The Psychology of Moral Development. The Nature and Validity of Moral Stages* (Vol. II). San Francisco: Haper & Row.
- Kohlberg, L., & Candee, D. (1984). The Relationship of Moral Judgment to Moral Action. In *Essays on Moral Development: The Psychology of Moral Development* (pp. 498–581). New York: Haper & Row.
- Korostelina, K. V. (2007). Social Identity as social phenomenon and scientific concept. In K. Korostelina (Ed.), *Social Identity and Conflict: structures, dynamics and implications* (pp. 15–32). Palgrave Macmillan.
- Koven, N. S. (2011). Specificity of meta-emotion effects on moral decision-making. *Emotion*, 11(5), 1255–1261. <http://doi.org/10.1037/a0025616>
- Krick, A., Tresp, S., Vatter, M., Ludwig, A., Wihlenda, M., & Rettenberger, M. (2016). The Relationships Between the Dark Triad, the Moral Judgment Level, and the Students' Disciplinary Choice. *Journal of Individual Differences*, 37(1), 24–30. <http://doi.org/10.1027/1614-0001/a000184>
- Krista, B. (2012). *Predictors and Barriers of student activism*. University of California, Los Angeles.
- Kristjánsson, K. (2012). Virtue development and psychology's fear of normativity. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 32(2), 103–118. <http://doi.org/10.1037/a0026453>
- Kroh, M. (2007). Measuring left-right political orientation: The choice of response format. *Public Opinion Quarterly*, 71(2), 204–220. <http://doi.org/10.1093/poq/nfm009>
- Lakoff, G. (1996). *Moral Politics: what conservative knows that liberals don't*. Chicago:

University of Chicago Press.

Lammers, J., & Stapel, D. a. (2009). How power influences moral thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(2), 279–89. <http://doi.org/10.1037/a0015437>

Lapsley, D., & Carlo, G. (2014). Moral development at the crossroads: New trends and possible futures. *Developmental Psychology*, 50(1), 1–7.
<http://doi.org/10.1037/a0035225>

Leone, L., Livi, S., & Chirumbolo, A. (2016). Political involvement moderates the impact of worldviews and values on SDO and RWA. *European Journal of Social Psychology*, 46, 418–427. <http://doi.org/dx.doi.org/10.1002/ejsp.2170>

Lepre, R. M., & Martins, R. A. (2009). Raciocínio moral e uso abusivo de bebidas alcoólicas por adolescentes. *Paideia*, 19(42), 39–45.

Li, E. Y., Commons, M. L., Miller, J. G., Robbinet, T. L., Ost, C. M., & Ross, S. N. (2014). Relationship among measures within the social and moral development domain. *Behavioral Development Bulletin*, 19.

Louis, W. R., Amiot, C. E., Thomas, E. F., & Blackwood, L. (2016). The “Activist Identity” and Activism across Domains: A Multiple Identities Analysis. *Journal of Social Issues*, 72(2), 242–263. <http://doi.org/10.1111/josi.12165>

Loureiro, C. P., & Souza, D. H. (2013). A Relação entre Teoria da Mente e Desenvolvimento Moral em Crianças Pré-Escolares. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 23(54), 93–101.

Maeda, Y., Thoma, S. J., & Bebeau, M. J. (2009). Understanding the relationship between moral judgment development and individual characteristics: The role of educational contexts. *Journal of Educational Psychology*, 101(1), 233–247.

<http://doi.org/10.1037/a0013381>

Malin, H., Ballard, P. J., & Damon, W. (2013). Youth Civic Development & Education. In *Development & Education: A conference consensus report*.

Malin, H., Ballard, P. J., & Damon, W. (2015). Civic Purpose : An Integrated Construct for Understanding Civic Development in Adolescence. *Human Development*, 58, 103–130.
<http://doi.org/10.1159/000381655>

Malka, A., & Lelkes, Y. (2010). *More than Ideology: Conservative–Liberal Identity and Receptivity to Political Cues*. *Social Justice Research* (Vol. 23).
<http://doi.org/10.1007/s11211-010-0114-3>

Malti, T., & Keller, M. (2010). The development of moral emotions in a cultural context. In W. F. Arsenio & E. A. Lemerise (Eds.), *Emotions, aggression, and morality in children: Bridging development and psychopathology* (pp. 177–198). Washington, DC, US: American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/12129-009>

Mandela, N. (2010). *El largo camino hacia la libertad*. (A. Resines & H. Bevia, Trans.). Aguilar.

Manganelli, S., Lucidi, F., & Alivernini, F. (2014). Adolescents' expected civic participation: The role of civic knowledge and efficacy beliefs. *Journal of Adolescence*, 37(5), 632–641. <http://doi.org/10.1016/j.adolescence.2014.05.001>

Mannarini, T., & Talò, C. (2012). Explaining political and civic long-term engagement. Do group-based activities make a difference? *Psicología Política*, 45, 85–102.

Martin, J. L. (2015). What is ideology? *Sociologia, Problemas E Práticas*, (77), 9–31.
<http://doi.org/10.7458/SPP2015776220>

- Martins, A. (2014). Manifestações de junho de 2013: qual é o saldo dos protestos um ano depois? *UOL Vestibular*, 1–5. Retrieved from <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/manifestacoes-de-junho-de-2013-qual-e-o-saldo-dos-protestos-um-ano-depois.htm>
- Maxwell-Smith, M. A., & Esses, V. M. (2012). Assessing individual differences in the degree to which people are committed to following their beliefs. *Journal of Research in Personality*, 46(2), 195–209. <http://doi.org/10.1016/j.jrp.2012.01.009>
- McFarland, S., Webb, M., & Brown, D. (2012). All humanity is my ingroup: A measure and studies of identification with all humanity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(5), 830–853. <http://doi.org/10.1037/a0028724>
- Monte, F. F. C., & Sampaio, L. R. (2012). Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia Reflexão E Crítica*, 25(2), 368–377.
- Monte, F. F. C., Sampaio, L. R., Rosa Filho, J. S., & Barbosa, L. S. (2011). Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 125–134.
- Moscovici, S. (1988). *A invenção da sociedade: sociologia e psicologia*. (A. dos santos Carneiro, J. M. da Silva, L. Peretti, & M. L. Oleniki, Eds.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Moskalenko, S., & McCauley, C. (2009). Measuring Political Mobilization: The Distinction Between Activism and Radicalism. *Terrorism and Political Violence*, 21(2), 239–260. <http://doi.org/10.1080/09546550902765508>

- Mouratidou, K., Barkoukis, V., & Rizos, S. (2012). Achievement goals and moral competence in sport: Examining the moderating role of demographic characteristics. *European Psychologist*, 17(1), 34–43. <http://doi.org/10.1027/1016-9040/a000043>
- Muhlberger, P. (2000). Moral Reasoning Effects on Political Participation. *Political Psychology*, 21(4), 667–695. <http://doi.org/10.1111/0162-895X.00212>
- Müller, A., & Alencar, H. M. (2012). Educação moral: o aprender e o ensinar sobre justiça na escola. *Educação E Pesquisa*, 38(2), 453–468.
- Narvaez, D., Getz, I., Rest, J. R., & Thoma, S. J. (1999). Individual moral judgment and cultural ideologies. *Developmental Psychology*, 35(2), 478–88. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10082018>
- Narvaez, D., & Hill, P. L. (2010). The relation of multicultural experiences to moral judgment and mindsets. *Journal of Diversity in Higher Education*, 3(1), 43–55. <http://doi.org/10.1037/a0018780>
- Naso, R. C. (2012). When money and morality collide: White-collar crime and the paradox of integrity. *Psychoanalytic Psychology*, 29(2), 241–254.
- Navarick, D. J. (2013). Moral ambivalence: Modeling and measuring bivariate evaluative processes in moral judgment. *Review of General Psychology*, 17(4), 443–452. <http://doi.org/10.1037/a0034527>
- Neufeind, M., Jiranek, P., & Wehner, T. (2014). Beyond skills and structure: Justice dispositions as antecedents of young citizens' volunteering and political participation. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 24(4), 278–295. Retrieved from <http://search.proquest.com/psycinfo/docview/1611626008/114FEEA866394F4CPQ/1?ac>

countid=17253

Noriega, J. A. V., Camino, C., Formiga, N. S., Quijada, A. I. yanez, & Bautista, G. (2013).

Propiedades psicométricas de anomia , alienación y desarrollo moral en estudiantes de bachillerato. *Psico - USF*, 18(2), 231–240.

Olatunji, Bunmi, O., & Puncochar, B. D. (2014). Delineating the influence of emotions and reason on morality and punishment. *Review of General Psychology*, 3(18), 186–207.

Retrieved from <http://psycnet.apa.org/journals/gpr/18/3/186.pdf>

Omoto, A. M., Snyder, M., & Hackett, J. D. (2010). Personality and motivational antecedents of activism and civic engagement. *Journal of Personality*, 78(6), 1703–1734.

<http://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00667.x>

Onraet, E., van Hiel, A., & Cornelis, I. (2013). Threat and Right-Wing Attitudes: A Cross-National Approach. *Political Psychology*, 34(5), n/a-n/a.

<http://doi.org/10.1111/pops.12014>

Opp, K. D. (2001). Collective Political Action. *Analyse & Kritik*.

Opp, K. D. (2012). Collective identity, rationality and collective political action. *Rationality and Society*, 24(1), 73–105. <http://doi.org/10.1177/1043463111434697>

Passini, S., & Villano, P. (2013). Judging moral issues in a multicultural society: Moral reasoning and social dominance orientation. *Swiss Journal of Psychology*, 72(4), 235–239. <http://doi.org/10.1024/1421-0185/a000116>

Pearlman, L. A. (2012). Moral dimensions of trauma therapies. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 311–326). Washington, DC,

US: American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/13091-017>

Peterson, B., & Duncan, L. E. (1999). Generative concern, political commitment and charitable actions. *Journal of Adult Development*, 6(2), 105–118.
<http://doi.org/10.1023/A1021620824878>

Peterson, C., Park, N., & Seligman, M. E. P. (2005). Orientations to happiness and life satisfaction: The full life versus the empty life. *Journal of Happiness Studies*, 6(1), 25–41. <http://doi.org/10.1007/s10902-004-1278-z>

Peterson, C., Ruch, W., Beermann, U., Park, N., & Seligman, M. E. P. (2007). Strengths of character, orientations to happiness, and life satisfaction. *The Journal of Positive Psychology*, 2(3), 149–156. <http://doi.org/10.1080/17439760701228938>

Piaget, J. (1932). *O Juízo Moral na Criança*. (E. Lenardon, Trans.) (4^a). São Paulo: Summus.

Piaget, J. (1964). *Seis Estudos de Psicologia*. (Ma. A. M. D'Amorim & P. S. Li. Silva, Trans.) (24^a). Forense Universitária.

Piaget, J. (1965). *Sociological Studies*. (L. Smith, Ed., T. Brown, R. Campbell, N. Emler, M. Ferrari, R. Kitchener, W. Mays, ... L. Smith, Trans.). New York: Routledge.

Piaget, J. (1981). *Intelligence and Affectivity: Their Relationship During Child Development*. (T. A. Brown & C. E. Kaegi, Eds., T. Brown & C. E. Kaegi, Trans.). California: Annual Reviewa Monograph.

Piaget, J. (2014). *Relação entre a Afetividade e a Inteligência no Desenvolvimento Mental da Criança*. (J. P. Saltini, Cláudio & D. B. Cavenachi, Eds., C. J. P. Saltini & D. B. Cavenaghi, Trans.). Rio de Janeiro: Wak Editora.

Pilati, R., & Laros, J. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: conceitos e

- aplicações. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 23(2), 205–216. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v23n2/a11v23n2.pdf>
- Polli, G. M., Thielen, I. P., Hartmann, R. C., & Soares, D. P. (2010). Excesso de velocidade no trânsito: Análise sob a perspectiva da moralidade. *Psicologia Ciência E Profissão*, 30(1), 86–97. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a07.pdf>
- Ponton, R. F. (2015). Evaluating continuing professional education in ethics. *The Psychologist-Manager Journal*, 18(1), 12–30. <http://doi.org/10.1037/mgr0000026>
- Porter, T. J. (2013). Moral and political identity and civic involvement in adolescents. *Journal of Moral Education*, 42(2), 239–255. <http://doi.org/10.1080/03057240.2012.761133>
- Power, C. F., Higgins, A., & Kohlberg, L. (1989). *Lawrence Kohlberg's approach to moral education*. New York: Columbia University Press.
- Raaijmakers, Q. A. W., & Hoof, A. V. (2006). Does Moral Reasoning Represent Sociomoral Structure or Political Ideology? a Further Exploration of the Relations Between Moral Reasoning, Political Attitudes, Consistency of Moral Thought, and the Evaluation of Human Rights in Dutch Young Adults. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, 34(6), 617–638. <http://doi.org/10.2224/sbp.2006.34.6.617>
- Rai, T. S., & Fiske, A. P. (2011). Moral psychology is relationship regulation: Moral motives for unity, hierarchy, equality, and proportionality. *Psychological Review*, 118(1), 57–75. <http://doi.org/10.1037/a0021867>
- Rajulton, F., Ravanera, Z., & Beajout, R. (2007). Measuring social cohesion: an experiment using the canadian national survey of giving, volunteering and participating. *Social Indicators Research*, 80, 461–492.

- Rawls, J. (1995). *Liberalismo político*. (S. R. M. Báez, Trans.) (5^a). Mexico: Fundo de Cultura Económica.
- Raymundo, L. S., Felipe, M., & Kuhnen, A. (2014). Desenvolvimento moral: vertentes pró-social e pró-ambiental. *Fractal, Revista de Psicologia*, 26(1), 89–106.
- Razera, J. C. C. (2011). O desenvolvimento do educando como finalidade da educação: revisitando Kohlberg. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 193–196.
- Reifen Tagar, M., Morgan, G. S., Halperin, E., & Skitka, L. J. (2013). When ideology matters: Moral conviction and the association between ideology and policy preferences in the Israeli-Palestinian conflict. *European Journal of Social Psychology*, 44(2), 117–125. <http://doi.org/10.1002/ejsp.1993>
- Rest, J., Cooper, D., Coder, R., Masanz, J., & Anderson, D. (1974). Judging the important issues in moral dilemmas: An objective measure of development. *Developmental Psychology*, 10(4), 491–501. Retrieved from <http://psycnet.apa.org/journals/dev/10/4/491.pdf&productCode=pa>
- Rest, J., & Narvaez, D. (1991). The college experience and moral development. Retrieved from <http://psycnet.apa.org/psycinfo/1991-98694-022>
- Rest, J., Narvaez, D., Bebeau, M., & Thoma, S. (1999). A neo-Kohlbergian approach: The DIT and schema theory. *Educational Psychology Review*, 11(4), 291–324. Retrieved from <http://link.springer.com/article/10.1023/A:1022053215271>
- Rest, J. R. (1975). Longitudinal study of the Defining Issues Test of moral judgment: A strategy for analyzing developmental change. *Developmental Psychology*, 11(6), 738–748. <http://doi.org/10.1037//0012-1649.11.6.738>

- Rest, J. R., Narvaez, D., Thoma, S. J., & Bebeau, M. J. (1999). DIT2: Devising and testing a revised instrument of moral judgment. *Journal of Educational Psychology*, 91(4), 644–659. <http://doi.org/10.1037//0022-0663.91.4.644>
- Rest, J. R., Narvaez, D., Thoma, S. J., & Bebeau, M. J. (2000). A Neo-Kohlbergian Approach to Morality Research. *Journal of Moral Education*, 29(4), 381–395. <http://doi.org/10.1080/713679390>
- Rest, J., Thoma, S., & Edwards, L. (1997). Designing and validating a measure of moral judgment: Stage preference and stage consistency approaches. *Journal of Educational Psychology*, 89(1), 5–28. Retrieved from <http://psycnet.apa.org/journals/edu/89/1/5/>
- Rest, J., Thoma, S. J., Narvaez, D., & Bebeau, M. J. (1997). Alchemy and beyond: Indexing the Defining Issues Test. *Journal of Educational Psychology*, 89(3), 498–507. <http://doi.org/10.1037//0022-0663.89.3.498>
- Reynolds, S. J., Leavitt, K., & DeCelles, K. A. (2010). Automatic ethics: The effects of implicit assumptions and contextual cues on moral behavior. *Journal of Applied Psychology*, 95(4), 752–760. <http://doi.org/10.1037/a0019411>
- Rodrigues, A. (1991). *Psicologia Social*. 1972 (13^a). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Roets, A., Cornelis, I., & Van Hiel, A. (2014). Openness as a predictor of political orientation and conventional and unconventional political activism in Western and Eastern Europe. *Journal of Personality Assessment*, 96(1), 53–63. <http://doi.org/10.1080/00223891.2013.809354>
- Rosenberg, S. (1988). *Reason, Ideology and Politics*. Abingdon, Oxon: Polity Press.

- Ruch, W., Harzer, C., Proyer, R., Park, N., & Peterson, C. (2010). Ways to happiness in German-Speaking countries the adaptation of the german version of the orientations to happiness questionnaire in Paper-Pencil and internet samples. *European Journal of Psychological Assessment*, 26(3), 227–234. <http://doi.org/10.1027/1015-5759/a000030>
- Russell, P. S., & Giner-Sorolla, R. (2011). Social justifications for moral emotions: When reasons for disgust are less elaborated than for anger. *Emotion*, 11(3), 637–646. <http://doi.org/10.1037/a0022600>
- Sabucedo, J. M. (1996). *Psicología Política*. Madrid-España: Síntesis.
- Sabucedo, J. M., & Arce, C. (1991). Types of political participation. a multidimensional analysis. *European Journal of Political Research*, 20(1), 93–102.
- Sabucedo, J. M., Durán, M., & Alzate, M. (2010). Identidad colectiva movilizada. *Revista de Psicología Social*, 25(2), 189–201. <http://doi.org/10.1174/021347410791063822>
- Sabucedo, J. M., Durán, M., Alzate, M., & Barreto, I. (2011). Emotions, ideology and collective political action. *Universitas Psychologica*, 10(1), 27–34.
- Saeri, A. K., Iyer, A., & Louis, W. R. (2015). Right-Wing Authoritarianism and Social Dominance Orientation Predict Outsiders' Responses to an External Group Conflict: Implications for Identification, Anger, and Collective Action. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 15(1), n/a-n/a. <http://doi.org/10.1111/asap.12081>
- Schwarzman, J. (2008a). *Ideology and Politics*. London: SAGE Publications.
- Schwarzman, J. (2008b). The Challenge of New Ideologies. In *Ideology and politics*.
- Seiler, S., Fischer, A., & Ooi, Y. P. (2010). An interactional dual-process model of moral decision making to guide military training. *Military Psychology*, 22(4), 490–509.

<http://doi.org/10.1080/08995605.2010.513270>

Selinger, M. (1976). *Ideology and Politics*. Allen & Unwin.

Selman, R. (1976). Social-cognitive understanding: A guide to educational and clinical practice.

Sheikh, S., & Janoff-Bulman, R. (2013). Paradoxical consequences of prohibitions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 105(2), 301–315. <http://doi.org/10.1037/a0032278>

Shu, L. L., & Gino, F. (2012). Sweeping dishonesty under the rug: How unethical actions lead to forgetting of moral rules. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102(6). <http://doi.org/10.1037/a0028381>

Shulman, Elizabeth P. Cauffman, E., Piquero, A. R., & Fagan, J. (2011). Moral disengagement among serious juvenile offenders: A longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. *Developmental Psychology*, 47(6), 1619–1632. <http://doi.org/10.1037/a0025404>

Simi, P., Futrell, R., & Bubolz, B. F. (2016). Parenting as Activism: Identity Alignment and Activist Persistence in the White Power Movement. *Sociological Quarterly*, 57(3), 491–519. <http://doi.org/10.1111/tsq.12144>

Simon, B., & Grabow, O. (2010). The Politicization of Migrants: Further Evidence that Politicized Collective Identity is a Dual Identity. *Political Psychology*, 31(5), 717–738. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00782.x>

Simon, B., & Klandermans, B. (2001). Politicized collective identity: A social psychological analysis. *American Psychologist*, 56, 319–331. <http://doi.org/10.1037/0003-066X.56.4.319>

- Skitka, L. J. (2002). Do the Means Always Justify the Ends, or Do the Ends Sometimes Justify the Means? A Value Protection Model of Justice Reasoning. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(5), 588–597. <http://doi.org/10.1177/0146167202288003>
- Skitka, L. J. (2012). Moral convictions and moral courage: Common denominators of good and evil. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 349–365). Washington, DC, US. <http://doi.org/10.1037/13091-019>
- Skitka, L. J., & Bauman, C. W. (2008). Moral Conviction and Political Engagement. *Political Psychology*, 29(1), 29–54.
- Skitka, L. J., Bauman, C. W., & Lytle, B. L. (2009). Limits on legitimacy: Moral and religious convictions as constraints on deference to authority. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(4), 567–578. <http://doi.org/10.1037/a0015998>
- Skoe, E. E. A. (2014). Measuring care-based moral development: The ethic of care interview, 19(1982).
- Smetana, J. G., Jambon, M., Conry-Murray, C., & Sturge-Apple, M. L. (2012). Reciprocal associations between young children's developing moral judgments and theory of mind. *Developmental Psychology*, 48(4), 1144–1155. <http://doi.org/10.1037/a0025891>
- Snarey, J. R., Reimer, J., & Kohlberg, L. (1985). Development of social-moral reasoning among Kibbutz adolescents: A longitudinal cross-cultural study. *Developmental Psychology*, 21(1), 3–17. <http://doi.org/10.1037//0012-1649.21.1.3>
- Snarey, J., Reimer, J., & Kohlberg, L. (1985). The kibbutz as a model for moral education: A longitudinal cross-cultural study. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 6(2–3),

- 151–172. [http://doi.org/10.1016/0193-3973\(85\)90057-7](http://doi.org/10.1016/0193-3973(85)90057-7)
- Souza, L. L. D., & Vasconcelos, M. S. (2009). Juízo e ação moral: desafios teóricos em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 343–352.
- Staub, E. (2012). Psychology and morality in genocide and violent conflict: Perpetrators, passive bystanders, and rescuers. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (pp. 381–398). Washington, DC, US: American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/13091-021>
- Stockemer, D. (2014). What drives unconventional political participation? A two level study. *The Social Science Journal*, 51(2), 201–211. <http://doi.org/10.1016/j.soscij.2013.10.012>
- Stürmer, S., & Simon, B. (2009). Pathways to collective protest: Calculation, identification, or emotion? A critical analysis of the role of group-based anger in social movement participation. *Journal of Social Issues*, 65(4), 681–705. <http://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2009.01620.x>
- Stürmer, S., & Simon, B. (2004). The role of collective identification in social movement participation: a panel study in the context of the German gay movement. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30(3), 263–277. <http://doi.org/10.1177/0146167203256690>
- Stürmer, S., Simon, B., Loewy, M., & Jorger, H. (2003). The Dual-Pathway Model of Social Movement Participation: The Case of the Fat Acceptance Movement. *Social Psychology Quarterly*, 66(1), 71. <http://doi.org/10.2307/3090142>
- Sukhov, M. J. (2007). *Political Activism and Deferred Agency*. New York. University of New York.

- Sverdlik, N., Roccas, S., & Sagiv, L. (2012). Morality across cultures: A values perspective. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil. Herzliya series on personality and social psychology* (p. 219+235). Washington, DC, US: American Psychological Association.
<http://doi.org/10.1037/13091-012>
- Swank, E. W. (2012). Predictors of political activism among social work students. *Journal of Social Work Education*, 48(2), 245–266. <http://doi.org/10.5175/JSWE.2012.200900111>
- Swann, W. B., Jetten, J., Gómez, Á., Whitehouse, H., & Bastian, B. (2012). When group membership gets personal: A theory of identity fusion. *Psychological Review*, 119(3), 441–456. <http://doi.org/10.1037/a0028589>
- Swann, W. B., Gómez, Á., Buhrmester, Michael D. López-Rodríguez, Lucía Jiménez, J., & Vázquez, A. (2014). Contemplating the ultimate sacrifice: Identity fusion channels pro-group affect, cognition, and moral decision making. *Journal of Personality and Social Psychology*, 106(5), 713–727. <http://doi.org/10.1037/a0035809>
- Swedlow, B. (2008). Beyond liberal and conservative: Two-dimensional conceptions of ideology and the structure of political attitudes and values. *Journal of Political Ideologies*, 13(June), 157–180. <http://doi.org/10.1080/13569310802075969>
- Tajfel, H. (1979). Individuals and groups in social psychology. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 18(2), 183–190. <http://doi.org/10.1111/j.2044-8260.1979.tb00324.x>
- Tajfel, H. (1982). Social Psychology of Intergroup Relations. *Annual Review of Psychology*, 26(2000), 1–39. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1146/annurev.ps.33.020182.000245>
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social Categorization and

Intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149–178.

Tajfel, H., & Turner, J. (1986a). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. In *The social psychology of intergroup relations* (pp. 7–24). Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=psych&AN=2001-01466-005&site=ehost-live>

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986b). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (Vol. 2nd ed., pp. 7–24). Chicago: Nelson Hall. <http://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2007.00066.x>

Talo, C., & Mannarini, T. (2015). Measuring Participation: Development and Validation the Participatory Behaviors Scale. *Social Indicators Research*, 123(3), 799–816. <http://doi.org/10.1007/s11205-014-0761-0>

Tamborini, R. (2011). Moral intuition and media entertainment. *Journal of Media Psychology: Theories, Methods, and Applications*, 23(1), 39–45. <http://doi.org/10.1027/1864-1105/a000031>

Thoma, S., Barnett, R., Rest, J., & Narvaez, D. (1999). What does the DIT measure? *British Journal of Social Psychology*, 38(1), 103–111. <http://doi.org/10.1348/014466699164068>

Thoma, S. J., & Dong, Y. (2014). The Defining Issues Test of moral judgment development. *Behavioral Development Bulletin*, 19(3), 55–61.

Thoma, S. J., Rest, J. R., & Davison, M. L. (1991). Describing and testing a moderator of the moral judgment and action relationship. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(4), 659–69. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1960657>

Thoma, S., Rest, J., & Barentt, R. (1986). Moral Judgment, Behavior, Decision Making and

- Attitudes. In J. Rest, R. Barnett, M. Bebeau, D. Deemer, I. Getz, Y. L. Moon, ... J. Volker (Eds.), *Moral Development: Advances in Research and Theory* (pp. 133–175). New York: Praeger Publication.
- Thomas, E. F., & Louis, W. R. (2013). Doing democracy: The social psychological mobilization and consequences of collective action. *Social Issues and Policy Review*, 7(1), 173–200. <http://doi.org/10.1111/j.1751-2409.2012.01047.x>
- Thomas, E. F., McGarty, C., & Mavor, K. I. (2009). Aligning Identities, Emotions, and Beliefs to Create Commitment to Sustainable Social and Political Action. *Personality and Social Psychology Review*, 13(3), 194–218. <http://doi.org/10.1177/1088868309341563>
- Thompson, R. A., & Newton, E. K. (2010). Emotion in early conscience. In W. F. Arsenio & E. A. Lemerise (Eds.), *Emotions, aggression, and morality in children: Bridging development and psychopathology* (pp. 13–31). Washington, DC, US: American Psychological Association. <http://doi.org/10.1037/12129-001>
- Torres, C. V., & Neiva, E. R. (2011). *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. (C. V. Torres & E. R. Neiva, Eds.). Porto Alegre: Artmed.
- Trujillo, H. M., & Moyano, M. (2016). Psychometric properties of the Spanish version of the Scale of Intent Activism and Radicalism / Propiedades psicométricas de la versión española de la Escala de Intención de Activismo y Radicalismo. *International Journal of Social Psychology / Revista de Psicología Social*, 4748(February). <http://doi.org/10.1080/02134748.2015.1101317>
- Tuladhar, C. T., & Commons, M. L. (2014). Correspondence between some life-span, stage theory developmental sequences of stages and levels. *Behavioral Development Bulletin*,

19(1969).

Turiel, E. (1997). Beyond particular and universal ways: Contexts for morality. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1997(76), 87–105.
<http://doi.org/10.1002/cd.23219977608>

Turiel, E. (2002). *The Culture of Morality : Social Development, Context, and Conflict*.
Cambridge University Press.

Turner-Zwinkels, F. M., Postmes, T., & van Zomeren, M. (2015). Developing critical awareness: The consequences of action and reflection for perceptions of group injustices. *Journal of Applied Social Psychology*, 46(3), 143–157. <http://doi.org/10.1111/jasp.12351>

Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 5(1), 5–34.
<http://doi.org/10.1002/ejsp.2420050102>

Turner, J. C., Brown, R. J., & Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favoritism. *European Journal of Social Psychology*, 9, 187–204.

Tybur, J. M., Lieberman, D., & Griskevicius, V. (2009). Microbes, mating, and morality: Individual differences in three functional domains of disgust. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(1), 102–122. <http://doi.org/10.1037/a0015474>

Tyler, T. R. (2000). Social Justice : Outcome and Procedure. *International Journal of Psychology*, 35(2), 117–126.

van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. SAGE Publications.

van Goethem, A. A. J., van Hoof, A., van Aken, M. A. G., Raaijmakers, Q. a W., Boom, J., & de Castro, B. O. (2012). The role of adolescents' morality and identity in volunteering.

- Age and gender differences in a process model. *Journal of Adolescence*, 35(3), 509–20. <http://doi.org/10.1016/j.adolescence.2011.08.012>
- van Goethem, A. A. J., Van Hoof, A., Van Aken, M. A. G., Raaijmakers, Q. a W., Boom, J., & De Castro, B. O. (2012). The role of adolescents' morality and identity in volunteering. Age and gender differences in a process model. *Journal of Adolescence*, 35(3), 509–520. <http://doi.org/10.1016/j.adolescence.2011.08.012>
- van Oudenhoven, J. P., de Raad, B., Carmona, C., Helbig, A. K., & van der Linden, M. (2012). Are virtues shaped by national cultures or religions? *Swiss Journal of Psychology*, 71(1), 29–34. <http://doi.org/10.1024/1421-0185/a000068>
- van Stekelenburg, J. (2006). *Promoting or Preventing Social Change : Instrumentality, identity, ideology and group-based anger as motives of protest participation*. Retrieved from <http://dare.ubvu.vu.nl/handle/1871/9815>
- van Stekelenburg, J. (2013). The political psychology of protest: Sacrificing for a cause. *European Psychologist*, 18(4), 224–234. <http://doi.org/10.1027/1016-9040/a000156>
- van Stekelenburg, J., & Klandermans, B. (2013). The social psychology of protest. *Current Sociology*, 61(5–6), 886–905. <http://doi.org/10.1177/0011392113479314>
- Van Stekelenburg, J., Klandermans, B., & van Dijk, W. W. (2009). Context matters: Explaining how and why mobilizing context influences motivational dynamics. *Journal of Social Issues*, 65(4), 815–838. <http://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2009.01626.x>
- van Zomeren, M. (2015a). Collective action as relational interaction: A new relational hypothesis on how non-activists become activists. *New Ideas in Psychology*, 39(March), 1–11. <http://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2015.04.001>

- van Zomeren, M. (2015b). Psychological processes in social action. *APA Handbook of Personality and Social Psychology*, 2, 507–533.
- van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: a quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134(4), 504–535. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.134.4.504>
- van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2012). On conviction's collective consequences: Integrating moral conviction with the social identity model of collective action. *British Journal of Social Psychology*, 51(1), 52–71. <http://doi.org/10.1111/j.2044-8309.2010.02000.x>
- van Zomeren, M., Postmes, T., Spears, R., & Bettache, K. (2011). Can moral convictions motivate the advantaged to challenge social inequality?: Extending the social identity model of collective action. *Group Processes & Intergroup Relations*, 14(5), 735–753. <http://doi.org/10.1177/1368430210395637>
- van Zomeren, M., Spears, R., Fischer, A. H., & Leach, C. W. (2004). Put your money where your mouth is! Explaining collective action tendencies through group-based anger and group efficacy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87(5), 649–664. <http://doi.org/10.1037/0022-3514.87.5.649>
- Vecchione, M., Schwartz, S. H., Caprara, G. V., Schoen, H., Cieciuch, J., Silvester, J., ... Alessandri, G. (2015). Personal values and political activism: A cross-national study. *British Journal of Psychology*, 106(1), 84–106. <http://doi.org/10.1111/bjop.12067>
- Velasquez, A., & LaRose, R. (2015). Youth collective activism through social media: The role of collective efficacy. *New Media & Society*, 17(6), 899–918.

<http://doi.org/10.1177/1461444813518391>

Velho, M. T. A. C., Quintana, A. M., & Rossi, A. G. (2014). Adolescência, autonomia e pesquisa em seres humanos. *Revista de Bioética*, 22(1), 76–84.

Vilas, X., & Sabucedo, J.-M. (2012). Moral obligation: A forgotten dimension in the analysis of collective action. *Revista de Psicología Social*, 27(3), 369–375.

<http://doi.org/10.1174/021347412802845577>

Walker, L. J., Frimer, J. a, & Dunlop, W. L. (2012). Paradigm Assumptions About Moral Behavior: An Empirical Battle Royal. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *The Social Psychology of Morality: Exploring the Cause of Good and Evil* (pp. 275–292). Washington, DC, US: American Psychological Association.

<http://doi.org/10.1037/13091-015>

Wenzel, M. (2000). Justice and Identity: The Significance of Inclusion for Perceptions of Entitlement and the Justice Motive. *Personality and Social Psychological Bulletin*, 26(2), 157–176.

Winterich, K. P., Aquino, K., Mittal, V., & Swartz, R. (2013). When moral identity symbolization motivates prosocial behavior: the role of recognition and moral identity internalization. *The Journal of Applied Psychology*, 98(5), 759–770.

<http://doi.org/10.1037/a0033177>

Wittmann-Vieira, R., & Goldim, J. R. (2012). Bioética e cuidados paliativos: tomada de decisões e qualidade de vida. *Acta Paulista de Enfermagem*, 25(3), 334–339.

Yamamoto, M., Kushin, M. J., & Dalisay, F. (2015). Social media and mobiles as political mobilization forces for young adults: Examining the moderating role of online political

expression in political participation. *New Media & Society*, 17(6), 880–898.

<http://doi.org/10.1177/1461444813518390>

Young, L., Koenigs, M., Kruepke, M., & Newman, J. P. (2012). Psychopathy increases perceived moral permissibility of accidents. *Journal of Abnormal Psychology*, 121(3), 659–667. <http://doi.org/10.1037/a0027489>



APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO DE OPINIÕES SOCIAIS – DIT
João e o Remédio

Num país da Europa, havia uma mulher que estava quase à morte porque sofria de câncer. Existia só um remédio que podia salvá-la, tendo sido inventado recentemente por um farmacêutico local. Mas saía um tanto caro para fazer esse medicamento, além disso, o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que lhe custava. João o marido daquela mulher doente, tomou dinheiro emprestado para comprar o remédio, mas só conseguiu a metade. Pediu abatimento ou que lhe deixasse pagar mais tarde, pois sua mulher precisava mesmo do remédio, mas o farmacêutico disse que não vendia por menos, nem vendia fiado, pois queria ganhar dinheiro. Então, João Ficou desesperado e começou a pensar em arrombar a farmácia e roubar o remédio para sua esposa.

- João deveria roubar aquele remédio? () Sim () Não () Não Sei

	Grau de Importância				
	Máxima	Grande	Média	Pequena	Nenhuma
1. As leis da sociedade devem ser obedecidas.					
2. É natural que um marido amoroso chegue a roubar para atender a sua esposa.					
3. João deveria pensar que manter sua esposa viva seria útil para ele.					
4. João deve considerar que é importante a dualidade da vida.					
5. João deveria pensar em beneficiar alguém que ele gosta.					
6. Os direitos do farmacêutico, quanto ao seu invento, devem ser respeitados.					
7. A essência de viver, conta tanto individualmente como socialmente, quanto o destino de morrer.					
8. Nas relações sociais, as pessoas devem se regular por princípios.					
9. O farmacêutico está se valendo de uma lei inútil, que só protege os ricos.					
10. A lei, neste caso, atrapalha a mais profunda aspiração de qualquer membro da sociedade.					
11. A atitude do farmacêutico é mesquinha e cruel.					
12. Roubar, num caso como este, traria benefícios para a sociedade inteira.					

- Da lista das 12 questões escolha as 4 mais importantes:

- A 1ª questão mais importante: _____
- A 2ª questão mais importante: _____
- A 3ª questão mais importante: _____
- A 4ª questão mais importante: _____

O Prisioneiro Foragido

Um homem foi condenado à prisão por 10 anos. Depois de um ano, porém, ele fugiu da cadeia, mudou-se para uma região nova do País, e tomou o nome de Andrade. Durante oito anos ele trabalhou duro, tanto que conseguiu economizar dinheiro suficiente para ter seu próprio negócio. Ele era muito gentil com seus fregueses, pagava altos salários aos seus empregados e dava muito dos seus lucros pessoais para obras de caridade. Um certo dia, dona Cida, uma velha vizinha, reconheceu-o como o homem que tinha fugido da prisão, e a quem a polícia estava procurando.

- Dona Cida deveria entregar o Sr. Andrade polícia? () Sim () Não () Não Sei

	Grau de Importância				
	Máxima	Grande	Média	Pequena	Nenhuma
1. Oito anos não são suficientes para provar que o Sr. Andrade é uma boa pessoa.					
2. O não cumprimento de uma lei estimula a desobediência dos sistemas legais.					
3. Melhor seria uma sociedade sem leis, sem a opressão dos sistemas legais.					
4. O Sr. Andrade deve cumprir o que determina a lei.					
5. As ações devem ser julgadas a partir de princípios universais de justiça.					
6. Não é vantagem fazer prisões isoladas quando se trata de um homem caridoso.					
7. Só uma pessoa cruel e sem coração denunciaria o Sr. Andrade.					
8. O correto seria que Dona Cida se comportasse com base no que dita a lei.					
9. Dona Cida deve pensar na sua amizade com o Sr. Andrade.					
10. Um cidadão tem obrigação de entregar um criminoso foragido, não importando as circunstâncias.					
11. Decisões deste tipo devem ser tomadas considerando-se o bem comum.					
12. O cumprimento de uma lei deve estar subordinado aos interesses e necessidades sociais.					

- Da lista das 12 questões escolha as 4 mais importantes:

- A 1ª questão mais importante: _____
- A 2ª questão mais importante: _____
- A 3ª questão mais importante: _____
- A 4ª questão mais importante: _____

ESCALA DE IDEOLOGIA POLÍTICA

Abaixo você encontra algumas afirmativas de caráter social. Por favor, indique, de acordo com a escala apresentada, o quanto você concorda com cada uma delas.

1	2	3	4	5	
Discordo Completamente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Completamente	
1.O governo deve distribuir renda para o benefício daquelas pessoas que mais necessitam.	1	2	3	4	5
2.Os benefícios dos grandes empresários vem às custas dos trabalhadores.	1	2	3	4	5
3. Os trabalhadores não recebem uma parte justa da riqueza da nação.	1	2	3	4	5
4. Há uma lei para os ricos e outra para os pobres.	1	2	3	4	5
5. Os gerentes sempre tentam ter os melhores empregados.	1	2	3	4	5
6.Os jovens não têm o devido respeito pelos valores tradicionais.	1	2	3	4	5
7. Para alguns crimes, a pena de morte é a sentença mais apropriada.	1	2	3	4	5
8. As escolas devem ensinar as crianças a obedecerem à autoridade.	1	2	3	4	5
9. A lei deve ser sempre obedecida, ainda que não pareça justa.	1	2	3	4	5
10. A censura de filmes e revistas é necessária para manter os padrões morais.	1	2	3	4	5
11. As pessoas que violam a lei devem receber sentenças duras.	1	2	3	4	5
12. O estado de bem-estar leva as pessoas a cuidarem menos umas das outras.	1	2	3	4	5

ESCALA DE IDENTIDAD SOCIAL

As informações abaixo podem caracterizar a forma como você se percebe na sociedade. Por favor, indique, de acordo com a escala apresentada, seu nível de concordância com cada uma destas informações.

1		2		3		4		5		6		7		
Discordo Completamente		Discordo Bastante		Discordo		Nem discordo nem concordo		Concordo		Concordo Bastante		Concordo Completamente		
1. Vejo a mim mesmo como uma pessoa que sofre injustiças.								1	2	3	4	5	6	7
2. Me identifico com pessoas que sofrem injustiças na sociedade.								1	2	3	4	5	6	7
3.Tengo vínculos fortes com o grupo de pessoas que sofre injustiças na sociedade.								1	2	3	4	5	6	7
4. Sinto orgulho dos grupos de pessoas que sofrem injustiças e que lutam por seus direitos.								1	2	3	4	5	6	7

ESCALA DE PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA SOCIAL

Tendo em consideração as ações que podem ser adotadas pelo governo e que afetam você e outras pessoas na sociedade, o quanto você diria que elas são justas?

1	2	3	4	5
Discordo completamente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Completamente

1. O governo garante que eu tenha aquilo que eu mereço.	1	2	3	4	5
2. Os resultados da decisão do governo são justas para mim.	1	2	3	4	5
3. O governo me trata de modo justo.	1	2	3	4	5
4. O governo respeita pessoas como eu.	1	2	3	4	5
5. O governo faz de tudo para que as pessoas do meu grupo, que estão vivendo uma situação de desigualdade tenham aquilo que merecem.	1	2	3	4	5
6. Os resultados das decisões do governo geralmente são justas com as pessoas do meu grupo e que estão vivendo uma situação de desigualdade.	1	2	3	4	5
7. O governo trata as pessoas do meu grupo, que estão vivendo uma situação de desigualdade, de forma justa.	1	2	3	4	5
8. O governo respeita as pessoas do meu grupo que estão vivendo uma situação de desigualdade.	1	2	3	4	5

ESCALA DE SALIÊNCIA POLITICA PESSOAL

Abaixo você encontra algumas situações que estão presentes em diferentes sociedades. Por favor, avalie cada uma delas de acordo com o significado que elas possuem (ou que possuíram) para você. Ou seja, indique o quanto você sentiu (ou sente) que estas situações afetaram (ou afetam) sua vida ou que refletem seus valores ou preocupações.

1	2	3
Nenhum significado pessoal	Pouco significado pessoal	Muito Significado pessoal

1. Os atentados terroristas.	1	2	3
2. O preconceito racial.	1	2	3
3. A desigualdade de gênero.	1	2	3
4. A situação dos imigrantes.	1	2	3
5. Pobreza.	1	2	3
6. Os problemas ambientais (desmatamento, poluição, aquecimento global).	1	2	3
7. Violência.	1	2	3

ESCALA DE ATIVISMO/RADICALISMO

A seguir são apresentadas algumas afirmativas sobre ações que podem ser realizadas na luta por direitos sociais. Por favor, pense em um grupo social do qual você faz parte, ou com o qual você se identifica, e indique, de acordo com a escala apresentada, o quanto você concorda com cada uma destas afirmativas.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Completamente	Discordo Bastante	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Completamente

1. Me uniria a uma organização que luta pelos direitos políticos e legais do meu grupo.	1	2	3	4	5	6	7
2. Daria dinheiro para uma organização que luta pelos direitos políticos e legais do meu grupo.	1	2	3	4	5	6	7
3. Trabalharia como voluntário em uma organização que luta pelos direitos políticos e legais do meu grupo (por exemplo, escrevendo petições, distribuindo propaganda, recrutando pessoas etc.).	1	2	3	4	5	6	7
4. Viajaria durante uma hora para participar de uma manifestação ou protesto de apoio a meu grupo.	1	2	3	4	5	6	7
5. Seguiria apoiando uma organização que luta pelos direitos políticos e legais do meu grupo, inclusive se às vezes ela violasse a lei.	1	2	3	4	5	6	7
6. Seguiria apoiando uma organização que luta pelos direitos políticos e legais do meu grupo, inclusive se às vezes ela utiliza de violência.	1	2	3	4	5	6	7
7. Participaria de um protesto contra a opressão a meu grupo, inclusive se pensasse que o protesto poderia se tornar violento.	1	2	3	4	5	6	7
8. Atacaria a polícia ou outras forças de segurança, se visse que eles estivessem sendo violentos com os membros do meu grupo.	1	2	3	4	5	6	7

ESCALA DE PERCEPÇÃO DE EFICÁCIA

Agora, pense sobre as ações que você adota na sociedade e indique-nos, de acordo com a escala apresentada, em que medida você acredita que estas ações podem ser efetivas para:

- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
Resultado indesejado			Sem impacto			Efetiva

1. Influenciar os líderes do governo na elaboração de políticas públicas.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
2. influenciar a opinião pública.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
3. Construir um movimento de oposição	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
4. Expressar seus valores.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3

ESCALA DE IDENTIDADE ATIVISTA E COMPROMETIMENTO

A seguir há algumas afirmativas que podem caracterizar o modo como você pensa sobre si mesmo e algumas ações que você pode adotar em seu cotidiano. Por favor, indique, de acordo com a escala apresentada, seu grau de concordância com cada uma destas afirmativas.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Completamente	Discordo Bastante	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Completamente

1. Ser um ativista é central para a definição que tenho de mim mesmo.	1	2	3	4	5	6	7
2. Estou verdadeiramente comprometido com o ativismo.	1	2	3	4	5	6	7
3. Eu me identifico como um ativista.	1	2	3	4	5	6	7
4. Busco o tempo para o ativismo, inclusive quando estou ocupado.	1	2	3	4	5	6	7
5. As pessoas que me conhecem bem, diriam que sou um ativista.	1	2	3	4	5	6	7
6. Deixo de fazer outras coisas para dedicar meu tempo ao ativismo.	1	2	3	4	5	6	7
7. Ser um ativista é uma característica importante de quem sou.	1	2	3	4	5	6	7
8. Uso o tempo que necessito para me comprometer com o ativismo.	1	2	3	4	5	6	7

ESCALA DE SIGNIFICADO DA VIDA

Abaixo são apresentadas algumas afirmativas que se referem sobre como você pode se sentir com relação às coisas que acontecem na sua vida. Leia cada uma destas afirmações e decida em que medida você concorda ou discorda delas. Tente responder cada afirmação de acordo com seus próprios sentimentos sobre como as coisas estão realmente acontecendo ao invés de pensar como você gostaria que as coisas acontecessem.

1	2	3	4	5
Discordo Completamente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Completamente

1. Minha vida serve a um propósito elevado.	1	2	3	4	5
2. Eu escolho o que faço, eu sempre levo em consideração se isso irá beneficiar outras pessoas.	1	2	3	4	5
3. Eu tenho a responsabilidade de fazer do mundo um lugar melhor.	1	2	3	4	5
4. Minha vida tem um significado duradouro.	1	2	3	4	5
5. O que eu faço importa para a sociedade.	1	2	3	4	5
6. Eu tenho gastado tempo pensando sobre o que a vida significa e sobre como eu me encaixo nela.	1	2	3	4	5

QUESTIONÁRIO BIODEMOGRÁFICO

1. Sexo: Feminino () Masculino ()

2. Idade: _____

3. Escolaridade

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Mestrado Incompleto

() Mestrado Completo

() Doutorado Incompleto

() Doutorado Completo



APÊNDICE B

Análises de correlação e de regressões lineares hierárquicas e simples para os dados dos jovens brasileiros com Julgamento Moral Convencional

Aqui são apresentados os resultados das análises de correlação e de regressões lineares hierárquicas e simples para os dados dos jovens brasileiros com julgamento moral convencional. As análises de correlação foram realizadas com um caráter exploratório e tiveram o objetivo de verificar a qualidade das associações entre as variáveis estipuladas para o modelo de ação política com base nesse tipo de julgamento moral. As análises de regressão hierárquicas foram realizadas com o objetivo de conhecer o poder de predição das variáveis cognitivo-ideológicas (ideologia política, percepção de justiça e identidade social) e cognitivo-atitudinais (identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal, percepção de eficácia) sobre o ativismo e o radicalismo político.

Na Tabela B1 são apresentados os índices de correlação de Pearson para todas as variáveis presentes no modelo. As demais tabelas deste apêndice apresentam os coeficientes de determinação e de regressão obtidos por meio das análises de regressão hierárquicas. Ao final deste apêndice, encontram-se os resultados das análises de regressão linear simples.

Tabela B1.

Coefficientes de Correlação de Pearson para as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Convencional

		JMC	IPI	IPC	IS	PJS	IAC	AP	RP	SPP	PE	PV
IPI	<i>r</i>	.25*	1									
	<i>p</i>	.015										
	<i>d</i>	0.52										
IPC	<i>r</i>	.47**	.002	1								
	<i>p</i>	.001	.981									
	<i>d</i>	1.06	-									
IS	<i>r</i>	-.060	.39**	-.321**	1							
	<i>p</i>	.569	.001	.002								
	<i>d</i>	-	0.84	0.67								
PJS	<i>r</i>	.27**	-.02	.210*	-.21*	1						
	<i>p</i>	.009	.805	.044	.045							
	<i>d</i>	0.55	-	.42	0.42							
IAC	<i>r</i>	.04	.37**	-.164	.48**	.069	1					
	<i>p</i>	.693	.001	.117	.001	.512						
	<i>d</i>	-	0.79	-	1.09	-						
AP	<i>r</i>	-.060	.42**	-.352**	.60**	.033	.65**	1				
	<i>p</i>	.566	.001	.001	.001	.757	.001					
	<i>d</i>	-	0.92	0.75	1.51	-	1.70					
RP	<i>r</i>	-.132	.22*	-.259*	.33**	.064	.62**	.52**	1			
	<i>p</i>	.207	.028	.012	.001	.545	.001	.001				
	<i>d</i>	-	0.45	0.56	0.71	-	1.58	1.21				
SPP	<i>r</i>	.064	.37**	-.193	.34**	.058	.24*	.38**	.19	1		
	<i>p</i>	.541	.001	.064	.001	.578	.021	.001	.058			
	<i>d</i>	-	0.79	-	0.73	-	0.49	0.83	-			
PE	<i>r</i>	-.110	.017	-.060	.33**	-.087	.38**	.260*	.27**	.15	1	
	<i>p</i>	.295	.869	.565	.001	.409	.001	.012	.009	.147		
	<i>d</i>	-	-	-	0.69	-	0.82	0.53	0.55	-		
PV	<i>r</i>	.263*	.43**	.069	.25*	.056	.29**	.36**	.07	.32**	.140	1
	<i>p</i>	.011	.001	.512	.016	.596	.005	.001	.484	.001	.182	
	<i>d</i>	0.54	0.95	-	0.51	-	0.60	0.78	-	0.68	-	

* $p < 0.05$; ** $p < 0.01$. JMC – Julgamento Moral Convencional; IPI – Ideologia Política Igualitária; IPC – Ideologia Política Conservadora; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social; IAC – Identidade ativista e comprometimento; AP – Ativismo Político; RP – Radicalismo Político; PPS – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; PV – Propósito de Vida.

Tabela B2

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro Padrão Estimado	F	p
IPC	.352	.124	.114	1.612	12.852	.001
IPC IS	.354	.125	.106	1.619	6.439	.002
IPC IS PJS	.637	.406	.386	1.342	20.258	.001

Variáveis Independentes: IPC – Ideologia Política Conservadora. PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social; Durbin-Watson = 1.850

Tabela B3

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	P	Colinearidade	
	b	Erro padrão	B			Tolerância	VIF
(Constante)	6.637	0.716		9.273	.001		
IPC	-0.830	0.232	-.352	-3.585	.001	1.000	1.000
(Constante)	6.527	0.775		8.426	.001		
IPC	-0.850	0.238	-.360	-3.567	.001	0.954	1.048
PJS	0.077	0.202	.039	.383	.703	0.954	1.048
(Constante)	2.814	0.860		3.270	.002		
IPC	-0.463	0.206	-.196	-2.246	.027	0.874	1.144
PJS	0.244	0.169	.122	1.441	.153	0.932	1.073
IS	0.622	0.096	.566	6.483	.001	0.876	1.141

Variáveis Independentes: IPC – Ideologia Política Conservadora, PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social;

Tabela B4

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro Padrão Estimado	F	p
IPC	.259	.067	.057	1.518	6.543	.012
IPC IS	.284	.081	.060	1.515	3.943	.023
IPC IS PJS	.405	.164	.136	1.453	5.832	.001

Variáveis Independentes: IPC – Ideologia Política Conservadora. PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social; Durbin-Watson = 1.903.

Tabela B5

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p</i>	Colinearidade	
	<i>B</i>	Erro padrão	<i>B</i>			Tolerância	VIF
(Constante)	4.005	0.674		5.941	.000	-	-
IPC	-0.558	0.218	-.259	-2.558	.012	1.000	1.000
(Constante)	3.695	0.725		5.098	.000	-	-
IPC	-0.613	0.223	-.284	-2.749	.007	0.954	1.048
PJS	0.217	0.189	.119	1.149	.254	0.954	1.048
(Constante)	1.843	0.931		1.979	.051	-	-
IPC	-0.420	0.223	-.195	-1.881	.063	0.874	1.144
PJS	0.300	0.183	.164	1.638	.105	0.932	1.073
IS	0.310	0.104	.309	2.986	.004	.876	1.141

Variáveis Independentes: IPC – Ideologia Política Conservadora, PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social;

Tabela B6

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	<i>R</i>	<i>R</i> ²	<i>R</i> ²	Erro Padrão Estimado	<i>F</i>	<i>p</i>
			Ajustado			
IAC	.649	.421	.415	1.310	66.226	.001
IAC	.691	.477	.466	1.252	41.069	.001
SPP						
IAC						
SPP	.691	.477	.460	1.259	27.075	.001
PE						

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; Durbin-Watson = 1.945.

Tabela B7

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes Padronizados	<i>t</i>	<i>p</i>	Colinearidade	
	<i>B</i>	Erro Padrão	<i>B</i>			Tolerância	VIF
(Constante)	2.407	0.253		9.518	.000	-	-
IAC	0.757	0.093	.649	8.138	.000	1.000	1.000
(Constante)	-0.150	0.859		-.174	.862	-	-
IAC	0.689	0.092	.591	7.530	.000	.943	1.060
SPP	1.056	0.340	.244	3.103	.003	.943	1.060
(Constante)	-0.144	0.920		-.156	.876	-	-
IAC	0.690	0.099	.592	7.000	.000	.822	1.216
SPP	1.057	0.343	.244	3.080	.003	.939	1.065
PE	-0.002	0.109	-.002	-.019	.985	.852	1.174

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia.

Tabela B8

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo		R	R ²	R ² Ajustado	Erro Padrão Estimado	F	p
1	IAC	.621	.385	.379	1.232	57.036	.001
2	IAC SPP	.623	.388	.374	1.236	28.515	.001
3	IAC SPP PE	.624	.389	.368	1.242	18.883	.001

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; Durbin-Watson = 1.948.

Tabela B9

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	Coeficientes não- padronizados		Coeficientes Padronizados	t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	β			Tolerância	VIF
(Constante)	.813	0.238		3.417	.001		
IAC	.661	0.087	.621	7.552	.001	1.000	1.000
(Constante)	.310	0.848		0.366	.715		
IAC	.647	0.090	.608	7.162	.001	.943	1.060
SPP	.208	0.336	.052	0.618	.538	.943	1.060
(Constante)	.188	0.907		0.207	.837		
IAC	.634	0.097	.595	6.517	.001	.822	1.216
SPP	.199	0.339	.050	0.587	.559	.939	1.065
PE	.042	0.107	.035	0.392	.696	.852	1.174

Variáveis independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia;

Análises de regressão linear simples foram realizadas para verificar a relação do ativismo e do radicalismo político com o propósito de vida e com a percepção de eficácia, considerando estas últimas variáveis como variáveis dependentes. Para o propósito de vida as análises indicaram um efeito significativo apenas do ativismo político (Ativismo: $R^2 = .134$; $\beta = .366$; $t_{(92)} = 3.747$; $p = .001$; Radicalismo: $R^2 = .005$; $\beta = .076$; $t_{(92)} = 0.702$; $p = .484$). Para a percepção de eficácia, verificou-se que tanto o ativismo ($R^2 = .068$; $\beta = .260$; t

$t_{(92)} = 2.567$; $p = .012$) como o radicalismo ($R^2 = .072$; $\beta = .269$; $t_{(92)} = 2.662$; $p = .009$) explicaram esta variável de modo significativo.



APÊNDICE C

Análises de correlação e de regressões lineares hierárquicas e simples para os dados dos jovens brasileiros com Julgamento Moral Pós-Convencional

Aqui são apresentados os resultados das análises de correlação e de regressões lineares hierárquicas e simples para os dados dos jovens brasileiros com julgamento moral pós-convencional. As análises de correlação foram realizadas com um caráter exploratório e tiveram o objetivo de verificar a qualidade das associações entre as variáveis estipuladas para o modelo de ação política com base nesse tipo de julgamento moral. As análises de regressão hierárquicas foram realizadas com o objetivo de conhecer o poder de predição das variáveis cognitivo-ideológicas (ideologia política, percepção de justiça e identidade social) e cognitivo-atitudinais (identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal, percepção de eficácia) sobre o ativismo e o radicalismo político.

Na Tabela C1 são apresentados os índices de correlação de Pearson para todas as variáveis presentes no modelo. As demais tabelas deste apêndice apresentam os coeficientes de determinação e de regressão obtidos por meio das análises de regressão hierárquicas. Ao final deste apêndice, encontram-se os resultados das análises de regressão linear simples.

Tabela C1.

Coefficientes de Correlação de Pearson para as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-Convencional

		JMPC	IPI	IPC	IS	PJS	IAC	AP	RP	SPP	PE	PV
IPI	<i>r</i>	.254**	1									
	<i>p</i>	.001										
	<i>d</i>	0.52										
IPC	<i>r</i>	-.038	-.412**	1								
	<i>p</i>	.631	.001									
	<i>d</i>	-	0.90									
IS	<i>r</i>	.300**	.599**	-.345**	1							
	<i>p</i>	.001	.001	.001								
	<i>d</i>	0.62	1.49	0.73								
PJS	<i>r</i>	.007	.011	.028	-.164*	1						
	<i>p</i>	.928	.889	.731	.040							
	<i>d</i>	-	-	-	0.66							
IAC	<i>r</i>	.243**	.384**	-.424**	.549**	-.020	1					
	<i>p</i>	.002	.001	.001	.001	.805						
	<i>d</i>	0.50	0.83	0.93	1.31	-						
AP	<i>r</i>	.222**	.407**	-.443**	.523**	-.109	.568**	1				
	<i>p</i>	.005	.001	.001	.001	.173	.001					
	<i>d</i>	0.45	0.89	0.98	1.22	-	1.38					
RP	<i>r</i>	.118	.380**	-.473**	.408**	-.084	.514**	.627**	1			
	<i>p</i>	.141	.001	.001	.001	.294	.001	.001				
	<i>d</i>	-	0.82	1.07	0.89	-	1.19	1.60				
SPP	<i>r</i>	.081	.168*	-.152	.154	.018	.276**	.219**	.194*	1		
	<i>p</i>	.312	.034	.056	.053	.825	.001	.006	.015			
	<i>d</i>	-	0.34	-	-	-	0.57	0.44	0.39			
PE	<i>r</i>	-.017	.250**	-.184*	.303**	-.112	.394**	.393**	.318**	.196*	1	
	<i>p</i>	.835	.002	.021	.001	.162	.001	.001	.001	.014		
	<i>d</i>	-	0.51	0.37	0.63	-	0.85	0.85	0.67	0.39		
PV	<i>r</i>	.181*	.142	-.012	.254**	.081	.335**	.273**	.095	.252**	.391**	1
	<i>p</i>	.023	.076	.881	.001	.314	.001	.001	.236	.001	.001	
	<i>d</i>	0.36	-	-	0.52	-	0.71	0.56	-	0.52	0.84	

* $p < 0.05$; ** $p < 0.01$. JMC – Julgamento Moral Convencional; IPI – Ideologia Política Igualitária; IPC – Ideologia Política Conservadora; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social; IAC – Identidade ativista e comprometimento; AP – Ativismo Político; RP – Radicalismo Político; PPS – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; PV – Propósito de Vida.

Tabela C2

Coefficientes de Determinação para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão	F	p
IPI	.407	.166	0.160	30.942	.001
IPI IS	.536	.287	0.278	31.188	.001
IPI IS PJS	.537	.289	0.275	20.821	.001

Variáveis Independentes: IPI – Ideologia Política Igualitária; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social; Durbin Watson = 2.118.

Tabela C3

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados		t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	B				Tolerância	VIF
(Constante)	1.771	0.551			3.212	.002	-	-
IPI	0.747	0.134	.407		5.563	.001	1.000	1.000
(Constante)	1.854	0.512			3.625	.001	-	-
IPI	0.269	0.156	.146		1.726	.086	0.641	1.559
IS	0.454	0.088	.435		5.138	.000	0.641	1.559
(Constante)	2.021	0.585			3.455	.001	-	-
IPI	0.281	0.157	.153		1.788	.076	0.629	1.590
IS	0.443	0.091	.424		4.884	.001	0.612	1.633
PJS	-0.089	0.152	-.041		-0.590	.556	0.955	1.048

Variáveis Independentes: IPI – Ideologia Política Igualitária; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social.

Tabela C4

Coefficientes de Determinação para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão Estimado	F	p
IPI	.380	.145	.139	26.368	.001
IPI IS	.442	.195	.185	18.791	.001
IPI IS PJS	.444	.197	.181	12.582	.001

Variáveis Independentes: IPI – Ideologia Política Igualitária; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social; Durbin Watson = 2.023.

Tabela C5

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão				Tolerância	VIF
(Constante)	.209	.570		0.367	.714		
IPI	.713	.139	.380	5.135	.000	1.000	1.000
(Constante)	.264	.555		0.476	.635		
IPI	.398	.169	.212	2.357	.020	0.641	1.559
IS	.299	.096	.281	3.121	.002	0.641	1.559
(Constante)	.438	.634		0.691	.490		
IPI	.411	.171	.219	2.408	.017	0.629	1.590
IS	.287	.098	.270	2.921	.004	0.612	1.633
PJS	-.094	.164	-.042	-0.572	.568	0.955	1.048

Variáveis Independentes: IPI – Ideologia Política Igualitária; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social.

Tabela C6

Coefficientes de Determinação para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão Estimado	F	p
IAC	.568	.322	.318	74.225	.001
IAC SPP	.571	.327	.318	37.584	.001
IAC SPP PE	.599	.359	.346	28.699	.001

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; Durbin-Watson = 2.082.

Tabela C7

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes Padronizados	t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão				Tolerância	VIF
(Constant)	3.104	0.221		14.071	.001	-	-
IAC	0.585	0.068	.568	8.615	.001	1.000	1.000
(Constant)	2.460	0.693		3.550	.001	-	-
IAC	0.566	0.071	.549	8.008	.001	0.924	1.083
SPP	0.272	0.278	.067	0.980	.328	0.924	1.083
(Constant)	1.688	0.734		2.301	.023	-	-
IAC	0.492	0.074	.477	6.628	.001	0.803	1.245
SPP	0.198	0.273	.049	0.723	.471	0.915	1.093
PE	0.267	0.096	.196	2.773	.006	0.836	1.196

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia;

Tabela C8

Coefficientes de Determinação para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão Estimado	F	p
IAC	.514	.264	.259	56.007	.001
IAC SPP	.517	.267	.258	28.243	.001
IAC SPP PE	.531	.282	.268	20.128	.001

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; Durbin-Watson= 1.845

Tabela C9

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados		t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	B				Tolerância	VIF
(Constant)	1.531	.235			6.524	.001	-	-
IAC	0.541	.072	.514		7.484	.001	1.000	1.000
(Constant)	0.982	.738			1.330	.186	-	-
IAC	0.524	.075	.498		6.966	.001	0.924	1.083
SPP	0.232	.296	.056		.786	.433	0.924	1.083
(Constant)	0.450	.792			.568	.571	-	-
IAC	0.473	.080	.450		5.904	.001	0.803	1.245
SPP	0.181	.295	.044		.613	.541	0.915	1.093
PE	0.184	.104	.132		1.767	.079	0.836	1.196

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia;

Os resultados das análises de regressão linear simples indicaram que o ativismo político explicou de forma significativa o propósito de vida (Ativismo: $R^2 = .075$; $\beta = .273$; $t_{(157)} = 3.545$; $p = .001$) e a percepção de eficácia ($R^2 = .155$; $\beta = .393$; $t_{(157)} = 5.343$; $p = .001$), sendo a percepção de eficácia explicada também pelo radicalismo político ($R^2 = .101$; $\beta = .318$; $t_{(157)} = 4.187$; $p = .001$).

APÊNDICE D
CUESTIONÁRIO DE OPINIONES SOCIALES - DIT

Juan y la medicina

En una ciudad, una mujer estaba a punto de morir debido a un tipo especial de cáncer. Había una medicina que los doctores pensaban que podría salvarla. Era una medicina que un farmacéutico de la misma ciudad había descubierto recientemente. La medicina era costosa de preparar, y el farmacéutico cobraba 10 veces más de lo que costaba hacerla. Juan, el esposo de la mujer enferma, trató de pedir el dinero a todas las personas que conocía, pero solo pudo reunir la mitad del coste de la medicina. Le dijo al farmacéutico que su esposa estaba muriendo, y le pidió que se la vendiera más barata o que esperase para pagarle más tarde, pero el farmacéutico dijo “No, a mi me costó descubrir esta medicina y voy a sacarle todo el dinero que pueda”. Juan estaba a punto de desesperarse y comenzó a pensar en entrar en la farmacia y robar la medicina para dársela a su esposa. ¿Debe Juan robar la medicina? () Sí () No () Indeciso/a

Ahora, pensando sobre la situación presentada, indícanos el grado de importancia que piensas que cada afirmación tiene.

	Grado de importancia				
	Máxima	Mucha	Media	Poca	Ninguna
1. Las leyes deben ser respetadas.					
2. Es natural que un marido que ame a su esposa sea capaz de robar para salvarla.					
3. Juan debería pensar que mantener a su esposa viva le sería útil.					
4. Juan debe pensar que es importante la dualidad de la vida.					
5. Juan debería pensar en ayudar solo a los que quiere.					
6. Los derechos del farmacéutico deben ser respetados.					
7. El principio del derecho a la vida debe incluir la forma de morir social y individualmente.					
8. En las relaciones sociales, las personas deben guiarse por principios.					
9. El farmacéutico tiene en su defensa una ley injusta, que sólo protege a los ricos.					
10. La ley, en esto caso, perturba la aspiración más profunda de cualquier miembro de la sociedad.					
11. La actitud del farmacéutico es mala y cruel.					
12. Robar, en un caso como esto, está socialmente justificado.					

Con base en tus opiniones sobre las afirmaciones anteriores, indíquenos las cuatro afirmaciones que consideras como las más importantes, ordenándolas desde la primera hasta la cuarta. No repita ninguna.

- 1ª afirmación más importante: _____
- 2ª afirmación más importante: _____
- 3ª afirmación más importante: _____
- 4ª afirmación más importante: _____

El Forajido

Un hombre fue sentenciado a diez años de prisión. Después de dos años se escapó, se fue a vivir al interior del país y cambió su apellido por el de Martínez. Durante años trabajó mucho y ahorró dinero poco a poco hasta que montó su propio negocio. Durante todo este tiempo fue justo con sus clientes, pagaba muy bien a sus empleados y ayudó, con la mayor parte de sus ganancias, a obras de caridad. Un día la Señora Pérez, una antigua vecina, lo reconoció como el hombre que se había escapado de la prisión ocho años atrás y a quien la policía había estado buscando. La Señora Pérez se preguntaba si debía denunciar al Señor Martínez a la policía. ¿Debe la Señora Pérez denunciar al Señor Martínez a la policía? () Sí () No () Indeciso/a

Ahora, pensando sobre la situación presentada, indícanos el grado de importancia que piensas que cada afirmación tiene.

	Grado de Importancia				
	Máxima	Mucha	Média	Poca	Ninguna
1. Ocho años no son suficientes para probar que el Señor Martínez es una buena persona.					
2. El incumplimiento de una ley alienta a la desobediencia de los sistemas jurídicos.					
3. Sería mejor una sociedad sin leyes, sin la opresión de los sistemas jurídicos.					
4. El Señor Martínez debe cumplir con lo que dice la ley.					
5. Las acciones deben ser juzgadas con los principios universales de la justicia.					
6. No tiene sentido volver a mantener en la prisión una persona que ahora es buena.					
7. Sólo una persona cruel y despiadada denunciaría al Señor Martínez.					
8. Lo correcto sería que la Señora Pérez se comportarse en base a lo que dicta la ley.					
9. La Señora Pérez debe pensar en su amistad con el Señor Martínez.					
10. Un ciudadano tiene la obligación de entregar a un criminal fugitivo, sin importar las circunstancias.					
11. Tales decisiones deben tomarse teniendo en cuenta el bien común.					
12. El cumplimiento de una ley debe estar subordinado a los intereses y necesidades sociales.					

Con base en tus opiniones sobre las afirmaciones anteriores, indíquenos las cuatro afirmaciones que consideras como las más importantes, ordenándolas desde la primera hasta la cuarta. No repita ninguna.

- 1ª afirmación más importante: _____
- 2ª afirmación más importante: _____
- 3ª afirmación más importante: _____
- 4ª afirmación más importante: _____

ESCALA DE IDEOLOGÍA POLÍTICA

A continuación, te planteamos algunas afirmaciones de carácter social. Por favor indíquenos, de acuerdo con la escala presentada, tu grado de conformidad con cada una de estas.

1	2	3	4	5
Totalmente en desacuerdo	En desacuerdo	Ni de acuerdo ni en desacuerdo	De acuerdo	Totalmente de acuerdo

1. El gobierno debe distribuir el ingreso para el beneficio de aquellos que más lo necesitan.	1	2	3	4	5
2. Los beneficios de los grandes empresarios son a costa de los trabajadores.	1	2	3	4	5
3. Los trabajadores no reciben una parte justa de la riqueza de la nación.	1	2	3	4	5
4. Hay una ley para los ricos y otra para los pobres.	1	2	3	4	5
5. Los gerentes siempre intentarán tener los mejores empleados.	1	2	3	4	5
6. Los jóvenes no tienen suficiente respeto por los valores tradicionales.	1	2	3	4	5
7. Para algunos crímenes la pena de muerte es la sentencia más apropiada.	1	2	3	4	5
8. Las escuelas deben enseñar a los niños a obedecer a la autoridad.	1	2	3	4	5
9. La ley debe ser siempre obedecida aunque no nos parezca justa.	1	2	3	4	5
10. La censura de películas y revistas es necesaria para mantener los patrones morales.	1	2	3	4	5
11. Las personas que violan la ley deben recibir sentencias duras.	1	2	3	4	5
12. El estado de bienestar lleva a las personas a cuidaren menos una de las otras	1	2	3	4	5

ESCALA DE IDENTIDAD SOCIAL

Las afirmaciones a continuación pueden caracterizar la forma como tú te ves en la sociedad. Por favor indíquenos, de acuerdo con la escala presentada, tu grado de conformidad con cada una de ellas.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente en desacuerdo	Bastante en desacuerdo	Algo en desacuerdo	Ni en desacuerdo ni de acuerdo	De acuerdo	Bastante de acuerdo	Totalmente de acuerdo

1. Me veo a mi mismo como una persona que sufre injusticias.	1	2	3	4	5	6	7
2. Me identifico con personas que sufren injusticias en la sociedad.	1	2	3	4	5	6	7
3. Tengo fuertes vínculos con el grupo de personas que sufre injusticias en la sociedad	1	2	3	4	5	6	7
4. Siento orgullo de los grupos de personas que sufren injusticias y que luchan por sus derechos.	1	2	3	4	5	6	7

ESCALA DE PERCEPCIÓN DE JUSTICIA SOCIAL

A continuación, se presentan algunas afirmaciones sobre las acciones del gobierno. Por favor, indíquenos tu grado de conformidad con cada una de ellas.

1	2	3	4	5
Totalmente en desacuerdo	En desacuerdo	Ni de acuerdo ni en desacuerdo	De acuerdo	Totalmente de acuerdo

1. El gobierno garantiza que yo tenga lo que merezco.	1	2	3	4	5
2. Pienso que los resultados de las decisiones del gobierno son justas.	1	2	3	4	5
3. El gobierno me trata de modo justo.	1	2	3	4	5
4. El gobierno respeta a personas como yo.	1	2	3	4	5
5. El gobierno hace de todo para que las personas de mi grupo, que viven una situación de desigualdad, tengan lo que se merecen.	1	2	3	4	5
6. Los resultados de las decisiones del gobierno suelen ser justas con las personas de mi grupo, que viven una situación de desigualdad.	1	2	3	4	5
7. El gobierno trata a las personas de mi grupo, que viven una situación de desigualdad, de modo justo.	1	2	3	4	5
8. El gobierno respeta a las personas de mi grupo, que viven una situación de desigualdad.	1	2	3	4	5

ESCALA DE RESALTE POLITICO PERSONAL

Ahora te presentamos afirmaciones sobre situaciones que pueden estar presentes en diferentes sociedades. Por favor, evalúe cada una de ellas de acuerdo con el significado que ellas tienen (o tuvieron) para ti. Es decir, indique cuánto sentiste (o sientes) que estas situaciones afectaron (o afectan) a tu vida, o que reflejan (o reflejaron) tus valores o preocupaciones.

1	2	3
Ningún significado personal	Poco significado personal	Mucho significado personal

1. Los ataques terroristas	1	2	3
2. El prejuicio racial	1	2	3
3. La desigualdad de género.	1	2	3
4. La situación de los inmigrantes.	1	2	3
5. La pobreza.	1	2	3
6. Los problemas ambientales (la deforestación, la polución, el calentamiento global).	1	2	3
7. La violencia.	1	2	3

ESCALA DE ACTIVISMO/ RADICALISMO

Las afirmaciones abajo presentan acciones que pueden ser realizadas en la lucha por derechos. Por favor, indíquenos, de acuerdo con la escala presentada, tu grado de conformidad con cada una de estas afirmaciones.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente en desacuerdo	Bastante en desacuerdo	Algo en desacuerdo	Ni en desacuerdo ni de acuerdo	De acuerdo	Bastante de acuerdo	Totalmente de acuerdo

1 Me uniría a una organización que luche por los derechos políticos y legales de mi grupo.	1	2	3	4	5	6	7
2. Daría dinero a una organización que luche por los derechos políticos y legales de mi grupo.	1	2	3	4	5	6	7
3. Trabajaría como voluntario en una organización que luche por los derechos políticos y legales de mi grupo (p.ej. escribiendo peticiones, distribuyendo propaganda, reclutando gente, etcétera).	1	2	3	4	5	6	7
4. Viajaría durante una hora para participar en un mitin, una protesta o una manifestación de apoyo a mi grupo.	1	2	3	4	5	6	7
5. Seguiría apoyando a una organización que luche por los derechos políticos y legales de mi grupo, incluso si a veces traspasa la ley.	1	2	3	4	5	6	7
6. Seguiría apoyando a una organización que luche por los derechos políticos y legales de mi grupo, incluso si a veces utiliza la violencia.	1	2	3	4	5	6	7
7. Participaría en una protesta contra la opresión a mi grupo, incluso si pensase que la protesta pudiera volverse violenta.	1	2	3	4	5	6	7
8. Atacaría a la policía o las fuerzas de seguridad, si viera que ellos golpean a miembros de mi grupo.	1	2	3	4	5	6	7

ESCALA DE PERCEPCIÓN DE EFICÁCIA

Indíquenos de acuerdo con la escala presentada, hasta qué punto consideras que tus acciones como ciudadanos pueden ser efectivas para:

- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
Poco eficaces			Sin impacto			Muy eficaces

1. Influir a los líderes del gobierno en la elaboración de políticas públicas.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
2. Influir en la opinión pública.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
3. Construir un movimiento de oposición.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3
4. Manifestar mis valores.	- 3	- 2	- 1	0	1	2	3

ESCALA DE IDENTIDAD ACTIVISTA E COMPROMISO

Las afirmaciones que siguen pueden caracterizar la manera como piensas sobre ti mismo y algunas acciones que puedes realizar en la sociedad. Utilizando la misma escala presentada arriba, indíquenos tu grado de conformidad con cada una de estas afirmaciones.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente en desacuerdo	Bastante en desacuerdo	Algo en desacuerdo	Ni en desacuerdo ni de acuerdo	De acuerdo	Bastante de acuerdo	Totalmente de acuerdo

1. Ser activista es central para la definición que tengo de mí mismo.	1	2	3	4	5	6	7
2. Estoy verdaderamente comprometido con el activismo.	1	2	3	4	5	6	7
3. Me identifico como activista.	1	2	3	4	5	6	7
4. Busco tiempo para mi activismo, incluso cuando estoy ocupado.	1	2	3	4	5	6	7
5. Las personas que me conocen bien me llamarían activista.	1	2	3	4	5	6	7
6. Dejo de hacer otras cosas para dedicárselo al activismo.	1	2	3	4	5	6	7
7. Ser activista es una característica importante de mí mismo.	1	2	3	4	5	6	7
8. Tomo el tiempo que necesito para comprometerme con el activismo.	1	2	3	4	5	6	7

ESCALA DE SIGNIFICADO DE LA VIDA

A continuación, hay algunas afirmaciones sobre cómo te sientes o cómo piensas sobre las cosas que pasan en tu vida. Para cada una de ellas, indíquenos cuánto estás de acuerdo o en desacuerdo con ellas. Indíquenos tu grado de conformidad sobre cómo es realmente tu vida. Use la escala presentada.

1	2	3	4	5
Totalmente en desacuerdo	En desacuerdo	Ni en desacuerdo Ni de acuerdo	De acuerdo	Totalmente de acuerdo

1. Mi vida tiene un propósito.	1	2	3	4	5
2. Cuando elijo lo que tengo que hacer, pienso si mi acción ayudará a otras personas.	1	2	3	4	5
3. Yo tengo la responsabilidad de hacer del mundo un lugar mejor.	1	2	3	4	5
4. Mi vida tiene un significado perdurable.	1	2	3	4	5
5. Lo que hago importa para la sociedad.	1	2	3	4	5
6. Habitualmente reflexiono sobre lo que significa la vida y sobre cuál es mi lugar en ella.	1	2	3	4	5

CUESTIONARIO DE INFORMACIONES PERSONALES

1. SEXO: () Feminino () Masculino
2. Edad: _____
3. País _____
4. Carrera _____



APÊNDICE E

Análises de correlação e de regressões lineares hierárquicas e simples para os dados dos jovens espanhóis com Julgamento Moral Pós-Convencional

Aqui são apresentados os resultados das análises de correlação e de regressões lineares hierárquicas e simples para os dados dos jovens espanhóis com julgamento moral pós-convencional. As análises de correlação foram realizadas com um caráter exploratório e tiveram o objetivo de verificar a qualidade das associações entre as variáveis estipuladas para o modelo de ação política com base nesse tipo de julgamento moral. As análises de regressão hierárquicas foram realizadas com o objetivo de se conhecer o poder de predição das variáveis cognitivo-ideológicas (ideologia política, percepção de justiça e identidade social) e cognitivo-atitudinais (identidade ativista e comprometimento, saliência política pessoal, percepção de eficácia) sobre o ativismo e o radicalismo político.

Na Tabela E1 são apresentados os índices de correlação de Pearson para todas as variáveis presentes no modelo. As demais tabelas deste apêndice apresentam os coeficientes de determinação e de regressão obtidos por meio das análises de regressão hierárquicas. Ao final deste apêndice, encontram-se os resultados das análises de regressão linear simples.

Tabela E1

Coefficientes de Correlação de Pearson par as Variáveis do Modelo de Ação Política com base no Julgamento Moral Pós-convencional

		JMPC	IPI	IPC	IS	PJS	IAC	AP	RP	SPP	PE	PV
IPI	<i>r</i>	.356**	1									
	<i>p</i>	.001										
	<i>d</i>	0.76										
IPC	<i>r</i>	.072	-.096	1								
	<i>p</i>	.335	.200									
	<i>d</i>	-	-									
IS	<i>r</i>	.295**	.395**	-.195**	1							
	<i>p</i>	.001	.001	.009								
	<i>d</i>	0.617	0.859	.397								
PJS	<i>r</i>	-.243**	-.372**	.244**	-.405**	1						
	<i>p</i>	.001	.001	.001	.001							
	<i>d</i>	0.501	0.801	.459	0.885							
IAC	<i>r</i>	.117	.144	-.142	.310**	-.134	1					
	<i>p</i>	.117	.053	.057	.001	.073						
	<i>d</i>	-	-	-.286	0.652	-						
AP	<i>r</i>	.207**	.236**	-.226**	.344**	-.299**	.516**	1				
	<i>p</i>	.005	.001	.002	.001	.001	.001					
	<i>d</i>	0.423	0.485	-.464	0.732	0.626	1.204					
RP	<i>r</i>	.174*	.232**	-.067	.324**	-.260**	.378**	.395**	1			
	<i>p</i>	.019	.002	.367	.001	.001	.001	.001				
	<i>d</i>	0.353	0.477	-	0.684	0.538	0.816	0.859				
SPP	<i>r</i>	.035	.149*	-.138	.169*	-.148*	.130	.189*	.062	1		
	<i>p</i>	.644	.045	.063	.023	.046	.081	.011	.406			
	<i>d</i>	-	0.301	-	0.342	0.299	-	0.384	-			
PE	<i>r</i>	.053	.033	-.118	.188*	.029	.160*	.096	.062	-.002	1	
	<i>p</i>	.483	.660	.113	.011	.702	.031	.198	.411	.983		
	<i>d</i>	-	-	-	0.382	-	0.324	-	-	-		
PV	<i>r</i>	.069	.094	-.018	.053	-.015	.132	.187*	-.175*	.152*	.253**	1
	<i>p</i>	.359	.208	.809	.476	.839	.076	.012	.018	.042	.001	
	<i>d</i>	-	-	-	-	-	-	0.380	0.355	0.307	0.523	

* $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; JMPC – Julgamento Moral Pós-Convencional; IPI – Ideologia Política Igualitária; IPC – Ideologia Política Conservadora; IS – Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social; IAC – Identidade Ativista e Comprometimento; AP – Ativismo Político; RP – Radicalismo Político; PPS – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; PV – Propósito de Vida.

Tabela E2

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão da Estimativa	F	p
IPI	.220	.048	.043	9.102	.003
IPI IS	.353	.125	.115	12.661	.001
IPI IS PJS	.384	.148	.133	10.221	.001

Variáveis Independentes IPI – Ideologia Política Igualitária; PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social; Durbin Watson = 1.861

Tabela E3

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-ideológicas do Modelo de Ação Política com Ativismo como VD

Modelo	Coefficientes não-padronizados		Coefficientes padronizados	t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão				Tolerância	VIF
(Constante)	2.998	0.629		4.767	.001		
IPI	0.459	0.152	.220	3.017	.003	1.000	1.000
(Constante)	2.291	0.631		3.631	.001		
IPI	0.203	0.160	.097	1.263	.208	0.834	1.199
IS	0.366	0.093	.302	3.935	.001	0.834	1.199
(Constante)	3.909	0.967		4.042	.001		
IPI	0.081	0.168	.039	0.484	.629	0.744	1.344
IS	0.308	0.096	.254	3.220	.002	0.771	1.297
PJS	-0.390	0.178	-.176	-2.191	.030	0.746	1.341

Variáveis Independentes: IPI – Ideologia Política Igualitária; PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social;

Tabela E4

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão	F	p
IPI	.229	.052	.047	9.884	.002
IPI IS	.341	.116	.106	11.711	.001
IPI IPI PJS	.359	.129	.114	8.729	.001

Variáveis Independentes: IPI – Ideologia Política Igualitária; PJS – Percepção de Justiça Social; IS – Identidade Social; Durbin Watson = 1.871

Tabela E5

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p</i>	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	B			Tolerância	VIF
(Constante)	0.788	0.649		1.214	.226		
IPI	0.494	0.157	.229	3.144	.002	1.000	1.000
(Constante)	0.118	0.656		.180	.858		
IPI	0.251	0.167	.116	1.504	.134	0.834	1.199
IS	0.347	0.097	.277	3.589	.001	0.834	1.199
(Constante)	1.354	1.011		1.339	.182		
IPI	0.158	0.176	.073	.900	.369	0.744	1.344
IS	0.303	0.100	.242	3.025	.003	0.771	1.297
PJS	-0.298	0.186	-.130	-1.600	.111	0.746	1.341

Variáveis Independentes: IPI - Ideologia Política Igualitária, IS -Identidade Social; PJS – Percepção de Justiça Social.

Tabela E6

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão da estimativa	F	<i>p</i>
IAC	.511	.261	.257	63.102	.001
IAC SPP	.525	.276	.268	33.940	.001
IAC SPP PE	.526	.276	.264	22.533	.001

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; Durbin Watson = 1.921

Tabela E7

Coefficientes de Regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Ativismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p</i>	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	β			Tolerância	VIF
(Constante)	3.586	0.181		19.792	.000		
IAC	0.450	0.057	.511	7.944	.000	1.000	1.000
(Constante)	2.675	0.501		5.340	.000		
IAC	0.435	0.057	.494	7.684	.000	0.983	1.017
SPP	0.379	0.195	.125	1.948	.053	0.983	1.017
(Constante)	2.609	0.558		4.675	.000		
IAC	0.433	0.058	.491	7.519	.000	0.957	1.045
SPP	0.380	0.195	.126	1.948	.053	0.983	1.018
PE	0.015	0.057	.018	.270	.787	0.974	1.027

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia;

Tabela E8

Coefficientes de Determinação e ANOVA para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	R	R ²	Erro Padrão da estimativa	F	p
IAC	.378	.143	.138	29.865	.001
IAC SPP	.378	.143	.134	14.870	.001
IAC SPP PE	.378	.143	.129	9.858	.001

Variáveis Independentes: IAC – Identidade Ativista e Comprometimento; SPP – Saliência Política Pessoal; PE – Percepção de Eficácia; Durbin Watson = 2.029

Tabela E9

Coefficientes de regressão para as Variáveis Cognitivo-atitudinais do Modelo de Ação Política com o Radicalismo como VD

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	t	p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	β			Tolerância	VIF
(Constante)	1.820	.202		9.018	.001		
IAC	0.345	.063	.378	5.465	.001	1.000	1.000
(Constante)	1.720	.564		3.051	.003		
IAC	0.343	.064	.376	5.379	.001	0.983	1.017
SPP	0.041	.219	.013	0.189	.850	0.983	1.017
(Constante)	1.716	.628		2.731	.007		
IAC	0.343	.065	.376	5.291	.001	0.957	1.045
SPP	0.042	.220	.013	0.189	.850	0.983	1.018
PE	0.001	.064	.001	0.017	.987	0.974	1.027

Variáveis Independentes: IAC – Identidade ativista e comprometimento; PE – Percepção de Eficácia; SPP – Saliência Política Pessoal;

Análises de regressão lineares simples foram realizadas para se verificar o efeito do ativismo e do radicalismo político nas variáveis propósito de vida e percepção de eficácia. Verificou-se que o ativismo político explicou de forma significativa 3,5% do propósito de vida ($R^2 = .035$; $\beta = .187$; $t = 2,551$; $p = .012$) e que o radicalismo explicou 3,1% desta mesma variável ($R^2 = .031$; $\beta = -.175$; $t = -2,378$; $p = .018$). Não se verificou um efeito significativo nem do ativismo ($R^2 = .009$; $\beta = .096$; $t = 1,293$; $p = .198$) nem do radicalismo político ($R^2 = .004$; $\beta = .062$; $t = .825$; $p = .411$) para a explicação da percepção de eficácia.